

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

ANNA RAQUEL DE MATOS CASTRO

CIÊNCIA, POLÍTICA E PROPAGANDA: a representação paraense na Exposição das
Indústrias e do Trabalho em Turim (1911)

Belém/PA
2020

ANNA RAQUEL DE MATOS CASTRO

CIÊNCIA, POLÍTICA E PROPAGANDA: a representação paraense na Exposição das Indústrias e do Trabalho em Turim (1911)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará como requisito obrigatório para obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Rodrigues Sanjad

Belém/PA
2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com
ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)**

C355c Castro, Anna Raquel de Matos.

Ciência, Política e propaganda : a representação paraense na
Exposição das Indústrias e do Trabalho em Turim (1911) / Anna
Raquel de Matos Castro. — 2020.

248 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Nelson Rodrigues Sanjad

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
História, Belém, 2020.

1. Exposição internacional - Turim. 2. Ciência. 3. Política.
4. Propaganda. 5. Construção da imagem. I. Título.

CDD 981.05

ANNA RAQUEL DE MATOS CASTRO

CIÊNCIA, POLÍTICA E PROPAGANDA: a representação paraense na Exposição das
Indústrias e do Trabalho em Turim (1911)

Esta Tese foi submetida para processo de avaliação pela banca examinadora para obtenção do título de Doutora em História.

Data de aprovação: ____/____/____

Conceito: _____

Banca Examinadora:

_____ - Orientador/ Presidente da Banca

Prof. Dr. Nelson Rodrigues Sanjad

PPHist/ Universidade Federal do Pará| Museu Paraense Emílio Goeldi

_____ - Membro Externo

Profª Dr.ª Alda Lúcia Heizer

PPG/Escola Nacional de Botânica Tropical/Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro|
PPGPAT/Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz

_____ - Membro Externo

Profª Drª Anna Carolina de Abreu Coelho

IETU/ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

_____ - Membro Interno

Profª Drª Franciane Gama Lacerda

PPHist/Universidade Federal do Pará

_____ - Membro Interno

Profª. Drª. Leila Mourão

PPHist/Universidade Federal do Pará.

A Miguel Ângelo, meu “bebê da tese”,
com todo o meu amor.
A todas as mulheres que, assim como eu,
experimentaram os inúmeros desafios da
maternidade durante a pós-graduação.

AGRADECIMENTOS

A finalização deste trabalho possui inúmeros significados para esta que o escreveu, sendo o maior deles o da superação, pois diante de tantos obstáculos que pareciam surgir com a intenção de mostrar a desistência como única opção, escolher seguir em frente com tantas dores, suor e lágrimas foi a melhor decisão a ser tomada; decisão esta que só foi possível em virtude de muitas mãos estendidas, de abraços acolhedores e de palavras de incentivo. Apesar da solidão que muitas vezes o doutorado nos impõe, ele não se faz sozinho, e este é o motivo que me obriga a ser grata a tantos e tantas que estiveram junto a mim nessa árdua caminhada.

Agradeço, primeiramente, a uma das inúmeras forças que em vários momentos me impulsionaram para que chegar até aqui fosse possível. Aquela força oriunda do que não é tangível, mas que tem o poder de transformar, de fazer refletir, de encorajar: minha gratidão à Deus, à espiritualidade amiga, às vibrações positivas do universo, a quem inúmeras vezes recorri nos momentos de grandes dificuldades, e por quem certamente fui atendida.

Sou grata aos professores Dr. Maurício Costa, Dra. Cristina Cancela e Dr. Rafael Chambouleyron, que durante meu percurso neste doutorado, estiveram à frente do PPHIST como coordenadores, e que sempre me atenderam de forma respeitosa e acolhedora enquanto aluna do Programa.

Agradeço a CAPES pelo financiamento de parte da pesquisa por meio de bolsa de pesquisa, instrumento de fundamental importância durante o percurso acadêmico na pós-graduação, sobretudo para aqueles que compreendem a relevância dos estudos para transformar vidas.

Ao professor Dr. Márcio Couto Henrique, minha gratidão por ter iniciado comigo o percurso deste doutorado, me proporcionando significativas lições.

Ao meu orientador, Dr. Nelson Rodrigues Sanjad, por quem nutro além de grande admiração, profundo respeito e enorme gratidão, não somente por me acolher enquanto orientanda de doutorado, mas por tudo o que me ensinou desde quando foi meu orientador de bolsa de pesquisa durante pouco mais de quatro anos no Museu Goeldi. A minha paixão pela história da ciência, pela história do Museu Goeldi, pela pesquisa e escrita acadêmica foram despertadas no período em que estive sob sua orientação, entre os anos de 2008 e 2013, enquanto bolsista do CNPq a desbravar o arquivo histórico do campus de pesquisa do Goeldi, por mim ainda tão desconhecido à época, mas que acabou se tornando a minha grande paixão. Dentro da sua seriedade e elegância, por mim tão admiradas, mas também temidas (hahaha),

me deixou grandes lições e me ofereceu importantes incentivos que jamais serão esquecidos. Muito obrigada, Dr. Nelson!

As professoras doutoras Alda Heizer, Anna Carolina Abreu Coelho, Franciane Gama Lacerda e Leila Mourão, por aceitarem o convite para fazer parte desta banca de doutorado em tempos tão difíceis para a ciência e a universidade pública. Me sinto feliz e honrada por ter mulheres que muito admiro compondo a banca de defesa de minha tese de doutorado.

Agradeço imensamente aos meus afetos, aos meus amores, família e amigos, que também foram fundamentais para o encerramento deste ciclo. Em primeiro lugar à minha família: meus pais, Raulino Castro e Guiomar Matos, por sempre me mostrarem a importância dos estudos para transformar a vida para melhor, para realizar sonhos, para crescer enquanto pessoa e profissional. À minha irmã Giselle Castro, pelo apoio nesta jornada. À minha sobrinha Ângela, por deixar os diversos dias complicados mais leves e engraçados.

O meu maior agradecimento aquele que surgiu no meio deste doutorado, virando a minha vida de cabeça para baixo, me trazendo grandes lições e me mostrando o quanto o amor é revolucionário. Miguel Ângelo Castro do Nascimento, meu filho amado, a grande força que motivou a minha não desistência, pois este não seria o melhor exemplo a ser deixado para o meu “bebê da tese”. Obrigada por tudo meu pequeno, espero um dia que você tenha orgulho dessa mãe aqui, e que futuramente saiba que os teus choros na madrugada, as longas horas de amamentação, as tuas fraldas trocadas, os teus sorrisos, as tuas primeiras palavras, os teus primeiros passos foram importante combustível para a concretização deste trabalho.

Minha gratidão ao meu companheiro, amigo e parceiro Mauro Ângelo Nascimento, que em diversos momentos foi o meu braço direito e esquerdo neste percurso. Sua paciência e compreensão, que por muitas vezes aproximaram-se da “santidade” (rsrsrs), foram fundamentais para chegarmos até aqui e celebrarmos essa grande vitória. Amo-te! Agradeço também à Suzana Sousa, minha ajudante e amiga, cuidadora zelosa e muito amada por Miguel, que chegou de mansinho e conquistou nossos corações por dedicar tanto amor e carinho ao meu filho como se fosse o seu.

Ao meu sogro, Otaciano Nascimento, minha sogra Eugênia (*in memoriam*) por todas as palavras de incentivo que me foram direcionadas durante esses anos. Estendo este agradecimento também às minhas cunhadas: Miriam, Mônica e Márcia. Grata por todo o apoio e torcida.

Agradeço aos meus amigos de vida. Primeiramente os que me foram presenteados durante a pós-graduação: Vitor da Mata Martins, que desde os tempos de Museu Goeldi me “atormenta” com essa amizade regada a gargalhadas, e por ser o amigo que nunca esqueceu de torcer por mim durante essa árdua caminhada. Letícia Barriga, um dos presentes que o mestrado me deu, muito obrigada pelos risos, cervejas, palavras de força e incentivo, sensibilidade, entre outras qualidades que somente as grandes amizades possuem. Te amo, minha amiga!

Devo aqui um agradecimento especial a duas mulheres e amigas queridas que muito me inspiraram nesta jornada. Mulheres que se tornaram mães durante a pós-graduação, que me abraçaram, me incentivaram, e me ensinaram as dores e as delícias de maternar em pleno doutorado. São elas: Wânia Alexandrino e Bárbara Palha, amigas a quem sou eternamente grata por terem sido para mim força, abraço, colo, conselho, conforto, entre outros atributos durante esses anos difíceis entre fraldas, lágrimas e madrugadas a fio de escrita de tese. Amo e admiro muito vcs!

Aos amigos “boquianos” tão amados: Leo Torii, Laura Moraes, Fernanda Jaime, Elias Abner e Renan Félix, minha gratidão por terem contribuído para tornar isto tudo um pouco mais leve e alegre. Vcs são amigos maravilhosos!

Aos amigos de sempre, desde a graduação, com os quais celebro 17 anos de amizade: Marcos Mendes, Bruno Coutinho, Ethyane Lobato, Bárbara Palha, Renata Barros e Richelly Costa. Obrigada pela força, apoio e muitos sorrisos compartilhados.

A amiga de todos os dias, desde muito antes tudo isso acontecer: Nathaly Andrade, minha amiga-irmã de alma, minha comadre, que há 27 anos segura a minha mão nos caminhos da vida, sem soltar. Obrigada pela força e incentivo de sempre.

Às amigas dos tempos de Sesc, Carol Abreu e Eliane Amorim, que acompanharam a minha luta em conciliar trabalho e doutorado, sempre com palavras de ânimo e torcida recorrente. Muito obrigada, minhas amigas!

Ao meu grande amigo Edmar Tavares (*in memoriam*), que celebrou comigo a aprovação no doutorado e que deixou registrado o quanto gostaria de me ver doutora. Não houve uma madrugada em que escrevia este trabalho que eu não lembrasse de ti, da tua inteligência, do teu humor, da nossa amizade. Atravessar esse doutorado sem a tua presença física não foi das missões mais fáceis, mas de onde estiveres, saibas que consegui, e um dia vamos comemorar essa conquista com aquele abraço que abarca o mundo.

A amiga Gizelle Chumbre e Josias Sales, por todo o incentivo, conversas nas madrugadas e amizade sincera e acolhedora. Ao amigo Marcelo Carvalho (*in memorian*), por todo o apoio e auxílio, pelas fontes que muito me ajudaram e pela torcida que sempre manifestou a meu favor e que me fará bastante falta.

Não poderia esquecer de agradecer às amigadas que fiz na instituição que me inspirou desde o mestrado a trilhar os caminhos da pesquisa e produção acadêmica. Aos amigos “Goeldianos”, que muito me auxiliaram na construção deste trabalho, estendendo a mão e abrindo caminhos para que este doutorado fosse concretizado. Aos que já partiram para outro plano e aos que por aqui permanecem, minha gratidão eterna: Aldeídes Camarinha; Andrea Assis; Olimpia Resque; Mazildo Pacheco; Fátima; Berenice; Melquíades; Sônia; Roosevelt; Francileila Jatene, Rodrigo Paiva; Gracinha; Viviane Cesar; Carmecy Ferreira; Doralice Romeiro (*in memorian*), Rui (*in memorian*); Ana Maria (*in memorian*); seu Pinheiro (*in memotian*); dona Telma (*in memorian*); Helena Alves Quadros (*in memorian*); obrigada por tudo e por tanto.

Agradeço também a todos os funcionários das instituições de pesquisa pelas quais passei durante a elaboração desta tese, pelo bom atendimento, acolhimento, e auxílio necessários para a realização de uma boa pesquisa. Aos trabalhadores da Biblioteca Pública Arthur Viana (setor de obras raras e hemeroteca); Biblioteca do Grêmio Literário Português; Arquivo Público do Estado do Pará, Arquivo Guilherme De La Penha e Biblioteca Domingos Soares Ferreira Pena (Museu Goeldi), deixo registrado a minha gratidão.

Por fim, meu agradecimento especial à Rose Daise Nascimento, querida e competente psicóloga, que me ajudou a recuperar a saúde mental em meio a pandemia da COVID-19 que estamos vivendo desde o início de 2020, amenizando dores e mostrando que sou capaz de muitas coisas, inclusive de ser doutora. Se eu consegui concluir este trabalho, devo parte desta conquista à Dra. Daise, que me encorajou a chegar até aqui. Enfim, sobrevivi!

RESUMO

Este trabalho analisa a representação do estado do Pará na Exposição Internacional das Indústrias e do Trabalho em Turim, ocorrida na Itália no ano de 1911. A análise compreende a problemática em torno da intenção do governo paraense em buscar estratégias que viessem a contribuir para o restabelecimento econômico do estado, que, em 1911, ficou historicamente marcado pelo alerta econômico que vivenciara, em virtude da forte desvalorização, no mercado internacional, do seu principal produto de exportação: a borracha. A partir da análise das fontes, é possível afirmar que, mesmo diante de uma conjuntura de séria crise econômica, o governo paraense organizou a sua melhor representação em um evento internacional, considerando os vultosos investimentos públicos para a participação neste certame em um momento onde os discursos oficiais do governo apontavam para um colapso financeiro. Diante disso, o principal argumento desta tese é o de que o estado forjou uma imagem de território em franco progresso material, moderno e de acordo com o padrão de civilização que a “bela época” européia exigia, utilizando a ciência, através da figura de um cientista (Jaques Huber) e de uma instituição científica (Museu Goeldi), como principal “recurso” de convencimento e legitimação no processo de construção da referida imagem.

Palavras-Chaves: Exposições Internacionais. Ciência. Política. Propaganda. Representação.

ABSTRACT

This work analyses the representation of the state of Para in the world's fair on industry and labour hosted in Turin, 1911. The analysis concerns the intention of the government of Para while looking for strategies that would contribute to the economical recovery of the State. Para was going through a bad situation back in 1911 due to the loss of market value of its main product at the time: the rubber. According to the research it is possible to say that, despite the economical crisis the State was facing that year, Para managed to have its best representation ever in an international event. It is impressive, considering the public investments made for the participation of the State in such an event in a time when all the official notes of the government indicated a financial collapse. Therefore, the main argument of this thesis is that the government has forged an image of progress and modernity, all according to the European standards of that time. The government did that thanks to a scientist (Jaques Huber) and a scientific institution (Goeldi Museum). Those two pieces were the main way of convincing and legitimization in the process of construction of the desired image.

Keywords: International Exhibitions. Science. Politics. Advertising. Representation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Fotografia dos membros da comissão paraense em Turim	147
Figura 2 -	Pavilhão brasileiro em Turim	157
Figura 3 -	Banquete oferecido pelo Presidente da Delegação Paraense ao Comitê Executivo da Exposição de Turim e outras personalidades, em 25 de outubro de 1911	175
Figura 4 -	Mostruário de Madeiras do Brasil (organizado segundo o plano traçado pelos delegados paraenses). Exposição de Turim, 1911 ...	188
Figura 5 -	Pirâmide de Madeiras do Pará, vista da entrada principal do 3º pavilhão. Exposição de Turim, 1911	188
Figura 6 -	Tóros de madeira do Pará, expostos pelo município de Belém. Exposição de Turim, 1911.....	189
Figura 7 -	Stand” especial de artefatos de madeira da Casa Construtora Manoel Pedro e C ^a . Exposição de Turim, 1911	191
Figura 8 -	Vista do “Stand” da Borracha do Pará (organizado segundo o plano traçado pelos Delegados Paraenses). Exposição de Turim, 1911	195
Figura 9 -	Máquina de Defumar Borracha, patenteada pela firma paraense Danin & Mello e baseada no processo de preparo da borracha “Vianna Coutinho”, aperfeiçoado	200
Figura 10 -	Jacques Huber no Parque Zoobotânico do Museu Goeldi fazendo sangramento de uma árvore com a faca de corte de sua invenção, ca. 1912-1913	209

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Resumo da Atividade Fabril Paraense no ano de 1908	73
Quadro 2 -	Síntese dos produtos enviados pelos municípios do interior paraense para a exposição de Turim (1911)	127
Quadro 3 -	Síntese dos produtos de Belém para a exposição de Turim.....	132
Quadro 4 -	Organização da mostra brasileira na exposição de Turim	159

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação do Brasil em Exposições Universais (1862 -1911)	36
Tabela 2 - Grupos e classes em que concorreram os expositores paraenses na exposição das indústrias e do trabalho em turim (1911)	122
Tabela 3 - Relação dos volumes enviados pelos estados para Turim	161
Tabela 4 - Síntese dos registros de patente concedidos a Carlos de Cerqueira Pinto, referente aos produtos para beneficiamento da borracha de sua autoria	203

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I - A <i>BELLE ÉPOQUE</i> AMAZÔNICA NAS “VITRINES DO PROGRESSO”: O PARÁ NAS EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS	25
1.1 Para além do discurso da modernidade: a participação brasileira e paraense nas exposições universais enquanto marcos políticos e de construção de imagens	32
1.2 De ambiente selvagem a projeto civilizatório: as exposições e a representação da Amazônia no exterior durante o período de transição do Império para a República	40
1.2.1 O Pará na Exposição de Paris em 1889: a imagem da Amazônia às vésperas da República brasileira	43
1.3 Saint Louis (1904), Rio de Janeiro (1908), Bruxellas (1910) e Londres (1911): algumas das primeiras exposições do período republicano e a pretensa imagem do Pará e da Amazônia no Brasil e no exterior	51
CAPÍTULO II - PARA UMA “REPRESENTAÇÃO CONDIGNA”: OS PREPARATIVOS PARA A PARTICIPAÇÃO PARAENSE EM TURIM ..	91
2.1 A comissão organizadora e o estado “dignamente representado”	94
2.1.2 “Das indiscutíveis vantagens que resultarão para o nosso Estado”: a organização dos produtos e as perspectivas para a exposição italiana	103
2.2 “Os productos paraenses que tem de figurar no grande certamen”: natureza, ciência e tecnologia na exposição prévia	119
CAPÍTULO III - NO JUBILEU ITALIANO FAZENDO JUS “AOS GRATOS APPLAUSOS DE SEUS CONCIDADÃOS”: O PARÁ NA EXPOSIÇÃO DE TURIM	143
3.1 “Visaremos a expansão econômica dos productos nacionaes e a reputação dos nossos créditos de paiz civilisado”: o Brasil em Turim	148
3.2 Mostrando-se a altura dos seus progressos: a representação paraense	165
3.2.1 Os preparativos em terras italianas relatados nas correspondências: da “grande balburdia” à orgulhosa “sofisticação”	167
3.3 “O Logar do Pará na Secção Brasileira”: a exibição paraense vista por dentro	183
3.3.1 “Tinha um aspecto deveras imponente”: a seção de madeiras	187
3.4 Ocupando “o lugar proeminente que lhe compete”: a borracha paraense, técnicas e tecnologias para o seu beneficiamento	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
REFERÊNCIAS	236

INTRODUÇÃO

No ano de 2015, a Itália foi palco de um grande evento internacional: a Expo Milão, que ocorreu no período de 1º de maio a 31 de outubro daquele ano, reunindo pouco mais de 140 países. Divulgada pela grande mídia como exposição universal, celebrou o que os jornais chamaram de “as excelências da italianidade”, abrangendo características culinárias e culturais daquele país (MARTINS, 2015).

Com o tema “Alimentar o planeta, energia para a vida”, o certame italiano pretendia debater ideias e soluções, promover reflexões e fomentar a criatividade na busca por inovação para um futuro sustentável por parte dos países participantes. A proposta também buscava incentivar a reflexão crítica em torno do paradoxo fome *versus* nutrição em nível mundial, e as alternativas possíveis para a garantia de alimentação saudável e igualitária entre os povos, considerando o equilíbrio do planeta (BETONI, 2015).

Mais de um século depois da Exposição das Indústrias e do Trabalho em Turim, que ocorreu no ano de 1911, a Expo Milão 2015 teve algumas semelhanças em relação ao certame de outrora, sobretudo no que diz respeito à grandiosidade e ao vultoso investimento, salvaguardando os respectivos contextos em que cada um deles ocorreu.

A Expo 2015 ocupou uma área de 1,1 milhão de metros quadrados, abrangendo o espaço entre duas avenidas, Cardo e Decumano, onde foram construídos os pavilhões dos países participantes e as praças públicas do evento (OFICIALMENTE..., 2015).

Entre as características que mais despertaram a atenção da mídia, de maneira semelhante ao que ocorreu em 1911, estava a exuberância arquitetônica dos pavilhões. Em 2015, eles apresentavam estruturas que reproduziam desde uma grande colméia – como foi o caso do pavilhão do Reino Unido, com mais de 169 mil componentes de alumínio, tendo como objetivo trazer aos visitantes a experiência da vida das abelhas (HELM, 2015) - até um espaço que buscou integrar natureza e tecnologia com o intuito de destacar o ar enquanto elemento fundamental da vida – como foi o caso do pavilhão da Áustria, que teve a sua instalação composta por árvores de até 12 metros de altura e muitos espaços verdes (OS TRÊS..., 2015).

Ocupando uma área de 4.133 metros quadrados, o pavilhão brasileiro, considerado um dos mais atrativos do evento, apostou na ludicidade. Como elemento de destaque, utilizou uma grande rede, ou teia, feita de ferro, a qual se estendia por todo o ambiente e, ao ser tensionada, formava nichos suspensos que poderiam funcionar como local de descanso ou lazer, além de alguns recursos sensoriais, favorecendo a interação dos visitantes com o

ambiente. Projetado pelo Studio Arthur Casas e pelo atelier Marko Brajovik, e com o tema “Alimentando o Mundo com Soluções”, o pavilhão brasileiro distanciou-se da ideia de um país do samba e do futebol, objetivando mostrar um Brasil líder na produção de alimentos, detentor de boa gastronomia e com produção agrícola valorosa (CIPRIANO, 2015), além de apresentar um futuro economicamente promissor para o país (CONHEÇA..., 2015).

A intenção de revelar ao mundo um Brasil distante de seus estereótipos mais comuns, como ocorrera na Expo 2015, também não é novidade no que concerne a organizações destes eventos entre os séculos XIX e XX, sendo um dos aspectos alvo das abordagens historiográficas sobre o tema, tal como nos lembra Ruth Levy (2008) ao afirmar que as relações com a Europa e a questão do imaginário europeu sobre a América, elaborado a partir das participações brasileiras nos eventos internacionais, é uma característica que lida com a questão do confronto entre a auto-imagem desejada pela elite brasileira e o esteriótipo elaborado pelo imaginário europeu, com o abismo entre a utopia do progresso e o atraso colonial. Tal intenção encontrava-se evidenciada na arquitetura das exposições, a qual teve papel significativo dentro da “ideologia do progresso” que permeou tais eventos, uma vez que, através do elemento plástico, criava-se cenários fantásticos destinados a comover ou “convencer pela emoção” o público visitante. (IDEM).

Para além das análises das exposições enquanto espetáculos da era moderna e/ou momentos de celebração de grandes feitos das nações, características estas que acompanham o histórico destes eventos, a exposição de 2015 também revelou o lado oposto desses grandes certames, na medida em que foi alvo de polêmicas e contradições de cunho econômico, político e social. Protestos foram feitos contra os altíssimos custos do evento em um momento de crise econômica; ao regime de trabalho dos operários e voluntários, considerado abusivo; a corrupção nos contratos de serviços prestados durante o evento; e também uma contradição da Expo, que tratou de temas como alimentação saudável e sustentabilidade, mas foi patrocinada pela indústria agroalimentar. Tal contexto levou milhares de pessoas às ruas para protestar. (SANJAD, 2017; PROTESTO..., 2015; PROTESTOS..., 2015).

Conflitos políticos, sociais e econômicos fazem parte da história das exposições internacionais. Podemos mencionar, por exemplo, os confrontos ocorridos também na Itália, em 1898, relacionados à Exposição Geral e de Arte Sacra, das Missões e das Obras Católicas. Durante a realização dessa exposição, houve diversos protestos de movimentos anarquistas e socialistas contra a crise econômica italiana. A carestia, o desemprego e as péssimas condições de vida dos operários naquele contexto pareciam não receber a atenção do governo,

pelo menos não na mesma medida que a exposição recebia, fato que levou milhares de italianos às ruas. (SANJAD, 2017, p. 786).

Já em 1911, a Exposição das Indústrias e do Trabalho em Turim, a última grande mostra a ser realizada antes da Primeira Guerra Mundial, evidenciou a aproximação de um conflito europeu quando a Alemanha, país participante do evento, expôs uma grande quantidade de armas sob uma cúpula de 42 metros de altura, em cujo topo figurava a coroa imperial. Tratava-se de uma clara afronta aos demais países convidados para o evento. Ainda em Turim, outra demonstração de conflito entre nações foi revelada: o Pavilhão da Turquia foi fechado no mês de setembro, quando a Itália declarou guerra àquele país, motivada por disputas territoriais. (SANJAD; CASTRO, 2015). Diante de tais fatos que marcaram alguns destes grandes eventos, a ideia de que as exposições eram “arenas pacíficas” (NEVES, 1986) é passível de contestação e merece trabalhos à parte que aprofundem a questão.

Neste sentido, é possível notar as inúmeras possibilidades de abordagem que a pesquisa sobre as exposições internacionais pode proporcionar, as quais demonstram a complexidade que o assunto impõe ao pesquisador. Os estudos sobre as exposições universais enquanto celebrações, eventos pedagógicos, palco de conflitos, de celebrações e de festas, oportunidade de se estabelecer relações comerciais e exercer a diplomacia, locais de competições entre países, ambiente de discussões científicas, entre outras linhas de interpretação histórica, proporcionam a compreensão de contextos políticos, econômicos e sociais de forma global e em diferentes tempos históricos.

Tais possibilidades ultrapassam a ideia comumente retratada na historiografia de que as exposições seriam eventos para a exibição “dos progressos da indústria” e para a promoção das “nações civilizadas” (BARBUY, 1995; PESAVENTO, 1997; KHULMAN JÚNIOR, 2001; HARDMAN, 2005), cujos objetivos eram resumir e exteriorizar a modernidade, constituindo-se em momentos oportunos para exibir novos inventos e mercadorias para o mundo. De acordo com esta análise, as exposições constituíam-se em locais apropriados para a difusão de imagens, ideias e crenças pertinentes ao mundo burguês. No entanto, além de desempenhar estes papéis, tais eventos também favoreciam a circulação de ideias, a instrução, os estudos científicos, o comércio, a propaganda política das nações, a competição e os conflitos existentes entre as mesmas.

Este caráter múltiplo da pesquisa e inerente ao estudo das exposições internacionais, foi um dos aspectos motivadores para este trabalho. O primeiro contato com o tema deu-se em virtude das pesquisas relacionadas ao mestrado, entre os anos de 2011 e 2013, ao investigar a contribuição científica do botânico suíço Jacques Huber, no início do século XX, em meio ao

contexto econômico regional favorecido pelo comércio da borracha (CASTRO, 2013). Durante as investigações, deparei-me com recorrente documentação que apontava a participação deste cientista, e de outros membros da elite intelectual e política paraense, como representantes do estado do Pará em diversas exposições nacionais e internacionais, sobretudo na primeira metade do século XX.

É importante lembrar que, durante a virada do século XIX para o XX, algumas regiões do Brasil estavam integradas ao contexto da *belle époque*, entre as quais Rio de Janeiro, São Paulo, Belém e Manaus. Este período corresponde a um momento de significativas transformações no cenário político nacional, principalmente a partir do advento da República, quando as ideias de modernidade, civilização e progresso, aos moldes dos países europeus, eram predominantes. Como parte deste contexto republicano, as exposições também se constituíram como momentos para articulações políticas que se prestavam a legitimar modelos e critérios de integração, ao que Kuhlmann Jr chama de “concerto das nações civilizadas” (KUHLMANN JÚNIOR, 2010, p. 179).

A participação do Brasil nas exposições internacionais, a princípio, tinha como finalidade principal, mostrar as riquezas naturais que o país podia oferecer ao mercado mundial, as quais eram bastante valorizadas no exterior, o que, segundo Domingues, significava “uma opção política de manutenção do dito destino agrícola do país, isto é, da exploração dos produtos naturais para colocá-los no mercado” (DOMINGUES, 1999, p. 205). Posteriormente, com a difusão de ideias relacionadas à modernização, ao progresso e à civilização, o país passou a participar destes eventos também como forma de sentir-se parte desse projeto civilizatório, além do objetivo de obter vantagens econômicas com a comercialização da produção nacional junto ao mercado internacional.

A Amazônia, em especial o estado do Pará, se fez representar em inúmeros destes eventos internacionais. No início do século XX, quando a borracha ainda figurava nas estatísticas do comércio regional como o principal produto de exportação, os artefatos resultantes da produção gomífera, assim como todo o sistema que envolvia a mesma, ganhavam destaque nestes certames ao lado de outros produtos naturais, compondo a apresentação de uma região “exótica” aos olhos estrangeiros. Em contraposição, tentava-se mostrar para o mundo o potencial industrial do estado ao levar para as exposições as transformações das matérias-primas adquiridas na floresta e reveladas em produtos manufaturados e fabris de grande utilidade para sociedades que já se consideravam modernas e civilizadas.

A partir de 1911, com a crise da borracha já instaurada na região norte do país, a participação paraense nesses eventos ganhou novos contornos: agora havia uma urgência em realizar uma boa representação estadual, uma vez que dela dependia o sucesso das negociações dos produtos regionais no mercado internacional, tendo em vista a recuperação da economia, a qual, aquela altura, já carregava o peso do colapso econômico que se aproximava com as baixas nas exportações de borracha.

A frequente participação de Huber nestes eventos, como delegado do governo do estado; a mobilização política na tentativa de integrar capital ao interior para a representação paraense no exterior; os discursos oficiais que buscavam inserir o Pará e a região amazônica no rol internacional das “nações civilizadas”; a participação do estado nestas exposições, sobretudo diante dos períodos de insegurança econômica em virtude da instabilidade comercial da borracha amazônica no mercado internacional, foram aspectos que também chamaram a atenção neste primeiro contato com a documentação relacionada ao tema.

As pesquisas durante o mestrado identificaram que o botânico Jacques Huber exerceu papel fundamental enquanto representante estadual nestes certames. O cientista e então diretor do Museu Paraense, ao ser designado pelo governo do Pará, desempenhou positivamente o seu papel diplomático, político e científico, sendo responsável por intermediar importantes negociações relacionadas à comercialização dos produtos paraenses no exterior, especialmente a borracha.

Ao iniciar o doutorado, os estudos acerca da participação de Huber nas exposições foram aprofundados, trazendo à tona novos questionamentos e problematizações em relação ao tema: como se dava a representação paraense nestes eventos durante um contexto de instabilidade econômica? Como o principal produto econômico regional foi representado no exterior? De que forma foi executada a mobilização da capital e dos municípios do interior do estado para a participação nestes certames, tendo em vista as dificuldades de comunicação e a extensão territorial da região? Quem eram os representantes do estado nas exposições internacionais, e o que motivou a seleção dos mesmos? Quais os resultados que o estado obteve ao participar destes certames?

Entre os vários eventos internacionais que contaram com a participação do Pará no início do século XX, foi na exposição de Turim, em 1911, que o estado esteve melhor representado, ainda que a conjuntura econômica local, naquele ano, fosse pouco favorável, constituindo-se como um marco no que se refere à instauração de uma crise econômica. É justamente neste contexto de contradição entre a preocupante realidade econômica paraense

em 1911 e a representação estadual em um grande evento internacional que este trabalho se estabelece cronologicamente.

Diante da realidade de um estado que enfrentava séria dificuldade econômica, como foi possível sustentar a melhor representação do Pará em um evento internacional, considerando os vultosos investimentos públicos para a participação neste certame em um momento onde os discursos oficiais apontavam para um colapso financeiro devido ao péssimo desempenho do seu principal produto de exportação? A tese defendida neste trabalho que responde a esta contestação, é a de que o estado, seguindo o restante do país no contexto destes grandes eventos, tentou, politicamente, forjar e difundir uma imagem de modernidade e civilização, utilizando, como principal recurso, a ciência, através da figura de um cientista (Jaques Huber) e de uma instituição científica (Museu Goeldi). Essa foi a estratégia de convencimento e legitimação da referida imagem, a qual pretendia propagandear, sobretudo no exterior, o potencial econômico da região amazônica, obtendo, dessa forma, vantagens que resultaram no bom desempenho estadual naquele certame.

Para defender esta tese, dividiu-se este trabalho em três capítulos. O objetivo é discorrer sobre a participação paraense na Exposição das Indústrias e do Trabalho em Turim, no que concerne à construção da imagem de um estado que, supostamente, atendia aos critérios de modernidade, progresso e civilização impostos pelo contexto da *belle époque* europeia, a qual inspirou as transformações políticas, sociais e econômicas em algumas capitais brasileiras durante a virada de século. Este percurso que levou o estado do Pará a obter a sua melhor representação em eventos internacionais, foi permeado por contradições existentes entre os discursos políticos e a realidade amazônica naquela primeira década do século XX, sobretudo quando consideramos a instabilidade econômica e o prenúncio de uma crise financeira com remotas possibilidades de reversão, em virtude das constantes baixas na exportação da borracha regional.

A construção deste trabalho foi realizada a partir da análise de várias fontes documentais, entre as quais destacamos os jornais; os relatórios dos governos estaduais; os relatórios ministeriais; as cartas com teor formal e informal que foram trocadas entre membros da comissão estadual, e entre estes e o governador do estado; os boletins de inscrição dos expositores; os catálogos e relatórios das exposições e as fotografias oficiais destes eventos. As fontes foram pesquisadas em bibliotecas e hemerotecas digitais; na Biblioteca Pública Arthur Vianna, da Fundação Cultural do Pará, em Belém; na Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna e no Arquivo Guilherme de La Penha, ambas unidades administrativas do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém.

O primeiro capítulo, intitulado “*A belle époque amazônica nas ‘vitrines do progresso’: o Pará nas exposições universais*” analisa os discursos em torno das ideias de civilização, progresso e modernidade enquanto parte da mentalidade das elites políticas e intelectuais, no âmbito nacional e regional, durante a virada do século XIX para o XX, especialmente no período pós-proclamação da república brasileira. A mudança de regime político no país determinou o apagamento de imagens que pudessem remeter à ideia de atraso, dando lugar a imagens que representavam um país em franco progresso, moderno e civilizado, conforme os critérios europeus de civilização. O capítulo também procura compreender como tal mentalidade influenciou na participação do Brasil e do Pará nas exposições internacionais daquele período.

Este primeiro capítulo propõe uma análise comparativa em relação à representação da Amazônia e do Pará nestes eventos, a partir do desempenho de intelectuais, como Sant’Anna Nery durante a Exposição de Paris, que ocorreu em 1889, alguns meses antes da instauração do regime republicano no país. Nery foi o principal intelectual oriundo da região amazônica, empenhado em “desconstruir” a suposta imagem preconceituosa que se difundia, principalmente no exterior, sobre a Amazônia e o Norte do Brasil, os quais eram retratados como regiões longínquas, em certa medida desconectadas do restante do território nacional e dotadas de aspectos selvagens que simbolizavam o que era atrasado e primitivo.

Tal representação também é analisada nas primeiras exposições realizadas após a proclamação da república, entre as quais a Exposição de Saint Louis (1904), a Exposição Nacional do Rio de Janeiro (1908), a Exposição Universal de Bruxelas (1910) e a Exposição Internacional da Borracha em Londres (1911). É importante ressaltar que tanto a Exposição Nacional quanto a Exposição da Borracha em Londres não atendem aos critérios que classificam uma exposição como universal; no entanto, ambas foram bastante significativas para a compreensão da construção da imagem que o país e o estado do Pará divulgaram nestes grandes eventos. Com a referida análise, foi possível constatar a evolução e/ou a permanência de características regionais e nacionais que fizeram parte das exposições brasileiras e paraenses ao longo da história destes certames.

O segundo capítulo, com o título “**Para uma ‘representação condigna’: os preparativos para a participação paraense em Turim**”, analisa a organização prévia do estado para a sua representação na exposição turinesa. Destaca-se o processo de integração política entre capital e as intendências do interior paraense, desde os anos iniciais da República, e que teria notáveis reflexos durante a mobilização estadual para a exposição de Turim.

O capítulo também aborda as etapas da seleção dos produtos paraenses que figuraram na Itália, levando em consideração a elaboração de critérios por parte da comissão organizadora, os quais pretendiam garantir uma boa representação estadual no exterior. Além disso, também retrata a variedade da produção paraense, incluindo os artigos produzidos artesanalmente, aqueles resultantes da produção manufatureira e os produtos de origem fabril. As semelhanças e diferenças entre os produtos oriundos dos sertões paraenses e os produzidos na capital Belém também compõem a análise neste segundo capítulo. A formação da comissão organizadora e os trabalhos por ela desenvolvidos no intuito de assegurar a seleção, a organização, o transporte dos produtos, a exposição prévia, assim como a expografia do espaço destinado à exibição dos artigos paraenses em Turim, são outros temas aqui elencados.

O terceiro capítulo deste trabalho, intitulado **“No Jubileu Italiano fazendo jus ‘aos gratos applausos de seus concidadãos’: o Pará na Exposição de Turim”**, retrata o desempenho do estado em terras italianas. A organização dos mostruários paraenses, a receptividade dos estrangeiros, o interesse na produção regional e a possibilidade do estabelecimento de negócios entre Pará e Itália são alguns dos aspectos que fazem parte desta análise. Neste capítulo, os bastidores do evento italiano também são revelados, demonstrando as contradições entre os discursos oficiais que exaltam o estado do Pará enquanto território moderno e civilizado, e a realidade de um estado que enfrentava uma grave crise econômica. Deixa-se claro, desta forma, a necessidade de se forjar uma boa imagem estadual, no intuito de obter vantagens junto às grandes potências mundiais, sobretudo as que resultassem em algum retorno financeiro.

Este capítulo revela o conjunto de esforços envolvendo governo, municípios e comissão organizadora na tentativa de construção da tão almejada imagem de progresso do estado, cujo objetivo, entre outros, era o de obter aceitação internacional. Para tanto, o governo paraense se auto apresentava como imbuído de características modernas e civilizadas, evidenciadas na tentativa de exibir produtos que exigiam algum tipo de tecnologia, especialmente os que possuíam o látex como principal matéria prima, a exemplo da máquina de defumar borracha, das facas de corte das seringueiras, dos produtos químicos, entre outros artefatos que prometiam o melhoramento do principal produto econômico da região.

Ainda neste capítulo, analisamos a importância da ciência, na figura do cientista Jacques Huber e da instituição científica por ele representada (o Museu Goeldi), no processo de construção desta imagem positiva do estado do Pará, uma vez que, os discursos científicos foram diversas vezes utilizados para sustentar a boa representação que o Pará fez na

exposição italiana. A presença de Huber nas comissões representativas do estado; a sua convocação para compor júris internacionais, ou para compor, por ordem do governo, equipes técnicas para a análise e validação de inventos; os constantes convites para conferências sobre o tema da economia gomífera amazônica; o seu papel diplomático em negociações internacionais que tinham como objetivo fomentar a economia por meio das atividades extrativas; a utilização de seus estudos científicos para fundamentar pontos de vista políticos e econômicos, comprovar teses relacionadas à atividade extrativa do látex e/ou trazer novas perspectivas em relação ao desempenho e futuro da produção gomífera amazônica; entre outros aspectos abordados neste trabalho, evidenciam o quão a integração entre ciência e política foi fundamental para a construção dessa imagem,.

Por fim, nas **considerações finais** deste trabalho, foi possível concluir que toda a trajetória da pesquisa sobre a representação paraense na Exposição Internacional das Indústrias e do Trabalho em Turim, demonstrou o quão complexo foi, para as elites nacionais e regionais, pensarem, construírem e se apresentarem diante dos olhares estrangeiros, sustentando a imagem positiva que almejavam, de acordo com os seus interesses específicos. Além disso, este trabalho demonstrou o quanto a criação de estratégias para o convencimento e a legitimação da referida imagem constituiu-se como processo complexo, sendo a diplomacia e a ciência dois campos de extrema importância para fundamentar discursos e ações políticas e econômicas no contexto em questão.

CAPÍTULO I

A BELLE ÉPOQUE AMAZÔNICA NAS “VITRINES DO PROGRESSO”: O PARÁ NAS EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS

Depois de Rio de Janeiro e de S. Paulo, é Belém a cidade mais bella e mais adeantada do Brasil (...) Cidade plana, está quase toda calçada e, em grande parte, arborizada nas principais Avenidas (...) e ajardinada nas praças mais importantes (...). É de primeira ordem o serviço de hygiene, trabalhando nelle, de accôrdo, o Estado e o Município de modo a impedirem a invasão das moléstias epidêmicas e reduzir quanto possível o effeito das endêmicas. (...) o último melhoramento de que foi dotada a capital não é, de certo, o de menor importância, porquanto constituia uma aspiração do povo paraense – a viação urbana por tracção eléctrica. Desde 15 de agosto de 1905, foi pella “Pará Electric Railway and Lighting Company” inaugurado o serviço que não tardará muito em concluir (...). A iluminação da cidade é feita igualmente por uma companhia ingleza (a mesma Pará Eléctric), que nella emprega 2.334 lâmpadas, sendo 2.154 pequenas e 180 grandes, de arco voltatico. A Estrada de Ferro de Bragança, que attingiu a pouco seu ponto terminal na cidade desse nome, atravessa a Capital em um percurso de cinco kilometros, tendo um ramal que vae até a Villa Pinheiro. A Capital do Pará corresponde-se com todo o mundo civilisado pelas linhas submarinas da Western & Brazilian Telegraph Company, Limited, e da Compagnie Française des Cables Telegraphiques, e ainda com o sul do paiz pelas linhas terrestres do Telegrapho Nacional e com o interior do Estado e a cidade de Manaos pelas linhas sub-fluviaes da Amazon Telegraph Company Limited. (...)” (REVISTA DA SEMANA, não paginado, 1908).

A citação acima foi extraída do periódico carioca Revista da Semana no ano de 1908, o qual, à época, era um encarte que circulava junto ao Jornal do Brasil. O referido número da publicação era uma edição especial que tinha como tema o estado do Pará e a participação do mesmo na Exposição Nacional daquele ano. O texto assinado por Jacques Ourique, general e presidente da comissão paraense responsável pela organização estadual para a participação no certame, nada mais era do que a reprodução de parte do livreto, de mesma autoria, elaborado para apresentar o estado do Pará e seus aspectos históricos, geográficos, sociais, científicos e econômicos naquela exposição (OURIQUE, 1908). O conteúdo, como é possível notar acima, consistia na descrição pormenorizada de um estado em franco progresso, em especial a capital Belém, a qual já contara com alguns avanços que eram característicos de nações tidas como modelo de civilização para o Brasil, em especial as européias, sendo a França o seu expoente principal.

A Revista descrevia um Pará em transformação na sua paisagem e nos seus hábitos, os quais, por exigência daquele contexto, ganhavam versões mais refinadas e modernas, como sugeria o “padrão haussmaniano” na Europa, e cuja “versão tupiniquim” era exemplificada com a grande reforma urbana de Pereira Passos no Rio de Janeiro, e o progresso que Antônio Lemos tentara implantar na capital que governara durante a *belle époque* paraense. Apresentada como a terceira cidade “mais bela e mais adiantada do país”, Belém destacava-se

em virtude da nova concepção de espaço urbano, hábitos e costumes que fizeram parte do contexto da virada do século XIX para o XX, agregando características as quais, de acordo com os discursos oficiais, a aproximava do que de mais moderno existia nos países ditos civilizados: calçamento e arborização das principais avenidas, serviços de higiene, transporte urbano, eletricidade, estradas de ferro, linhas de comunicação terrestres, submarinas e subfluviais, entre outros aspectos.

A “bela época” vivenciada por cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus e Belém foi o reflexo de transformações ocorridas, sobretudo no continente europeu, fruto do advento e avanço do sistema econômico capitalista ao final do XIX, o qual culminou em mudanças que foram determinantes para a economia mundial e assentou as bases do modelo político-econômico imperialista. De acordo com o historiador Eric Hobsbawn, alguns aspectos foram decisivos para a implantação deste modelo, entre os quais: concentração econômica; competição internacional entre economias industriais rivais; crescimento do mercado de consumo de massas; inauguração de uma nova era tecnológica; controle e manipulação de mercado, entre outros. (HOBSBAWN, 1996; 1998; MACHADO; MARTINS, 2017).

Para o historiador Geraldo Mártires Coelho (2011), o período a que denominamos *belle époque*, por muito tempo permeou o pensamento social como uma espécie de contexto “mitológico”, que acabou por construir representações que posteriormente foram “mundializadas”¹, sendo a Paris de fins do século XIX constituindo-se como significativa metáfora, “espaço-síntese de uma forma de vida requintada, elegante, culta e civilizada”, a qual produzira “imagens de uma Idade de Ouro da vida social”, construindo desta forma, uma narrativa “suave” sobre a “dramática dialética da revelação e do encobrimento, da aparência e da essência, no limite em que, segundo o pensamento marxista, tudo o que era sólido se evaporava no ar na *Paris fin de siècle*” (COELHO, 2011, p. 141).

Ainda de acordo com Coelho, esse caráter mítico que permeou o contexto da virada de século em algumas cidades brasileiras, entre elas a capital paraense, está associado à ideia da possibilidade de civilizar-se, o que “alimentou no país um forte imaginário acerca de um progresso e de uma civilização que aqui se estabeleceram na condição de universais”. Neste

¹ Segundo o autor: “No caso da mundialização dos processos inerentes ao modo de produção capitalista – fontes de matérias-primas, mercados, mãos-de-obra e suporte do capital financeiro – seu desenvolvimento ocorreu sobre realidades sociais e figurações históricas já incorporadas à dinâmica da economia européia moderna desde a era do Mercantilismo. Por conta dessa agregação de condições materiais e culturais já historicamente consolidadas, no caso específico da *belle époque*, a expansão, a mundialização da cultura burguesa a partir dos centros hegemônicos do capital foi mais dinâmica e abrangente. Pelos canais de circulação do capital circulava, igualmente, o discurso do Progresso e da Civilização, na forma das muitas representações assumidas por esse mesmo discurso, inclusive as próprias do seu capital simbólico” (COELHO, 2011, p. 144-145).

sentido, a ideologia com bases na europeização e branqueamento nacional, e que permeava as mentalidades, sobretudo, das elites urbanas no Brasil, teve na *belle époque* a oportunidade de empenhar-se ainda mais para construir o almejado “país real”, “cujas estruturas fundadoras encontravam-se no país imaginário” (COELHO, 2011, p.143).

Sobre a ideia de progresso e civilização que permeava o imaginário brasileiro, em especial o da elite nacional desde o início do século XIX, a historiadora Teresa Cribelli lança à luz interessantes questionamentos em relação ao significado destes ideais no contexto social daquele período, onde o país ainda era eminentemente escravocrata e com uma economia voltada para a atividade agrícola. De acordo com Cribelli (2007), a modernização é composta de várias faces “seja o acúmulo de capital e o aumento da industrialização, ou o surgimento do conceito de uma sociedade de massa ou civil uniforme e das inovações institucionais e sociais que serviriam a suas necessidades coletivas” (CRIBELLI, 2007, p. 2). É dentro desta abordagem que a autora busca identificar o discurso brasileiro de modernização.

Cribelli utiliza como base para a sua pesquisa a análise do significado – e em algum momento o próprio conceito - das ideias de “aperfeiçoar” e “civilizar” na conjuntura social do oitocentos. Para a autora, tais pensamentos possuem correlação com o cenário das inovações técnicas e o debate sobre a necessidade de modernização da agricultura iniciado no século XIX. Sobre o conceito de “aperfeiçoar”, a autora faz a seguinte análise:

O primeiro termo, ‘aperfeiçoar’, foi utilizado especialmente em relação a equipamentos agrícolas. O verdejante cenário tropical do Brasil foi uma das razões pelas quais as elites recorreram à agricultura ‘científica’ como uma base de riqueza e a melhor maneira de se construir uma economia moderna; viam a introdução ou invenção de ‘máquinas aperfeiçoadas’ como a solução para a escassez de mão de obra no Brasil e a maneira mais eficaz de se utilizar os seus recursos naturais. O uso de ‘aperfeiçoar’ pode refletir, em parte, o fato de que as primeiras máquinas normalmente vinham do exterior; tinham que ser adaptadas às condições e restrições locais. (CRIBELLI, 2007, p. 3).

Desta forma, entende-se que a ideia de aperfeiçoar ou aperfeiçoamento está relacionada ao aprimoramento do que já existe, cujo intuito visa o melhoramento material. Ao utilizar a expressão referindo-se a inventos ou máquinas, não se trata de uma alusão às inovações da sociedade moderna ou de algum aspecto revolucionário “no sentido de mudar as fundações subjacentes da sociedade”, mas sim de melhorar as estruturas já existentes, adaptando-as às especificidades das terras nacionais com o objetivo de tornar o seu funcionamento mais eficaz. Segundo Teresa Cribelli essa interpretação, para a qual a autora chama de “abordagem cautelosa”, sobretudo em relação aos inventos e máquinas no século

XIX², sugere que na sociedade brasileira daquele período, havia um temor implícito quanto a rápida inovação, também em virtude do conservadorismo que permeava a mentalidade de parte da elite, uma vez que, conforme a autora nos lembra:

O Brasil do século XIX era uma sociedade escravocrata na qual brancos estavam cercados de escravos e populações miscigenadas livres. Os proprietários de escravos viviam sob a sombra da Revolução do Haiti; eles viram o perigo que, segundo sua perspectiva, a introdução de novas ideias podia apresentar para a ordem social (...). A questão que deve ter tirado o sono da sociedade brasileira (uma questão cujo resultado era incerto), era a seguinte: a inovação poderia ser explorada sem minar a ordem social? (CRIBELLI, 2007, p. 4).

Neste sentido, o possível “temor” em relação a modernização da atividade agrícola estava intimamente ligado à possibilidade de desordenamento social, uma vez que as “novas ideias” poderiam influenciar os escravos a voltarem-se contra os seus senhores. Para evitar a referida desordem, “civilizar” os escravos era a medida preventiva defendida por alguns. Nesse contexto sobre a ideia de “civilizar”, Cribelli cita em sua análise o ponto de vista defendido por Maria Josephine Mathilde Durocher - enfermeira francesa que foi parteira da princesa Maria Leopoldina -³, a qual acreditava que “civilizar” escravos através da educação era uma forma de “transição dos abusos da escravidão colonial portuguesa ‘retrógrada’ sem, em última instância, alterar a hierarquia social estabelecida por este mesmo sistema”, sendo a sua proposta a de educar escravos e ex-escravos para que estes aceitassem desempenhar um papel “mais pacífico” na sociedade, mantendo-se a sua condição de subordinados; ideia essa próxima a um tipo de “adestramento” desta classe social. De acordo com Cribelli:

‘Civilizar’, para Durocher, significava uma ordem social mais gentil, mais suave, porém, uma ordem que ainda delineava claramente uma hierarquia, com as famílias brancas instaladas no topo – a única mudança importante era que em vez de

² Ao contextualizar sua análise, a autora recorre ao jornal O Auxiliador da Indústria Nacional, órgão de divulgação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), que teve publicação mensal entre os anos de 1833 e 1892. Este periódico tinha como conteúdo os acontecimentos que envolviam a organização do trabalho agrícola no Brasil, visto que esta era a principal atividade econômica do país. A origem da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a mais antiga associação civil registrada no Império e inaugurada em 19 de outubro de 1827, está de certa forma vinculada às mudanças na produção agrícola. A associação idealizada por Inácio Álvares Pinto de Almeida tinha o objetivo de auxiliar a indústria nacional e sua fundação ocorreu pouco mais de um ano após ser firmado o tratado anglo-brasileiro contra o comércio de escravos em 23 de novembro de 1826. Esse acordo, ratificado pela Grã-Bretanha em 13 de março de 1827, registrou o recrudescimento da pressão britânica para que o governo brasileiro efetuasse a abolição do tráfico negreiro (MURASSE, 2008).

³ De acordo com Maria Lúcia Mott, Maria Josephine Mathilde Durocher - ou Mme Durocher, como se refere a autora -, nasceu em 1809 na França, e chega ao Brasil juntamente com sua mãe em 1816. Provavelmente foi a primeira mulher educada no Brasil a publicar textos na área de medicina com o próprio nome. Sua formação como parteira iniciou-se em 1833, sendo que o primeiro contato com a profissão se deu fora da escola de partos, quando recorreu ao ensino particular, tendo como professor o médico negro Joaquim Candido Soares de Meirelles. No ano seguinte, em 1834, seguindo um modelo bastante comum no seu país de origem, no qual as parteiras obtinham a formação em escolas que ensinavam a profissão, matriculou-se no curso de partos recém criado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sendo a primeira de poucas mulheres a se matricular no curso no decorrer do século XIX (MOTT, 1994).

manutenção pelo chicote, esta ordem seria mantida por um tipo de paternalismo benigno. É claro que esta idéia de orientação protetora já fora prometida antes. As justificativas originais para se escravizar os africanos tinham natureza ostensivamente tutelar; esta relação era justificada por fontes tão diversas quanto Aristóteles e Antonio Vieira. ‘Civilizar’, para Durocher, significava pôr em movimento um processo, no qual, escravos emancipados aceitavam, com amor e graça, sua subordinação. A autora de maneira alguma sugere uma reversão ou transformação desta hierarquia subjacente ou dos mecanismos sociais e econômicos que a motivam. Seria mais um retiro em um paternalismo esperançoso do que um programa concreto para reforma. (CRIBELLI, 2007, p. 5).

Em suma, o “civilizar” para Madame Durocher no contexto do século XIX, estava associado a ideia de pacificação, não rebeldia e manutenção hierárquica. Embora Teresa Cribelli faça a análise em torno do pensamento da elite brasileira sobre as ideias de civilização, modernização e progresso no oitocentos, é notório que este debate se estende até princípios do século XX, no contexto da recente República. O discurso do “aperfeiçoamento” e do “civilizar” a que Cribelli faz referência ganham novos sentidos com a corrente positivista que fundamentou a ideologia republicana no Brasil, sobretudo quando a discussão ainda volta-se para o melhoramento das técnicas agrícolas e também dos métodos empregados na atividade extrativa, esta última com destaque para o caso da região amazônica, sendo a abordagem sobre o emprego do “progresso técnico” fator primordial para a melhoria da situação econômica, sobretudo em tempos de crises como a que ocorreu com a borracha no norte, e o café no sul brasileiro, por exemplo; além de possuir íntima relação com a questão das relações de trabalho e mão de obra na virada do século.

A historiadora Margarida de Souza Neves (1988) também propõe reflexões sobre as ideias de progresso, civilização e modernidade, utilizando o contexto das exposições internacionais na virada do século XIX para o XX. Segundo a análise de Neves, tais ideias são marcadas, neste período, por um otimismo quase que religioso, na medida em que é na ideia de progresso que se encontra “a explicação última da história, que legitima a necessidade do passado e a ordem do presente”, além de apontar para “uma parusia terrena, onde todos os povos do globo seriam finalmente atraídos para a seara da CIVILIZAÇÃO” (NEVES, 1988). Ainda segundo a autora, “as bases teóricas dessa ideologia têm por fundamento o binômio PROGRESSO = CIVILIZAÇÃO” (NEVES, 1988), sendo as exposições internacionais um dos símbolos da materialização desta ideologia.

Para Neves, as exposições internacionais tornam-se universais - “mesmo que nas primeiras delas o ‘universo’ esteja reduzido a alguns países da Europa Ocidental e os Estados Unidos (...)” -, pelo fato de agregarem os países que são entendidos como portadores dos valores do progresso, este último atribuído de acordo com a força rigorosa do capital

internacionalizado “tantas vezes acompanhado nos novos continentes coloniais pelo argumento das armas” e que “transformaria o mundo num novo império legitimado (...) pelos valores da civilização”. (*Op. Cit.*: 31). Nesta abordagem sobre a relação entre civilização e progresso nas exposições, a historiadora complementa:

Muitos dos que ingressavam nos faustosos recintos das Exposições eram beneficiários diretos dos lucros do ‘Progresso’. Para estes as Exposições ensinavam que seu lucro era o bem da humanidade. Outros tinham seus corpos disciplinados pela rotina das fábricas. Para estes a exposição reservava a lição do sentido grandioso do trabalho como condição do progresso universal. Também a estes as mostras universais propõem, pelo material exposto, pela arquitetura grandiosa, como pela intensa propaganda, uma nova disciplina que será complementar à primeira: a de suas mentes ilustradas, educadas e instruídas pelo que é visto e assimilado como mera distração moderna. A todos expõem e impõem os novos padrões de CIVILIZAÇÃO (...). Como TEMPLOS DO PROGRESSO as Exposições criam sua própria liturgia, seu ritual e seus símbolos. As cerimônias de inauguração mobilizam e atravessam as cidades que abrigam as mostras. A imprensa multiplica os efeitos destas procissões secularizadas e atraem a opinião pública por ocasião das premiações. Os vencedores, como heróis, recebem medalhas e diplomas. (NEVES, 1988, p. 32-33).

Em sua análise acima exposta, Margarida de Sousa Neves evidencia a relação intrínseca entre a noção de progresso e civilização, na qual a primeira pressupõe a segunda, e vice-versa. Neste sentido, a autora nos mostra que as exposições compreendidas enquanto materializações desta relação simultânea também possuem caráter modelador do comportamento social, uma vez que a partir dos já mencionados pressupostos de progresso e civilização, elas “expõem e impõem” um novo padrão de vida em sociedade exigido pelo contexto da modernidade em voga: disciplinado, culto, instruído e que atribui ao trabalho o papel de “pilar” fundamental para o progresso das sociedades. Tal imposição de um novo padrão ainda possui o auxílio de meios de promoção como a imprensa, a qual trata de exaltar este novo modelo social por meio dos noticiários que destacam estes certames, atraindo assim o aval do público.

Além disso, a análise de Neves ainda revela as diversas possibilidades de leitura que os estudos sobre estes grandes eventos proporcionam, entre as quais o ensinamento ou a promoção de “lições de coisas” como objeto do certame. Tal aspecto está relacionado ao que Nelson Sanjad (2017) chama de “caráter poliédrico” das exposições, e sobre o qual falaremos mais adiante.

Voltemos para a abordagem de Jacques Ourique sobre a “Belém civilizada” do século XX, cuja concepção – como já mencionado - é a de uma urbe inspirada nas transformações urbanas e culturais europeias e, como defendeu Geraldo Coelho, tentava

retratar na realidade do espaço urbano aquilo que se criou no imaginário das elites locais enquanto “padrão de civilização”, mesmo que para isso fosse necessário camuflar parte da realidade que não atendia aos critérios da referida padronização. Neste sentido, tal imaginário em torno do “civilizar-se” e da “*belle époque*” brasileira foi sendo alvo de novas leituras e análises de suas linguagens simbólicas e representações sociais. De acordo com Coelho:

Tanto em termos do Rio de Janeiro como de Belém e de Manaus, cenários referenciais do *civilizar-se* brasileiro na passagem do século XIX para o XX, a *belle époque* passa a domínios outros do pensamento social. Essa passagem, claro está, processa-se em vários planos, na medida em que o universo visitado abriga campos formalmente diferenciados da sua orgânica, ainda que, de um modo ou de outro, digam respeito às formas e representações com que o capitalismo industrial e a cultura burguesa mundializaram-se. No caso da Amazônia, revisitar a *belle époque* das grandes capitais regionais implica, em última análise, mergulhar em domínios da história regional por muito tempo encobertos pela própria *facies* do seu discurso fundador. (COELHO, 2011, p. 143).

Assim, o autor mostra que outros caminhos de análise em relação a bela época começaram a ganhar espaço, para além do glamour, do progresso ou do “civilizar-se”; aspectos estes que comumente e, de forma extenuante, são alvo de pesquisas sobre o período; no entanto, configuram-se como abordagens importantes para a compreensão do contexto e da complexidade do que foi o auge econômico do café e da borracha no país durante a virada de século. Neste sentido, a *belle époque* brasileira “passa a domínios outros do pensamento social”, como é possível notar nas obras historiográficas mais recentes, onde “nos domínios da História Social, da História Cultural e da Literatura, a *belle époque* brasileira, suas linguagens simbólicas e suas representações sociais (...), têm sido objeto de uma nova leitura” (COELHO, 2011, p. 143), configurando-se assim, num processo contínuo e necessário de “desmistificação” do *glamour* daquele contexto, possibilitando novas reflexões sobre outros sujeitos e sobre os dispêndios sociais através dos quais a ideia do referido período foi forjada.

É importante destacar a afirmativa do autor ao retratar o contexto da *belle époque*, mais especificamente a ideologia que permeou o período, como uma “ideia forjada”, no sentido de construção ideológica para satisfazer as elites, justificar e mesmo legitimar seus atos nos mais variados âmbitos – social, político, econômico -, e a necessidade de “desmistificá-la”, desconstruindo o “glamour” imposto ao período a partir de novas abordagens historiográficas. É nesta perspectiva de análise que este trabalho se enquadra.

1.1 Para além do discurso da modernidade: a participação brasileira e paraense nas exposições universais enquanto marcos políticos e de construção de imagens

Como parte integrante da “glamourização” da virada do século XIX para o XX, a historiografia nos mostra um significativo número de trabalhos sobre as exposições universais, apresentando-as como “representação do mundo”, “exibições dos progressos das indústrias”, “festas do progresso”, “concerto das nações civilizadas” (BARBUY, 1995; PESAVENTO, 1997; KHULMAN JÚNIOR, 2001; HARDMAN, 2005), entre outras representações e interpretações historiográficas; porém, a relevância desses eventos também pode ser demonstrada por outros aspectos, para além do caráter simbólico da modernidade, progresso, civilização e burguesia em ascensão. No entanto, é importante ressaltar que estes últimos não deixam de fornecer dados fundamentalmente importantes para a compreensão dos contextos destas exibições.

De acordo com Nelson Sanjad (2017), ao fazer uma análise sobre a historiografia das exposições internacionais na América Latina, é importante atentar-se para o caráter que ele denomina como “poliédrico”, na medida em que as mesmas possuem potencial para a compreensão de diversas conjunturas sociais, econômicas e políticas no decorrer da história. De acordo com Sanjad:

Se, para os organizadores – geralmente governos nacionais em associação com municipalidades e organizações privadas – as exposições são úteis para afirmar projetos geopolíticos em escala global, para os expositores que dela participam – industriais, comerciantes, produtores rurais e profissionais liberais – são boas oportunidades para fazer negócios e/ou divulgar seus produtos e serviços, incentivando o consumo enquanto hábito cultural expandindo redes mercantis e naturalizando o comércio como base das relações internacionais e a produção industrial como base do desenvolvimento social e econômico. Para cientistas, médicos, inventores, artistas e intelectuais de diversos matizes, esses grandes eventos são espaços de compartilhamento e debate, oportunidades para a troca de experiências e o intercâmbio, para fazer avançar investimentos em inovação e tecnologia, para ampliar a audiência, a clientela ou os usuários do mercado de bens intelectuais e serviços culturais (SANJAD, 2017, p. 786-787).

Além destas abordagens diversas, o autor também aponta perspectivas outras que as pesquisas sobre estes grandes eventos possibilitam, como por exemplo, as exposições enquanto “lugares de divulgação de crenças religiosas, de propaganda ideológica e política, de diversão e lazer, de instrução e aprendizagem”; ou mesmo como “ocasiões privilegiadas para observar o desajuste e o constrangimento de muitos diante da força inebriante da ‘modernidade’, com seu otimismo triunfante e sua miragem de prosperidade e bem-estar”. Temas outros como preconceito, racismo, desigualdade social também surgem como parte

integrante na organização das grandes mostras, seja de modo espontâneo ou não (SANJAD, 2017, p. 787).

Tal “caráter poliédrico” também é notado nas abordagens que buscam atribuir conceitos às exposições, embora estas sejam bastante diversas, uma vez que há significativa heterogeneidade de modelos e formatos destes grandes eventos. No entanto, Sanjad chama a atenção para duas características primordiais que configuram estes certames:

Por mais heterogêneos que sejam os projetos em suas intenções e formatos, é necessário, contudo, estabelecer balizas para distinguir uma exposição internacional (e universal) de suas congêneres locais, das feiras, dos mercados, concursos e outros eventos similares, mesmo que aquela seja eivada de regionalismos e/ou nacionalismos. Em primeiro lugar, a tutela do Estado é fundamental, mesmo que a mostra seja organizada por grupos privados e municipalidades. O Estado anfitrião atua, sobretudo, no convite a ser feito a outros Estados, na indução e no convencimento da comunidade internacional. As efemérides atuam nesse processo, criando o ambiente e a justificativa para que outras nações se façam representar em determinado certame. Ao mesmo tempo em que a efeméride é pensada para a autoglorificação do país anfitrião, estimula a rivalidade e desafia outros países a fazer publicidade de sua grandeza e conquistas. (...) Outro ponto fundamental é a existência de um sistema de classificação dos objetos expostos, independentemente de haver premiação e comercialização de produtos. Em todo caso, a classificação deve ser meticulosa. Os objetos, geralmente são arranjados em grupos e classes, conforme o material de que são feitos e/ou o(s) uso(s) a que se destinam. (SANJAD, 2017, p. 789).

Neste sentido, o autor aponta como “requisitos” para que uma exposição seja considerada de caráter universal, dois principais aspectos: 1.a tutela do Estado e o seu poder de influência e persuasão para convencer, agregar e estimular outros países a participar e competir nos certames, ou mesmo promovê-los em seus territórios; 2. o modelo expositivo, que em sua grande maioria obedece a critérios de classificação divididos em grupos e/ou classes. Como ressalta Sanjad, é importante distinguir estes eventos dos realizados em âmbito nacional, regional ou local, uma vez que estes últimos, embora tenham algumas semelhanças com os eventos internacionais, possuem diversas outras características peculiares que os diferenciam daqueles, mas não deixam de ser importantes “protótipos” para a participação em mostras maiores ou promoção das mesmas em dimensões mais elaboradas e abrangentes.

Entre as diversas “faces” do poliedro das exposições, aqui destacamos a de caráter político, na medida em que é a partir deste aspecto que as representações do país são alicerçadas e, em seguida, forjadas. Neste sentido, o Brasil começa a promover estes eventos na segunda metade do século XIX, durante o período imperial. A primeira exposição realizada em território nacional ocorreu em 1861, motivada pela necessidade de projetar uma imagem positiva do país no exterior. De acordo com a historiadora Lilia Schwarcz (1998), em seu

trabalho biográfico sobre D. Pedro II, esta preocupação em construir uma imagem civilizada do país possuía o aval da corte, a qual, segundo a autora, “era igualmente dada a estrangeirismos”, assim “(...) nada combinava melhor com esse monarca que se auto-representava como ‘moderno, cosmopolita e cidadão’ como as exposições universais” (SCHWARCZ, 1998). Ainda segundo Schwarcz, estes eventos eram uma forte representação do que ela chama de “utopia modernista”, cujo modelo foi inaugurado na Europa, sendo posteriormente expandido tanto na sua composição, que passou a comportar vários outros países participantes, como também no seu objetivo inicial de celebração da vida burguesa:

Surgidas em meados do século XIX, estas feiras eram a melhor expressão da força e da utopia modernistas. Sua origem data do final do século XVIII, quando as primeiras exposições foram realizadas na França e na Inglaterra. Organizadas nacionalmente desde 1844 (em países como Bélgica, Prússia, Áustria e Espanha), é só a partir de 1851 que se transformaram em mostras internacionais, contando com a participação de representantes europeus, americanos, orientais e africanos. Essa primeira exibição, que durou 141 dias, apresentava um tipo de estrutura que vingaria nas demais. (...) Concebidas de início – por intelectuais, políticos e empresários – como um local de exibição de produtos, técnicas e novas ciências, as exposições se transformaram gradativamente em espaços de apresentação da própria burguesia, orgulhosa com seus avanços recentes. Verdadeiros espetáculos da evolução humana traziam um pouco de tudo: de negros africanos em pessoas à arte francesa, indígenas e seus artefatos, e as mais recentes das invenções. Compactuando com um ideário evolucionista, nas feiras se realizavam imensos exercícios de classificação e catalogação da humanidade, em que o mundo ocidental representava o topo da civilização, e as culturas indígenas ‘o passado da humanidade’. (SCHWARCZ, 1998, p. 388-389).

Estes papéis desempenhados pelas nações participantes das exposições, que as dividiam em “civilizadas” e “não- civilizadas”, “primitivas” ou “atrasadas”, perpetuou-se por vários anos nos mais variados formatos destes eventos, acirrando a competitividade, estimulando as negociações e reafirmando uma das características principais destes certames: a exibição de grandes “mostruários do progresso mundial”, cujas seções de indústrias, maquinários, inventos, tecnologias, ou qualquer outra denominação classificatória atribuída ao segmento de desenvolvimento industrial, eram, em sua maioria, os fatores determinantes do grau de progresso e modernidade de cada país. Enquanto isso, as nações que apresentavam objetos relacionados às culturas nativas – a exemplo dos artefatos indígenas que não faltavam nos mostruários brasileiros, em especial nos que representavam a região amazônica -, carregavam consigo a imagem estigmatizada do exotismo aos olhos estrangeiros, e os últimos lugares no rol dos países ditos civilizados.

O desenvolvimento científico também era um dos “critérios” para atribuir a determinada nação a qualificação que poderia considerá-la ou não como dotada de civilidade

e, portanto, habilitada para adentrar no seleto grupo das sociedades modernas do início do século XX. Levar para as exposições mostruários representativos de instituições científicas, publicações especializadas, inventos, tecnologias e mesmo o próprio cientista como representante do país ou dos estados, funcionava como ação estratégica para a formação de uma imagem positiva da nação.

A primeira destas exposições na qual o Brasil participou foi a Terceira Exposição Universal, ocorrida em Londres no ano de 1862 - um ano após a primeira exibição organizada em território nacional. A partir de então, a presença brasileira foi constante nestes eventos. É importante destacar que a Tabela 1, abaixo demonstrada, apresenta uma relação de exposições internacionais e/ou universais em que o Brasil foi participante, desde o período imperial até os anos iniciais da república, mais especificamente até o ano de 1911, o qual este trabalho propõe como recorte temporal. Nela destacamos a presença da já mencionada Exposição Nacional de 1908, ocorrida no Rio de Janeiro, a qual, embora não atendesse aos critérios que a enquadrariam como evento de caráter universal, possuiu significativa relevância para a compreensão do Brasil enquanto organizador e participante desse tipo de certame, sobretudo no contexto do novo regime político que se instaurava no país.

Além da Exposição Nacional, também destacamos a Exposição Internacional da Borracha em Londres, ocorrida em 1911. Tal evento, como o próprio nome se refere, constituiu-se como uma exposição com temática específica - no caso a borracha-, e embora tenha sido uma exposição internacional, possuía o objetivo de reunir países produtores de borracha e/ou aqueles que, de alguma forma, estavam envolvidos com aspectos relacionados à produção da mesma: novos inventos direcionados para o mercado gomífero, pesquisas científicas sobre o tema, fabricação e comercialização de produtos que faziam parte desta seara, interesse comercial na referida indústria, entre outros. Assim, ainda que reunisse diversos países em torno de um objeto comum, a exposição de Londres possuía um caráter mais “restrito” em relação à abrangência que caracteriza as exposições universais.

Tabela 1 – Participação do Brasil em Exposições Universais (1862 -1911)

EXPOSIÇÃO	ANO
Terceira Exposição Universal de Londres	1862
Exposição Universal de Paris	1867
Exposição Universal de Viena	1873
Exposição Universal da Filadélfia	1876
Exposição Universal de Paris	1889
Exposição Universal de Chicago	1893
Exposição de Saint Louis	1904
Exposição Nacional	1908
Exposição de Bruxellas	1910
Exposição da Borracha em Londres	1911
Exposição das Indústrias e do Trabalho de Turim	1911

Fonte: Compilação de dados feita pela autora e extraídos de: SANTOS (2009) e HARDMAN (2005).

Ao estudarmos a evolução da participação brasileira nesses eventos, é possível notar que, durante o Império, a ideia era mostrar-se internacionalmente enquanto uma nação detentora de grandes riquezas, civilizada, governada por um homem culto e atento às transformações do mundo, em especial à industrialização, ao avanço científico e às invenções, e que tentara reproduzir no seu país este modelo de progresso, como bem retrata Schwarcz:

(...) Estamos falando de um momento, portanto, em que uma certa burguesia industrial satisfeita e orgulhosa com o seu avanço, via na ciência a possibilidade de expressão de seus mais altos desejos e necessidades. Tal qual componentes de uma revolução industrial sem fim, esses homens passavam a domar a natureza valendo-se de uma miríade de invenções sucessivas. Cada novo invento levava a uma cadeia de novidades, que por sua vez abriam novas perspectivas e projeções. É como se encerrasse a pujança da Segunda revolução Industrial, que chegava, finalmente, ao Brasil. E o nosso monarca não ficava alheio a esse universo (SCHWARCZ, 1998, p. 387-388).

Desta forma, durante o período imperial, a participação do Brasil nestes eventos e a afirmação de que o país acompanhava as transformações mundiais, sobretudo em relação ao progresso tecnológico, tinham seus reflexos, por exemplo, na propaganda para a modernização agrícola nacional. É válido ressaltar que tais discursos relacionados à modernidade e progresso que tem início no Império, terão continuidade no regime

republicano de forma mais abrangente e enfática, não somente no que diz respeito às atividades econômicas, mas nos mais variados setores da sociedade.

De acordo Almir Freitas Filho (1991), cujo trabalho analisa esta modernização agrícola e sua relação com a escravidão nas exposições nacionais e provinciais da segunda metade do século XIX, tais eventos, enquanto “ensaios” para os certames universais, serviam como incentivadores para o progresso do país. Naquele contexto, o debate sobre a concepção de “progresso” ou de “modernidade” considerava a realidade rural do Brasil, e destacava a evolução das técnicas agrícolas a partir de novos inventos que porventura promettessem aperfeiçoar o trabalho na agricultura. De acordo com Freitas Filho:

Tanto as [exposições] Nacionais quanto as Provinciais objetivavam fornecer um panorama aproximado do estágio das atividades produtivas que se realizavam na época, indicando também os caminhos a serem percorridos e os obstáculos a serem superados na direção do progresso material e técnico. Nestes termos elas podem ser reconhecidas como parte das medidas incentivadoras da ‘modernização’ do país, esforço no qual se empenhavam diversas associações e sociedades da época como a Sociedade da Indústria Nacional (SAIN), o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, a Sociedade Reunião dos Expositores da Indústria Nacional e outras, impregnadas pela crença nos elementos do progresso, nos símbolos da modernidade, representados pelas máquinas e pela cultura científica. (FREITAS FILHO, 1991, p. 74).

No entanto, como evidencia o autor, tal “incentivo à modernização” nem sempre correspondia às expectativas das elites promotoras das exposições - neste contexto da pesquisa de Freitas Filho, trata-se da elite escravocrata brasileira -, e que viam na “modernização agrícola” o caminho mais próspero para o Brasil. Filho analisa o “progresso técnico” brasileiro a partir da produção agrícola nos certames das décadas de 1860 e 1870, além da exposição promovida em 1881⁴, a última antes da abolição da escravidão. Para o autor, a “‘inovação técnica’ foi entendida como a introdução, aperfeiçoamento ou substituição de instrumentos de trabalho no processo de produção agrícola, fato este que implicava em alterações nos métodos e procedimentos até então adotados” (FREITAS FILHO, 1991, p. 89). Neste sentido, o mesmo destaca certa inconstância no que o país apresentara nas exposições nacionais, regionais ou locais durante o período que antecedeu a República⁵; informação esta pertinente, uma vez que, como já mencionado, algumas destas exposições desempenhavam papel de “ensaio geral” para a mostra do país em âmbito internacional.

⁴ O autor analisa mais especificamente as Exposições Nacionais de 1861, 1866, 1872, 1875 e a Exposição da Indústria Nacional, de 1881.

⁵ Almir Filho faz uma análise das exposições nacionais, regionais e locais adotando a divisão por décadas (1869, 1870 e 1880), e expondo as observações realizadas pelos júris de cada um destes eventos, as quais destacavam em suas críticas a qualidade dos produtos exibidos, a evolução ou atraso dos mesmos, e a situação agrícola do país. Sobre esta abordagem, ver: (FREITAS FILHO, 1991, p. 76- 88)

Já no período republicano, ao analisarmos estes eventos, é possível notar uma sensível mudança nos discursos e objetivos do Brasil enquanto país participante, motivada pelo momento político e social vivenciado com a transição de regime imperial vigente para o republicano. De acordo com Paulo Coelho Santos, a unidade nacional, que era a tônica dos discursos do período imperial, vai dar ênfase à narrativa do progresso com o advento da República. Para o autor:

É neste contexto marcado por uma nova ética do trabalho vinculada ao progresso e por um discurso de modernização que buscava romper com o passado colonial português visto como sinônimo de atraso, que ocorreram as Exposições Nacionais de 1861, a participação do Brasil na Exposição de Londres de em 1862, a Exposição Nacional de 1908 e a Exposição Internacional do Rio de Janeiro em 1922. (SANTOS, 2009, p. 7).

Além desta tentativa de “apagamento” das marcas ideológicas e culturais que abalizavam o “passado recente” da nação, e que era motivada pela nova conjuntura política brasileira e substituída pela reiterada narrativa da modernização - como bem expõe Santos -, o discurso das riquezas naturais do país, suas relações com o progresso e a ideia, ainda mais enfática, de modernidade e civilização serviam como base para a preleção que apresentava o Brasil como um parceiro ideal para se fazer negócios, tendo em vista o seu pretenso potencial industrial, sendo algumas vezes comparado com países europeus, como revelam alguns dos discursos oficiais do período.

É importante lembrar que, durante o contexto republicano, o café era apresentado como “carro chefe” da economia nacional, sendo a sua expansão comercial no mercado internacional de fundamental importância, sobretudo para os “barões do café” que teriam seus lucros aumentados. No entanto, na virada do século XIX para o século XX, a produção cafeeira paulista passara por significativas inconstâncias que impactaram de forma negativa o seu desempenho comercial, culminando ao final da década de 1920, na dificuldade de reversão da crise.

Por processo semelhante a este também passou a região amazônica no mesmo período, mais especificamente durante a fase que ficou conhecida como *boom* da borracha, a qual teve a sua decadência atribuída, principalmente, à falta de competitividade regional em relação à concorrência das colônias inglesas na Ásia, além de fatores internos que envolveram aspectos políticos e econômicos, como a dificuldade dos poderes públicos em promover ações efetivas para conter o avanço da crise, a falta de apoio do governo federal e a insuficiência de recursos para reverter o quadro de colapso econômico que se instalara na região.

Ambos os produtos, café e borracha, mesmo durante os períodos de baixa no mercado, foram demasiadamente utilizados nas exposições internacionais como cartões de visita do Brasil e da Amazônia, sendo apresentados como matérias-primas de grande potencial econômico, numa evidente tentativa de recuperar seus consumidores estrangeiros, ou mesmo de efetuar novos negócios no exterior, nutrindo, desta forma, a esperança de recuperar o poderio econômico de outrora. Tal aspecto ganhava o reforço dos discursos e documentos oficiais, e será analisado de forma mais abrangente no decorrer deste trabalho.

Diante do exposto, é inegável que a participação do Brasil e seus estados ou províncias nas exposições trazem à tona a preocupação constante com a construção da imagem, com contornos políticos, de um país e um estado em franco progresso, moderno e de acordo com o que se poderia entender à época como “normas de civilização”. Tal perspectiva remete ao que Pierre Bourdieu analisa como poder simbólico (BOURDIEU, 1989), o qual só é passível de ser exercido se for previamente estruturado. De acordo com Bourdieu:

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, ‘uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância das inteligências’. (...) Os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (c.f. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social. (BOURDIEU, 1989, p. 9-10).

Bourdieu complementa, citando a tradição marxista que analisa as funções políticas dos simbolismos, que tais produções simbólicas estão relacionadas com os interesses das classes dominantes, onde as ideologias enquanto produtos coletivos associam-se a interesses particulares com tendências para apresentarem-se como interesses universais. Neste sentido:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. (BOURDIEU, 1989, p. 10).

Desta forma, construir uma boa imagem do Pará e do Brasil nas exposições, especialmente no período republicano, exigira uma estruturação prévia que pudesse reforçar (e convencer) que o estado, assim como o país, estava seguindo os passos de uma nação em crescente progresso. Essa organização estrutural tinha início com a escolha dos seus representantes, os quais, enquanto membros da elite local, estariam aptos a decidir que

aspectos (ou símbolos) melhor representariam a imagem de uma região moderna e civilizada para, a partir de então, estabelecer vínculos políticos e comerciais com o exterior. Diante disso, colocava-se em xeque o poder da representação pretendida para o Estado, assim como a sua legitimação, embora muitas vezes evidenciava-se que os ares de “modernidade e progresso” pareciam estar incompatíveis com a realidade da produção local e também nacional, dando certo tom fictício ao discurso de modernidade nos trópicos, sobretudo se for comparado com a produção europeia pós-revolução industrial.

1.2 De ambiente selvagem a projeto civilizatório: as exposições e a representação da Amazônia no exterior durante o período de transição do Império para a República

A transição do Brasil império para o novo regime republicano não se deu de forma célere. A década de 1890 ainda carregava em si características de uma sociedade profundamente marcada pela escravidão, regime de trabalho sinônimo de atraso frente às nações civilizadas. A mão de obra negra escravizada deveria ser substituída pelo trabalho livre, de preferência pelo trabalhador estrangeiro europeu, que seria símbolo de modernização, sobretudo no trabalho das lavouras cafeeiras, uma vez que estes, oriundos de países civilizados, supostamente teriam conhecimentos mais avançados em relação às técnicas necessárias para o melhor desenvolvimento das atividades econômicas nacionais, além de, hipoteticamente, possuírem uma maior disponibilidade para o trabalho, quando comparada à mão-de-obra nacional. .

Tudo o que caracterizava o “atraso” brasileiro, considerando o contexto da virada de século, deveria ser substituído no sentido de se reorganizar uma nova imagem do país que, a partir de 15 de novembro daquele ano, tornara-se república, suscitando uma configuração mais moderna, preferencialmente seguindo o modelo em voga na Europa. A construção dessa nova imagem nacional, de um país moderno e civilizado, associada com o trabalho livre e com desenvolvimento, contou com a colaboração de intelectuais brasileiros que foram fundamentais para a divulgação da mesma, especialmente no exterior, sendo as exposições internacionais ocasiões estratégicas para se propagandear a “nova feição” do país na virada de século. Entre os sujeitos que desempenharam o papel de divulgadores da boa imagem do Brasil no exterior podemos destacar o intelectual amazônico Frederico José de Santa-Anna Nery⁶, o qual, nas suas publicações, deu ênfase à região amazônica, tornando-se sujeito

⁶ De acordo com a historiadora Anna Carolina de Abreu Coelho, Frederico José de Santa-Anna Nery foi “um intelectual amazônico que se destacou como um dos principais divulgadores da região no exterior, sendo uma figura ativa nas relações internacionais brasileiras defendendo a imigração durante o final do império e início do

essencial para o engendramento da nova configuração nacional que se pretendia, sobretudo diante do contexto da transição de regime político que se vivenciava naquele momento.

Segundo Anna Carolina de Abreu Coelho (2007), cujo trabalho analisa a trajetória deste intelectual enquanto propagandista da Amazônia entre os anos de 1883 e 1901, Santa-Anna Nery possuía afinidades com a monarquia e era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição símbolo da produção científica e literária durante o período imperial no Brasil; no entanto, com a transição política, conseguiu adaptar-se ao novo contexto republicano. De acordo com Coelho, Santa-Anna Nery possuía uma “postura política ambígua”, uma vez que “era certo que era monarquista e católico, mas podia se ‘ambientar’ muito bem com políticos ligados à república como Paes de Carvalho⁷, desde que se tratasse dos interesses regionais” (COELHO, 2007, p. 19).

Ao falar da região amazônica, tanto nas suas obras quanto em círculos das elites intelectuais internacionais, Nery buscava desmistificar as impressões que considerava negativas ou distorcidas sobre a realidade local, mas, por outro lado, também negava as origens indígenas do país e procurava construir uma nova versão do que teria sido o passado do Brasil. De acordo com Coelho:

(...) Santa-Anna Nery definia-se como amazônico, quando se referia à população dos estados sempre se incluía utilizando expressões como ‘nós, os paraenses’ e ‘nós, os amazonenses’, mas negava a todo custo uma identificação indígena. Ocorria que a região amazônica era percebida durante este período como um território selvagem, indígena e despovoado. Na obra *O Pará em 1900*, Santa-Anna Nery mostrava-se muito incomodado com essa visão preconceituosa a respeito da Amazônia e de seus habitantes, segundo o autor a imagem negativa da população amazônica era elaborada principalmente pelos próprios brasileiros do sul e sudeste (...). O autor se incluía nessa imagem negativa dos paraenses vistos como os ‘caboclos beribéricos’. A descendência indígena unida a uma tentativa de civilidade provocava uma imagem caricaturesca dos ‘cidadãos do arco e flecha’ e ‘seringueiros matutos’ vivendo na selva, ou melhor, “estufa vegetal”. De certa forma, falar sobre Amazônia e sobre os índios era mencionar características de sua própria identidade como

período republicano. Foi um dos escritores pioneiros no estudo do folclore amazônico. Sua vida e suas obras refletiam um projeto das elites para o futuro da Amazônia e divulgavam junto aos estrangeiros, um presente de possibilidades econômicas e um passado original, cujo estudo expunha a originalidade e valor da cultura brasileira. (...) Nasceu em Belém do Pará em 1842; pertencia a uma família tradicional que conquistou muito prestígio no Amazonas, para onde se mudou muito cedo. Estudou no Seminário de São José e, em 1862, teve a oportunidade de acompanhar o bispo do Pará, d. Macedo Costa em sua primeira visita pastoral ao Amazonas. Em 1867 tornava-se bacharel em letras e em 1870, doutor em direito pela Universidade de Roma; no ano de 1871, tornou-se correspondente do *Jornal do Comercio*. Em 1874 mudava-se para Paris (...). Nery colaborou com inúmeros jornais franceses de grande alcance, produzindo artigos sobre o Brasil. Foi diretor do periódico *L'Amérique* e o primeiro correspondente brasileiro do jornal *Republique Française*. Escreveu também para os jornais italianos *La Tribuna*, *Libertá*, *Journal de Rome* e *Il Século* e para o jornal londrino *Society* de 1874 a 1882. Era um dos proprietários e diretores da *Revue du monde Latin* e diretor da redação do periódico *Le Brésil*, revistas que procuravam expor uma imagem positiva do Brasil e dos países latino-americanos”. (COELHO, 2007, p. 14-15).

⁷ Médico, governador do Pará, de 1897 a 1901, presidente do Clube Republicano e senador em 1890 (COELHO, 2007, p. 19).

nativo; certamente, esse era um assunto muito delicado para o autor e possivelmente para outros intelectuais. Seu grande interesse era que sua região e seus habitantes se desvinculassem dessa imagem de atraso e passassem a ser notados pelos seus “recentes progressos”. (COELHO, 2007, p. 23-24).

Assim, a autora nos mostra certa dualidade no pensamento de Santa-Anna Nery em relação a região: ao mesmo tempo em que o intelectual se mostrava incomodado com a visão preconceituosa referente à Amazônia, a qual associava as suas origens e a população nativa como sinônimos de atraso, o mesmo procurava negar tal origem por motivo semelhante, demonstrando, dessa forma, que os resquícios da mentalidade imperial ainda perduravam, sobretudo quando a elite intelectual e política do país fomentava debates sobre a construção da identidade nacional, nos quais defendia-se, entre outras propostas, a “reformulação” da imagem do índio na busca por uma suposta “harmonização” entre as três raças (negros africanos, índios e brancos europeus) que compuseram a formação da população brasileira. É importante lembrar que Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) era o local símbolo destas discussões.

Este pré-conceito advindo do olhar externo, daqueles que não habitavam a região, e que incomodara bastante Santa-Anna Nery, acabava por alimentar o imaginário de estrangeiros em relação à Amazônia, em especial os franceses, lembrando que a França era o principal modelo de civilização que inspirava os brasileiros. Ainda de acordo com Coelho (2007):

Nos oitocentos, enquanto a França figurava para o Brasil como modelo de civilidade e modernidade, o imaginário francês sobre o Brasil estava ligado intrinsecamente à floresta, aos habitantes, a sua distância e ao enriquecimento fácil. Apesar dos viajantes estrangeiros escreverem obras baseadas em pesquisas científicas, a imagem fantástica do Brasil como uma terra oposta à civilização era muito marcante, portanto tornava-se o cenário perfeito tanto para a subliteratura de pequenos romances e operetas como também exercia influência sobre os grandes literatos da época que de fato não estiveram aqui, mas, escreveram baseados nesse imaginário como: Balzac (na obra *A comédia humana* uma das personagens pensa em vir para o Brasil buscar fortuna); Julio Verne (que escreve o romance *A Jangada* cuja ambientação é na Amazônia); Guy de Maupassant (no conto *O Horla* um misterioso personagem invisível que adoece a todos teria vindo em um barco procedente do Rio de Janeiro); e Gustave Flaubert (em um de seus contos ocorre uma experiência formadora de um ser híbrido de macaco e ser humano, que era filho de uma negra brasileira). (COELHO, 2007, p. 25).

Por conta desta imagem distorcida do olhar estrangeiro sobre a Amazônia, o intelectual viu-se motivado a divulgá-la, objetivando a desvinculação da região da imagem de ambiente selvagem. Para tanto, Nery trabalhou “por um projeto civilizatório regional para provar que realmente se tinha introduzido o conforto no meio selvagem, e que, contagiados

pela ‘prosaica civilização europeia’, os amazônicos teriam ‘trocado o arco pela carabina Miner’” (COELHO, 2007, p. 26).

A iniciativa de Santa-Anna Nery em apresentar na Europa a Amazônia como uma terra próspera, livre do passado primitivo, inculto e atrasado, lhe rendeu significativa projeção, sendo considerado na região que defendia como exemplo de patriotismo e referência de divulgação positiva da terra natal, visto como um sujeito ativo e importante em projetos que tinham como proposta o desenvolvimento nacional e regional, a exemplo das exposições universais, mais especificamente a Exposição Universal de 1889, ocorrida em Paris, da qual o intelectual participou desempenhando o papel de propagandista que lhe coubera. (COELHO, 2007, p. 28).

1.2.1 O Pará na Exposição de Paris em 1889: a imagem da Amazônia às vésperas da República brasileira

A Exposição Universal de Paris de 1889 ocorreu no período de 6 de maio a 31 de outubro, portanto, às vésperas da Proclamação da República no Brasil, que ocorrera no mês de novembro. Celebrando o centenário da Revolução Francesa – comemoração um tanto quanto emblemática para o país, que vivia as proximidades de uma “revolução” política⁸ -, o certame

⁸ É importante destacar que o convite feito ao Brasil para participar da Exposição Universal de Paris em 1889 foi alvo de intensos debates no Senado, no intuito de decidir sobre a participação ou não do país no certame. O Jornal do Commercio noticiou por vários dias o tema que foi pauta das reuniões políticas. O grande questionamento sobre o referido certame estava relacionado às reais intenções do mesmo. De acordo com o jornal publicado em 12 de julho de 1887, em uma das reuniões da Assembleia Geral a observação atribuída ao sr Barão de Cotegipe, presidente do Conselho, revela a referida preocupação: *“Essa exposição, segundo o programma, será industrial e não política. Se é industrial, o Brazil fará o que puder atendendo às suas circunstancias; se for política, entende o orador que n’ella não deve figurar a nossa pátria. Dizendo isto, porém, não constesta nem o character humanitário, nem a grande influencia social de 1789.”* Jornal do Commercio. “Assembleia Geral”, 12/07/1887, nº193, p. 1, col. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>, acesso em 22/01/2019. No ano seguinte, a movimentação política interna, as questões econômicas e os movimentos pró-abolição da escravidão foram utilizados como argumentos para o posicionamento contrário à participação brasileira em Paris: *“Estamos fatigados de exposições que muitas vezes nenhum bem trazem, sobretudo a um paiz agrícola ou a um paiz, como este que, além de ser agrícola tem tal tarifa aduaneira que não deixa exportar os artigos nelle fabricados, cujo custo fictício de produção é enorme. Não há duvida que ultimamente tem havido abuso de exposições. Muitas vezes são ellas promovidas por pessoas que nenhum interesse tem na pátria e que só almejam condecorações ou outras distincções que lhes lisongêem a vaidade.(...). A nossa verdadeira exposição é a da abolição da escravidão e a da promoção de uma forte corrente de immigração: é o balanço bem equilibrado de nossas finanças e um governo sério e econômico”.* Jornal do Commercio. “Exterior”, 19/05/1888, nº140, p. 2, col. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>, acesso em 22/01/2019. No entanto, os questionamentos não ocorreram apenas em nível nacional. O mesmo jornal publicou em 6 de julho de 1887 uma carta sob o título “A administração do sr. coronel Conrado de Niemeyer e a assembleia provincial do Amazonas”, e sob a assinatura de “um Amazonense”, na qual o autor faz contundente crítica à liberação de verba, aprovada pela assembleia, para a participação da então província do Amazonas na referida exposição: *“Uma assembleia que vê a província coberta de dívidas, carecendo de verbas orçamentárias para acudir a urgentes melhoramentos, em vez de empregar esforços para alliar-se áquelles que tem verdadeira intuição, entende a entregar-se a escaramuças em prol de uma ideia fátua [sic]. Sessenta contos de réis para representar-se a província na exposição de 1889! Realmente é ideia digna de aplausos a de fazer-se com que o Brazil*

de 1889 teve como símbolo maior a imponente Torre Eiffel, localizada na entrada da exposição e construída especialmente para aquela ocasião. Para este evento, mediante diversos debates e polêmicas envolvendo as motivações que levaram abstenção por parte do Brasil em participar oficialmente do certame⁹, formou-se uma comissão franco-brasileira responsável pela organização da mostra nacional em Paris.

A comissão responsável pela participação paraense na capital francesa reuniu-se pela primeira vez em 1º de agosto do ano anterior, tendo pouco mais de seis meses para organizar a representação provincial. O tempo exíguo e alguns problemas de ordem econômica justificaram as possíveis falhas nos mostruários do Pará (PARÁ, 1890, p. 7). Os produtos levados pela província, após mobilização dos municípios do interior e da capital, foram listados no relatório da comissão paraense:

Si não conseguimos tanto quanto desejávamos, e podíamos dispor de tempo, conseguimos enviar à Exposição Universal os seguintes artigos: (...) 1 Molho de tabaco (...), 1 Bengala de guaraná, 12 Figuras de guaraná (...); 1 Amostra de louro cheiroso; 4 Ditas de diversas madeiras; 1 Dita de aturiá; 1 sacco de samaúma; 1 Peneira e um balaio, de palha; 2 Tipetys; 1 Maço de fibras de cupú-assú; 1 Dito de fibras de inajárana; 1 Sacco de turury (...); 5 Caixas representando o seu conteúdo quatro dúzias de garrafas de vinho de caju e uma dúzia de aguardente da mesma fructa (...); 1 Curaná de mirity; 1 Amago de ipéseiro; 1 Amostra de gomma jutahy; 1 Curagua; 1 Dente de porco selvagem; 1 Cuia pintada; 2 Cabeças de cachimbo; 11 Objectos de louça de barro; 1 Colher de pau (...); 1 Lata de sementes de seringueira (...); 4 Ditas de farinha (...); 2 Ídolos indianos (manipansos) (...); Sementes de urucú (...); Diversos impressos sobre madeiras; Sementes de cacáo e de ucuúba (...); 1 Barrica de castanha de sapucáia (...); Borracha fina e sernamby (...); Amostras de madeira (...); Telhas e tijolos da Olaria “Una” (...); Amostras de chocolate (...); Utensílios de índio (...); Oleo de Copahyna (...); Folhas naturaes douradas e prateadas (...); Um quadro alegórico à Lei Áurea de 13 de Maio de 1888 (...). (PARÁ, 1890, p. 9).

apareça nas exposições da Europa; é mais digno de aplausos, porém, que empregemos todos os meios para contrabalançar a nossa receita e despesa, sem sobrecarregar o povo de impostos, para felicidade geral. Jornal do Commercio. “A administração do sr. coronel Conrado de Niemeyer e a assembleia provincial do Amazonas”, 06/07/1887, nº186, p. 3, col. 8. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>, acesso em 22/01/2019

⁹ Em 29 de junho de 1888, o Jornal do Commercio publica o resumo das discussões ocorridas na Câmara dos Deputados sobre a concessão de auxílio aos expositores brasileiros que iriam participar da exposição universal de Paris no ano seguinte. De acordo com a publicação, o sr. Rodrigo Silva, então ministro da Agricultura, deixa claro as motivações que levaram o governo a não se responsabilizar pela representação nacional naquele certame: “(...) Quanto ao segundo ponto, que o governo não aceita a responsabilidade de comparecer na exposição de Paris, temendo desagradar aquelles que pensão em sentido contrário às ideias daquela exposição em 1889, o orador tem necessidade de deixar bem claro esse ponto. Se o governo fosse levado por esse motivo, nem aceitaria a responsabilidade de oferecer à comissão da exposição o seu apoio moral, nem o ministro da agricultura oferecia à mesma comissão todos os auxílios necessários que estão ao seu alcance. Os motivos que levirão o governo a não aceitar a responsabilidade da exposição, fazendo-se representar nella, já os deu com toda a franqueza: é porque era necessário uma grande quantia para fazer que o Império fosse ali representado oficialmente e as circumstancias financeiras do paiz não permitem fazer-se grandes despesas.(...) agora trata-se de uma despesa módica, como a que foi pedida pelo nobre deputado o Sr. Afonso Celso para auxiliar aquella comissão (...)”. Jornal do Commercio. “Câmara dos Deputados”, 29/06/1888, nº180, p. 1, col. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>, acesso em 22/01/2019

Além dos produtos listados acima, se registrou ainda o exemplar de um número do jornal *Província* e certa “substância gordurosa obtida da ucuúba do Pará, que é hoje muito empregada em sabão e em vellas” (PARÁ, 1890, p. 27). Nota-se a pouca quantidade e variedade dos artigos enviados para figurar nesta exposição, sendo a grande maioria de origem natural, além de alguns objetos confeccionados artesanalmente e característicos dos hábitos e costumes da população da região: produtos alimentícios, como a farinha, os vinhos e chocolates; sementes diversas; amostras de borracha regional e de madeiras; utensílios indígenas e outros objetos curiosos, como o “dente de porco selvagem”. Chama a atenção o artigo descrito como “quadro alegórico da Lei Áurea de 13 de maio de 1888”, demarcando o contexto brasileiro de transição do regime político já mencionado e demonstrando a necessidade de reafirmação de um país que tentava abandonar o passado escravocrata, sinônimo de atraso. O quadro lembrava o novo período de trabalho livre, tendo a imigração estrangeira como um dos pilares da ideia de modernidade.

Sobre a inauguração deste novo período na história do país, a comissão paraense não deixou de mencioná-lo de forma “indireta” no relatório oficial. Utilizando-se de um discurso patriótico e “apaziguador” em decorrência da movimentação política daquele momento, os representantes do Pará pareciam evitar um posicionamento mais incisivo e partidário:

Não me parece pois justo pretender-se amesquinhar as conquistas civilisadoras dos antepassados e dos contemporâneos a pretexto – por exemplo – de que o foram sob um regimen, hoje reputado máo, e substituído por outro, que é applaudido por bom. Ainda quando não fosse muito cedo para julgar a experiência, esta indagação sahiria dos limites traçados á nossa commissão. Entretanto, releva lembrar aos filhos da Amazonia, que há um campo sempre aberto ao patriotismo sincero e verdadeiro, campo em que os princípios mais oppostos, as crenças mais divergentes, e as ortodoxias mais antagonicas, podem reunir e harmonisar os seus esforços: é o da conservação da integridade do paiz como primeira condição fundamental da prosperidade, riqueza e poder, que lhe destina o futuro. (PARÁ, 1890, p. 10)

Como é possível perceber, o discurso oficial dos representantes paraenses possuía um tom conciliador, evitando as expressões “monarquia” e “república”, mas colocando os dois sistemas políticos em “igualdade de importância”, na medida em que, segundo o relatório, não se achava justo “amesquinhar as conquistas civilisadoras dos antepassados e dos contemporâneos” classificando-as como boas ou más, de forma que uma pudesse se sobrepor à outra, lembrando aos “filhos da Amazônia” que, acima das ideias divergentes, está o patriotismo e a conservação da integridade nacional. Era também esta imagem de homogeneidade e pacificação que se pretendia para o país no exterior.

Em relação à exibição da província, a vulgarização dos produtos naturais paraenses era o objetivo da comissão organizadora, uma vez que, ao se tornarem conhecidos, proporcionariam vantagens econômicas para a região. A exposição seria a oportunidade ideal para que esta divulgação fosse realizada, como bem retrata Tito Franco de Almeida¹⁰, presidente da referida comissão:

A V. Exc. não escapará as vantagens de elevada monta, que devem assim advir para a província do Pará, tão rica de productos de toda espécie, que somente precisam de ser vulgarizados para serem conhecidos, sem o que não terão valor algum, ou não aumentarão do valor que ora tem, nos limitados mercados em que são cotados, á excepção dos principaes, que ainda assim não são apreciados como merecem. A industria, em todos os seus ramos, precisa de ar e luz, que por conquista da civilização moderna, são dados nas Exposições Universaes, pontos de reunião de todos os povos. É ahi que as múltiplas necessidades encontrarão satisfação em productos que, ainda na véspera sem valor, no dia seguinte tornam-se fonte perenne da riqueza. (PARÁ, 1890, p. 8)

Embora o discurso oficial revelasse certa expectativa em torno da apresentação paraense em Paris, o relator da comissão, Sr. José Coelho da Gama e Abreu¹¹ não se furtou em mostrar algumas lacunas que a mesma representação deixou, sempre enfatizando que a falta de tempo hábil prejudicou consideravelmente a exposição de produtos que se pretendia realizar, no entanto, ainda assim o presidente Tito Franco afirmara que “o Pará apresentou-se em posição salientíssima na maravilhosa Exposição Universal de Paris” (PARÁ, 1890, p. 10).

Entre os “desfalques” que foram notados nos mostruários do Pará, o Barão de Marajó destaca a coleção de madeiras, a qual, de acordo com ele “era numerosa, mas mal preparada, as amostras muito pequenas e irregulares, e sobre tudo sem levarem os nomes inscriptos ou números com a relação a que estes se referissem”. Além das madeiras, o relator também lamentou a ausência na exposição das fibras têxteis de origem vegetal, sobre as quais “o Pará nada expôz”. Sobre a coleção de “terras diversas”, o Barão queixou-se de que “o Pará

¹⁰ Tito Franco de Almeida foi advogado, jornalista e político liberal. Em 1856 ocupava cargo na Assembléia Legislativa Provincial, e em 1958 no Parlamento Imperial, substituindo Bernardo de Souza Franco, que fora chamado ao Senado. (PANTOJA, 2012, p. 106).

¹¹ “José Coelho da Gama e Abreu, o Barão de Marajó, formou-se em filosofia pela Universidade de Coimbra, tornando-se respeitado no círculo intelectual português, inclusive com biografias publicadas na imprensa. Pertencia a uma família rica e com certa tradição no Pará, cujo poder aquisitivo e status foi aumentando com o seu casamento com Maria Pombo Brício. O Barão de Marajó foi um homem que soube se manter no poder ao longo de sua vida desempenhando diferentes cargos públicos durante o período imperial e republicano. Iniciou a carreira em 1855 como diretor de Obras Públicas no Pará, foi presidente das províncias do Pará e Amazonas e deputado. Era amigo do Imperador D. Pedro II, mas isso não impediu que se tornasse o primeiro intendente republicano da cidade de Belém, escolhido pessoalmente pelo governador Lauro Sodré. Terminou sua carreira como Senador estadual em 1906, o ano de sua morte. Divulgador dos interesses da Amazônia na Europa, foi representante do Pará na Exposição Universal de Paris (1889) e na Exposição Universal de Chicago (1893)”. (COELHO, 2015, p. 21).

não tivesse remetido uma pequena collecção d'este gênero que com o auxílio do mineralogista João A. Luiz Coelho alcancei para o nosso moribundo museu toda de mármore do Rio Trombetas” (PARÁ, 1890, p. 18-22). A inexistência de um mostruário paraense que ressaltasse “a organização de seus estabelecimentos públicos de instrucção, como o Lyceu, Escola Normal, Collegio do Amparo, seminário, instituto de educandos (...)”, também frustrou o relator. (PARÁ, 1890, p. 26).

Em suas observações, o Barão de Marajó destacou um quadro composto de folhas douradas e prateadas, o qual, segundo ele, não satisfiz, inicialmente, as expectativas criadas em relação à sua exibição. De acordo com o relator:

Na salla inferior do mesmo pavimento junto ao salão do Commissariado figurava o grande e bello quadro remetido do Pará pelo Sr. F. Ory, composto de folhas de plantas diversas, de aspecto dourado e prateado. O effeito produzido por este quadro ao principio foi nullo, pois a maior parte dos que o vião não distinguiram a originalidade d'aquella creação, foi só depois do 2º mêz depois que se começou a saber a origem dos elementos de que elle era composto, que era uma cousa nova, uma industria que despontava, que começou a chamar a atenção e a despertar a curiosidade. (PARÁ, 1890, p. 22).

Diante deste “polêmico” episódio da exibição do quadro paraense acima relatado, o Barão de Marajó acabou por registrar uma crítica em relação à ausência de representantes brasileiros e regionais que defendessem os produtos da região amazônica. Segundo com ele:

Exforcei-me para obter para elle [o quadro] uma distincção maior do que aquella que alcançou, mas os productos das regiões amazônicas acharam fracos deffensores da maioria dos membros brasileiros do commissariado, excepção feita do Sr. Sant'Anna Nery, bem differentes n'esta má fortuna das que têm os productos do Rio, Minas e Bahia que têm numerosos deffensores, sendo o mais estrênuo d'elles o Commissário Geral o Sr. Visconde de Cavalcanti. (PARÁ, 1890, p. 22).

Mais uma vez o nome de Sant'Anna Nery surge como uma referência no que se refere à defesa da região, sendo que, em virtude do bom papel desempenhado por ele na exposição, o relator faz uma espécie de apelo para que:

Se faça a justiça, que entre os membros do commissariado distinga um pelos serviços prestados ao Brazil, e especialmente ao Pará e Amazonas; refiro-me ao Sr. Sant'Anna Nery que pelo seu trabalho incessante já na imprensa (...), se torna mais útil pelo Brazil na Europa do que a maior parte dos nossos diplomatas. É um acto de justiça o exprimir-me assim em relação a este nosso compatriota, e estes serviços que creio ainda não foram galardoados pelo Brazil já o foram pelo governo francez que lhe conferio a distincção de official da Legião de honra. (PARÁ, 1890, p. 29-30).

Entre os artigos amazônicos que chamaram a atenção do público na exposição, especialmente o público estrangeiro, encontravam-se alguns artefatos indígenas, que, agrupados em um mesmo pavilhão, foram objetos da admiração de estudiosos, conforme relatado no documento oficial da comissão paraense:

na parte ocupada pelos monumentos históricos da habitação humana se encontrava a habitação Amazônica, primitivamente destinada a um pavilhão dos Incas, depois aproveitada para uma exposição de ídolos, monumentos, vestuários, utensílios dos nossos selvagens do Amazonas, chamando muito a atenção os productos cerâmicos dos nossos indígenas da Ilha de Marajó; o grupamento fora feito pelo Sr. Ladislau Netto que reuniu o que possuía ao que por outros brasileiros lhe foi facultado, especialmente pelo Sr. Sant'Anna Nery; era n'este pavilhão que chamava a atenção dos estudiosos a cabeça mumificada de um índio do Alto Amazonas que me fora mandada. (PARÁ, 1890, p. 17).

No excerto acima, o Barão faz referência ao “pavilhão ou casa amazônica”, espaço que, inicialmente, havia sido destinado para mostrar aspectos da cultura Inca, porém “não tendo podido alcançar monumentos relativos ao domínio Inca com que fosse dada uma ideia de sua civilização e costumes, na exposição da habitação humana tentada por Mr. Garnier(...)”, solicitou-se aos representantes brasileiros que expusessem os objetos que possuíam naquele espaço. Sendo assim, o local acabou sendo utilizado para a construção de uma “exposição pré-histórica”, que reuniu “objectos colhidos em diversas províncias e alguns do museu do Rio, outros mandados pelo Sr. Sant'Anna Nery, e finalmente pela comissão do Pará”. (PARÁ, 1890, p. 28).

É interessante observar que na exposição parisiense de 1889, os artigos relacionados a aspectos da cultura indígena, a qual era concebida como sinônimo de atraso e incivilidade – concepção esta claramente notada na constante utilização das expressões “selvagem” e “primitivo” para designar qualquer característica que faça referência à essa cultura -, foram os que mais chamaram a atenção do público visitante, em especial os “estudiosos” ou “anthropologistas e aos apaixonados da ethnographia”, cuja atenção foi voltada para “a cabeça mumificada de um índio do Alto Amazonas”. Diante disso, é possível inferir que o forte imaginário em torno da vida, dos hábitos e dos costumes dos povos da Amazônia, sobretudo o que fora elaborado pelo “olhar estrangeiro”, desde a chegada dos primeiros naturalistas, de fato despertava interesse e curiosidade, acabando por se tornar objeto de estudo científico.

De acordo com o relator, o cacau produzido no Pará também se destacou na exposição de Paris. No entanto, foi alvo de algumas “ressalvas” relacionadas à qualidade da produção local e à concorrência com outras províncias. Conforme o relatório, o cacau do Pará e do Amazonas era o que possuía melhor qualidade em relação à produção de outras regiões

do Brasil, e era encontrado no mercado em quantidade superior quando comparado aos de outras origens. No entanto, com o passar do tempo, encontrou “sérios concorrentes nas Províncias de Pernambuco, Espírito-Santo e Bahia”, cujo produto, conhecido na França como de qualidade inferior em relação ao produzido na Amazônia, “se apresentam comtudo, com um aspecto mais agradável do que o nosso cacáo [o da Amazônia], e isto devido ao cuidado com que são preparados, limpos e escolhidos (...)” (PARÁ, 1890, p. 21).

Mesmo com a forte concorrência identificada no relatório, acreditava-se que o cacau amazônico ainda possuía “a preferência nas principais fábricas”. No entanto, o relator observa a necessidade de os agricultores da região “melhorarem o seu gênero”, muito provavelmente no sentido do aprimoramento das técnicas utilizadas na produção extrativa local, pois, caso contrário, “elle só terá a perder no futuro” (PARÁ, 1890, p. 21).

Outro artigo de destaque na França foi a borracha, apresentada na exposição como o principal produto econômico do Pará e do Amazonas e de grande importância para o comércio brasileiro e para a indústria. A exposição da borracha paraense, mencionada no relatório como “grandiosa”, apresentou o produto nas suas mais variadas formas, resultando em um vasto mostruário. Conforme o relatório:

O Commissariado conscio da importância que para o commercio brasileiro e industria, podemos dizer, do mundo inteiro tem tomado este nosso producto florestal, não se contentou em apresentar as diferentes amostras que do Brazil lhe tinham sido remetidas, ou as que diferentes comerciantes francezes se tinham dado ao trabalho de colleccionar, e obteve uma grande quantidade de borracha com a qual completou a grande pyramide que expoz em que figurava o sernamby, a borracha entrefina, a fina, assim como os productos preparados pelo antigo systema, ou pelos methodos ultimamente apresentados. N’este mesmo grupo figuraram algumas amostras de um producto similar obtido da mangabeira, no qual se encontraram algumas qualidades que se encontram também na borracha da Amazonia, sem que comtudo com ella possa rivalisar. (PARÁ, 1890, p. 21).

É importante ressaltar que, naquele momento, a borracha produzida na região amazônica ainda não enfrentara, de forma contundente, a concorrência asiática que mais tarde foi, entre outros fatores, responsável pelo colapso na comercialização deste produto no mercado internacional. É possível notar que o mostruário da borracha regional expôs uma apresentação didática que, em virtude da grande quantidade de borracha obtida, possibilitou apresentar ao público a “escala” de qualidade do produto (sernambi, fina e entrefina), assim como os métodos, “antigos e atuais”, de produção da mesma, demonstrando desta forma que, ao final do século XIX, o aprimoramento das técnicas de produção gomífera já estava em execução, assim como a descoberta de produtos similares como, por exemplo, o oriundo da mangabeira.

Nota-se também os discursos recorrentes que afirmavam a borracha amazônica como “soberana” em qualidade e no espaço que tinha no mercado internacional, não havendo naquele momento qualquer outro produto que pudesse “rivalizar” com a produção do Pará e Amazonas. Tal discurso ainda tentará ser mantido anos mais tarde, mesmo nos períodos de colapso econômico, no entanto não se sustentará em virtude do agravamento da crise.

Mesmo diante de uma exibição que foi considerada pelos próprios membros da comissão paraense como abaixo das expectativas, tendo em vista a grandiosidade e riqueza natural da região, o Pará ainda conseguiu arrecadar alguns prêmios pelos seus mostruários, conforme registra o relatório:

Grande premio – Gaston Menier, de Paris, pela collecção de borracha do Pará. Classe 43^a; *Grande premio* – Ao Commissariado do Brazil, pelo conjuncto da mesma classe; *Medalha de Prata* – Classe 20^a, Ceramica, Viuva Nougues, cerâmica ordinária; *Medalha de Prata* – Classe 73^a, Joaquim Honório da Silva Rebello, vinho de caju; *Medalha de bronze* – Classe 12^a, J. A. Fidanza, Pará, photographia; *Medalha de bronze* – Classe 42^a, Quintanilha Souza & C^a, Pará, amostras de madeira; *Medalha de bronze* – Classe 43^a, Domingos José de Almeida, Pará, colla de peixe; *Medalha de bronze* – Classe 63^a, João Lobo, Pará, telhas e tijolos; *Medalha de bronze* – Classe 65^a, Companhia de Commercio e navegação do Amazonas, typos de barco a vapor; *Medalha de prata* – Classe 67^a, D. Sebastiana F. de Lima; diferentes espécies de féculas; *Menção honrosa* – Classe 11^a, F. Ory, quadro feito com folhas naturaes; *Menção honrosa* – Classe 9^a, Antônio J. de Lemos, Pará, impressão sobre seda, jornal A Província. (PARÁ, 1890, p. 29).

Observando a lista de premiações obtidas pelo Pará na Exposição Universal de Paris em 1889, é possível notar o quanto a província paraense - embora com a tentativa de construir uma imagem descolada de um regime imperial em crise e de hábitos e costumes locais caracterizados como opostos à ideia de civilização e progresso -, ainda era marcada por sua economia de base extrativista, artesanal e de produção rústica, pouco organizada e ainda pouco atrativa em relação aos parâmetros do mercado internacional. Os “aspectos exóticos” que o imaginário estrangeiro construiu frente à cultura nativa regional eram, naquele momento e como já mencionado, o fator que mais despertou a curiosidade do público que frequentara a exposição.

Após o evento de Paris, a realização de exposições universais estendeu-se em anos posteriores e contou com a participação do Brasil em várias ocasiões. Os discursos oficiais brasileiros continuaram a reafirmar um país moderno, civilizado e rumo ao progresso, tendo por base o novo contexto político. A representação paraense nos certames do período republicano também seguiu estas diretrizes, agora apresentando um estado com potencial para grandes negócios com o mercado externo, colocando a borracha como propaganda principal

das potencialidades da região. A seguir, analisaremos destas exposições que contaram com a participação paraense: Exposição de Saint Louis, em 1904; Exposição Nacional, em 1908; Exposição Universal de Bruxelas, em 1910; e Exposição da Borracha em Londres (1911).

1.3 Saint Louis (1904), Rio de Janeiro (1908), Bruxelas (1910) e Londres (1911): algumas das primeiras exposições do período republicano e a pretensa imagem do Pará e da Amazônia no Brasil e no exterior

Realizadas nos primeiros anos do século XX, estas exposições revelaram participação significativa do Brasil e da região amazônica diante do novo contexto republicano do país, demonstrando certo aprimoramento na construção dos discursos relacionados à imagem regional em nível nacional e internacional, além de deixar ainda mais evidente os interesses comerciais oportunizados por estes certames. Neste sentido, analisaremos estes quatro grandes eventos, afim de compreender as mudanças e permanências no que concerne à imagem da Amazônia em um novo momento político brasileiro.

a) Exposição Universal de Saint Louis (1904)

O primeiro destes eventos ocorridos durante o período republicano a ser aqui destacado é a Exposição Universal de Saint Louis, também conhecida como “*1904 Louisiana Purchase Exposition*”, que aconteceu naquele ano nos Estados Unidos. O certame tinha como objetivo a comemoração do centenário da compra do território francês da Louisiana pelos Estados Unidos, ocorrida no ano de 1803, e buscava exibir os avanços econômicos, políticos e tecnológicos daquele país norte americano. A data marcara um novo momento após o período conhecido como “era dourada americana” (*Gilded Age*¹²), cuja cronologia se daria entre o final da Guerra Civil americana e o início da Primeira Guerra Mundial, sendo a Exposição de Saint Louis equivalente ao “coroamento da Era Dourada” (MACEDO, 2012).

Nesta ocasião ocorreram paralelamente à exposição, os III Jogos Olímpicos, que estavam sendo realizados pela primeira vez em território norte-americano. Quinze dias antes desta celebração esportiva, foram realizadas as “Jornadas Antropológicas”, evento este que estabeleceu intensos debates sobre as questões raciais, as quais eram alvos constantes de

¹² De acordo com Oigres Macedo (2012), “O termo nasce de um conto de Mark Twain: *The Gilded Age: A Tale of Today*, 1873, e designa pejorativamente um douramento, ou folheado de ouro, diferente de *Golded*”. (MACEDO, 2012, p. 18)

estudos científicos nos mais variados campos (DELSAHUT, 2011, p. 810)¹³. Nas “Jornadas Antropológicas” pré-olímpicas, tais questões eram analisadas no campo esportivo, onde estudiosos buscavam comprovar cientificamente a relação entre raça, sucesso ou fracasso em competições esportivas.

Como é possível notar, o centenário do feito protagonizado pelos Estados Unidos ocorrera em 1903, no entanto, os festejos precisaram ser adiados por inúmeros fatores, entre eles a pouca adesão entre as nações convidadas, situação esta que foi revertida um ano depois, quando já contava com um número expressivo de países participantes. De acordo com Oigres Macedo (2012), cujo trabalho analisa os pavilhões brasileiros nas exposições de Saint Louis (1904) e de Nova York (1939), o Brasil demonstrara interesse pontual em participar deste certame comemorativo:

Esse período também marcou o início mais contundente da política internacional do país. Com o estreitamento de relações com os Estados Unidos, procurou-se uma menor dependência dos mercados europeus. Essa aproximação com os americanos, intermediada pelo Ministério das Relações Exteriores (...), também representa o interesse da recente república em reproduzir o modelo americano de país. Nesse período, os Estados Unidos já demonstravam um grande desenvolvimento para uma jovem nação em relação à Europa. Era esse modelo que o Brasil procurava naquele momento. (MACEDO, 2012, p. 24-25)

Macedo faz referência às relações entre Brasil e EUA que estavam se estreitando durante a Primeira República brasileira em virtude de interesses comerciais, tendo em vista, entre outros aspectos, a busca por atração de capitais e ampliação das exportações. De acordo com Bueno (1999), o rápido crescimento da população norte-americana somado à elevação do nível de consumo da mesma, criava grandes expectativas em relação à venda de produtos tropicais como o café, por exemplo. Desta forma, o ministro das Relações Exteriores à época, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, e demais homens voltados para a política e para as negociações públicas, em consonância com as boas perspectivas que o liberalismo econômico apresentara, viam no mercado consumidor norte-americano a viabilidade do próprio sistema econômico brasileiro, baseado na agroexportação (BUENO, 1999). Neste sentido, a aproximação entre os dois países nos anos iniciais da república era

¹³ De acordo com o autor, em meio a exposição de Saint Louis, os Jogos Olímpicos não ficaram de fora do contexto de ascensão dos debates sobre o mérito atlético de diferentes raças. Assim, nos dias que antecederam aos jogos, os organizadores prepararam competições especiais denominadas “Jornadas Antropológicas”, reservadas aos grupos que a América segregacionista considerava como primitivos. O objetivo eram as discussões de aspectos como “alteridade exótica”, teorização das hierarquias raciais, e a reafirmação das desigualdades entre povos colonizados e colonizadores. (DELSAHUT, 2011, p. 810-811).

uma estratégia de Rio Branco para alavancar a economia nacional, com base em medidas protecionistas¹⁴.

A participação brasileira em Saint Louis atendeu aos apelos do Congresso, que se reuniu para votar o crédito necessário para a representação nacional. De acordo com os deputados, tal representação do país era importante, uma vez que “o Brasil, assim como todas as nações cultas do globo, foi oficialmente convidado a comparecer a esse grande certamen internacional”, e nesta ocasião “serão exibidas, atestando o grão de civilização e progresso, as riquezas de cada uma, tudo quanto concerne as artes, indústrias e manufacturas”, em conjunto com os minérios, produtos das florestas e dos mares. (BRASIL, 1904, p. 17).

Assim, de acordo com o discurso dos deputados, pelo fato de ter sido convidado, igualmente como as demais “nações civilizadas”, - as quais aceitaram, sem exceção, o convite -, a participação do Brasil nesta exposição universal já poderia ser justificada. No entanto, o grupo de políticos também colocou como outros importantes fatores, para a não recusa ao convite, o estreitamento das relações comerciais; o interesse nacional em relação aos EUA, enquanto principal centro de consumo de produtos na exposição; e a apresentação da variedade e excelência dos artigos nacionais ao consumidor estrangeiro de forma correta, uma vez que “lá [nos EUA] muitas vezes lhe são apresentados [os produtos] com procedência diversa, em prejuízo do nosso commercio e sobretudo do agricultor”. (BRASIL, 1904, p. 17).

Diante dos argumentos do Congresso, o crédito de “1.100:000\$, ouro” (um milhão e cem mil contos-ouro) foi autorizado por decreto. Juntamente com a referida autorização, foi nomeado o chefe da representação do Brasil na exposição de Saint Louis: o Coronel Francisco Marcellino de Souza Aguiar, cujo nome já havia figurado na Exposição de Chicago como membro da comissão nacional e responsável pelo projeto e pela construção do pavilhão brasileiro naquele evento. As mesmas funções haviam sido atribuídas a Souza Aguiar, agora em Saint Louis, e acabaram sendo anunciadas pela imprensa nacional e internacional:

Da *Weekly Review*, de Saint Louis, Missouri, EUA, transcrevemos a seguinte notícia:

O Brasil foi o último dos países, da América do Sul, a aceitar o convite para concorrer à Exposição, porém, seu commissário geral, o coronel Souza Aguiar, foi o primeiro a desembarcar em New York, em caminho para S. Luiz, onde chegou no

¹⁴ De acordo com Clodoaldo Bueno: “Rio Branco, embora, pessoalmente, se inclinasse para uma política alfandegária liberal [...], soube defender o protecionismo que a tarifa brasileira dava a certos produtos nacionais e, sem nenhuma ingenuidade, estava consciente de que o protecionismo nos Estados Unidos era mais forte do que no Brasil. Sabia que a livre entrada de quase todos os produtos brasileiros naquele país se devia ao fato de não concorrerem com o que era produzido internamente, ‘constituindo uns, como a borracha, matéria prima para as fábricas, e outros, como o café e o cacau, artigos necessários à alimentação do povo e que seria impolítico encarecer’”. (DELSAHUT, 2011, p. 4)

dia 20 de agosto, acompanhado de sua família e de seus secretários: dr. J. B da Motta e major Cunha Pires (...) Pretendem descançar alguns dias antes de partirem para S. Luiz, onde o coronel Souza Aguiar espera fixar sua residência até o fim da Exposição. (JORNAL DO BRASIL, 1903, não paginado).

Embora o jornal tenha apontado que o comissário geral havia chegado ao destino da exposição antecipadamente e com parte do mostruário que o país iria expor, segundo Oigres Macedo (2012), ao chegar no local, o mesmo encontrou diversos problemas, sendo o primeiro deles a insuficiência do espaço reservado para a construção do pavilhão brasileiro, uma vez que Souza Aguiar – contrariando o discurso jornalístico - havia se apresentado à direção do evento com atraso, e os melhores lugares na área reservada à representação estrangeira já haviam sido ocupados¹⁵. Neste sentido, foi necessária a adaptação do Pavilhão Brasileiro à área disponível. Outro problema estava relacionado com o valor da obra, o qual, por conta do estabelecimento de um monopólio entre fornecedores e organizadores do evento, revelou-se maior do que o estimado. Além disso, o país teria que apresentar um mostruário próprio em cada um dos 15 palácios temáticos da feira. (MACEDO, 2012, p. 30).

Em 1904, o governador do Amazonas, Silvério José Nery, em mensagem ao congresso estadual, descreve como se deu a preparação para a representação amazonense no referido certame. De acordo com o governador, a princípio a participação do Amazonas não atraiu o entusiasmo esperado em grande parte das “classes productoras”. Segundo Nery, o interesse dos “industriais da capital” só começara a despontar quando a comissão organizadora propôs comprar a produção dos mesmos. Em tom lamentoso, o governador registra:

Gradualmente, porém, se foi communicando e estimulando a vontade de alguns industriaes da capital, animados, pena é dizel-o, pela compra definitiva de productos que a commissão estava auctorizada a realisar. E assim, a peso de dinheiro, salvo à honrosas excepções, se foram obtendo productos da industria manufactureira e fabril, exemplares da nossa flora, raridades naturaes, grande copia de artigos da industria extractiva, como sejam: óleos, raízes, fibras textis, etc. (MENSAGEM..., 1905, p. 6).

¹⁵ O autor usa como fonte para afirmar o referido atraso o relatório apresentado em 1905 por Francisco Marcellino de Souza Aguiar ao Ministro da Industria, Viação e Obras públicas, Lauro Severiano Muller. De acordo com o autor: “Souza Aguiar viaja para a Europa em 2 de agosto de 1903, levando consigo parte da exposição; dia 28 do mesmo mês chega ao porto da cidade de Nova York. Aguiar relatou o primeiro problema ao chegar na cidade de Saint Louis e se apresentar à diretoria da exposição: não havia sido reservado nenhum espaço para a construção do pavilhão brasileiro. Na zona destinada às representações estrangeiras, à medida que chegavam os delegados, estes indicavam os espaços que melhor lhe conviessem. Como Aguiar foi um dos últimos a comparecer, os melhores lugares já estavam reservados. A concepção ou as linhas gerais do pavilhão já haviam sido esboçadas no Rio de Janeiro, segundo Aguiar, passadas à mão livre para o papel (AGUIAR, 1905, p. 126). O projeto definitivo só foi realizado após a observação dos palácios de exposição e do conhecimento dos outros projetos das representações estrangeiras para a exposição. O atraso de Aguiar serviu para que o mesmo adaptasse o projeto à estética geral da feira e tirasse partido tanto da localização quanto do aspecto dos pavilhões vizinhos”. (MACEDO, 2012, p. 27-28).

A mensagem do governador do Amazonas destoa da maioria dos discursos oficiais, os quais possuem como ponto em comum a sustentação da ideia de que a participação nestes eventos é precedida da “união de forças”, do “conjunto de esforços” ou do “espírito colaborativo”¹⁶ entre governo federal, estados, municípios, comissões organizadoras e expositores, enquanto fator fundamental para uma boa representação estadual e, por conseguinte, nacional. Neste sentido, a mensagem do governador do Amazonas, ao tratar dos preparativos para a exposição de Saint Louis, fornece um dado incomum em meio aos discursos oficiais: o registro de que houve a compra de produtos locais para compor o mostruário da representação estadual, uma vez que a “participação voluntária” de industriais e empresários, com base nos discursos de progresso, modernização ou mesmo diante da possibilidade do estabelecimento de negócios com outros países, não havia despertado interesse.

Silverio Nery segue relatando sobre a quantidade e diversidade de artigos angariados pelos responsáveis em organizar a representação estadual, e que fizeram parte da exposição amazonense:

A variedade de productos que se reuniram na séde da comissão chegou a ser enorme. Pelo interior andavam emissarios do governo angariando elementos para o certamen, cujas viagens muito concorreram para o exito obtido. Dias antes da embalagem e do empacotamento de todos os artigos, foi a casa que servia de deposito franqueada ao publico, que visitou a exposição amazonense, dando mostras de verdadeira surpresa não só ante a magnificencia e variedade de nossas forças productoras naturaes, senão tambem pelos especimens de nossas industrias, algumas das quaes totalmente desconhecidas, não obstante o gráo de prosperidade em que se encontram. (MENSAGEM..., 1905, p. 6).

Assim, a exposição preparatória do Amazonas e, por conseguinte, a representação estadual em Saint Louis, teve como base para a composição de seus mostruários os produtos naturais da região, como bem revela a mensagem do governo. A comissão organizadora figurou como um dos principais expositores, na medida em que se fez representar em doze “departamentos”: educação; artes liberais; manufaturas; eletricidade; transporte; agricultura; horticultura; floresta; minas e metalurgia; pesca e caça; antropologia e economia (CATÁLOGO..., 1904).

Entre os mostruários que mais se destacaram, tem-se o do “departamento” correspondente à atividade agrícola, cuja quantidade e variedade de produtos sobressaíram-se

¹⁶ Tais expressões são comumente encontradas nos relatórios de governo dos estados e ministeriais, nos relatórios das representações estaduais nas exposições, ou mesmo nas notícias de jornais sobre estes eventos, sugerindo assim, a ideia de voluntariado e de trabalho conjunto entre governos estaduais e intencências municipais, ou mesmo entre governo federal e estados.

em relação aos demais. Nesta seção, além de produtos como arroz, milho, feijão, café, entre outros, destacou-se a produção regional de farinhas de mandioca (d'água, de tapioca e seca), classificadas conforme a sua qualidade, que poderia ser de primeira, segunda ou terceira. Outros farináceos também foram expostos, a exemplo das farinhas de banana, carimã, ararúta e polvilho. (CATÁLOGO..., 1904, p. 22-23).

Ainda na seção da agricultura, na qual foram incluídos produtos originários da atividade extrativa, a quantidade e variedade de óleos e banhas com propriedades medicinais também foram bastante significativas: óleo de “copahyba” (com propriedades medicinais e usado na pintura, com o mesmo efeito do óleo de linhaça, sendo bastante conhecido e solicitado pelo mercado estrangeiro); óleo de tamaquaré (para “moléstias cutâneas”); azeite de carrapato ou mamona (“bastante conhecido na medicina”); banha de jacaré (“usada externamente em curativos reumaticos”), entre outros. (CATÁLOGO, 1904, p. 32-33). Como parte desta seção, havia também grande quantidade de “amarrados” de fibras, utilizados principalmente no artesanato.

No “departamento” de produtos da floresta, mais de cento e quarenta tipos de madeira foram expostos, além dos objetos originários dessa matéria prima. Nesta mesma seção a borracha foi apresentada como “principal producto do Estado, vantajosamente conhecido em todas as praças commerciaes do estrangeiro”. No entanto, apenas a comissão e o expositor de nome José Máximo Torres de Freitas, este “estabelecido no lugar denominado Bom Jesus (Puraquequara) próximo a esta capital [Manaus]”, expuseram produtos relacionados à produção gomífera. A comissão levou apenas algumas caixas contendo amostras de borracha fina, entrefina e sernamby, assim como caucho, enquanto Torres de Freitas levou pequenas amostras de látex e pranchas de borracha preparadas pelo “systema Torres, do invento do expositor, garantido por carta patente de 24 de outubro de 1890”. (CATÁLOGO..., 1904, p. 58).

É importante ressaltar que alguns destes produtos apresentados em Saint Louis pelo estado do Amazonas foram bem avaliados ou premiados em exposições anteriores, como por exemplo, a amostra de cacau procedente de Parintins, a qual “obteve na Exposição de Chicago a classificação de excelente”; ou as latas contendo farinha do peixe Tambaqui, as quais eram conservas “de grande duração, sem perder o seu princípio activo”, e que obtiveram, na Exposição da Philadelphia em 1876, a medalha de bronze (CATÁLOGO..., 1904, p. 21-24). Neste sentido, é possível evidenciar que foi realizado investimento financeiro estadual para apresentar (ou reapresentar), por meio de compra, produtos que já haviam obtido boas avaliações em eventos semelhantes ocorridos em anos anteriores, talvez como

forma de garantir uma boa representação no exterior e, conseqüentemente, aumentar a possibilidade de premiações e de concretização de bons negócios para a região.

A representação paraense na exposição de Saint Louis não é mencionada nos relatórios oficiais do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, ou mesmo nos relatórios de governo do estado do Pará. No entanto, o quadro de prêmios da exposição, anexado à mensagem do governador do Amazonas, demonstra que o Pará conquistou 18 medalhas em Saint Louis, as quais foram atribuídas à representação nos seguintes departamentos: Educação – 2 medalhas de ouro; Artes Liberais – 4 medalhas de bronze; Manufacturas – 1 medalha de ouro e 2 medalhas de prata; Agricultura – 3 medalhas de ouro e 2 medalhas de prata; Floresta – 1 medalha de ouro e 3 medalhas de prata. (MENSAGEM..., 1905, p. 20). O quadro de medalhas não especifica qual produto foi premiado, apenas a seção a que o mesmo pertencia e a quantidade de prêmios recebidos. O Pará, neste sentido, conseguiu angariar quantidade de prêmios significativamente inferior ao estado do Amazonas, que encerrou a sua participação em Saint Louis com um total de 120 medalhas arrecadadas.

Assim, é possível inferir que a região amazônica foi representada na Exposição Universal de Saint Louis, sobretudo, com a participação do estado do Amazonas, o qual apresentou, majoritariamente, uma produção oriunda das atividades agrícola e extrativista regionais, como bem revelou o catálogo dos artigos da produção local que figuraram naquele evento. No entanto, assim como os demais estados brasileiros participantes, a representação amazonense buscava apresentar as “condições de progresso e civilização” em que se encontrava, aspectos estes demonstrados, por exemplo, em departamentos como o destinado à Eletricidade, no qual a comissão expôs fotografias das usinas e bombas elétricas do abastecimento de água da capital Manaus e de instalações de tração elétrica. Para a representação no departamento de Transportes, a mesma comissão levou fotografias que apresentavam os bondes elétricos, os vapores e as lanchas movidas a vapor. Já para o departamento destinado à Instrução, exibiram-se relatórios sobre o ensino público e também imagens das instituições escolares existentes naquele estado. (CATÁLOGO..., 1904, p. 7-20).

Todavia, como já mencionado, os objetos que pretendiam demonstrar que a região era civilizada não se sobressaíram em relação à enorme quantidade de produtos agrícolas, extrativistas e manufaturados. Ainda assim, os mostruários destes artigos apresentaram alguns contrastes em relação aos discursos oficiais: a borracha regional, por exemplo, mesmo sendo apresentada como o principal produto comercial daquele estado, foi representada apenas com uma vitrine exígua de variedades da sua produção. Entretanto, contrapondo o “principal

produto econômico”, as madeiras regionais foram expostas em mais de cem variedades, além da exibição de móveis e outros itens produzidos a partir das mesmas.

Assim, é possível evidenciar as lacunas existentes entre o discurso oficial do governo do Amazonas, enquanto estado representante da região amazônica, e a capacidade dos estados – ou da falta de capacidade – para participarem de eventos internacionais. Um exemplo deste despreparo é notório quando se revela, através de documentos oficiais do governo, a necessidade de utilização de recursos financeiros públicos para a aquisição de produtos oriundos da produção local, deixando claro a falta de articulação entre o governo e as forças produtoras locais. Além disso, a representação um tanto quanto precária da produção apontada pelo governo como a mais importante para a região também revela a provável desarticulação e falta de planejamento do poder público e dos demais envolvidos na organização da representação estadual; aspecto este que pode ser justificado pelo curto intervalo de tempo que existiu entre o aceite para participar da exposição, a liberação dos recursos, a articulação entre estado e municípios e a realização do evento.

b) Exposição Nacional do Rio de Janeiro (1908)

Realizada com o intuito de comemorar o centenário da abertura dos portos brasileiros às nações amigas, a Exposição Nacional do Rio de Janeiro ocorreu entre os meses de agosto e novembro de 1908, sendo o espaço expositivo construído na orla do bairro da Urca, mais especificamente na região da Praia Vermelha. Para além de festejar os cem anos do ensejo das relações comerciais do Brasil com o mercado externo, ou seja, a inserção do país como participante direto no sistema capitalista internacional, também se comemorava outros marcos da modernidade instituídos naquela cidade e que, assim como a chegada da Família Real no território brasileiro, completavam naquele ano um século de existência, a exemplo do Jardim Botânico, do Banco do Brasil, entre outros espaços e “instituições-símbolo” do período imperial. Neste sentido, a exposição de 1908 estava “destinada a marcar no caminho dos séculos o primeiro estádio [sic] da vida do Brasil no mundo civilizado, sem a dependencia do vinculo commercial que prendia o seu commercio nas relações internacionais”, como bem apresentou o boletim comemorativo do referido certame (DIRECTORIA..., 1908).

De acordo com Margareth Pereira (2010), cujo trabalho retrata o certame como um meio de divulgação do país para si mesmo, a Exposição Nacional fez parte do processo que inaugurou a inserção do Brasil em um novo contexto de relações internacionais. De acordo com a autora:

A abertura dos portos (1808) e a proclamação da Independência (1822) – ao representarem o fim do pacto colonial – deram início à inserção do Brasil em uma rede de relações com diferentes continentes e povos e delinearum um campo de lutas econômicas e políticas no interior do qual o país passou a dar visibilidade a si próprio como, a cada vez, reatualizar sua identidade. A realização da Exposição Nacional de 1908 e as comemorações do primeiro centenário da abertura dos portos do país ao livre comércio foi um momento forte nesse processo. O evento pode ser considerado como o *grand finale* de um primeiro tempo de interações econômicas e culturais do Brasil com um mundo cada vez mais urbano e cosmopolita, que teve nas reformas do Rio de Janeiro, entre 1903 e 1906 uma das suas maiores expressões.(...) Em 1908 o desafio seria mais ambicioso: celebrar o próprio comércio e desenvolvimento do país, realizando, ao mesmo tempo, um “inventário” do Brasil para os próprios brasileiros. (PEREIRA, 2010, p. 7)

A exposição, que contou com a visitação de mais de um milhão de pessoas, configurou-se como uma espécie de inventário de um país diverso, no qual se buscou destacar os avanços do setor econômico, em especial o comércio, assim como o progresso cultural e urbanístico, moldando-se, desta forma, a imagem que se pretendia do Brasil moderno e civilizado, a qual precisava ser reforçada não apenas para o mundo, mas também para si, numa clara tentativa de convencer-se das suas potencialidades. A escolha do “tema” da exposição, ou seja, a ideia de comemorar o centenário de um marco para o percurso político e econômico brasileiro, e que trouxe mudanças significativas no campo das relações internacionais do país, como foi a abertura dos portos, faz parte de um recurso recorrente em outras exposições, para o qual Alda Heizer (2008) chama de “retrospectiva histórica”:

Utilizando um recurso presente em outras exposições – a retrospectiva histórica -, seus organizadores pretenderam, com essa estratégia expositiva, apresentar a ‘evolução’ do país, desde a chegada do príncipe regente D. João em 1808 até o Brasil republicano de 1908, procurando reter o excepcional ao recordar um século de história. (HEIZER, 2008, p. 17)

Tal afirmativa de Heizer remete às relações existentes entre eventos comemorativos e memória, ideia esta defendida por Lúcia Lippi Oliveira (1989) em seu trabalho intitulado “As festas que a República manda guardar”, no qual a autora faz uma análise da transição do período imperial para o republicano no Brasil, considerando a quebra de tradições para a inauguração do novo momento político do país e a construção da memória nacional diante destas mudança, a partir de eventos que marcaram tal processo. Para Oliveira, as grandes transformações ou revoluções precisam lidar, concomitantemente, com a nova ordem social e política e com a “construção de um imaginário capaz de recuperar um equilíbrio perdido ao longo do tempo” (OLIVEIRA, 1989, p. 173).

Utilizando a Revolução Francesa como exemplo emblemático desta relação entre comemorações e construção da memória nacional, a autora nos mostra que o início de um

novo momento para uma dada sociedade necessita da evocação de um tempo remoto, uma vez que neste passado é que se encontram as raízes ou o sentido do homem na sociedade; desta forma, a volta ao passado é carregada de força simbólica. De acordo com a autora:

O princípio do novo e a volta às origens naturais conferem enorme força simbólica a esta revolução [no caso, a Revolução Francesa] que, do ponto de vista do desenrolar histórico, é tão controversa. A crença de que é possível mudar o homem e a sociedade, mudar as estruturas que garantiam por nascimento a desigualdade entre os homens, configura a atualidade da Revolução Francesa como ideal simbólico. A Revolução Francesa foi pródiga em construir símbolos nacionais capazes de garantir coesão social em substituição à antiga tradição monárquica e aristocrática. Bandeira, hino, datas comemorativas, cerimônias, procissões, marchas, festas para a deusa da razão e heróis objetivavam garantir a obediência, a lealdade e a cooperação dos súditos, ainda mais quando estes tinham se tornado cidadãos. A comemoração pretende exorcizar o esquecimento. (OLIVEIRA, 1989, p. 173).

No caso do centenário da abertura dos portos às nações amigas, era necessário rememorar a inauguração de um novo período na história nacional, no qual o passado negativo da fase colonial brasileira cedeu espaço para o suposto avanço que tomou conta do país a partir da chegada da Corte portuguesa, reposicionando a nação que saíra da condição de atraso para ocupar a posição que lhe competia enquanto um país em franca evolução. O centenário, que ocorrera também em um novo período político do país, não deveria ser esquecido, ou seja, a possibilidade do esquecimento deveria ser exorcizada com o marco comemorativo, como bem retratou Oliveira. Neste caso, os dois eventos – a abertura dos portos, em 1808, e o seu centenário, em 1908 – serviram como demarcadores de dois momentos revolucionários, enquanto transformação nos âmbitos político, social e econômico do país: a integração do Brasil ao mercado internacional, tal como ocorrera em 1808; e a fase republicana do país, que em 1908 ainda era bastante recente. O objetivo principal era muito claro: mostrar os cem anos de progresso brasileiro a partir destes dois marcos históricos.

Neste sentido, retomando as idéias de Margareth Pereira, a Exposição Nacional também serviu “para celebrar a própria cultura capitalista e industrial que firmara suas bases durante o século XIX”, ocasionando, conseqüentemente, uma percepção dos brasileiros em relação ao seu próprio país. De acordo com a autora:

É a partir desse ‘Brasil em exposição’ que o país passa a ser visto de dentro e uma visão ‘interna’ também começa a ganhar forma, e mais do que isso, a definir com mais clareza políticas conseqüentes para o país e suas cidades e regiões. Na verdade, a proclamação da república e, sobretudo as reformas urbanas da capital federal, realizadas pelo Ministério da Viação e Obras públicas e pela prefeitura do Distrito Federal, marcaram novos tempos na história do país. Juntamente com os mecanismos simplistas de exibição e leitura do desenvolvimento dos países instituídos com as Exposições Universais, a modernização da arquitetura da área

central e do porto do Rio de Janeiro, era percebida como se o Brasil inteiro subitamente houvesse modernizado o conjunto de suas instituições e a própria mentalidade e os hábitos de seus habitantes. (PEREIRA, 2010, p. 14).

A exposição que, vinha sendo idealizada desde o ano de 1905, teve a abertura de crédito para a sua realização autorizada em 1906. O objetivo era de que o evento abrangesse os principais ramos da atividade nacional: agricultura, pecuária (indústria pastoril), “várias indústrias” e artes liberais, as quais seriam divididas em grupos e estes em classes para que fossem catalogados, organizados para a exibição e posteriormente julgados pelo júri técnico. O intuito da comemoração em formato expositivo era “realizar um verdadeiro inquerito sobre os recursos e desenvolvimento econômico do país, demonstrando ao mesmo tempo a ação decisiva e memorável desse acontecimento sobre os nossos destinos” (BRASIL, 1908, p. 25-26), deixando, assim, clara a relação entre a necessidade de celebrar o passado nacional como forma de revelar o presente progresso alcançando pelo país.

Para organizar o certame, o governo instituiu uma comissão nomeada pelo ministro e composta por um presidente, um secretário geral, três vice-presidentes e 36 membros; sendo que este grupo deveria subdividir-se em comissões parciais, que ficariam responsáveis por organizar a apresentação de cada uma das quatro seções que comporiam a exposição. Cada seção teria um pavilhão próprio, assim como “instalações para exibição de máquinas e utensílios usados na agricultura e indústrias conexas”, e cada expositor teria o seu espaço reservado, independente de qualquer contribuição financeira (BRASIL, 1908, p. 26-27).

O decreto¹⁷ que estabeleceu as bases para a organização da Exposição Nacional ainda definia sobre pavilhões específicos, destacando este aspecto no seu artigo 10º. Ele, sugeria que “os Estados poderão construir pavilhões especiais para a propaganda de seus productos, confiando que peçam reserva do espaço necessário e apresentem a planta completa do pavilhão, antes de 31 de dezembro(...)”, sendo que os mesmos deveriam ser submetidos previamente à avaliação e aprovação da “autoridade competente”, a qual, provavelmente, seria o Ministro e sua equipe. Mesmo com a oportunidade dada aos estados de ter um pavilhão próprio e, por conseguinte, dar destaque maior à produção regional de cada um deles, apenas São Paulo, Bahia, Santa Catarina, Minas Gerais e Distrito Federal resolveram fazer “pavilhões seus próprios para a exibição dos seus serviços administrativos e propaganda dos seus productos” (IDEM: 28-32). No entanto, o documento não deixa claro o que levou apenas cinco estados a aderirem a essa opção: se o tempo necessário para a

¹⁷ Decreto n. 6.545, de 4 de julho de 1907, reproduzido no relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

elaboração de projetos mais criteriosos; se a impossibilidade de contemplar os critérios avaliativos das “autoridades competentes” por parte dos demais estados; se devido ao alto custo da construção de um pavilhão próprio; ou se a insuficiência de espaço para a construção de prédios destinados a todos os estados da federação.

Embora o evento estivesse voltado para, como o próprio nome determina, a exibição da produção nacional, o governo brasileiro reservou espaço para que a representação portuguesa também estivesse presente no evento, e abriu exceção para alguns produtos estrangeiros, como bem revela o relatório do Ministério das Indústrias, Viação e Obras Públicas:

Apezar de ser nacional a Exposição e de só poderem ser admitidos productos brasileiros, o Governo permittiu que nella, excepcionalmente, tomasse parte o Governo portuguez, ao qual offereceu um pavilhão, attendendo a que o facto que se solemnizava era tambem uma ephemeride de Portugal, então metropole do Brasil. Permhattiu tambem o Governo a exhibição de machinas agrícolas estrangeiras, de qualquer procedencia, comtantto que funcionassem no recinto da Exposição, afim de poderem servir de ensinamento aos visitantes brasileiros a que particularmente interessasse a agricultura. Para estas já o Directorio Executivo tem recebido numerosas inscrições, principalmente dos Estados Unidos e da Allemanha. (BRASIL, 1908, p. 32).

Neste sentido, a representatividade portuguesa na exposição fazia parte da comemoração, uma vez que, de acordo com o discurso contido no boletim comemorativo do certame, a marcha do país em direção ao progresso econômico e cultural deveu-se, em grande parte, à chegada da Família Real ao Brasil e à imediata abertura dos portos ao comércio com as mais diversas nações, sendo tal medida determinada pelo rei português D. João VI. De acordo com o referido boletim, “o progresso [do Brasil] sob todos os pontos de vista sociaes e econômico é tão extraordinário que o período anterior parece de uma era anti-dilluviana” (BRASIL, 1908, p. 6), ou seja, era preciso enfatizar a importância daqueles que “ensinaram” ao Brasil os primeiros passos das relações comerciais internacionais. Além disso, reservar um espaço para a representação de Portugal, assim como receber, excepcionalmente, máquinas estrangeiras para serem exibidas na exposição nacional, demonstravam a necessidade de afirmação da imagem de um país que continua mantendo boas relações com o exterior e progredindo comercialmente – seja em virtude da constante tentativa de modernizar a sua produção, seja pela conquista de boas relações de mercado com países como EUA e Alemanha.

Além do pavilhão português e dos estados, o evento também contou com outros espaços de lazer e monumentos de destaque, que deram um ar de sofisticação ao certame, obedecendo aos critérios de civilização, modernização e progresso. Entre eles destacam-se:

(...) edificação de um teatro, de um restaurante, de um arco monumental de entrada(...), abertura de dois túneis para dar acesso ao recinto da exposição ao mar, e mais edificações para restaurante rustico, café, pavilhões de musica e diversões; macadamização e arborização de ruas; jardins, fonte luminosa, instalação de luz electrica, moldagem de estatuas e de adornos, estações de bombeiros e de fiscalização, etc. (BRASIL, 1908, p. 31).

Após cerca de um ano de preparativos, a Exposição Nacional foi inaugurada no dia 11 de agosto de 1908, às 14 horas, com uma vasta programação, que se estenderia até as 22 horas. De acordo com a imprensa, a programação noturna gerou grande expectativa em virtude da iluminação elétrica que fora especialmente preparada para o certame; além disso, a mesma seria encerrada com a também bastante aguardada queima de fogos de artifício¹⁸. Entre as atrações estavam seções cinematográficas, apresentações dramáticas de comédia e circo, concertos musicais, além da solenidade de abertura do Congresso Jurídico, que ocorreria paralelamente à exposição. Segundo o jornal carioca O Paiz¹⁹, na inauguração deste evento os visitantes ainda percorreriam “salões incompletos dos Estados”, uma vez que “a concorrência de productos persiste, e a toda hora chegam novos volumes”, dificuldade esta justificada, entre outros fatores, pela distância, deficiência de transporte, número elevado de produtos, o que, de acordo com o periódico, são “dificuldades que o tempo oppõe a todas as iniciativas em uma área de paiz como o nosso”²⁰.

As representações estaduais na exposição, em sua maioria, ainda não estavam prontas para a visitação pública. O atraso na chegada dos produtos, como já mencionado, foi o

¹⁸ O Jornal O Paiz, divulgou da seguinte forma a programação noturna: “A noite de hoje vai offerecer a população do Rio de Janeiro, que se condensaripa no recinto da exposição, um dos mais deslumbrantes e maravilhosos espectáculos que ella pôde gozar. Referimo-nos ao scenario da exposição, illuminado por centenas de milhares de focos electricos, de varias cores, aos jardins orladurados [sic] de vários fios de lanternas prismáticas das empregadas no Crystal-Palace, de Londres, e pontilhados de plantas e animaes luminosos, como sejam uma palmeira, uma grande rosa, um esplendido lyrio, um amor-perfeito e um grande sapo, e muitas outras decorações de luz. A’s 10 horas da noite será queimado o fogo de artifício, offuscante de belleza e empolgante de originalidade. (...)”. JORNAL O PAIZ, 11/08/1908, n. 8713, p. 1, col. 6. No dia seguinte, o mesmo jornal voltou a exaltar, de forma um tanto quanto poética, a iluminação do evento: “A luz foi a grande nota sensacional da noite de hontem; era para ella que se dirigiam todos os olhares, era Ella que empolgava todas as atenções, era ella que alegrava e deslumbrava a um tempo. A offuscante claridade daquelle recinto subia para o ar em uma poeira luminosa e formosa ao alto, como um grande docel, uma nebulosidade rosada. O traço de luz dos holophotes cruzava o ar e listava por vezes de claridades admiráveis sobre a escarpa áspera e escura da Babylonia ou da Urca. E toda aquella gente, toda aquella encantável multidão que em baixo se acotovelava parecia trazer na alma o reflexo daquelle iluminação fascinate; era alegre, expansiva”. IDEM, 12/08/1908. N. 8714p. 2, col. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br>, acesso em: 24/02/2019.

¹⁹ IDEM, p. 1, col. 1.

²⁰ IDEM

principal fator que impediu a franquia total do Pavilhão dos Estados ao público, assim como dos pavilhões privativos de São Paulo, Bahia, Santa Catarina, Minas Gerais e Distrito Federal. Dois dias após a abertura oficial da exposição, segundo o jornal O Paiz, apenas o mostruário do estado do Maranhão estava pronto de forma completa. Paraná e Rio Grande do Sul também inauguraram seus espaços expositivos, ainda que incompletos. O periódico, em 13 de agosto daquele ano, publicara “notas ligeiras de alguns incompletos [trabalhos] e as inaugurações a fazer”, em referência a situação em que se encontravam a mostra dos estados na exposição. Segundo o jornal:

A exposição do Paraná, inaugurada ante-hontem com brilho, não esta completa, entretanto. A parte mais importante da secção de madeiras, aquella em que estão os grandes toros trazidos como amostras da pujança florestal do estado, não pôde ter ainda collocação, devido à deficiência de espaço com que lucha a commissão. Além disso, a exposição do Pará continua a receber productos do seu Estado para cuja collocação vê-se em sérias difficuldades. Há cerca de cem volumes cujo conteúdo não foi ainda alojado, por falta de espaço, e esperam-se ainda outros. (...). As installações do Rio Grande do Sul acham-se nas mesmas condições do Paraná(...) o commissário do Rio Grande do Sul continua a receber volumes de productos que têm de ser collocados na secção, sendo para isso aproveitadas as horas do dia entre as 7 da manhã e as 2 da tarde, quando se abre a exposição ao público. (...) há tempo falta completar a installação dos grandes toros de madeira, dos couros finos e, antes de tudo, dos materiaes cuja inauguração será feita depois. (O PAIZ, 1908, p. 3)

Sobre a apresentação do Maranhão, o periódico não economizou elogios à abertura da exposição deste estado, a qual foi considerada “uma das mais completas como mostra de recursos naturaes e industriaes caracteristicos da região”, sendo a referida representação “uma exposição que carece de notícia desenvolvida”, ou seja, merecia a descrição em detalhes dos produtos que expôs:

Expõe os productos de gênero mais diverso, os artefactos de contextura mais opposta. Apresenta vinhos de fruta, artefactos de sellaria sertaneja, chapéos de couro ou de ouricury, fibras, borracha de mangabeira e de seringa, féculas, cereaes, cuias, conservas variadas, moveis, couros e pelles finas, madeiras, resinas, cerâmica, estamparia, apicultura, uma infinidade de coisas que pedem uma resenha demorada. Disso tudo, destacam-se, pela delicadeza do trabalho, as redes de S. Bento, em que é famoso o Maranhão, de tecido e fantasia, os mais variados; as lindas mobílias de paracutiara [sic] e cedro, estas de fino desenho artístico, e pella originalidade, um producto natural – a esponja, feita por uma formiga da terra, a *tracué*, de uma elasticidade igual a das esponjas do mar. O Maranhão apresenta, além disso, único no Brazil, tijolos refractarios. (...) Nesta secção foi offerecida pelo commissário Dr. Domingos Perdigão, uma rede de S. Bento ao Dr. Affonso Penna (...). (O PAIZ, 1908, p. 3)

Outros estados optaram por adiar a inauguração de seus espaços, sendo que alguns deles escolheram datas comemorativas para a ocasião, como foi o caso da abertura dos pavilhões do Distrito Federal, São Paulo e Minas Gerais. O primeiro, decidiu abrir sua

exposição no dia 15, data em que se celebrava naquela cidade os festejos católicos em comemoração à Nossa Senhora da Glória; já os estados de São Paulo e Minas Gerais tiveram a inauguração de seus pavilhões marcadas para o dia 7 de setembro, data em que se celebra a independência do Brasil.

De acordo com o Jornal, a exposição do Distrito Federal “de todas as secções é a mais brilhantemente installada”, destacando-se “pela belleza dos seus mostruários e pelo arranjo artístico das salas”, o que se justificara pelo fato da referida região ser “a zona nacional mais farta de industrias fabris, especialmente no que toca a tecidos, e dispõe de um grande contingente de artes liberaes e industrias diversas”, o que ocasionaria grande interesse, sendo a abertura deste pavilhão o equivalente a “uma segunda festa no grande certame” (O PAIZ, 1908, p. 3). Já o pavilhão baiano, embora não tenha sido inaugurado até aquele momento, teve o seu terraço aberto ao público, o qual, segundo o periódico, apresentou à noite “um lindo aspecto as suas duas escadarias, cheias de povo, que descia e subia ininterruptamente, em uma deliciosa mescla de silhuetas femininas” (O PAIZ, 1908, p. 3).

O Pavilhão de Estado de São Paulo foi o que recebeu maior destaque na matéria jornalística sobre as “notas ligeiras” em relação à exposição. O mesmo, previsto para ser inaugurado e franqueado ao público no dia 7 de setembro, apresentara inúmeros detalhes descritos no periódico, sendo considerado pelo jornal como “uma das mais bellas construcções da praia da Saudade” (O PAIZ, 1908, p. 3). Além do pavilhão próprio, aquele estado também possuía uma seção no palácio central da exposição, a qual havia sido inaugurada no mesmo dia da abertura do evento. Na oportunidade, de acordo como jornal, a comissão paulista distribuiu entre os visitantes um boletim informativo, cujo objetivo era o de aproximar o público daquilo que estava sendo exposto, conforme o texto do referido boletim e que foi reproduzido pelo periódico:

A commissão executiva de S. Paulo, tendo em mira tão importante questão, como soe [*sic*] ser a de relacionar intimamente a pessoa e a coisa que se visitam, procurou dispor a ambos e armal-os dos melhores meios de aproximação – por um lado, aproveitando as aproximações agricolo-industriaes mais intimas, para uma installação methodica e fácil, ao alcance dos menos atilados, e por outros, fazendo distribuir, não so o catálogo geral da sua exposição, como outros catálogos parciaes e minuciosos das diversas secções e ainda instrucções detalhadas sobre os objectos e a publicação de um boletim interessante, além desta notícia, que é a summa da ordem e critério observados para o desejado effeito. (O PAIZ, 1908, p. 3)

De acordo com a notícia, a forma com que a comissão paulista escolheu para aproximar o público dos artigos expostos por aquele estado foi por meio da distribuição de catálogos, informativos e afins, nos quais constariam descrições “minuciosas” dos

mostruários e objetos que haviam sido levados para a sua representação, procurando desta forma, facilitar o entendimento do público “menos atilado” com a demonstração pedagógica de sua exposição. Além disso, tal iniciativa demonstrara o vultoso investimento estadual, uma vez que preparar grande quantidade de materiais informativos e de propaganda para a distribuição durante o evento significou, muito provavelmente, um custo considerável.

Outro ponto que mereceu destaque na descrição jornalística foi a grande quantidade de produtos expostos no Pavilhão de Machinas, sendo parte destes composta por “machinas completas de beneficiamento de arroz, milho e café, e outras mais empregadas na lavoura”. As máquinas expostas foram descritas pelo periódico como “poderosas auxiliadoras do homem num desbaratamento das selvas, nas escavações profundas dos minérios avarentamente guardados nas profundezas da terra, na adaptação dos campos às suas necessidades vitais” (O PAIZ, 1908, p. 3). Tal aspecto demonstrara de forma comparativa para o restante do país o avanço na modernização das atividades econômicas daquele estado. Não à toa, São Paulo ocupou uma extensa área no palácio central da exposição, - além do seu pavilhão próprio -, na qual expôs com maior destaque o seu principal produto:

Nelle [o palácio central da exposição, organizado na antiga Escola Superior de Guerra] S. Paulo occupa toda a ala esquerda do 1º andar do corpo principal do edifício, desde a primeira porta, que communica com um amplo corredor de penetração, accommodando à parte – cafés - com a coleção completa dos diversos typos desse magnífico e principal produto do Estado, que por sua vez constitue a maior riqueza actual da exportação commercial do paiz. (O PAIZ, 1908, p. 3)

Foi o café que, nas grandes exposições realizadas no início do século XX, figurou como o principal produto econômico brasileiro, sempre ocupando lugar de destaque nos espaços expositivos destes certames e tendo o estado de São Paulo como principal produtor, sendo, portanto, a referência nacional para a sua comercialização, em especial, com os estrangeiros. No entanto, o estado também contemplou em seus mostruários outros artigos de sua alçada produtiva, a exemplo dos tecidos trabalhados com fibras vegetais por meio de fiação mecânica, além de lã, algodão, linho, cordas, barbantes, chitas, cachemires, musselines, brins e malhas; alguns produtos de cerâmica e couro; e os chamados cereais, como milho, feijão e arroz.

Sobre estes últimos, a descrição explica que são “qualidades produzidas pelos estados no norte, onde o clima propício a essa cultura facilita o lavrador”, no entanto, o estado de São Paulo soube adaptar o seu cultivo “adotando o método de irrigação constante” (O PAIZ, 1908). Assim, se a exposição paulista, - cuja capital, juntamente com o Rio de Janeiro,

era considerada à época o principal modelo de cidade moderna e civilizada no país -, despertou a atenção em virtude dos seus mostruários que contemplavam desde maquinários até “novos” métodos para a modernização da produção agrícola, além de diversas manufaturas, também evidenciou a sua condição agroexportadora que ainda se sobrepunha à pretensa industrialização plena, especialmente quando comparado às grandes potências européias e aos Estados Unidos; e que também era reflexo da realidade econômica nacional naquele período.

A região amazônica, ao que parece, também foi bem representada no certame nacional, com destaque aqui para o estado do Pará. De acordo com o álbum comemorativo do estado no ano de 1908²¹, a sua representação foi considerada positiva pelas autoridades locais e, embora não possuísse um pavilhão próprio na exposição, constatou-se que a sua “riqueza, entretanto, é igual a dos primeiros [*estados*] da União” (ÁLBUM..., 1908, p. 341). Ao retratar os aspectos positivos da exposição paraense, o referido álbum reproduziu o artigo publicado pelo jornal carioca “Diario do Commercio”, com data de 9 de agosto de 1908. De acordo com a reprodução, a representação do Pará se deu de forma brilhante, na medida em que o estado havia levado o que de mais importante produzira, destacando-se aí a borracha, a qual, segundo o jornal, era originária, inicialmente, de um “estado longínquo e apparecendo apenas na communhão brasileira como o grande empório do nosso segundo producto de exportação”; no entanto, tal condição em relação ao país mostrava significativa alteração na exposição, uma vez que:

(...) elle mostrará agora que também possui industrias, que também caminha garlhadamente para phase definitiva de progresso e de grandeza, que esta reservado ao Brasil, acompanhando os seus irmãos mais adeantados nesse esforço collectivo que vamos fazendo para em breve merecermos os títulos de grande e poderosa nação. (ÁLBUM..., 1908, p. 340).

Nota-se, a partir da análise da narrativa do jornal carioca, a permanência da visão preconceituosa do restante do país em relação aos “estados do norte” ou à Amazônia – a qual, como vimos anteriormente, já era combatida por Sant’Anna-Nery em fins do século XIX -, uma vez que a região era compreendida como “longínqua”, quase que desconexa do Brasil, cujo destaque se dava apenas por ocasião do comércio da borracha, responsável por considerável parcela da economia nacional. Diante disso, a exposição nacional surgiu como a oportunidade de desconstrução da imagem de um Pará retrógado, o qual se propôs a mostrar

²¹ Trata-se do álbum comemorativo dos oito anos de governo de Augusto Montenegro (1901-1909), publicado para propagandear os feitos políticos do referido governador.

nacionalmente que estaria próximo de alcançar o “patamar civilizatório” pretendido pelo país, uma vez que o estado caminhava em direção ao progresso almejado, fazendo parte do “esforço coletivo nacional” para a realização de tal feito. Sobre tal “esforço” do estado em civilizar-se, o referido periódico continua com o discurso elogioso:

Uma das vantagens da Exposição Nacional é provar que já temos realizado muita coisa no domínio das conquistas materiaes, organizando e desenvolvendo determinados trabalhos. O Pará não tem ficado atrás nesses commettimentos; ao contrario, tem caminhado para diante, avançando com segurança e persistência, de modo a já poder apresentar um largo mostruário dos seus productos, prova irrefutável que os seus homens de governo não estão simplesmente entregues às lutas estéreis da pequena política, mas sim empenhados em aproveitar e desenvolver as forças exuberantes e estupendas do seu solo fecundo e actividade e capacidade de trabalho da população do Estado. (ÁLBUM..., 1908, p. 340).

Assim como contestava Sant’Anna Nery, em fins do século XIX, o general Jacques Ouriques, presidente da comissão da representação paraense no Rio de Janeiro, também refutou criticamente em seu relatório a visão distorcida em relação à região ao retratar os avanços do estado. De acordo com Ouriques:

É preciso visitar o Pará actual com o espírito livre de prevenções e o critério armado da necessária imparcialidade, para bem avaliar o importante papel que representa na União esse prospero e futuroso estado. De ordinário, os que alli aportam, levam a imaginação carregados de phantasia e chiméras, principalmente quanto a facilidade de adquirir rápida fortuna, em um meio pressuposto de exploradores, como propalam em geral os que de lá voltam, desilludidos, ou mesmo enriquecidos pela protecção de distinctos paraenses, a quem não lhes apraz confessar o que devem. (...) A sociedade belemense, culta, educada, já bastante fina e exigente nos seus meios de existência, tem grande defeito sob o ponto de vista do progresso das cidades modernas, o defeito de todas as sociedades ainda não attingida pela depravação e egoísmo de todas as capitaes adiantadas, confia facilmente, com excessos de bondade, no prestígio litterario, artístico, ou social de que se faz cercar a maioria dos forasteiros que ao Pará vão. À cata de extraordinários resultados para obras muitas vezes insignificantes (...). É de um ridículo, verdadeiramente lastimável, a ingennua parvoíce com que acceitamos, sem a mínima analyse, sem reflexão alguma, as mais levianas informações, mesmo as maiores patranhas, que o sabor dos irresponsáveis inventa sobre o Pará, o Amasonas, Matto-Grosso e Goyaz, muito embora um nome desconhecido as encampe. (OURIQUE, 1908, p. 41-43).

As palavras de Ouriques, em defesa do estado no que diz respeito à visão distorcida sobre região, vem acompanhada de críticas em relação à própria sociedade paraense, em especial a parcela “culto, educada e bastante fina” da capital, acusada de certa passividade diante das diversas “informações levianas” e que foi justificada pela “ingenuidade” do povo paraense em relação aos “forasteiros” que chegam na região. Para combater este tipo de situação, Ouriques sugere que “estudemos os homens e as cousas paraenses” antes de emitir opiniões ou mesmo se omitir diante delas. Além disso, de forma contundente, afirma que as

relações do Pará são muito maiores com outros países do que com os demais estados brasileiros, o que também pode justificar a referida visão dos próprios brasileiros em relação à região:

O Pará, mais próximo da Europa do que do Rio de Janeiro, com os seus interesses mais ligados ao velho continente e à América do Norte, do que ao Brasil, de que faz parte, não é para extranhar ser mal apreciado por quem nada ou quasi nada sabe dos seus homens e dos seus negócios, pelo pouco interesse immediato despertado por tão longínqua região. (OURIQUE, 1908, p. 44).

Embora seja notório que a defesa da região possua cunho político, uma vez que na mesma publicação Jacques Ouriques faz uma série de elogios ao governador Augusto Montenegro, como uma clara forma defendê-lo de possíveis ataques de seus adversários políticos, as críticas a uma suposta visão distorcida sobre a região amazônica foram uma constante em fins do século XIX e início do XX, como já mostramos anteriormente. Tal visão era reforçada quando se considera os aspectos geográficos e as dificuldades de comunicação por eles impostos, e que remontam ao período colonial, reafirmando assim a ideia de uma região “longínqua” e pouco conhecida do restante do país, corroborando preconceitos que ignoravam as potencialidades econômicas regionais e as estreitas relações comerciais com o exterior, muito mais sólidas do que com o restante do Brasil.

Voltando ao discurso do jornal, é possível notar que, além de reafirmar a ideia já mencionada de que a exposição é um meio encontrado pelo país de convencer a si próprio dos seus avanços econômicos e sociais, a narrativa jornalística atribui méritos ao governo estadual no que se refere ao seu desenvolvimento, apresentando o Pará como se este já estivesse inserido no caminho do progresso e da civilização, aspecto este, segundo o periódico, possível de ser notado pelo “largo mostruário dos seus productos” expostos em terras cariocas.

Assim como o que ocorrera com outros estados, o espaço reservado ao Pará – apenas uma sala no Pavilhão Central da exposição -, foi insuficiente, tendo em vista a quantidade de artigos que o mesmo levou até o Rio de Janeiro, uma vez que “tudo o que mandou não pode acondicionar-se nessa sala que, aliás, é uma das maiores”, porém, “apesar disso, os seus productos vão destacar-se singularmente na Exposição, pela beleza, pela riqueza e pela raridade” (OURIQUE, 1908, p. 341). Tais produtos foram distribuídos em três seções em que o estado concorreu, divididos em mais de cinquenta grupos, os quais comportaram a diversidade regional²².

²² De acordo com o catálogo dos produtos paraenses inserido no relatório de Jacques Ouriques, a produção do Pará na Exposição Nacional ficou assim dividida: Seção de Indústria Pastoril – Grupos: 1. Cavalos de sela de tiro

Entre as centenas de produtos expostos, havia cerca de 16 animais na seção de indústria pastoril: cavalos, vacas, touros, búfalos, jabotis e aves (um casal de jacús, três mutuns cavalos, uma garça real e uma garça pequena, um arapapá, uma colhedeira). Na seção de agricultura, destacamos a diversidade de sementes, especialmente a quantidade elevada de sementes de seringueira, cacau, cumaru, andiroba e inajá; castanhas e seus ouriços; amostras de arroz, milho, feijão e cacau. Na seção de artes liberais, além dos artigos que serviam como propaganda institucional do governo, como as estatísticas da instrução pública, as fotografias que mostravam o embelezamento da capital e os catálogos, publicações e documentos oficiais que procuravam mostrar um pouco mais do desenvolvimento político, científico e cultural do Pará republicano, estavam presentes também trabalhos voltados para medicina e cirurgia (trabalhos dentários em ouro, porcelana e esmalte); trabalhos da área de engenharia (projetos e mapas); e os trabalhos artísticos (pinturas, esculturas, músicas), porém, estes últimos em quantidade bastante inferior em relação aos primeiros mencionados, que estavam voltados para a divulgação política.

A seção de várias indústrias, como a própria denominação sugere, foi a que comportou o maior quantitativo de produtos do estado, a exemplo da indústria alimentar, onde se encontravam as farinhas e os beijos; os produtos de confeitaria, como pães, bolos, bolachas, biscoitos, doces de frutas regionais (bacuri, cupuaçu, muruci, entre outras), geléias, compotas e chocolates; conservas de carnes, peixes, frutas e legumes; óleos e outros condimentos, como as pimentas no molho de tucupi; bebidas, como vinhos, licores, vinagres, cervejas, chopps, cachaças, refrigerantes e outras “gasosas”; além de leite esterilizado.

leve e pesado, 3. Raças Bovinas, 9. Animais Silvestres, 12. Aves Silvestres. Seção de agricultura – Grupos: 2. Culturas Diversas. Seção de Artes Liberais – Grupos: 1. Instrução Primária, Secundária, Superior e Técnica; 2. Belas Artes e Artes Aplicadas; 4. Arte Musical; 5. Fotografias, Vistas etc; 6. Tipógrafia, Litografia, Fototipia, Fotogravura e outros processos de reprodução; 7. Encadernação; 8. Livros e Publicações; 9. Medicina e Cirurgia, Artes Farmacêuticas e Químicas; 10. Assistência e Melhoramentos; 11. Engenharia Civil e Militar. Seção de Várias Indústrias – Grupos: 1. Indústria Fabril; 2. Massas Alimentícias, Biscoitos e Bolachas; 3. Artigos de Confeitaria e Pastelaria; 4. Cacaos, Chocolates, Bombons e Balas; 5. Conservas de Carnes, Peixes e Legumes; 6. Azeites, Óleos e Condimentos; 7. Vinhos, Vinagres, Licores, Cervejas e Bebidas Alcoólicas; 8. Xaropes, Limonadas, Águas Gasosas; 9. Queijos, Manteigas e Outros Produtos Lácteos; 10. Esquadrias, Venezianas e Outras Obras de Marcenaria e Carpintaria; 15. Flores Artificiais; 17. Cerâmica, Ladrilhos Hidráulicos; 18. Cal, Cimento e Outros Materiais de Construção; 21. Fios e Tecidos de Algodão, Tecidos de Meia; 25. Barbantes, Cordões e Cordoalha; 26. Rendas, Bordados e Aplicações em Filó; 27. Roupas Brancas para Homens, Senhoras e Crianças; 28. Produtos de Alfaiate e Costureira; 29. Chapéus para Homens, Mulheres e Crianças; 30. Calçados; 31. Guarda-Chuva e Bengalas; 35. Perfumarias; 37. Sabões, Velas e Glicerinas; 42. Ferramentas; 43. Artigos de Ferro Fundido e Batidos e de Aço; 45. Artigos de Cobre e Outros Metais Comuns; 48. Produtos de Mármore, Ágata, Granito e Outras Pedras; 49. Couros e Peles Preparadas e Oleadas; 50. Malas, Bolsas, Artigos de Viagem e Acampamento; 51. Produtos Químicos e Farmacêuticos; 53. Preparados de Fumos; 54. Vassouras, Brochas, Escovas e Esteiras; 55. Tintas, Colas, Vernizes e Graxas; 56. Veículos para Transporte de Passageiros; 57. Veículos para Transporte de Carga; 58. Material para Navegação; 60. Produtos Fabris Não Especificados; 61. Coleções Científicas, Mineralógicas e Geológicas; 62. Indústria Mineral; 67. Borracha; 69. Fibras e Cascas Industriais; 70. Frutas Silvestres; 72. Óleos, Ceras, resinas etc; 78. Madeiras; 74. Plantas Medicinais; 75. Produtos de Pesca e Caça; 76. Penas; (Op. Cit.: 83-111).

Produtos de carpintaria e marcenaria também se destacaram nesta seção pela quantidade e variedade de móveis e outros objetos - como os tacos de bilhar e as mobílias escolares - feitos dos diversos tipos de madeiras regionais, como, por exemplo, a mobília de pau amarelo fabricada no Instituto Lauro Sodré²³, ou mesmo o quadro feito com 121 espécies de madeiras representando o escudo da República (já premiado na Exposição de Saint Louis).

Artigos voltados para vestimentas e acessórios também faziam parte das “várias indústrias”: camisas para homens e senhoras; fronhas; ceroulas; calças; fardas para soldados e educandos; chapéus de diversas fibras (palha de timbui, jupati, tururí, tucumã-açú, timbó-tica, gurumã-miri, etc); calçados; bengalas, entre outros. Entre os produtos voltados para o vestuário, chamou a atenção os produzidos pelas “Fábricas Leão e Consumo”, considerados “da melhor qualidade, podendo rivalizar com as melhores francezas”, sendo que o próprio presidente da comissão estadual, general Jacques Ouriques “vestia uma dessas camisas com o maior orgulho, mostrando-nol-a e fazendo-lhe altos elogios”. Também foram expostos produtos de perfumaria e farmacêuticos; machadinhas para corte da seringueira; artigos de mármore, granito e ferro; artefatos indígenas, como remos, canoas e montarias; colas e óleos de peixe; minerais, entre os quais amostras de grafite, sulfato de alumínio, ouro em pó e em pepita, ferro e diversas pedras; mel de abelhas e óleos considerados medicinais, entre os quais copaíba e andiroba, e os “produtos fabris não especificados”, que englobavam inúmeros artigos de confecção artesanal comumente utilizados na região, como cestos de palha, balaios, cuias, tipitis, peneiras, cachimbos, abanos, formas para defumar borracha, entre outros (IDEM: 100-101).

Não é possível deixar de mencionar como se configurou a exposição do principal produto econômico da região: a borracha. Em um grupo específico dentro da seção de várias indústrias, apresentou-se diversas peles de borracha fina, sernambis de caucho e murupita em bolas ou pranchas, além de amostras de borracha oriundas de diversas partes do estado, como as regiões do Tapajós, Xingú, Tocantins, Cametá e das ilhas. A maioria das amostras de borracha, de acordo com o catálogo, foi enviada pelas Intendências Municipais dos interiores, como Breves, Anajás, Alenquer, Baião, Bagre, Macapá, Magazão e Óbidos. Outras foram

²³ Também conhecido como “Eschola Profissional do Estado”, o Instituto Lauro Sodré surgiu em 1872 como “Instituto Paraense de Educandos e Artífices”, com o intuito de abrigar “meninos desvalidos órfãos e pobres”. Posteriormente, passou a oferecer o ensino primário e o ensino das artes e ofícios mecânicos. De acordo com Celia Sousa (2010), em seu trabalho sobre as instituições paraenses para meninos e meninas desvalidas nos séculos XIX e XX: “com a República (...), houve uma mobilização política em prol da educação no Pará, resultando em aumento de escolas públicas, reformas educacionais e aumento de verbas para a construção do novo prédio do Instituto dos Educandos.(...)”. O novo prédio, agora denominado como Instituto Lauro Sodré, foi inaugurado em setembro de 1899, e havia sido transformado desde o ano anterior em “colônia orfanológica, artística, industrial e agrícola”. (SOUSA, 2010).

fornecidas por empresários ou donos de seringais. Embora a goma elástica fosse apontada como o “motor econômico” da região, o seu mostruário contou com apenas 38 itens na Exposição Nacional, contrastando com os mostruários de outros produtos, como as madeiras, por exemplo (SOUSA, 2010, p. 102). Uma das possibilidades que poderia justificar tal “escassez” no “stand” do principal produto regional, seria a falta de espaço suficiente para comportar todos os produtos enviados ao Rio, como foi apontado anteriormente. No entanto, tal justificativa possui certa incoerência, uma vez que, por uma questão estratégica talvez, as amostras do principal produto econômico deveriam ser priorizadas no espaço expositivo destinado ao estado do Pará.

Em relação ao grupo específico das madeiras, na mesma seção, foi este o maior mostruário de todos os produtos paraenses. A grande maioria foi exposta em formato de toras, e uma pequena parte em amostras menores e tábuas. Muitos foram os municípios paraenses que forneceram madeiras para a exposição²⁴, reunindo-se desta forma, um mostruário com mais de duzentos exemplares do produto²⁵, - entre madeiras consideradas nobres, como o pau amarelo, e outras de uso geral -, o qual foi descrito em cinco páginas do catálogo (IDEM: 105-110). Neste sentido, podemos inferir que as madeiras ocuparam lugar de destaque durante a representação paraense, mesmo sendo um produto pouco mencionado pelas autoridades do estado, quando comparado com a propaganda incisiva que se fazia da borracha regional.

Mesmo com a infinidade de produtos apresentados pelo Pará na Exposição Nacional, em sua maioria oriundos da atividade extrativa, agrícola e da fabricação artesanal, o catálogo da exposição paraense deu destaque para as manufaturas existentes no estado com um texto que descreve as origens, a especialidade e a capacidade produtiva das mesmas. Abaixo segue o quadro resumido da atividade fabril paraense no ano de 1908:

²⁴ As madeiras eram originadas dos seguintes municípios: Faro, Santarém, Breves, Belém, Cametá, Acará, Alenquer, Chaves, Gurupá, Macapá, Marapanim, Mazagão, Monte Alegre, Óbidos, Ourém, Abaeté, Prainha, Souzel e Quatipurú. (Op. Cit. 105 -110)

²⁵ As madeiras descritas no catálogo eram: macacaúba, andiroba, sapupira preta, sapupira amarela, pau amarelo, piquiá, cumaru, maúba amarela, cupiúba, acarauá, uapurú, cumbeira, sucupira, louro, louro preto, muirapinima, acapú, pau rosa, pau santo, castanheira, jacarandá, muirapixuna, itaúba, cumá, pracuúba, copaíba, esponjeira, acapurana, guajará, paricá, jejuúba, muratauá, sapucaia, cumarurana, mamarará, itaúbarana, pé de boi, marupaúba, jenipapo, umará, cajuúna, caramuru, muruci, cumaté, axuá, cedro branco, piriquiteira, macucú, maraximbé, jacareúba, goiabeira, caripé, muirapiranga, pupunheiro, anauerá, pau roxo, pau violeta, pau preto, geniparana, cariperana, massaranduba, itaúba amarela, goiabarana, louro vermelho, pau d'arco, pau mulato, cuataquisana, barbatimão, angico, jarana, caraubeira, mameira, jutaí, pau rego, mututi, angá-xixica, mangabeira, breu branco, pracaxi, ceriúba, lacre, morototó, tamanqueiro, macucú, acaricuará, anani, tatá-piririca, imbaúba, amapá, anelím, maúba amarela, muirapiranga branca, muirapiranga vermelha, piquiá-etê, tatajuba, pupuca, cedro, borajuba, pau arara, jatuarana, pau marfim, marupá, angico, faveira, guariúba, Pará-pará, ébano, preciosa, faia, mururé, ajará, acariquará, cuiarana, ipê, tamanqueira, carvalho, maparajuba, louro branco, louro cunauarú, guariúba, louro cravo, louro tamanca, cedro, caraubeira, jacarandá, coração de negro, saboneteiro, socoró branco, peximeiro, pau d'arco branco, inharé, piranheiro branco, bacuri. (Op. Cit. 105 -110)

Quadro 1 – Resumo da Atividade Fabril Paraense no ano de 1908

Fábrica	Localização	Ano de Fundação	Fundadores/ Proprietários	Especialidade	Maquinário ou Aparelhos e Nº de Operários
Fábrica de Cerveja Paraense	Belém	1907	José Casemiro Brazil Montenegro, Otto Fuerth e João Moreira da Costa (acionistas)	Cerveja	07 máquinas principais 07 máquinas auxiliares e outras não quantificadas (esterilização, resfriamento, lavagem, pasteurização da cerveja e enchimento de barris e garrafas). 80 operários.
Real Fábrica Palmeira	Belém	1892	Manoel Francisco de Pinho Jorge, Ignácio Marques da Cunha e Antônio José Corrêa.	Confeitaria, doceria, panificação	35 máquinas 54 operários
Fábrica de Cerâmica Paraense	Belém	1886	Visconde de S. Domingos, Antonio Feliciano de Oliveira, José da Mota Chuva e outros (acionistas). Francisco Lucas de Souza (a partir de 1896).	Tijolos, filtros, talhas, podes, maringas, bilhas, copos, vasos para plantas, tubos para fogão, coelheiras, boiões para a defumação de borracha, esculturas e trabalhos em vidro.	08 máquinas 80 operários
Fábrica Freitas Dias	Belém (possui filial no Amazonas)	1896	Srs. J. S. Freitas & C.	Serraria, Marcenaria, carpintaria e ferraria	40 máquinas 460 operários
Fábrica Perseverança	Belém	1902	Srs Ferreira Cruz & C. (fundadores). Firma Martins Jorge & C. (em 1908).	Tecelagem: estopilha, fios de velas, cordoarias.	12 teares mais máquinas de fios, velas e cordas não quantificadas. 130 operários

Fábrica Bulhosa	Belém	1867	Francisco Alves Teixeira, João Etacheogoam e Guilherme Fox Junior (fundadores) Boulhosa e& C ^a Antunes Mello & C. ^a	Fundição de ferro e bronze, ferraria e carpintaria (construção naval)	24 máquinas 140 operários
Chocolateria Paraense	Belém	1888	Felipe José de Lima	Chocolate, torrefação e moagem de café, trituração de grãos, extração de manteiga e óleo de cacau, migação de tabaco, fabricação de cigarros e serragem de lenha.	20 máquinas. Nº de operários não informado.
Fábrica Titânia	Belém	Não informado	Emílio Penner	Refrigerantes e perfumes	Não informado
A Primeira Fábrica	Belém	Não Informado	Não Informado	Extratos, óleos, tônicos, água de colônia, pó de arroz, pomadas perfumadas.	Nº de máquinas não informado. 14 operários mais vendedores avulsos não quantificados.
Fábrica União	Belém	Não informado	Não informado	Funilaria, padaria, chocolateria, moagem e torrefação de café	30 máquinas. 40 operários.
Arapiranga	Belém	Não informado	Não informado	Serraria, carpintaria e olaria	14 máquinas, 40 operários
Fábrica Pereira Dias	Belém	1890	Comendador Manuel Pereira Dias	Refrigerantes, cidras, ginger-ale, sifões e águas gasosas	Nº de máquinas não informado. 11 operários.
Fábrica Alliança	Belém	Não informado	Não informado	Roupas	90 máquinas. 100 operários.
Arapary	Belém (ilha do Arapary)	Não informado	Srs La Rocque, Irmãos & C ^a	Cachaça e álcool	06 máquinas. 130 operários
Empreza de Beneficiamento	Belém	1908	José Ribeiro da Silva	Lavagem e beneficiamento	19 aparelhos. 33 operários.

de Visceras				de visceras	
Fábrica Augusta	Belém	Não informado	Não informado	Fabricação de folhas de flandres, ferro, zinco e latão, pintura, carpintaria e ferraria	60 máquinas. 47 operários.
Fábrica Diana	Belém	1885	Antonio de Souza Martins (fundador) Martins Irmãos & C ^a	Moenda e torrefação de café, migação e desfiação de tabaco, descasca arroz, moenda de milho, arroz e legumes	06 máquinas Nº de operários não informado.
Fábrica Coutinho	Belém	1904	Assenso & Dias	Moenda e torrefação de café, migação e desfiação de tabaco, moenda de milho, pimenta e cominho, descasca arroz, corte de confete.	10 máquinas 05 operários.
Fábrica Anjo da Guarda	Belém	1856, sendo reedificada em 1906	Godinho & C ^a .	Confeitaria, refinamento de açúcar e torrefação de café.	10 máquinas 10 operários.
Confeitaria Aurora	Belém	1880	Jerônimo d'Amaral Semblano	Confeitaria e Café	08 máquinas 20 operários
Fábrica de Sabão Consumo	Belém	1888	Carlos Serafim Ferreira de Oliveira (fundador) Carlos Brício da Costa (proprietário)	Sabão e perfumaria	06 máquinas mais aparelho não quantificados. 10 operários.
Estrella do Minho	Belém	1883	Emílio José de Oliveira	Confeitaria, panificação e torrefação de café	08 máquinas. 07 operários.
Fábrica Papagaio	Belém	1878	Assenso Dias & C ^a (José Garcia Garcias Rodrigues Assenso, Antonio Dias da Silva e	Migação de tabaco e torrefação de café	08 máquinas. Nº de operários não informado.

			Bento Domingues.		
Engenho Santo Antônio	Vigia	Não informado	Desembargador Napoleão de Oliveira e Major Cândido Alves	Cachaça	Não informado
Estabelecimento Industrial Santa Joana	Belém	Não informado	Tenente-coronel Manoel Pereira Duarte	Serraria e Cachaça	07 máquinas. N° de operários não informado
Centro Industrial Americano	Belém	1908	Martiniano Fernandez Cereijo e Celestino Fernandez Cereijo	Sacos de papel, verniz Faber e Esmalte Henri.	N° de máquinas não informado. 30 operários.
A Paulicéia	Belém	Não informado	Não informado	Caramelos e confeitos de frutas	Não informado.
Wiegandt	Belém	Não informado	Carlos Wiegandt	Tipografia, litografia, encadernação e obras de mármore	Não informado.
Empreza Edificadora	Belém	Não informado	Manoel Pedro & C ^a .	Construções de obras e materiais de construção	Não informado.
A Nacional	Belém	1906	Gizzi & C ^a (João Baptista Gizzi e Bento A. Centuras Navas.	Sabão	04 máquinas mais aparelhos não quantificados 14 operários.

Fonte: (OURIQUE, 1908, p. 52-65)

Como é possível observar Quadro 1, a maioria dos estabelecimentos classificados no relatório de Ouriques como pertencentes ao ramo de “atividade fabril” originou-se na segunda metade do século XIX, sendo apenas seis deles com as atividades iniciadas no início do século XX. A grande maioria estava localizada na cidade de Belém, sendo apenas um dos citados situado no município de Vigia, bem próximo a Belém. No entanto, o relator lembra a existência de outros importantes “estabelecimentos comerciais” em outros municípios paraenses, como é o caso de “grandes engenhos de aguardente nos municípios de Abaeté, Igarapé-mirim, estaleiros de construção naval na cidade de Santarém, em Abaeté etc” (OURIQUE, 1908, p. 65).

Chama a atenção a atividade voltada para a fabricação de produtos com finalidades distintas, ainda que no mesmo local, como, por exemplo, a Fábrica Titânica, a Fábrica União

e o Estabelecimento Industrial Santa Joana, todos situados em Belém: a primeira produzia refrigerantes e perfumes; a segunda, voltada para confeitaria e panificação, mas também funcionava como funilaria; e a última, que funcionava como serraria, também produzia cachaça. Diante disso, podemos interpretar que estes espaços de produção possuíam caráter polivalente, voltando a sua capacidade produtiva para atender, ao mesmo tempo, variadas necessidades de consumo tanto externas como as demandas do próprio processo produtivo.

É importante ressaltar as classificações que Jacques Ouriques atribuiu a estas atividades, uma vez que o mesmo, em seu relatório sobre a exposição, denomina tais espaços como “estabelecimentos industriais” ou “indústria poliativa” – denominação esta que remete ao que foi abordado no parágrafo anterior -, e afirma que não é somente a atividade extrativa a principal preocupação do governo estadual, mas também a atividade da referida “indústria poliativa”, que, segundo ele, “caminha a passos largos no Estado”. (OURIQUE, 1908, p. 52). No entanto, embora as classificações do relator nos remetam à ideia de trabalho industrial associado a grandes fábricas, a realidade de alguns destes estabelecimentos em nada correspondia a esse imaginário, uma vez que grande parte deles ainda utilizava procedimentos artesanais combinados com algumas poucas máquinas, aproximando-se assim, muito mais de uma produção manufatureira.

Por outro lado, embora em número menor, grandes fábricas também fizeram parte da expansão econômica desta atividade no estado. Dois exemplos emblemáticos citados no relatório são a Fábrica de Cerveja Paraense e a Real Fábrica Palmeira. A primeira foi fundada em 1905 por João Moreira, era a primeira do ramo no Norte do país e levou cinco anos para que fosse concluída. Ocupou uma área de 9.900 metros quadrados, onde foi erguido um prédio com cinco andares que abrigava desde a moradia do “pessoal inferior da fábrica” até “o seu laboratório, onde são effectuados todos os exames e analyses necessários”. Possuía maquinário de origem alemã, e empregava cerca de 150 operários. Produzia cinco tipos de cerveja e vários tipos de refrigerante, sendo responsável pela produção de dois milhões de litros de cerveja anualmente. (OURIQUE, 1908, p. 52-54; MOURÃO, 1989, p. 42; SARGES, 2002). Já a segunda, que surgiu em Belém no ano de 1892 e teve como primeiros proprietários os srs. Manoel Francisco Jorge, Ignácio Marques da Cunha e Francisco José da Silva. Produzia um grande número de variados tipos de chocolate, biscoitos, pães, caramelos e doces, além de café e açúcar refinado. Sua maquinaria era bem aparelhada e moderna e possuía mais de 400 operários de ambos os sexos. Ocupava uma área de 202 metros

quadrados [sic]²⁶, dividida em 10 seções: confeitaria, biscoitaria, chocolateria, moagem e torração, massas alimentícias, padaria, funilaria, carpintaria, embalagem e vendas de retalho. Os maquinários foram importados da Inglaterra, a farinha era de Nova Iorque e Buenos Aires, o açúcar era de origem pernambucana e baiana, o café, do Rio de Janeiro e o cacau, do Baixo Amazonas. Com essa matéria prima produzia-se 40 qualidades de biscoitos, entre outros produtos. A referida fábrica ainda possuía três filiais na cidade de Belém e vendia seus produtos para diversas casas aviadoras do estado do Amazonas (IDEM).

Diante do exposto, é possível perceber a importância da participação paraense na Exposição Nacional do Rio de Janeiro para a compreensão do desenvolvimento da produção econômica local, a qual mesclava a atividade extrativa e agrícola com produção fabril e manufatureira, refletindo um pouco do que também era o Brasil no início do século XX, no que concerne à atividade econômica e capacidade produtiva. Falaremos mais sobre estas atividades de produção do estado no próximo capítulo.

Embora não se tratasse de um evento de cunho internacional, tal certame é de fundamental importância para analisarmos o papel que o estado do Pará ocupava, em termos econômicos e de capacidade produtiva, no conjunto de estados brasileiros e a suposta imagem preconceituosa que se reproduzia em relação aos estados do Norte, conforme as acusações e as tentativas de combatê-la por parte de intelectuais como Sant'Anna Nery e o Barão de Marajó. Além disso, a Exposição Nacional de 1908 serviu como um grande ensaio do país para a sua participação em eventos internacionais posteriores, como a Exposição de Bruxelas e a Exposição de Turim. O estado do Pará arrecadou neste certame 455 premiações, sendo 30 grandes prêmios, 189 medalhas de ouro, 164 medalhas de prata e 72 medalhas de bronze.

c) Exposição Universal e Internacional de Bruxelas (1910)

A Exposição Universal de Bruxelas ocorreu entre os meses de abril e novembro de 1910 e, assim como outras feiras mundiais, também tinha como objetivo celebrar por meio de um grande evento, os seus progressos industriais e o seu poderio colonizador. Além disso, no ano de 1910 celebrava-se os 80 anos da independência daquele território, data histórica que também foi fator motivador para a realização do certame. O evento contou com a adesão de 26 países, e recebeu a visita de cerca de 13 milhões de pessoas.

²⁶ Este número é o que consta no relatório da representação paraense na Exposição Nacional de 1908, no entanto, acreditamos que a informação está equivocada (talvez por um erro gráfico), sendo o número referente a área total de ocupação da Fábrica Palmeira o correspondente a um tamanho de mais de 2.000 metros quadrados.

A organização da participação brasileira para o evento de Bruxelas não se deu de forma antecipada. Embora o governo belga tivesse enviado o convite ao país no ano de 1908, a autorização para a presença brasileira no certame, assim como a verba necessária, só foram efetuadas em outubro de 1909 pelo Congresso Nacional, ficando a organização da exposição do país a cargo da Comissão de Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro²⁷. Após a aprovação, organizou-se a comissão nacional formada pelo prefeito do Distrito Federal e representantes de três instituições: a Sociedade Nacional de Agricultura, o Centro Industrial do Brasil e o Museu Comercial do Rio de Janeiro (BRASIL, 1907). Após a formação da comissão, foi dado início aos trâmites burocráticos para a participação dos estados por meio do envio de circulares “com o fim de interessar todos os departamentos administrativos e todas as classes sociais”, as quais foram endereçadas a “todas as municipalidades do Brasil, às sociedades agrícolas, às associações comerciais e aos particulares”, especialmente aos “que na Exposição Nacional lograram valiosas recompensas para os seus productos” (BRASIL, 1907, p. 238).

Para esta exposição, o país arrecadou 1.717 volumes de produtos, uma diferença de mais de 500 volumes quando comparado com a arrecadação realizada para a Exposição de Saint Louis em 1904. O jornal *O País* publicou uma relação de artigos que foram enviados para Bruxelas, nos dando uma ideia do que compôs a representação brasileira no evento:

Os volumes continham collecções de: mineraes, algodão, cera, fumo, assucar, café, aguardente, águas mineraes, cereaes, plantas medicinaes, peixes e pássaros conservados, féculas, plantas tanníferas e forrageiras, borboletas, óleos diversos, madeiras, fibras têxtis, plantas productoras de cellulose, mandioca dessecada, paina, cocos, frutas conservadas, pannos, chapeos, perfumarias, doces, biscoitos, calçados, cristaes, artigos de cerâmica, vinhos de frutas, licores, cervejas, artigos de malhas, instrumentos de corda, moveis, artigos de bronze, metais, utensílios de ferro esmaltado, photographias, artefatos de folhas de Flandres, phosphoros, chocolates, cacão e manteiga de cacão, fitas e cordões de seda, brins, riscados, adamascados, e fios, objectos de osso, pentes, escovas, cabeças de coco esculpturadas, productos pharmaceuticos, couros curtidos, ladrilhos, coroas e flores artificiaes, farinhas alimentícias, glicerina, velas, sabões e objectos de arte. (O PAIZ, 1910, p. 2)

A mesma publicação afirma que, diante da relação de produtos, é possível notar “que a única preocupação do expositor brasileiro foi enviar a Bélgica productos que possam ter acceitação nos mercados estrangeiros, facilitando desse modo o intercâmbio commercial”; no

²⁷ Criado em 3 de outubro de 1907, o Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro foi instalado em Paris no *Boulevard d'Italiens*, e tinha como objetivo a divulgação de informações sobre a expansão econômica brasileira na Europa através da difusão de dados oficiais e das vantagens oferecidas pelo país, além de refutar as “falsidades” a respeito do Brasil e expor em “lugares ao alcance do público” materiais como fotografias, mapas, entre outros, que interessem ao país, assim como os produtos nacionais. (BRASIL, 1907).

entanto, a exposição destes produtos nacionais, considerada a sua quantidade e variedade, demonstra que o “critério comercial” não foi aplicado em todas as categorias no momento da escolha do que seria exposto, a exemplo das “cabeças de coco esculpturadas” ou mesmo das “coroas de flores artificiais”, produtos estes com quase nenhuma relevância em termos comerciais. Também é possível notar que os produtos levados a Bruxelas são semelhantes aos que foram apresentados em exposições anteriores.

Tendo em vista o tempo exíguo para a organização da representação do país, o Ministério da Agricultura avaliou a participação nacional como satisfatória em algumas seções. De acordo com o relatório ministerial:

A representação do Brazil foi particularmente satisfactoria no concernente aos productos mineralógicos, aos agrícolas (café, cacáo, fumo, algodão, assucar, matte, cereaes, etc) e os extractivos de origem vegetal, como borracha, madeiras, fibras, etc. (...) Para os serviços de propaganda, distribuição gratuita e degustação de café e matte na Exposição de Bruxellas, foram enviadas 202 saccas de café, com que contribuíram generosamente varias firmas commerciaes de Santos, e 13.279 kilos de matte (BRASIL, 1910, p. 238)

Nota-se o destaque dado aos produtos agrícolas e da indústria extrativa, não sendo mencionadas as fábricas ou os produtos manufaturados produzidos nacionalmente, embora seus produtos fizessem parte dos mostruários brasileiros. Como é possível verificar no trecho acima, a partir do evento em Bruxelas, a borracha já começa a ser mencionada, inclusive no relatório ministerial, como produto economicamente importante para o país, importância essa perceptível na ornamentação do pavilhão brasileiro - ao lado do principal produto econômico nacional -, em dioramas instalados no pavimento térreo “representando a cultura do café, a extracção da borracha, um cinema mostrando as mesmas scenas animadas e uma sala, onde será servido o café brasileiro”, como publicou o jornal O Paiz. (O PAIZ, 1910, p. 2).

Três meses após a abertura da exposição, inaugurou-se o pavilhão brasileiro, especificamente no dia 26 de julho de 1910, com as pompas que a ocasião exigira, entre as quais uma orquestra com 30 músicos, que executou “trechos de operas modernas”, e o serviço de “buffet”, descrito pelo periódico como magnífico, no qual “o champagne correu a rodo e todos os pratos eram refinados de gosto culinário de Vatel” (O PAIZ, 1910b, p. 7). Ainda de acordo com a descrição do jornal:

O pavilhão ainda não está todo instalado. Há no deposito do comité cerca de 200 caixas para abrir. (...) No 1º andar temos a exposição do café, das madeiras e o diorama das aves e florestas. Em uma sala ao fundo estão expostas varias figuras fundidas em bronze: os bustos de D. Carlos, de Portugal e o do de seu filho, rei actual. Muito apreciável a exposição de cervejas fabricadas no Rio, a de fazendas

tecidas nas fábricas de S. Paulo e do Rio. E por fim a exposição de borracha, da casa Marins e Levy, de Manaus. (O Paiz, 1910b, p. 7).

Assim, o jornal mais uma vez deixa claro o fator recorrente durante a participação do Brasil em exposições: a falta de organização e o atraso na composição dos mostruários brasileiros. Ao que tudo indica, o país levava um excesso de produtos que, em sua maioria, não cabiam no espaço destinado à exposição. O atraso na chegada dos artigos era recorrente e uma quantidade exígua de trabalhadores era contratada para organizar os mostruários, evidenciando, assim, certo despreparo político e também econômico; aspectos estes que, mais uma vez, podem ser justificados pelas dimensões do país, suas dificuldades de comunicação e o alto custo da participação nesses eventos.

O Paiz teceu elogios a alguns aspectos do pavilhão brasileiro, entre os quais o mostruário de cervejas do Rio de Janeiro, os tecidos de São Paulo e a borracha de Manaus. Nota-se, novamente, que a borracha produzida na Amazônia ganhou destaque no noticiário, para além do café nacional, como uma tentativa de apresentá-la como produto importante para o país no momento em que a oscilação da goma elástica amazônica no mercado era um risco real para a economia regional²⁸. Vale ressaltar que, alguns meses antes do certame de Bruxelas, em fevereiro de 1910, ocorreu o Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de Manaus, evento este que tinha por objetivo debater os problemas econômicos da região norte do país, decorrentes, sobretudo, das baixas no mercado da borracha. O Congresso, que a princípio havia sido organizado pela Associação Comercial do Amazonas, obteve diversas adesões, entre as quais a do Governo do Amazonas e a dos Ministérios da Agricultura e da Indústria, Viação e Obras públicas²⁹. Neste sentido, a realização de tal evento certamente influenciou o governo federal a dar maior visibilidade à borracha amazônica nas representações brasileiras no exterior.

A participação do estado do Pará em Bruxelas foi organizada em tempo bastante exíguo, o que implicou na impossibilidade de participação dos municípios do interior no envio de produtos para a exposição. O governo estadual recebera o convite em novembro de 1909, tendo o prazo de apenas dois meses para o envio dos produtos ao Museu Comercial do Rio de Janeiro, responsável pela organização da representação nacional. Tendo em vista a

²⁸ De acordo com Anna Raquel Castro (2013): “As oscilações nas exportações da borracha eram constantes, sobretudo entre os anos de 1900 e 1910 (SILVA, 1996, p. 194). A baixa, (...) em 1907, seria mais uma destas instabilidades do mercado. De acordo com Silva (1996, p. 195-196), é a partir do ano de 1911 que se inicia uma baixa sensível no volume das exportações, originando-se aí a perda do monopólio da borracha no mercado externo.” (CASTRO, 2013, p. 21-22).

²⁹ ANNAES DO CONGRESSO COMMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRICOLA (22 a 27 de fevereiro de 1910) organizados por Bertino Miranda, seu Secretário Geral. Manáos: Typographia da Livraria “Palais Royal” de Lino Aguiar & C^a, 1911.

escassez de prazos, o governador do estado, João Coelho, tentou negociar o envio direto de produtos para a Bélgica, porém sem sucesso. De acordo com Coelho:

N'estas condições, era impossivel appellar, com esperança de bom exito, para as municipalidades do interior. O tempo era limitadissimo e, para estar de accôrdo com os desejos da Commissão Central quanto á expedição dos productos, não haveria de certo actividade, por mais desdobrada e incançavel, capaz de arrecadar e classificar todas as remessas porventura feitas pelas intendencias dentro do prazo estabelecido. A' vista d'isso, e não querendo perder o ensejo, que se nos propiciava, de uma fructuosa propaganda do Estado no estrangeiro, solicitei a faculdade da expedição directa dos nossos artigos á grande feira de Bruxellas. Não o consegui, todavia. Tal recusa, como é natural, determinou o desanimo nos trabalhos da commissão estadual. Com o regresso, porém, do delegado do Museu Commercial, que havia seguido para Manaus, deliberei que a commissão paraense encarregasse um dos seus membros de organizar os serviços da representação juntamente com o alludido delegado, que a isso sollicitamente se prestara (PARÁ, 1910, p. 35-36)

Neste sentido, mesmo diante das dificuldades encontradas para a arrecadação e envio de produtos, o governo paraense não se mostrou disposto a perder a oportunidade de promover-se no exterior, e, com o auxílio do delegado do Museu Comercial do Rio de Janeiro, que estava responsável pela “supervisão” dos preparativos dos estados da região norte, conseguiu organizar os mostruários paraenses, ainda que em proporção menor do que havia levado para exposições anteriores. Ainda de acordo com o governador João Coelho:

Mandei pôr às suas ordens dois salões do pavimento terreo do edificio do gymnasio Paes de Carvalho para o recebimento e classificação dos productos angariados na Capital, por não ser possível recorrer aos municipios do interior. Recomeçou, assim, com empenho, a actividade em prôl da nossa representação em Bruxellas. Conseguimos, por extraordinario esforço, no espaço de 15 dias apenas, reunir, classificar e catalogar uma collecção bem apreciavel dos nossos productos extractivos e agricolas, como tambem de diversos productos de nossa industria fabril, que foram enviados em duas remessas, para o Rio de Janeiro e d'ahi para a Belgica. (PARÁ, 1910, p. 36)

O empenho da comissão paraense nos 15 dias citados por Coelho resultou no envio de 113 volumes ao Comitê Central, referentes aos produtos de apenas 35 expositores de Belém, sendo o principal deles o próprio governo do estado. João Coelho ainda revela os investimentos feitos para esta exposição: de um total de 5:862\$000 utilizados para a representação estadual, “o Estado applicou 2:400\$000 em borracha, que será vendida na Europa, revertendo o producto aos cofres do thesouro” (PARÁ, 1910, p. 36), ou seja, quase metade do valor utilizado para a exposição paraense em Bruxelas foi aplicado na compra do principal produto da região, que seria vendido posteriormente para obter o retorno do investimento. Muito provavelmente, a compra da borracha ocorreu em virtude da impossibilidade de participação dos municípios do interior, como já mencionado, onde se

localizava a grande maioria dos seringais que poderiam fornecer o produto para a exposição sem grandes custos.

Em Bruxelas, o estado do Pará conseguiu obter um total de 66 medalhas – um pouco mais que o triplo do que o estado conseguiu arrecadar em Saint Louis – sendo a premiação distribuída da seguinte forma: 5 grandes prêmios, 3 diplomas de honra, 5 medalhas de ouro, 24 medalhas de prata, 21 medalhas de bronze e 8 medalhas de honra.

d) Exposição Internacional de Borracha em Londres (1911)

Antes de desembarcar em terras italianas, o Pará ainda se fez representar na Exposição Internacional da Borracha em Londres, cujo objetivo era reunir os países produtores do referido produto para debater novos e antigos aspectos que envolviam tal indústria, assim como possibilitar o estabelecimento de relações comerciais.

Para este certame, o governo paraense não designou uma comissão preparatória, provavelmente em virtude da sua especificidade, já que a mesma possuía tema, abordagens e direcionamentos bem definidos. No entanto, a comissão preparatória para a exposição de Turim, que começou a atuar no mesmo período, precisou dividir-se, sendo que parte dos representantes se dirigiu para Londres, enquanto a outra parte deslocou-se para a Itália. Entre os representantes, o botânico Jacques Huber, diretor do Museu Goeldi, foi incumbido pelo governador João Coelho para representar o Pará em Londres, como parte de um conjunto de responsabilidades a ele atribuídas, entre as quais podem ser citadas a participação no Congresso Internacional da Borracha em Londres, a representação na exposição italiana e, posteriormente, a viagem às principais áreas de produção de borracha no Oriente, com a finalidade de realizar estudos técnicos em relação às vantagens daquela produção sobre a produção amazônica, uma vez que ambas, àquela altura, já competiam no mercado internacional. Como se refere Coelho, o objetivo daquela viagem foi “conhecer se, na realidade, o phantasma que o especulador agita contra nós oferece perigo à nossa existência econômica” (COELHO, 1911, p. 102).

Tais medidas faziam parte das estratégias elaboradas pelo governo paraense na tentativa de amenizar os impactos de uma crise econômica que se agravava cada vez mais. Sobre a participação do estado na exposição londrina e as atividades de Jacques Huber, João Coelho registra:

Antes de desempenhar as suas funções no certamen de Turim, o dr. Huber esteve em Londres, porque a essa cidade o chamava primeiramente o interesse da nossa melhor industria extractiva. A 16 de junho chegou o nosso representante à metrópole ingleza e immediatamente organizou a secção do Estado, cujos productos, remetidos de Belém, directamente a Londres, já alli o aguardavam. A nossa secção compunha-se de variada e valiosa collecção dos principaes typos de borracha paraense e de abundante collecção scientifica de amostras do herbário. sementes, photographias, mappas do Estado, etc (COELHO, 1911, p. 102).

O trabalho de Huber em Londres, em grande parte solitário, garantiu uma boa representação estadual com a exibição da variedade de borracha da região e a coleção científica do Museu Goeldi, além de fotografias e mapas do estado. O Pará e o estado do Amazonas “formaram um brilhante conjuncto, que foi largamente apreciado pelo immenso publico que visitou a exposição e pelos numerosos especialistas da matéria” (COELHO, 1911, p. 102). De acordo com Coelho, a representação dos estados do Norte teve boa repercussão, uma vez que “a impressão causada traduziu-se em notícias de vários órgãos da imprensa londrina, que se occuparam lisonjeiramente do progresso da Amazônia” (COELHO, 1911, p. 103).

Ao analisarmos a Exposição da Borracha em Londres, nota-se um caráter mais científico em relação ao objetivo do evento, fator este que a diferencia das demais exposições aqui analisadas. A programação do certame contou com inúmeras conferências, que tinham como propósito debater a conjuntura da produção mundial de borracha naquela primeira década do século XX. Temas como o cultivo da *Hevea brasiliensis* em diversos territórios (possessões inglesas e holandesas no Oriente, África Central e Ocidental, Antilhas, América Central e Guyanas, e nas possessões alemãs em Nova Guiné e Samôa), a qualidade da borracha de plantação, a concorrência entre os países produtores de borracha, entre outros aspectos, foram bastante debatidos durante o evento.

Jacques Huber escreveu ao governador João Coelho sobre suas impressões e o que vivenciou na exposição londrina, sobretudo as reflexões sobre a produção de borracha na Amazônia, que lhe foram impostas a partir das conferências em que participou. Tais reflexões foram reproduzidas pelo governador do estado na sua mensagem ao congresso em 1911:

São estas as impressões rápidas, a serem mais tarde compendiadas em minucioso relatório, - que vos transmito a seguir.

A Exposição de Londres demonstrou claramente que a cultura da *hevea brasiliensis* tem produzido resultados satisfactorios, tanto nas possessões inglesas e hollandezas do Oriente, como também da África central e occidental, nas Antilhas, America Central e Guyanas e, mais, nas possessões allemãs em Nova Guiné e Samôa. Se algumas d'estas regiões ainda não exportam borracha de plantação, é porque as arvores são em sua maioria muito novas e só dentro de mais alguns annos começarão a produzir. As amostras expostas no certamen londrino demonstram que

a qualidade do producto obtido naquelles paizes não é inferior ao de Ceylão e Málacca, e as photographias das plantações esclarecem que a hevea tem um crescimento muito rápido em todas as plantações bem cuidadas. É claro que no actual momento e em futuro próximo os nossos principaes competidores serão Ceylão e Málacca, esta principalmente, mas d'aqui há alguns annos, Java e Sumatra hão de produzir quantidades avultadas de borracha de plantio. É o que nos afirma a realidade dos factos. (COELHO, 1911, p, 103-104).

Huber, em suas impressões, retratara a realidade da produção de borracha mundial nos primeiros anos do século XX, deixando claro o surgimento de novos competidores em potencial à borracha amazônica e que não se resumiam apenas às colônias inglesas no Oriente. O botânico demonstra que o aumento da concorrência seria uma questão de tempo, uma vez que a qualidade do produto era semelhante à dos maiores concorrentes até então – Ceylão e Málacca -, diferenciando-se apenas pelo fato de algumas plantações ainda serem muito novas para efetuar a extração da matéria prima. Tal panorama fez com que o diretor do Museu Goeldi elaborasse questionamentos sobre a qualidade da produção amazônica em relação aos demais centros de produção no exterior, apontando, inclusive, o que ele chama de “desvantagem quantitativa” da produção regional:

É bem de ver que, por hora, a nossa desvantagem é puramente quantitativa. O futuro ameaça-nos com elevados supprimentos da matéria prima, superiores, sem duvida à producção do valle amazônico ao menos depois de 1915. Mas occorre aqui a pergunta: a concorrência da borracha de cultura, que nos quer supplantar em quantidade, tirar-nos-a a primazia da qualidade? Será talvez difícil responder. Mas o que é incontestável é que, até o presente, o melhor producto é o nosso. A superioridade da borracha brasileira foi reconhecida e proclamada de maneira positiva e insophismavel em Londres (COELHO, 1911, p, 104).

Assim, a dicotomia entre quantidade *versus* qualidade estava em xeque para o cientista: enquanto a “borracha de cultura” - ou árvores de borracha plantadas nas colônias inglesas e holandesas do Oriente - possuíam vantagens em relação à quantidade de sua produção, as borrachas da Amazônia podiam ser consideradas superiores pelo fato das árvores serem mais velhas. Tal argumento era bastante utilizado pelas autoridades regionais em seus discursos sobre os impactos econômicos das baixas na exportação, sobretudo para defender o produto da Amazônia. No entanto, a dúvida sobre até quando esse argumento seria válido na tentativa de recuperação da goma elástica regional no mercado internacional era uma realidade.

Na exposição de Londres, a competição sobre a qualidade do látex produzido nos mais diversos territórios rendeu à Associação Comercial do Amazonas a medalha de ouro pela melhor amostra de borracha exibida na grande feira. Tal premiação foi validada por um júri formado por especialistas, os quais “em torno della travaram calorosos debates nas

conferencias; e fora destas, os fabricantes e cientistas que, em conversa com os delegados amazônicos, tiveram o ensejo de manifestarem-se sobre o assumpto” (COELHO, 1911, p. 104). Desta forma, “todos foram unânimes em reconhecer à borracha d’Amazônia propriedades que a *hevea* cultivada não possui” (IDEM), porém, tal unanimidade não se estendeu para os debates na tentativa de desvendar quais eram as “propriedades” que tornavam a borracha amazônica de qualidade superior às demais produções. De acordo com a mensagem de João Coelho:

(...) houve muita divergência a respeito das propriedades que constituem a primazia do nosso producto; e o representante paraense apenas achou unanimidade quanto a duas d’aquellas proipriedades: a uniformidade da borracha defumada e a sua duração, tanto no estado bruto como no vulcanizado. Estas duas propriedades são devidas ao processo primitivo, mas, como se vê, excellente, de que se serve o productor para coagular o leite: - a defumação. As outras vantagens da borracha amazônica parecem serem devidas exclusivamente a idade maior das árvores selvagens. A superioridade do nosso producto tem, pois, duas razões: de um lado, a idade das arvores; de outro, o preparo do leite, isto é: a defumação. (COELHO, 1911, p. 104).

Diante disso, podemos inferir que a Exposição da Borracha em Londres foi fundamental para que Jacques Huber, enquanto cientista e delegado do Pará, pudesse analisar, de forma mais abrangente, as perspectivas para o futuro da borracha amazônica mediante o avanço da borracha cultivada, especialmente em terras orientais, sendo esta nova técnica de cultivo de heveas estudada para ser adotada na Amazônia, com o intuito de dinamizar a produção gomífera local. A realidade da produção regional também fez parte das análises dos especialistas que participaram da mostra londrina, os quais realizaram estimativas e projeções econômicas, assim como sugeriram novas estratégias aos governos locais, as quais foram sempre informadas a João Coelho por Huber:

Quanto ao futuro das plantações paraenses, deve-se considerar naturalmente, que a borracha produzida por árvores de 6 a 10 annos não será superior à sua similar do Oriente, quando preparada da mesma forma. Acresce que, mesmo defumada, ella será seguramente um pouco inferior à borracha das árvores velhas. Apesar deste senão, o dr Jacques Huber ouviu de especialistas os mais francos louvores à iniciativa do Governo do Pará começando e estimulando o plantio em grande escala. Muitos, de accôrdo com a convicção de nosso representante, asseguraram que a questão da mão de obra, entre nós, embora apresente difficuldades sérias, não será um obstáculo absoluto ao successo das plantações do Estado. Em relação ao plano que temos em vista para equilibrar o preço do artigo, observou o dr. Huber que só uma opinião domina: e é que a valorização não será possível por meios artificiaes ou por operações financeiras. Acreditam os homens de negócio, em Londres, que o único caminho a seguir será melhorar as condições de produção por todos os meios. (COELHO, 1911, p. 105-106).

Observa-se que as orientações dadas pelos especialistas para o incentivo da borracha cultivada na Amazônia não corresponderam, em sua totalidade, às estratégias que o Pará pretendia tomar: a aplicação do método de plantação das seringueiras como alternativa à borracha nativa levaria um tempo para produzir uma borracha de qualidade, tal como as oriundas das seringueiras espontâneas da floresta, em virtude da idade do vegetal, uma vez que quanto mais velha a árvore, melhor seria a qualidade do látex; a mão de obra dos seringais, composta em sua maioria por imigrantes nacionais vindos em grande parte do Ceará, não constituiria um problema para o desenvolvimento local da plantação de seringueiras em larga escala; e a valorização da borracha amazônica, a qual não se daria por meio de estratégias fiscais, como a diminuição de impostos sobre o produto, que o governo paraense pretendia por em prática. Desta forma, como os próprios negociantes londrinos afirmaram: “o único caminho a seguir será melhorar as condições de produção por todos os meios”.

A Exposição Internacional da Borracha em Londres, embora, tal como a Exposição Nacional de 1908, não atendesse aos padrões mais abrangentes característicos das exposições universais, foi um evento determinante para a aquisição de conhecimentos e reflexões, sobretudo científicas, sobre o mercado internacional da borracha e o comportamento dos países produtores da goma elástica, sobretudo os que se encontravam em instabilidade no mercado internacional, como o caso do Brasil, mais especificamente os estados do Pará e do Amazonas. O fato de esta exposição ter ocorrido concomitantemente ao evento em Turim, também foi fator interessante, uma vez que serviu como base para os possíveis debates sobre o tema em terras italianas.

Após a análise das exposições ocorridas nos anos iniciais da República, e nas quais houve a participação do estado do Pará, é possível observar a evolução da representação paraense, desde a quantidade e qualidade dos mostruários, os esforços das comissões e autoridades políticas para uma boa apresentação no exterior, até a ênfase dada ao discurso civilizatório ao longo dos anos, como tentativa de construir e mesmo reforçar a imagem de um estado com potencial econômico, político e cultural aos moldes das grandes nações civilizadas da Europa. Por outro lado, é notório que, desde o evento de Paris, ocorrido poucos meses antes do Brasil se tornar uma República, tal evolução obteve momentos de instabilidade no que concerne a esta representação: enquanto em alguns certames, como o caso da Exposição Nacional e da Exposição da Borracha em Londres, o Pará consegue obter significativo destaque, em outros, a representação estadual se dá de forma bastante tímida, sendo alvo de críticas pelos seus próprios organizadores, revelando desta forma, a já

mencionada desarticulação política, tanto em nível local quanto em relação ao restante do Brasil.

Em Paris, a participação brasileira marcada pelos reflexos da transição do regime político imperial para o republicano, evidenciou o estado do Pará em uma versão mais “contida”, tanto no que se refere aos seus produtos quanto em relação aos discursos das autoridades locais, as quais buscavam, no exterior, distanciar-se das polêmicas que envolviam as transformações políticas nacionais. A representação paraense, naquela ocasião, considerada pouco satisfatória pelos seus próprios organizadores, demonstrara o interesse político em tornar conhecida a sua produção, sobretudo a sua matéria-prima, vulgarizando-as para, posteriormente, obter vantagens econômicas a partir do possível estabelecimento de relações comerciais com o estrangeiro. Em meio a divulgação da produção regional, tentava-se a defesa contra os supostos preconceitos em relação ao Norte do país, sobre os quais a elite intelectual e política buscava construir o discurso de uma região em franco progresso e civilizada.

Alguns anos mais tarde, em Saint Louis, uma das primeiras exposições universais pós-proclamação da República, o Pará também obteve pouco destaque, diferentemente do estado do Amazonas, o qual conseguiu maior evidência em relação ao primeiro, sendo considerando o representante regional naquele certame. A representação paraense em 1904 merece uma investigação mais aprofundada, considerando a ausência de maiores registros ou referências mais detalhadas nos documentos oficiais do governo – tanto em nível federal quanto os relacionados ao governo do estado – em relação a esta tímida participação, sobretudo em um momento no qual o país buscava estreitar relações com os Estados Unidos, tendo em vista o seu desenvolvimento econômico. Tal participação, pouco evidenciada, em Saint Louis teve seus reflexos no número reduzido de premiações obtidas pelo Pará, muito aquém da quantidade adquirida pelo vizinho estado do Amazonas.

Já na Exposição Nacional de 1908, ainda que não se tratasse de um evento universal, a representação paraense conseguiu revelar ao Brasil um estado “mais moderno”, especialmente em relação a sua produção: para além da matéria-prima, a exibição estadual nesse certame revelou o avanço no desenvolvimento de suas atividades econômicas ao exibir a sua produção fabril, ainda que com algumas limitações quando comparadas ao potencial industrial europeu. No entanto, a variedade de produtos, em grande parte oriundo da atividade manufatureira, reforçavam os discursos oficiais que colocavam o estado do Pará mais próximo dos critérios de civilização, modernidade e progresso. Em 1908, a organização do estado para o evento mostrou-se mais articulada, uma vez que contou com um tempo maior de

preparação, além de uma situação financeira aparentemente mais favorável, fatos estes que não ocorreram em 1889 e 1904, por exemplo.

Dois anos depois, em Bruxelas, mais uma vez a exposição paraense foi menor em termos quantitativos, em virtude da demora da liberação de recursos federais para a participação do Brasil no evento, ainda que o convite dos organizadores belgas tenha sido feito em 1908. Por causa deste atraso, a articulação estadual com os municípios do interior ficou comprometida, sendo que os produtos paraenses enviados ao evento tinham origem exclusivamente da capital Belém, e a maior parte deles foi fornecido pelo governo do estado. Outro aspecto que chamou atenção em 1910 foi o fato de o estado investir na compra do seu principal produto, a borracha, para posterior venda no intuito de obter retorno financeiro, situação esta que pode ser compreendida pelo curto espaço de tempo para a organização dos mostruários paraenses, impossibilitando a articulação com o interior do estado, onde a maior parte da borracha era produzida. Embora a participação paraense em Bruxelas tenha sido comprometida pelas razões já expostas, o desempenho do Pará neste certame foi significativamente melhor do que ocorrera na exposição universal de 1904, uma vez que o Pará obteve quase o triplo de premiações.

No ano seguinte, em Londres, Pará e Amazonas tiveram participação bastante relevante. O evento era direcionado para a produção mundial de borracha, portanto, também não se tratava de um certame de características universais; no entanto, a participação dos estados do Norte do Brasil teve repercussão positiva, resultando em boa divulgação da produção gomífera regional, na obtenção de prêmios significativos, e serviu para melhor estruturar a participação estadual e regional em Turim.

A Exposição Internacional das Indústrias e do Trabalho em Turim, cujos preparativos tiveram início ainda no ano de 1910, foi realizada como parte das comemorações dos cinquenta anos da unificação do reino italiano, com o objetivo de mostrar ao mundo os progressos da Turim industrial, passando a ser considerada a moderna capital italiana.

A participação do Pará na Segunda Exposição Internacional da Borracha em Londres, ocasionou alguns impactos na estruturação da exibição paraense em Turim, uma vez que, como já mencionado, foi necessário dividir a comissão organizadora, onde parte dos representantes estaduais dirigiram-se para Londres e outra parte para a Itália, além de alguns produtos, entre os quais a borracha, que precisaram ser deslocados de uma exposição para a outra, afim de preencher lacunas deixadas por outros artigos que, por algum motivo, não conseguiram chegar ao destino para compor os mostruários do estado.

É importante ressaltar que a exposição de Turim ocorrera em um contexto que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, no qual se acirravam os conflitos entre nações europeias em virtude das disputas territoriais e das áreas que se almejava colonizar em outros continentes. Tal “clima pré-guerra” foi refletido no espaço expositivo italiano.

Os capítulos que seguem analisarão a participação paraense na exposição italiana, a relevância e as possibilidades da mesma, sobretudo no que concerne à construção de uma pretensa imagem civilizada do estado.

CAPÍTULO II

PARA UMA “REPRESENTAÇÃO CONDIGNA”: OS PREPARATIVOS PARA A PARTICIPAÇÃO PARAENSE EM TURIM

Como deveis saber, o reino da Itália vai realizar no mês de abril do ano próximo, na cidade de Turim, uma exposição internacional, para a qual o Brasil foi convidado. (...) No interesse de aproveitar o ensejo para uma valiosa propaganda do Pará no estrangeiro, ao lado dos seus irmãos da Federação Brasileira, que igualmente comparecerão a grande festa italiana, o governo deseja fazer representar o estado, para o que na devida oportunidade solicitará auctorização ao Congresso Legislativo. Assim, é seu pensamento imprimir a nossa representação máxima importância, no intuito de torná-la um preconício [*sic*] prático e sério do nosso desenvolvimento intelectual e material, de preferência a uma ostentação platônica e estéril, que não resulte frutuosa para o Estado e compensadora dos dispêndios que se torna mister fazer (...). (COELHO, 1910, p. 41-42)

O trecho da circular emitida por João Coelho aos intendententes de todos os municípios do estado, em setembro de 1910, dava início, oficialmente, aos preparativos para a Exposição de Turim, a ocorrer no ano seguinte. O texto, elaborado pelo governo, tinha o intuito de convocar os intendententes à mobilização local para uma representação significativa do estado naquela exposição internacional.

A articulação com o interior estava entre as primeiras providências a serem tomadas, tendo em vista a participação do Pará na exposição. Como demonstra o texto do ofício, era necessário que tal convocação se desse com brevidade, para que o envio dos produtos para Belém, e posteriormente a sua seleção e envio para o Rio de Janeiro até o destino final em Turim, ocorresse em tempo hábil, uma vez que o período entre os preparativos e a abertura da exposição mostrava-se um tanto quanto exíguo para que uma “representação condigna” pudesse ser organizada. Para tanto, havia a necessidade de uma eficiente ação política recrutando os intendententes do interior à participação, objetivando fazer uma “valiosa propaganda do Pará no estrangeiro”.

Tal ação remonta às relações de disputa pelos espaços de poder que se desenharam no Pará após a Proclamação da República, em fins do século XIX e início do século XX, em especial a construção do vínculo político entre a capital e os municípios do interior, como bem retrata Marly Carvalho da Cunha (2008) em seu trabalho sobre oligarquia e coronelismo no Pará Republicano. Naquela conjuntura de tensões sociais inerentes à política, criação de partidos, cisões com a presidência da república e a posição dos componentes do Partido Republicano Paraense (PRP) e do Partido Republicano Federal (PRF) – destacando-se aí as

querelas de Lauro Sodré³⁰ e Antonio Lemos³¹, visando a conquista de correligionários pelo interior do estado – constituíram-se como fatores que fundamentaram as tentativas de estreitamento das relações entre Belém e o sertão paraense, tendo em vista o novo regime e o fortalecimento do partido republicano no Pará.

Tal “estratégia” dos Republicanos na disputa pela conquista e “comando” do interior paraense, considerando o referido contexto político partidário e, sobretudo, a construção das imagens pessoais de seus representantes na nova conjuntura política republicana, marcaram a integração da capital com os municípios mais distantes naquela virada de século, constituindo-se como fatores importantes para se pensar e compreender estas relações entre Belém e o interior do estado, em seus aspectos políticos, econômicos e sociais

As querelas pelos espaços de poder no interior e pelo legado histórico dos partidos (tanto do PRP quanto do PRF) acirraram os conflitos dentro da elite paraense pelo controle do estado por meio de disputas por ocupação de cargos tanto no executivo quanto no legislativo estadual e municipal. Para entender a formação da elite paraense do final do século XIX e início do século XX, é necessário compreender os postos que os membros que a compunham ocupavam em meio a sociedade local. Esses membros eram oriundos de famílias tradicionais economicamente bem sucedidas, que trilharam carreira política e/ou ocuparam cargos públicos importantes e de significativa influência. A análise sobre o que seria e quem compunha esta elite paraense será retratada no decorrer deste capítulo, considerando, sobretudo, o contexto da exposição italiana³².

Como exemplo destas disputas de poder no Pará da virada de século, citamos um evento emblemático, o qual demonstrou a capacidade de liderança exercida por Antônio Lemos em relação ao interior do estado - e que vinha sendo construída desde o início dos tempos republicanos no Pará - foi o Congresso do PRP – ou Congresso dos Intendentes, como ficou conhecido -, promovido por ele e celebrado com o banquete aos intendentes em meio ao Bosque Municipal, em Belém, na data de 15 de agosto de 1903. A grande reunião, que foi

³⁰ Lauro Sodré pertencia à comissão executiva do Partido Republicano Paraense, e no contexto de cisão política do Partido Republicano Federal, resultante das divergências entre Francisco Glycério (líder do PRF) e o presidente da República Prudente de Moraes, posicionou-se por permanecer ao lado do líder do PRF, demonstrando desta forma sua franca oposição ao presidente da República, fato este que movimentou os líderes locais do partido, cabendo a eles uma definição sobre a postura do PRP: se o mesmo continuaria a seguir as diretrizes do PRF e de Sodré, ou se apoiariam o Presidente. Em meio ao imbróglio, parte da liderança do PRP expressou publicamente apoio à Lauro Sodré (CUNHA, 2008, p. 18).

³¹ Antônio Lemos também era membro da comissão executiva do PRP, no entanto era acusado de apresentar um posicionamento dúbio em relação à cisão partidária que movimentava a República naquele período: mostrava-se contrário à dissidência dentro do estado, mas fora do Pará demonstrava-se favorável. Tal postura era o início da estratégia astuciosa de Lemos, no intuito de esperar o momento propício para definir e divulgar o seu posicionamento. (CUNHA, 2008, p. 19-20).

³² Ver o item 3.1 deste capítulo.

motivo de escárnio público pela imprensa comandada pelos opositores “lauristas”, tinha por finalidade discutir a sucessão ao governo do estado, para a qual Lemos pretendia mobilizar os membros do partido da capital e do interior em apoio à reeleição de Augusto Montenegro (CUNHA, 2008, p. 63).

O Congresso contou com a presença de 55 lideranças políticas dos vários municípios do Estado³³, as quais demonstravam lealdade ao líder Antônio Lemos, mesmo os ausentes, que mandavam representantes ou tratavam de justificar a sua falta. Cunha chama a atenção também para a “falsa homogeneidade” entre os “lemistas”, salientando que havia divergências internas no grupo³⁴ (CUNHA, 2008, p. 77-79).

A análise da historiadora é bastante significativa, na medida em que esclarece os caminhos iniciais desta integração política entre capital e interior no Estado do Pará nos primeiros anos da República, cujas estratégias notadamente perpetuaram-se ao longo das primeiras décadas do século XX: a busca da construção de uma boa imagem política - tanto individual, como do grupo partidário -, que procurava transparecer uma homogeneidade, mesmo com as divergências internas existentes, legitimando-se tal integração por meio de grandes reuniões (congressos, festas, banquetes) para as quais eram convidados a participar sujeitos influentes politicamente, das mais diferentes regiões, demonstrando essa diversidade do interior que se unia com a capital Belém em prol de um objetivo político comum.

Voltamo-nos novamente para o discurso de João Coelho. Esta mesma “receita” política de integração estadual repetiu-se no contexto das exposições, como nos deixa claro as palavras do governador, ao “apelar” para o esforço dos intendententes do interior no que concerne à arrecadação de produtos para a “máxima representação” do estado na exposição, sobretudo com a intenção de atribuí-la praticidade e seriedade em relação ao “desenvolvimento material e intelectual” do Pará. Essa comissão ampliada para os preparativos da exposição, composta pelos intendententes e seus colaboradores locais, estava conectada à comissão formada no interior do governo estadual, sediada em Belém.

³³ Soure; Quatipurú; Salinas; Marapanim; São Caetano; Almeirim; Baião; Santarém, Curuçá; Bragança; Viseu; Itaituba; Anajás; Bagre; Magazão; Acará; Igarapé Miry; Mocajuba; Melgaço; São Sebastião da Boa Vista; Abaeté; Porto de Mós; Breves; Macapá; Cachoeira; Oeiras; Mojú; Chaves; Afuá; Alenquer; Gurupá; Vigia; Portel; Cametá; Ponta de Pedras; Aveiros; Irituia; Ourém; Currálinho; São Domingos do Capim; São Miguel do Guamá; Muaná; Monte-Alegre; Óbidos. (CUNHA, 2008).

³⁴ Marly Cunha cita, por exemplo, a divergência entre José Porphirio de Miranda Júnior (Intendente de Souzel) e José Júlio de Andrade (Intendente de Almeirim): “A inimizade entre os dois ‘lemistas’ poderia ter motivações comerciais, devemos lembrar de que ambos eram proprietários de inúmeras estradas de seringais em regiões relativamente próximas: a região do Xingú e a do rio Jarí (...). Talvez, a presença de José Júlio nos municípios às margens do rio Jarí, especialmente em Almeirim, fosse um empecilho para a expansão dos domínios do ‘rei do Xingú’, José Porphirio. (...) a presença de um seria uma barreira ao crescimento de outro naquelas paragens, ou para usar a expressão comumente empregada na época, no que se refere à esses sujeitos o ‘reinado’ de um impediria a expansão do outro”. (CUNHA, 2008, p. 79).

Após o recebimento do convite enviado pelo governo italiano, o governador do Pará buscou nomes para compor a comissão que viria a organizar a participação estadual no certame. Tal comissão deveria ser, preferencialmente, formada por pessoas que possuíam algum reconhecimento social, seja pelos seus trabalhos (intelectuais), seja pela sua posição social (políticos, comerciantes, empresários), ou pela sua “linhagem” familiar. Estes, após serem convidados oficialmente pelo governo, passavam a reunir-se com certa frequência para a tomada de decisões sobre os contornos que a representação paraense deveria tomar antes de chegar a Turim.

Mais uma vez nos deparamos com a importância desse grupo para a representação estadual, na medida em que a escolha dos integrantes do comitê, como já mencionado, tinha como critério o prestígio social ou político, condição que deveria estar diretamente associada aos sujeitos que compunham as elites política, intelectual e econômica da região. Invariavelmente, tal “exigência” estava relacionada com a imagem que se pretendia construir para a representação estadual no exterior. Sobre isso, em seu trabalho sobre as exposições provinciais na Bahia durante o Império, Cinthia Cunha (2010) faz referência ao significado da escolha das pessoas que compunham as comissões de organização das exposições. Segundo a autora:

Alinhados com este grande projeto de construção de uma representação de progresso do Brasil, não é estranho pensar que tais elementos das camadas médias e altas acabavam por realizar, de certa forma, uma representação do que o governo da província desejava almejar. A imagem de progresso seria conseguida e começava mesmo na escolha dos componentes das comissões organizativas (CUNHA, 2010, p. 61-62).

Tal significado, retratado pela autora em meio ao contexto imperial e provincial baiano, também pode ser atribuído à conjuntura republicana das exposições, uma vez que as discussões em torno das acepções sobre civilização, modernidade e progresso no/do Brasil e a inserção do país no rol das nações civilizadas - como analisado no capítulo anterior -, sustentaram-se até então e ganhavam grande destaque nos discursos oficiais quando do convite para a participação do país nestes eventos, ou mesmo quando estes eram promovidos em terras brasileiras.

2.1 A comissão organizadora e o estado “dignamente representado”

Os membros selecionados para compor a comissão organizadora no interior do estado eram geralmente os intendentess municipais, comerciantes, proprietários de terras ou

moradores que possuíam ou tinham o conhecimento local sobre objetos, produtos e amostras que julgavam interessantes para serem exibidos. Em Belém, o comitê era formado por políticos, pessoas ligadas ao comércio e intelectuais, configurando o que se entendia como elite local.

De acordo com a historiadora Luciana Marinho Batista (2004), ao tratar sobre economia e hierarquia social no Pará durante o período imperial, a elite era formada pelos postos de comando essenciais para a existência e reiteração de determinada sociedade, ocupados por pessoas que representavam famílias ou grupos de famílias localizadas no topo da hierarquia social e, portanto, dotadas de legitimidade social (BATISTA, 2004, p. 21-22). Ainda segundo a autora, as elites, em especial no século XVIII, estavam associadas aos grupos ligados ao comércio e/ou agropecuária. Nos séculos XVIII e XIX, no Pará, as esferas econômicas e políticas não estavam separadas. Tal conexão era essencial para o delineamento do que a autora chama de “elite tradicional”, a qual tinha suas ações motivadas pela conquista e/ou manutenção de prestígio social. Sobre essa elite tradicional paraense, Batista afirma:

De forma diferente das análises apresentadas por grande parte da historiografia sobre o tema para a região, que acaba atribuindo uma separação entre os grupos ligados ao comércio e às atividades rurais (agricultura e/ou pecuária), o argumento a ser desenvolvido visa demonstrar dois pontos. Por um lado, pelo menos parte do que se pode considerar como a elite tradicional paraense, durante meados do Oitocentos, tinha nas suas famílias de origem vínculos com a atividade comercial. Por outro lado, o estabelecimento de relações sociais entre os grupos ligados às duas atividades mencionadas, particularmente no decorrer do século XIX, constituía-se, na verdade, em alianças estratégicas que lhes possibilitariam tanto a consolidação de seus negócios, quanto o acesso aos benefícios a serem obtidos junto à administração provincial. Assim, as alianças feitas entre o setor ligado majoritariamente ao comércio, e as famílias tradicionais de proprietários rurais do Pará, sobretudo durante o século XIX, têm que ser entendidas como portadoras de benefícios para ambos os grupos. Para os primeiros, as mencionadas alianças eram de fundamental importância, pois poderiam representar inserção social e acesso a determinados cargos públicos e/ou aos que os controlavam; e, para os segundos, em função dos benefícios para os seus negócios que lhes poderiam ser advindos a partir do estabelecimento de “boas relações” com o grupo que controlava a liquidez da economia em questão. Mais ainda: as ditas alianças serviriam para ambos os grupos conquistarem e/ou reforçarem posições de destaque no interior da hierarquia social local. (BATISTA, 2004, p. 162-163).

As “alianças sociais” estabelecidas no âmbito econômico e a manutenção da hierarquia social tiveram continuidade no século XX, em especial visando a conservação das boas relações para o acesso à vida política, para o acúmulo de patrimônio e riqueza, e/ou para o alcance do status social almejado. Esses aspectos, ainda segundo Batista, eram comuns nas sociedades pré-industriais, incluindo o Brasil, pelo menos desde o período colonial

(BATISTA, 2004, p. 163). Neste sentido, o Pará do início do século XX, ainda vivenciando os efeitos do auge da “era da borracha”, não ficava indiferente a estas práticas sociais.

Critina Cancela (2006, 2009), em suas pesquisas sobre casamento e relações familiares no período em que a atividade extrativa da borracha na Amazônia esteve em evidência, nos revela o quanto as mudanças na capital paraense, advindas com os lucros proporcionados pelo bom desempenho da economia gomífera, repercutiu nas relações sociais, as quais, segundo a autora, foram redefinidas a partir da formação, consolidação e rearranjo dos grupos sociais. De acordo com Cancela:

Famílias de proprietários de terra e gado, enraizados na província ainda no período colonial, tiveram que flexibilizar suas atividades para fazer frente às novas demandas do mercado e aos indivíduos recém-chegados, sem tradição de nome, mas com fortunas centradas no negócio da borracha, ou às atividades incrementadas a partir da expansão gomífera. Com o estabelecimento de novos signos de riqueza, as famílias da elite local, cujo patrimônio e prestígio estavam pautados preferencialmente na propriedade de engenhos, criação de gado, ocupação de cargos administrativos, funções militares e, por vezes, firmas comerciais, tiveram de restabelecer seus investimentos em novas bases, iniciando e/ou associando-se aos novos negócios e aos comerciantes estrangeiros nacionais. (CANCELA, 2009: 24).

Neste sentido, o trabalho de Cancela nos revela importantes informações sobre como as relações sociais, em especial o casamento, contribuíram para a constituição da elite paraense naquele período de transformações econômicas promissoras para região, além de nos proporcionar a compreensão em relação à formação de uma nova elite que emergia com o negócio da borracha, formada especialmente por estrangeiros, e o comportamento da elite local mediante a nova realidade econômica. Ainda segundo Cancela:

Do mesmo modo, com a economia da borracha desenvolvida nesse período, a elite mercantil formada preferencialmente por estrangeiros, passou a conquistar cada vez mais espaço e as famílias tradicionais locais, com riqueza vinculada à terra e criação de animais, viram sua influência ser deslocada e minimizada. Frente a isso, muitas dessas famílias passaram a investir em firmas comerciais ligadas direta, ou indiretamente, ao negócio da borracha. Sociedades foram sendo articuladas junto à elite mercantil e, nesse jogo de alianças, o casamento e as relações familiares foram importantes estratégias para consolidar arranjos comerciais e redes de apoio. (CANCELA, 2006: 15).

Ainda sobre o debate envolvendo a formação e o comportamento das elites, Ana Maria Daou (2000) atribuiu a esta classe social o papel de uma minoria que se destaca na sociedade, seja por questões de hierarquia e ordem social ou por aspectos individuais ou coletivos, sempre envolvendo interesses econômicos e poder. De acordo com Daou, as elites:

(...) estão associadas à ideia de uma minoria que se destaca em relação ao conjunto da sociedade não apenas nas situações pautadas na hierarquia e na ordem, como aquelas pautadas no individualismo e na igualdade. Em diferentes contextos, têm sua ação remetida a interesses econômicos, ao monopólio do poder, e às orientações culturais na vida de um grupo. Isso se traduz em seu papel de orientadoras da maioria, de promotoras de identidade, de portadoras dos interesses dos grupos que nelas se fazem representar, ou ainda, de protetoras da coletividade face ao inimigo externo. (DAOU, 2000, p. 868-869).

Para a autora, além da relação “elite-economia-poder”, destaca-se a percepção da elite enquanto representante, orientadora e protetora da maioria ou mesmo do grupo que ela representa, retomando a ideia da elite enquanto produtora de ideologia, como defendem autores clássicos como Gramsci (1966; 2011a, 2011b), e também autores contemporâneos como Marly Cunha (2008). Esse entendimento pode ser aplicado no caso da escolha dos representantes do Pará na exposição italiana, os quais, enquanto membros de uma elite integrada econômica e politicamente, estavam incumbidos de elaborar o discurso a ser utilizado na representação do estado como um todo, sem deixar de lado os seus próprios interesses econômicos, que moviam a participação paraense no certame.

Não se pode deixar de mencionar neste contexto, a presença de uma parcela da elite local, aqui denominada “elite intelectual”. Sobre este grupo, a historiadora Anna Carolina Coelho (2015) defende a ideia de que desempenhou papel fundamental, em especial na virada do século XIX para o XX, no que diz respeito à busca por uma ampliação das relações com locais considerados centros da civilidade, para além dos interesses econômicos/comerciais. Utilizando como referência a historiadora Emília Viotti da Costa, Coelho sustenta o argumento de que tal elite intelectual, tendo em vista a tentativa de explicar a realidade do país, buscava fundamentar seus questionamentos nas teorias científicas e correntes literárias européias. No entanto, “as respostas que buscavam significavam menos uma resposta às necessidades estruturais e mais o desejo de se criar no Brasil condições para elevá-lo à condição de uma nação civilizada” (COELHO, 2015, p. 95).

Neste sentido, o intercâmbio entre grupos de intelectuais brasileiros³⁵ com a Europa - incluindo-se aí os amazônicos -, era imprescindível para se construir o ideário de civilização que se pretendia para o país. Entre alguns nomes emblemáticos de representantes nacionais

³⁵ Sobre os representantes amazônicos nestes intercâmbios em fins do século XIX e início do XX, Anna Carolina Coelho cita “O estado do Pará era representado por D. Antônio de Macedo Costa, Cônego Antônio de Macedo Costa Sobrinho, José Veríssimo, Tito Franco de Almeida, João Marques de Carvalho, Barão de Guajará e Barão de Marajó; enquanto o estado do Amazonas tinha como interlocutores internacionais o Dr. Álvares Afonso, José Barbosa Rodrigues, Aprígio de Menezes e Adelino do Nascimento. O correspondente paraense em Paris era Santa-Anna Nery”. (COELHO, 2015, p. 97)

neste intercâmbio em fins do século XIX e início do XX estavam o Barão de Marajó e Santa-Anna Nery, mencionados no capítulo anterior. Ainda de acordo com Coelho:

São importantes estas referências, onde a modernização e a busca de reconhecimento no país e no exterior eram valores que uniam intelectuais com trajetórias diferentes, embora algumas vezes, estes participassem das mesmas instituições ou sociedades. Esses valores conectavam esses letrados em uma cultura comum, no sentido de um padrão dominante no qual pessoas de um determinado grupo compartilhavam de significados e valores, conforme conceituou Raymond Williams³⁶ (COELHO, 2015, p. 99).

Inicialmente, a comissão responsável pela representação do Pará em Turim contava com 29 membros³⁷, entre os quais estavam Inocêncio Hollanda de Lima presidente da comissão e secretário de Obras Públicas, Terras e Viação; Barão de Sousa Lages, vice-presidente da comissão, de família paraense residente em Lisboa; João Antônio Rodrigues Martins, Cônsul Geral do Brasil na Itália e membro de tradicional família paraense; o engenheiro Palma Muniz; José Ferreira Teixeira, chefe da 4^o seção de Agricultura e proprietário de terras no Marajó; senador Antonio José de Pinho, político; Jayme Pombo da Gama e Abreu, filho do Barão de Marajó; Cezar Santos, farmacêutico reconhecido na cidade; Jacques Huber, diretor do Museu Goeldi, entre outros (SANJAD; CASTRO, 2016; BATISTA, 2004).

Não se pode deixar de mencionar a publicidade feita por essa comissão da responsabilidade que exercia, empenho este divulgado quase que diariamente nas páginas dos jornais da cidade, em especial na Folha do Norte e em A Província do Pará. Esses jornais publicavam o dia, o horário, o local e a pauta das reuniões da comissão organizadora, que começaram a ocorrer um ano antes da realização do certame, assim como a frequência dos envolvidos em cada encontro. Nestas reuniões discutia-se a formatação da exibição; o levantamento e a seleção dos produtos a serem levados para a Itália; a articulação para a solicitação de auxílios para a viagem, principalmente às grandes empresas de navegação; os materiais de divulgação da imagem do estado; entre outras providências.

Os integrantes do referido grupo tinham como tarefas arrecadar e selecionar os produtos ofertados pelas localidades do interior e também pelos moradores da capital, obedecendo aos critérios da categoria na qual pretendiam concorrer na exposição. Além disso,

³⁶ A autora faz referência ao seguinte trabalho: WILLIAMS, Raymond. *The Idea of a Common Culture* (1968). In: *Resources of Hope: Culture, Democracy, Socialism*. New York: Verso, 1989.

³⁷ No decorrer dos preparativos para a exposição, tal configuração da comissão organizadora sofreu alterações. Alguns membros solicitaram dispensa dos trabalhos da comissão, outros foram integrados a mesma, conforme mostrou parte da documentação pesquisada.

desempenhavam o papel de articuladores com os possíveis interessados em colaborar com a representação do Pará, ou mesmo em relação às negociações comerciais que envolviam os produtos paraenses; além da organização estética dos mostruários que comportariam a produção regional.

Vale ressaltar a criação de “comissões parciais” que integravam a grande comissão representativa do Pará, tanto na capital como no interior. Tratava-se da divisão em subgrupos dos membros que compunham a comissão oficial, no intuito de fragmentar em categorias as equipes de arrecadação de produtos, como uma forma de facilitar os trabalhos, descentralizando as tarefas e dinamizando as atividades preparatórias ³⁸.

Entre as “comissões parciais” que se destacaram estava a equipe responsável pelo transporte de produtos, tanto do interior para a capital do estado quanto desta para o Rio de Janeiro. Tendo como um de seus membros o engenheiro Palma Muniz, tal comissão tinha como tarefa a articulação com as empresas de navegação fluvial, de maneira a viabilizar o uso dos vapores de “alto bordo e fluviaes em constante comunicação com o porto de Belém”³⁹ e também os de “barra-fora, que apenas tocam, de passagem, no porto de Belém”⁴⁰. O objetivo, além do transporte dos produtos, era transportar os representantes da comissão e as autoridades que estavam envolvidas na coordenação dos trabalhos. Através desta comissão parcial, seria realizada a coleta de informações detalhadas sobre os vapores das companhias de navegação e armadores existentes na capital ou em constante passagem pela cidade, a partir do preenchimento de boletins específicos enviados a estas firmas comerciais. De acordo com A Província, após levantamento prévio, Muniz constatou a existência de 101 vapores “d’esta praça” e 81 entre “os de barra-fora”⁴¹.

A relevância desta comissão de transporte compreende, justamente, o fato de que a navegação fluvial era o único – se não o principal e menos dispendioso - meio de levar os produtos paraenses do interior para Belém, e então conduzi-los até o Rio de Janeiro, onde se juntariam aos artigos dos demais estados que iriam compor a representação nacional na Itália. No entanto, segundo a historiadora Sidiana Macêdo (2009) em seu trabalho sobre o abastecimento e a alimentação em Belém na segunda metade do século XIX, o traslado pelos

³⁸ O jornal A Província do Pará relatava os trabalhos das comissões parciais ao divulgar em suas páginas o que ocorria nas constantes reuniões da grande comissão em Belém. Entre as comissões parciais citadas pelo jornal estavam: comissão parcial de navegação, que tinha como porta-voz o engenheiro Palma Muniz; comissão parcial de agricultura e indústria extrativa, sendo Jacques Huber o líder principal; comissão parcial de estatística e desenvolvimento local, encabeçada por Amando Mendes; entre outras. Jornal A Província do Pará, dias 24/07/1910; 02/07/1910 e 03/07/1910.

³⁹ A Província do Pará. “O Pará em Turim”. 24/07/1910, nº 10.865, pág.1, col. 3.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Ibidem.

rios da região também tinha as suas deficiências naquele período. Elas eram significativas, chegando por vezes a prejudicar o abastecimento da capital. De acordo com Macêdo:

Muitos dos interiores reclamavam sobre a dificuldade de fazer comércio pela falta de transportes apropriados. É comum encontrar ofícios, relatórios e abaixo-assinados, que comentam tal realidade e/ou buscam sanar esse problema ou com a construção de pontes, ou com a criação de linhas a vapor (MACÊDO, 2009, p. 104).

Um exemplo citado pela autora data de 1868, quando um grupo de empregados públicos, comerciantes e proprietários que residiam em Alenquer, no baixo Amazonas, solicitaram à presidência da província a contratação de vapores com a Companhia do Amazonas ou outra companhia, para o estabelecimento de escalas no local - o que inexistia até então -, prejudicando assim o transporte de produtos daquela localidade até Belém. Situação semelhante era vivida pelos moradores de Santarém e Óbidos. A impossibilidade dos municípios estabelecerem comunicação com a capital em virtude da deficiência do sistema de transporte fluvial inviabilizava a economia desses municípios. Por exemplo, a carne era um dos produtos que, muitas vezes, chegavam impróprios para o consumo em Belém, pois “com o transporte precário e muitas vezes demorado isso repercutia no alimento que chegava até mesmo estragado (...)” (MACÊDO, 2009, p. 104-105). Desta forma, a autora nos mostra que, considerando a comunicabilidade interna (no caso, interior e capital), a questão do transporte fluvial enfrentava certa precariedade durante o século XIX, sendo um dos fatores prejudiciais que afetava consideravelmente o abastecimento da capital naquele período. No início do século XX, embora a oferta deste tipo de transporte fosse maior por parte de empresas do ramo que se estabeleceram na região, as dificuldades nas condições de transporte e o tempo de duração das viagens ainda eram queixas frequentes. No caso do transporte de produtos do Pará que seriam expostos em Turim, não faltaram reclamações por parte de membros da comissão sobre o estado em que chegavam os objetos, muitos quebrados ou mesmo estragados, inviabilizando a sua exposição.

Já de acordo com o historiador Dante Ribeiro da Fonseca (2011), cuja pesquisa faz uma análise sobre o sistema de transporte fluvial a vapor na Amazônia durante o auge da economia gomífera, desde os tempos coloniais, a navegação fluvial como meio mais prático de integrar a região era prioridade, sendo que o seu desenvolvimento e ampliação se deram a partir do aumento das transações comerciais, em especial no período de grandes lucros advindos com a exportação da borracha. Partindo da premissa de Samuel Benchimol (1995), Fonseca afirma que:

A dificuldade de abrir estradas, em uma floresta densa e desconhecida, e o fato de que grande parte das atividades produtivas ocorria em torno dos rios, fez com que a navegação, desde cedo, se revelasse como o investimento indispensável para a exploração (BENCHIMOL, 1995, p. 3). (...) O comércio regional intensificou-se com o advento do surto gumífero e a proliferação da navegação a vapor durante o surto da borracha, não somente no sentido de exportar a matéria prima produzida na Amazônia e distribuir o produto importado pelas casas aviadoras no interior, diga -se, pelos seringais. Fazia também circular a produção regional que integrava amplas áreas da hinterlândia. (...) Podemos dizer, com Benchimol, que um moderno sistema de transporte fluvial, a par de uma incipiente rede de estradas de ferro, foi obra do surto gumífero sob dois aspectos: atraindo investimentos destinados à implantação de um sistema de navegação nas novas áreas extrativas, que modernizou e ampliou os serviços já existentes nas áreas de antiga colonização para dar suporte à produção gumífera; acresça-se um segundo aspecto, a navegação nos rios amazônicos, em razão de seu alto custo operacional, sempre foi subsidiada, e a capacidade de subsidiar tais operações está vinculada à arrecadação de impostos. O aumento das rendas provinciais permitiu aos governos atrair com subsídios empresas e linhas de navegação que, crescentemente, cobriram as vastas áreas dos rios amazônicos (FONSECA, 2011, p. 4).

Sobre os subsídios dados a estas firmas comerciais, Fonseca destaca que provinham tanto de fontes estrangeiras como de regionais, para as quais era de praxe o investimento em infraestrutura na região, sobretudo nos setores de transporte, como as ferrovias, portos e também as linhas de navegação, no intuito de modernizá-los “seja formando empresas de navegação fluvial, seja subscrevendo ações dessas empresas, seja adquirindo embarcações a vapor para dar suporte às suas atividades empresariais” (FONSECA, 2011, p. 5).

De acordo com o pesquisador Rinaldo Ribeiro de Moraes (2007), que também possui trabalho relacionado à navegação regional como mecanismo de transformação da economia da borracha, as companhias estrangeiras ficaram no comando do transporte fluvial paraense durante a primeira década do século XX, até o período em que a exportação da borracha começou a apresentar uma queda mais significativas. Em meio a estas firmas, destaca-se a companhia inglesa *Amazon Steam Ship Navigation*, a qual, segundo Moraes:

Durante toda a primeira década de 1900, a navegação fluvial foi comandada, principalmente, pela companhia inglesa de navegação - *Amazon Steamship Navigation*. A navegação de cabotagem, que ligava Belém a Fortaleza, Santos e Rio de Janeiro, era realizada pela empresa Lloyd Brasileiro, e a navegação marítima ou oceânica – ou de longo curso – foi comandada por grandes companhias inglesas, alemãs e italianas, que ligavam Belém – e também Manaus – aos portos de Nova Iorque, Liverpool, Havre, Leixões, Hamburgo e Gênova. Especificamente, sobre a navegação fluvial, é interessante observar o desempenho das firmas comerciais de Belém em tentar servir os rios da região pelas linhas de navegação a partir de Belém⁴² – e não ficarem assim, dependentes, exclusivamente, da *Amazon Steamship*⁴³. Em 1881, estas firmas compuseram uma frota de 20 embarcações, com

⁴² Tais linhas tinham como destino o Rio Tapajós e afluentes, em especial a região de Itaituba, a qual possuía vários seringais em atividade. Idem. p. 161.

⁴³ De acordo com Rinaldo Moraes, a *Amazon Steamship* era incontestavelmente a maior empresa de navegação da Amazônia desde 1874. No ano de 1907, a empresa possuía uma tonelagem de 453, mais que o dobro da

capacidade de deslocamento de 9.028 toneladas e em 1907 esse número sobe para 60 barcos a vapor, com capacidade de deslocamento para 13.734 toneladas (MORAES, 2007, p. 160).

Diante do exposto, é inegável o papel fundamental que as empresas de navegação desempenharam no contexto da exposição, e o quanto a negociação entre os membros da comissão e tais firmas comerciais, sejam estrangeiras ou regionais, teve um retorno positivo em prol dos preparativos para o certame, uma vez que diversas companhias de navegação aceitaram colaborar, por meio de concessão gratuita, com o transporte dos produtos paraenses⁴⁴.

Além da “comissão parcial” de navegação, outras destas comissões também desempenharam funções fundamentais para o bom andamento dos preparativos. Muitas vezes um mesmo membro fazia parte de vários destes “subgrupos”, acabando por lhe serem atribuídas várias responsabilidades de cunho organizacional, como era o caso do já mencionado botânico e diretor do Museu Goeldi, Jacques Huber. Além de estar entre os membros da comissão parcial de agricultura e indústria extrativa, Huber também ficou responsável por “tratar de modelos ou de desenhos dos vidros a serem importados da Europa para o acondicionamento de vários productos”⁴⁵; pela “tradução do programa official do certamen”, juntamente com os Srs. Simões de Rezende e Amando Mendes, para, em comissão, organizarem “uma determinação das espécies de productos alli contidos e que possam ser enviados d’este Estado, pondo logo em destaque n’este trabalho a classificação a

tonelagem média dos vapores comerciais de todas as firmas comerciais do Pará. Possuía uma frota de 43 embarcações a vapor, a maioria em ferro e produzidos na Inglaterra, sendo que esta quantidade duplicou em relação a 1881. Em 1910, aproximava-se o fim do contrato da *Steamship* com o Governo Federal, no entanto, as empresas de navegação particulares das firmas comerciais de borracha dos aviadores ou seringalistas, não tinha como atender a toda demanda de carga de borracha e de passageiros que o mercado local exigira. Os barcos a vapor de particulares também eram insuficientes, fazendo-se necessária a prorrogação de contrato com a *Steamship*. No entanto, em 1911, após várias outras prorrogações contratuais, a atuação da empresa na Amazônia foi encerrada, dando lugar aos serviços de uma nova empresa: a *Amazon River Comp. Lt.* Idem, pp. 163-164.

⁴⁴ Entre as companhias que atenderam ao pedido de concessão gratuita, temos: B. Antunes & C^a, com os vapores “Aliança” e “Missipyra”; Freire Castro & Comp., vapor “Hilda”; A. F. de Souza & C^a, com o vapor “Brito”; Amazon Steam Navigation C^o; A. Franco e seu vapor “João Coelho”; Martins Costa & C^a, e os vapores “Rio Guamá” (linha Guamá), “Leopoldina” (linha Irituia), “Antonina” (linha Tocantins), “Santos Braga” (linha Cajary), “Rio Laguna” (linha Anapú) e “Williams” (Linha Anapú e Pacajá); Gilberto Moreira, vapor “Marariá”; Silva Cunha & C^o, vapor “Silva Cunha”; M. Castello & C^a, com seu vapor “União”; Lloyd Brasileiro e seus vapores “Santarém” e “Óbidos”; Pereira de Moraes e C^a, vapor “Walieu”; e Pereira Lemos & C^a, com o vapor “Marcilio Dia”. Arquivo Guilherme de La Penha/ Museu Paraense Emílio Goeldi. Fundo Jacques Huber (1907-1914), Série Congressos e Exposições/Exposição de Turim, 1911. *Comissão de Navegação, Passagens e Fretes*. A comissão também contactou a companhia *Port of Pará*, solicitando isenção da taxa sobre os produtos oriundos do interior do estado. Embora a *Port of* tenha chamado a atenção para o fato de as isenções de taxas não estarem previstas no contrato com o Governo Federal, a mesma, por conta própria, resolveu colaborar com o estado na sua representação internacional, dispensando a taxa de todos os objetos que seriam destinados à Itália. Ver em Ofícios e Correspondências. *Port of Pará*. 01/12/1910. Idem.

⁴⁵ A Província do Pará, 03/08/1910, nº10.875, p. 01, col. 07. “O Pará em Turim”.

que devem ficar sujeitos”⁴⁶; pela produção de “uma monographia sobre vegetaes paraenses”, a qual deveria ser editada em francês e italiano⁴⁷, entre outras atribuições. Já Amando Mendes, além dos trabalhos em conjunto com Huber e Simões de Resende, também fazia parte do grupo responsável pela representação da estatística e do desenvolvimento local, tendo a missão de “ampliar, de accordo com os desejos do Governo do Estado, a monographia do Pará organizada para a Exposição de Bruxellas”⁴⁸, e que seria reaproveitada para a mostra de Turim.

Nota-se que a presença destes membros da elite local no grupo que estaria à frente do planejamento da exposição paraense na Itália, para além da “aptidão” em relação a áreas específicas que permeavam a organização do evento, também facilitaria o estabelecimento de articulações políticas e comerciais com aquele país e os demais participantes, uma vez que preenchem alguns “critérios” necessários para a ocupação do posto: o gosto refinado para a escolha e organização dos artigos que seriam expostos; o conhecimento aprofundado dos temas relacionados à Amazônia, sobretudo os que se referiam à borracha; a atualização dos assuntos relativos ao mundo europeu, entre outros aspectos, seriam fatores contribuintes para o que se considerava uma boa representação no certame.

2.1.2 “Das indiscutíveis vantagens que resultarão para o nosso Estado”: a organização dos produtos e as perspectivas para a exposição italiana

Deverão seguir para Turim *specimens* de todos os nossos produtos naturais, industriais e agrícolas; cõnscio, porém, das indiscutíveis vantagens que resultarão para o nosso Estado, lembro-vos a conveniência de mandarmos à Exposição produtos capazes de despertar o interesse dos centros industriais e, portanto, estimular um comércio novo que nos traria nova fonte de receita. Para correspondermos, porém, a essa expansão mercantil que a presença dos nossos artigos na Itália, porventura produzisse, seria mister estarmos aptos a empreender fornecimentos dos produtos que nos fossem pedidos. É este um assunto que demanda a vossa esclarecida reflexão. E nem é outro o objetivo colimado pelas exposições, visto como os mostruários não são, nem podem ser, meras instalações decorativas. (COELHO, 1910, p. 42).

Ainda analisando a mensagem oficial do governo, nota-se a preocupação de João Coelho ao chamar a atenção sobre quais tipos de produtos devem ser selecionados para integrar a mostra italiana, ressaltando que eles deveriam despertar o interesse internacional em relação à produção regional e, conseqüentemente, propiciar acordos futuros que poderiam

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ A Província do Pará, 14/08/1910, nº10.896, p. 01, col. 04. “O Pará em Turim”.

⁴⁸ A Província do Pará, 03/08/1910, nº10.875, p. 01, col. 07. “O Pará em Turim”.

gerar lucros para o Estado, ou seja, os produtos a serem levados para o evento deveriam, obrigatoriamente, oferecer alguma vantagem econômica.

Sobre a relação entre as exposições e o ponto de vista econômico, o historiador Paulo César Santos (2016) aponta esta questão como uma das que permeavam os eventos expositivos, destacando a virada do século XIX para o XX, período no qual as potências imperialistas da Europa disputavam mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas para as suas indústrias, e tendo como consequência um processo totalizador onde os países mais avançados industrialmente, acabavam por dominar nações com menor potencial para as indústrias (SANTOS, 2016). Santos também destaca as ideias do observador francês George Geráult, autor de *Les expositions Universelles au point de vue économique*, publicado em 1901, no qual traça um olhar retrospectivo sobre as exposições do século XIX:

A primeira vantagem e a mais importante que se tira das exposições, segundo seus defensores, consiste em um crescimento formidável de nosso comércio exterior. As exposições são o meio prático oferecido aos industriais de revelar os progressos que atingiram e de afirmar sua superioridade (...). As exposições oferecem um meio de propaganda excelente: bem mais que os prospectos, bem mais que os anuários, mais mesmo que os viajantes de comércio, elas são capazes de agir sobre o espírito da clientela possível e de produzir uma profunda impressão sobre o comprador do estrangeiro, que é posto em contato com o produto, permitindo-lhe examinar e comparar os produtos que ele ignorava e ignoraria sempre sem elas (GERÁULT *apud* SANTOS, 2016, p. 26).

Imbuídos pelas supostas vantagens comerciais e pela produção de “uma profunda impressão sobre o comprador estrangeiro”, as quais se referiu Geráult, os representantes dos municípios do interior do Estado deveriam enviar para a capital as amostras de produtos que estivessem em bom estado de conservação, em especial os que tivessem grande aceitação no mercado internacional (como por exemplo, a borracha, o cacau e a castanha), e que não contrastassem com os interesses propagandistas e comerciais do governo estadual. Da mesma forma e com o mesmo critério, deveriam ser escolhidos os que representariam a capital Belém enquanto moderna e civilizada. Era necessário trabalhar “com solicitude e zelo”, para que a representação dos municípios na exposição demonstrasse “uma feição, sobretudo prática, como convém aos seus [do Estado] florescentes progressos”. (COELHO, 1910:42).

Neste sentido, os mostruários não poderiam ser reduzidos “a meras instalações decorativas”, o que demonstra, desta forma, as intenções estéticas e políticas do governo e a influência que o aspecto visual das exposições possuía no público visitante. Sobre esta questão, Heloisa Barbuy compreende as amostras de produtos como meios legitimadores das atividades comerciais. A autora chama atenção para o fato de tais amostras serem previamente

pensadas e, ao serem construídas materialmente e de forma consciente, possuírem o intuito de difundir (e mesmo impor) a visão de mundo da classe burguesa. (BARBUY, 1999, p. 17).

Neste sentido, pensar e executar a representação do estado não era tarefa simples, sobretudo porque o objetivo era construir uma boa imagem do Pará em suas dimensões políticas, econômicas e sociais, visando a expansão dos seus mercados. O estabelecimento de “regras” compatíveis com a ideia de um estado com produção que despertasse o interesse dos “centros industriais” europeus se fazia necessário para conceber o que se pode chamar de “estruturação imagética” do vantajoso mercado paraense.

Não tardou para que, a comissão paraense criasse normas que regulamentariam o que deveria ser exposto. Um documento de referência foi escrito, intitulado “Instruções preliminares para a escolha dos produtos paraenses destinados à Exposição de Turim (1911)”, que oficializava aos interessados em participar do evento, quais parâmetros seriam adotados na seleção dos produtos, considerando as quantidades, as dimensões, a aparência, o potencial exportador e as possíveis boas impressões que poderiam fazer no estrangeiro.

De acordo com as “Instruções”, os produtos que já eram exportados para a Europa ou que poderiam lá desenvolver seu potencial exportador seriam “borracha, castanha, cacão, cumarú, madeiras, óleo de copahyba, plantas medicinaes, pelles de veado e outros animaes, grude de peixe etc”, os quais deveriam ser encaminhados em quantidade suficiente para servirem “a experiências industriaes” nos países interessados (INSTRUCÇÕES..., [1911?]). As madeiras, de acordo com este mesmo documento, deveriam seguir uma espécie de padronização no mostruário paraense em Turim:

(...) Das madeiras especialmente convém mandar amostras que possam dar ao menos duas taboinhas de 30 cm de comprimento, 10 cm de largura e 2 cm de grossura. Além d’isto deseja-se as madeiras mais preciosas e mais bonitas em toros de 1,20 m de comprimento ou, quando em diâmetro de madeira excede de meio metro, e em rodela de 20 centímetros de altura mais ou menos. Liga-se mais importância a beleza e tamanho das amostras do que o numero das espécies apresentadas (...).(INSTRUCÇÕES..., [1911?]).

Provavelmente por serem produtos já exportados para a Europa e, portanto, já de conhecimento no exterior, a “beleza e tamanho das amostras” de madeira seriam mais importantes do que a variedade de espécies. Vale ressaltar, como veremos no próximo capítulo, que as madeiras figuraram entre os produtos paraenses mais elogiados em Turim. No entanto, outra estratégia diferenciada foi pensada para a elaboração da imagem dos produtos que ainda não possuíam circulação nos países europeus, os quais poderiam ser produzidos em quantidade suficiente para fins de exportação:

A esta categoria pertencem diversas cascas tanníferas (mangue, tinteira, paricá, etc), fibras (uacimá, aninga, crauatá), painas (sumaúma, munguba), óleos (patauá, tucumá, andiroba, etc), resinas (jutahicica, breu), cera de urucuhuba, cascas e madeiras aromáticas, assim como diversos produtos agrícolas, com tabacco, farinha (principalmente tapioca), algodão, etc., e conservas de fructos, molhos etc (...) (INSTRUÇÕES..., [1911?]).

Outro aspecto retratado nas “Instruções...” era a necessidade dos produtos darem boa “idéa das condições geraes do paiz e do seu grao de civilização”. Isso deveria ser feito por meio de publicações, fotografias, quadros estatísticos, e produtos industriais, os quais, segundo o documento “apezar de não serem destinados à exportação, mostram, entretanto, o adiantamento do paiz e podem chamar o estabelecimento de industrias congêneres e a affluencia de imigrantes espontâneos”. (INSTRUÇÕES..., [1911?]). Sobre este último aspecto, Franciane Gama Lacerda nos chama atenção, em seu trabalho sobre migração cearense ao Pará (LACERDA, 2006), que a ideia da “imigração [ou migração] espontânea” já fazia parte dos discursos políticos dos governantes paraenses de fins do século XIX e início do XX, também como forma de propagandear beneficemente o estado.

Atentando para as análises da autora sobre os migrantes nacionais oriundos do Ceará, os quais deixavam sua terra natal em direção ao Pará⁴⁹ por causa da seca, nos chama à atenção os discursos oficiais dissonantes entre os dois governos: o governo do Ceará, sobretudo a partir de 1900, apontava a saída de migrantes como um mal para a mão de obra nas lavouras, que se tornava escassa e impedia que outros trabalhadores permanecessem no seu lugar de origem. Isso resultava em medidas governamentais que facilitavam a saída dos mesmos, demonstrando que a “imigração para o norte ou para o sul nos períodos de seca, pelo menos nos pronunciamentos dos poderes públicos [cearenses], aparece como uma alternativa para o Estado, não como a solução para o problema” (LACERDA, 2006, p. 145). Já para o governo do Pará, em 1897, mesmo mostrando-se crítico ao incentivo da à migração nacional em virtude dela ocasionar a falta de braços em algumas regiões, apontava a colaboração dos

⁴⁹ É importante ressaltar que Lacerda deixa claro que as secas ao longo dos séculos XIX e XX não foram o único e exclusivo fator que desencadeou o crescente número de saídas do Ceará nesse período. De acordo com a autora “(...) resumir o processo de migração para o norte tão somente no drama da seca é tornar essa questão muito elementar, não necessitando até de maiores interpretações. Buscar entender a migração em seus vários significados é sem dúvida investigar as ações de seus variados sujeitos sociais envolvidos nesse processo. Mesmo nos períodos de seca, a exemplo do ano de 1889, os flagelados, ao solicitarem passagens à Província do Pará, não falam necessariamente das secas, mas de suas consequências. Isso permite dizer que o sertanejo convivia bem com a aridez do sertão, com os períodos de ausência de chuva, que já fazia parte do seu cotidiano. Nas justificativas para os pedidos de passagem, não se dizia somente ‘quero ir embora pela seca’, mas iam-se enumerando suas muitas consequências. Assim, a seca por si só não pode ser qualificada como o motivo da saída. Além disso, o sertanejo, nos períodos de estiagem, parecia resistir o quanto podia, indo do sertão para a capital, buscando meios para não sair, até que sua situação ficava tão desastrosa que chegava a hora de partir. Seria isso a ‘última extremidade?’” (LACERDA, 2006, p. 147-148)

migrantes para o “progresso da região” como um fator a ser considerado positivamente.

Segundo Lacerda:

Em 1897, o governador do estado do Pará, Lauro Sodré, também preocupado com o problema de mão de obra para os trabalhos na lavoura, em função dos fracassos com a vinda de estrangeiros, considerava uma *‘obra impatriótica’* o incentivo à vinda de migrantes nacionais, pois, segundo ele, os estados da União lutavam contra a *‘escassez de população’*. Entretanto, o governador reconhecia a vinda de trabalhadores *‘de alguns estados do Norte’*, que se empregavam *‘principalmente para os serviços da indústria extrativa’*. A conclusão que Lauro Sodré tirava dessa migração era que ela se dava *‘espontaneamente’*. Chamando os migrantes de *‘ajudadores do nosso progresso’*, o governador considerava que esses deslocamentos espontâneos eram, na verdade, frutos de um *‘natural desejo que leva todos os homens a procurar o seu bem estar dependendo do menor esforço’*. Lauro Sodré, pouco sensível às múltiplas experiências sociais presentes no ato de se aventurar em terras distantes, via a migração para o Pará não como um último recurso (...), bem ao contrário disso, a via como a procura de uma vida melhor, baseada no *‘menor esforço’* (LACERDA, 2006, p. 146-147).

Como bem nos mostra a autora, o discurso oficial sobre a questão da migração tenta transparecer que o Pará, assim como outras localidades da região amazônica, era um local atrativo, de prosperidade e onde era possível conseguir “uma vida melhor” com “menor esforço”. O tom do discurso de Lauro Sodré, relatado por Lacerda, foi recorrente por anos, em especial a partir da década de 1870. Como lembram Francisco Smith Júnior e Rodrigo Garvão (2013) em seu trabalho sobre economia e política na Amazônia brasileira (SMITH JÚNIOR; GARVÃO, 2013). De acordo com os autores, os governos começaram a instituir políticas de convencimento para tentar estimular a migração de pessoas de várias regiões do Brasil e do exterior para solucionar o problema de mão de obra no estado, utilizando-se de propagandas e promessas de concessão de passagens e hospedagem, “além de uma panfletagem de que a Amazônia seria a própria imagem do paraíso, das riquezas naturais e da riqueza do látex”. Esse processo teve como consequência o surgimento de colônias agrícolas por todo o Pará (SMITH JÚNIOR; GARVÃO, 2013, p. 159).

Voltando às “Instruções”, podemos observar alguns aspectos ali evidenciados, e que são importantes para compreender os objetivos da participação paraense na Itália: 1) os produtos já exportados e os produtos com potencial para exportação; 2) a padronização destes produtos, no intuito de destacar sua “beleza” e “tamanho”; 3) artigos que demonstrassem em que “grau de civilização” estaria o Pará em meio ao “concerto das nações civilizadas”, e que poderiam ser notados através de fotos, publicações e estatísticas, além dos “produtos industriais” e da política de imigração.

Sendo as exposições um “fenômeno de visualidade, com grande poder de difusão das imagens”, como nos lembra Barbuy (1999), a necessidade de “regulamentação” para o que seria exposto era justificável, assim como a preocupação com a imagem de modernidade, progresso e civilidade que os produtos deveriam portar, embora estes também pudessem ser considerados como parte de uma “construção ilusória”, como bem esclarece Barbuy, ao analisar a Exposição de Paris em 1889:

Aquilo que se consideram as qualidades da sociedade industrial é veiculado na Exposição. Daí a elaboração de ‘reconstituições autênticas’ como afirmação da capacidade da sociedade industrial de produzir o que bem quiser, inclusive ilusionisticamente, e como traço de superioridade sobre as épocas anteriores. (BARBUY, 1999, p. 52)

A escolha criteriosa de como os produtos paraenses deveriam ser apresentados era pauta nas frequentes reuniões da comissão. Pensava-se em todos os detalhes que deveriam demonstrar a qualidade, a organização, os atrativos comerciais, contribuindo para a difusão da propaganda estadual em relação ao “grau de civilização” do que o Pará produzia. Entre os vários detalhes que permeavam os preparativos, podemos citar a preocupação da comissão com a confecção dos vidros que serviriam para acondicionar vários produtos do mostruário paraense, os quais deveriam ser “de modelo simples, trabalhados em crystal e com rolha esmerilhada”⁵⁰, sendo os “de bocca pequena para óleos e outros productos líquidos e de bocca larga para sementes”⁵¹. Tais vidros tiveram o modelo desenhado por Jacques Huber e foram importados da Europa⁵².

Sobre os “artigos que por si só demonstrassem em que grau de civilização estaria o Pará”, como também sugerem as “Instruções”, estavam as imagens, fossem elas projeções (filmes) ou fotografias, as quais ofereciam ao espectador a visão do progresso urbano e serviam às autoridades políticas como propaganda das transformações urbanas em curso na cidade. De acordo com Rosa Cláudia Pereira (2015), no caso das fotografias, levavam ao público - por meio de sua divulgação em álbuns, relatórios, livros, jornais, revistas, cartões postais, e mesmo nas exposições nacionais e internacionais - a imagem do já mencionado progresso urbano, o qual “através da ação ‘civilizadora’ de governos, relacionavam as descobertas da tecnologia à beleza, ao saneamento e à implementação de diversas melhorias em cidades” (PEREIRA, 2015, p. 150). Neste sentido, para a exposição de Turim, as imagens

⁵⁰ A Província do Pará, 14/08/2010, nº10.896. O Pará em Turim. P. 01, col. 04

⁵¹ Idem.

⁵² Idem

fotográficas foram de fundamental importância no que se refere à ênfase dada às características civilizatórias e modernas da capital paraense, uma vez que figuraram em diversas categorias nas quais o Pará concorreria durante o evento, seja para possibilitar uma visualização atrativa da paisagem da região, para mostrar a produção local, o avanço das indústrias paraenses e de outros setores sociais como educação e saúde, ou mesmo o embelezamento da capital através da reprodução das imagens dos prédios públicos⁵³.

Sobre a construção de espaços da modernidade – entendidos como ambientes privilegiados, que utilizavam em grande medida os elementos visuais (estáticos ou móveis), Francisco Foot Hardman (2005), ao tratar da construção da ferrovia Madeira-Mamoré como o símbolo da modernidade na Amazônia em fins do século XIX, chama a atenção para a relação entre o moderno conceito de sublime, estabelecido pelo filósofo Edmund Burke. Para Hardman, citando Burke, o sublime promove um estado especial em que se imbricam medo e prazer, forjando, desta forma, o que o autor chama de “infinito artificial”, cuja ênfase é dada aos efeitos de extensão, sucessão e uniformidade dos objetos (HARDMAN, 2005, p. 118). De acordo com Hardman:

Como temos visto, representações diversas dos espaços da modernidade têm se debruçado sobre elementos constitutivos do sublime. Na cidade transfigurada do século XIX, as estações e linhas ferroviárias, os amplos mercados e novas avenidas, os jardins botânicos (...) foram alguns dos principais cenários dessa procura. Estamos aí no território privilegiado do “infinito artificial” de que falava Burke. (HARDMAN, 2005, p. 119)

Além da utilização das fotografias como meio de divulgar a Belém moderna, as imagens impressas também serviram como uma forma de autopromoção da comissão organizadora, uma vez que o presidente da mesma, sr. Innocêncio de Hollanda Lima, após reunião com os integrantes, aprovou a proposta feita pelo sr. Visconde de Monte Redondo de contratar fotógrafos para registrar os trabalhos de preparação para a exposição de Turim. Definiu-se que cada comissão parcial contrataria um fotógrafo para a realização dos registros das atividades específicas realizadas por cada um dos subgrupos⁵⁴.

⁵³ As imagens fotográficas foram utilizadas em diversas classes existentes na concorrência da exposição de Turim, entre as quais: Ensino Industrial – Instituto Lauro Sodré (classe 1ª); A obra do governo em favor da instrução agrícola (classe 5ª); a cidade moderna (classe 62ª), e mesmo a classe específica da fotografia (classe 16ª); entre outras. Em todas estas classes citadas, enfatizava-se a necessidade do registro fotográfico, este último que foi alvo de premiações nesta mesma exposição (A Província do Pará 14/08/1910; Relatório, 1912). Sobre esta temática da fotografia e dos prêmios adquiridos, falaremos mais nos próximos capítulos.

⁵⁴ A Província do Pará, 03/08/1910, nº 10.875, O Pará em Turim, p. 01, col. 07; Idem, 14/08/1910, nº 10.896, O Pará em Turim, p. 01, col. 03.

Já os filmes, historicamente concebidos como derivações da fotografia, também foram utilizados nas exposições universais, entre estas, a de Turim. De acordo com o pesquisador Eduardo Morettin (2011), que analisa o papel do cinema nas exposições universais em fins do século XIX e início do XX, este recurso, enquanto integrante de uma cultura visual construída por estes espaços de exibição dedicados a celebrar o capitalismo, “tem sua trajetória identificada à das diferentes feiras mundiais pela sua capacidade de entreter e, ao mesmo tempo, educar” (MORETTIN, 2011, p. 231). Ao tratar da *World's Comlumbia Exposition*, ocorrida em Chicago no ano de 1893, Morettin afirma que:

Alguns países recorreram ao cinema para apresentar aspectos das suas atividades econômicas e culturais, antecipando o uso que o veículo de comunicação teria a partir da segunda década do século passado como difusor de valores nacionais. Os Estados Unidos, por exemplo, organizaram sessões cinematográficas sobre a vida americana. Já a França procurou reafirmar seu pioneirismo na descoberta do cinematógrafo organizando exibições públicas em Paris. (MORETTIN, 2011, p. 234).

Morettin também enfatiza os fatos de que, no início do século XX, mais especificamente a partir de 1901, os filmes passaram a ser exibidos com maior frequência nos espaços expositivos e as temáticas também sofreram algumas variações, como, por exemplo, passaram a ser registradas nas películas formas de trabalho e de sistemas de produção e ensino, como as exibidas na Exposição de St. Louis, em 1904. (MORETTIN. 2011, p. 235-236).

Para a Exposição de Turim, Jacques Huber propôs a encomenda de filmes que mostrassem a capital e o interior paraense, em especial, o cotidiano comercial e fluvial da região, como noticiou o Jornal Folha do Norte, no dia 1º de outubro de 1910:

O Pará em Turim – Ontem às 8 horas da manhã, reuniram os membros da comissão incumbida de auxiliar a representação do estado naquele certame. O expediente contou de diversas comunicações de concorrência à exposição (...) O Dr. Jacques Huber apresentou uma proposta relativa a confecções de fitas cinematográficas, lendo uma relação das vistas que se tem de apanhar, no interior e na capital, com os aspectos da nossa vida comercial e fluvial, e de cuja confecção declarou incumbir-se o sr. O' Neill, representante da casa Slig, de Nova Iorque. O presidente ficou de entender-se com o sr. Governador a respeito destas duas propostas (...) (JORNAL..., 1910, p. 1)

A sugestão de Jacques Huber sobre a confecção das fitas cinematográficas⁵⁵ é uma das demonstrações de quão cuidadosa deveria ser a construção da imagem do estado, uma vez que a proposta já incluía a determinação prévia do que deveria ser filmado; no caso, como publicou o jornal, os diversos aspectos que caracterizavam a vida econômica do estado do Pará, entre os quais: o movimento do porto de Belém; o cultivo, a colheita e o preparo do cacau; além de filmagens relacionadas ao serviço de profilaxia de febre amarela, tema que acabava por demonstrar, de certa forma, o caráter pedagógico dos filmes em relação à saúde pública da capital.

A necessidade de registrar e exibir as ações referentes à prevenção da doença que havia sido responsável por um considerável número de mortes no Rio de Janeiro, e que também se manifestava de forma preocupante no estado do Pará, teve como consequência a contratação do médico sanitário Oswaldo Cruz em 1910, por parte do governador paraense João Coelho, seguindo o exemplo bem sucedido da capital da República. Cruz chegou ao Pará com o objetivo de planejar o combate ao impaludismo e à febre amarela em Belém. A meta seria erradicar “os males” no período de um ano, com o auxílio de uma equipe composta por dez sanitários e a instalação do “Serviço de Prophylaxia da Febre Amarela” na capital paraense, seguindo o modelo aplicado no Rio de Janeiro. Com o triunfo do combate às epidemias em Belém, declaradas extintas em 1911, os trabalhos de prevenção e erradicação das doenças estenderam-se para outros municípios do estado, como Santarém e Óbidos (RANGEL, 2010, p.19-26). O serviço fazia parte do projeto de modernização e transformação da cidade do Rio de Janeiro, o qual teve a adesão de diversas cidades brasileiras, entre as quais Belém.

Tais epidemias ocasionavam dificuldades nas relações comerciais com outros países e também à política de estímulo à imigração estrangeira; além de colocar em risco as elites (RANGEL, 2010, p. 20). Um exemplo desta preocupação referente às epidemias foi veiculado pelo jornal *A Província do Pará*, no dia 14 de agosto de 1910, com o título “Campanha contra a borracha”⁵⁶. A notícia relatava o “boato” divulgado no jornal inglês *Financial News*, sobre uma “suposta” epidemia de febre amarela no porto de Belém. Segundo noticiado pela *Província*:

⁵⁵ Contrato para a produção de três fitas cinematográficas ilustrando diversos aspectos da vida econômica do estado do Pará a serem fornecidas pelo cidadão norte-americano, Sr. Emmet Vicent O’Neill, à Comissão Promotora da Representação do Pará na Exposição Internacional de Turim. Fundo Jacques Huber, Série Congressos e Exposições – Exposição de Turim. Arquivo Guilherme de La Penha, Museu Paraense Emílio Goeldi.

⁵⁶ A província do Pará, 14/08/1910. Nº 10.896, “Campanha contra a borracha”, página 01, coluna 03.

Telegramma de Londres, hontem recebido n'esta capital, trouxe a singularíssima nova de haver o *Financial News*, órgão da imprensa ingleza, noticiado que o porto do Pará está tomado pela febre amarella, o que ameaça de graves prejuízos o comércio da borracha. Scientificando d'esta malévola notícia, cujo fim é facilmente percebível, o Sr. Dr. João Coelho, governador do Estado, telegraphou para Londres, ao consulado brasileiro, refazendo a verdade, informando que a febre amarella não tem desenvolvimento além do commum e que o governo tem tudo organizado para encetar com sucesso a debellação do flagello. Como se vê, trata-se de mais uma calúnnia dos indefectíveis 'baixistas' na sua eterna campanha contra a borracha (...). (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 14/08/1910).

Nota-se a urgência do governo estadual em “refazer a verdade” em torno do falso alarme divulgado no jornal inglês, atribuído a uma campanha contra o comércio paraense da borracha, e em enfatizar que a epidemia de febre amarela estaria quase extinta.

Mostrar ao mundo por meio de filmes o combate às epidemias que assolavam não só o Rio de Janeiro, mas também outras cidades do país, como Belém, tinha como objetivo revelar o progresso no estado sanitário do país, além de mostrar a atuação da ciência na região amazônica, na medida em que o filme encomendado pela comissão deveria conter cenas da “polícia (ou monitoramento) dos focos da doença” e dos “trabalhos de laboratório”⁵⁷. Tratava-se de um modelo pioneiro de divulgação das ciências no Brasil sob iniciativa do Instituto Oswaldo Cruz, com a utilização de imagens em movimento para a comunicação, divulgação e informação em saúde⁵⁸. Neste sentido, a exibição da atividade científica realizada no Brasil, e em especial na região amazônica durante a exposição, significaria também a demonstração de responsabilidade do estado do Pará em relação aos investimentos no seu progresso.

A encomenda do filme também demonstra os investimentos feitos para atender aos objetivos do governo em Turim.⁵⁹ Esses investimentos, contudo, deveriam ser recompensados pela assinatura de acordos para negócios rentáveis ao estado e pelo número de prêmios a serem angariados, como bem retratam as “Instruções” e os discursos oficiais, sendo que tais negócios, como já mencionado, dependeriam não só da qualidade dos produtos a serem expostos e da quantidade de categorias em que iriam concorrer, mas também do poder de articulação dos representantes estaduais.

⁵⁷Contrato para a produção de três fitas cinematográficas ilustrando diversos aspectos da vida econômica do estado do Pará a serem fornecidas pelo cidadão norte-americano, Sr. Emmet Vicent O'Neill, à Comissão Promotora da Representação do Pará na Exposição Internacional de Turim. Fundo Jacques Huber, Série Congressos e Exposições – Exposição de Turim. Arquivo Guilherme de La Penha, Museu Paraense Emílio Goeldi.

⁵⁸ Em 1911, dois filmes brasileiros com a intenção de mostrar o combate às epidemias tropicais, em especial à febre amarela no país, foram exibidos na Exposição Internacional de Higiene em Dresden (Alemanha). Tais filmes são retrados no documentário “Cinematógrafo Brasileiro em Dresden”, dirigido por Eduardo Thielen e Stella Oswaldo Cruz Penido, sendo parte deste documentário disponibilizado no site da FIOCRUZ, no link: <http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/v%C3%ADdeo-cinemat%C3%B3grafo-brasileiro-em-dresden>

⁵⁹ De acordo com o mesmo contrato, somente a produção cinematográfica estava orçada em seis contos de réis.

Outro aspecto que permeia o documento “regulamentador” dos mostuários paraenses é a questão da indústria e seus produtos, considerando a perspectiva regional e nacional. Sobre este tema, Sandra Pesavento entende a indústria como a forma mais acabada de realização do capitalismo (PESAVENTO, 1995, p. 17). De acordo com a autora, o desenvolvimento industrial era entendido como um reflexo da ideia de progresso, a qual permeou o pensamento do homem, em especial o europeu, do século XIX e início do XX.

O personagem principal neste contexto de produção da moderna sociedade industrial era a “burguesia triunfante, criativa e racional”, a qual manifestava, através de seu olhar, que “o progresso era desejável, o desenvolvimento da técnica produzia um mundo melhor e o futuro se apresentava como a concretização da sociedade do bem-estar” (PESAVENTO, 1994, p. 155) Neste sentido, o desenvolvimento industrial estaria associado às exposições, onde eram divulgados máquinas e produtos (PESAVENTO, 1997, p. 43). O “grau de adiantamento” industrial dos países –verificado pela inovação, qualidade e quantidade de produtos e tecnologias produzidas e exibidas pelas nações – era critério fundamental para a inclusão dos mesmos no “mundo civilizado”, aos moldes europeus.

Já a historiadora Leila Mourão nos lembra que o processo de instalação e desenvolvimento industrial ocorre de modo diferenciado em cada sociedade, adquirindo características próprias, de acordo com as circunstâncias históricas em que surge e se desenvolve (MOURÃO, 1989, p. 11). No Brasil, de acordo com Mourão, a atividade industrial capitalista teve início em um momento em que a competição entre os países industrializados, sobretudo os europeus, já era acirrada na tentativa de garantir mercados fornecedores de matéria-prima e compradores de seus produtos.

Ainda sobre esta questão, Paulo César Santos analisa a concepção de indústria/industrialização a partir do pensamento do filósofo e economista britânico Adam Smith, o qual defendia a ideia de que a agricultura, a manufatura e o comércio formam o conjunto de fatores que possibilita a industrialização de um país, não sendo necessariamente a ordem destas três atividades o vetor principal (SMITH *apud* SANTOS, 2016, p. 109). Partindo desta premissa, Santos direciona a sua análise para o Brasil, afirmando que o país não seguiu o tripé agricultura-manufatura-comércio para o desenvolvimento econômico, conforme a ideia de Smith; mas sim, passou a investir no que estava disponível, no caso, a agricultura. Neste sentido, segundo Santos:

A questão posta para a economia brasileira seria encontrar produtos de exportação em cuja produção entrasse como fator básico a terra, o único fator de produção potencial do país. Daí os produtos enviados para as exposições serem os mesmos já

presentes em nossas exportações, como o café, açúcar, algodão etc (...) (SMITH apud SANTOS, 2016, p. 109).

Ainda de acordo com Santos, a relação entre indústria, agricultura, tecnologia e comércio era bastante significativa no contexto das exposições agrícola-industriais promovidas no Brasil ainda no século XIX, uma vez que, sendo a agricultura a primeira riqueza da nação, se fazia necessário a utilização de novas tecnologias para o aumento da produção. No entanto, para o acesso a informações sobre essas novas tecnologias, seria relevante a participação brasileira nas exposições universais, uma vez que era nestes grandes eventos que máquinas e as referidas tecnologias seriam apresentadas. Neste sentido, a indústria seria a junção de vários elementos de produção – como, por exemplo, a agricultura, a tecnologia e o comércio – que estariam interligados objetivando o progresso, no sentido da melhoria da produção (SANTOS, 2016, p. 111). Segundo Santos:

O conceito de indústria aparece mais associado ao conceito de trabalho ou o de fazer alguma coisa ou de alterar o estado natural da natureza. A indústria passa a associar o termo ‘forças produtivas’ justamente pela capacidade de alterar as forças da agricultura, uma vez que esta deriva da palavra cultura, que poderia se traduzir ‘cultivo agrícola, o cultivo do que cresce naturalmente’. A força da indústria estaria em ‘combater, com bastante proveito, as causas naturais, que impedem o desenvolvimento das plantas’, interferindo no ‘desenvolvimento natural da natureza’. O que se propunha era uma produção artificial da natureza, sendo que a produção não depende mais dos ciclos naturais e sim do trabalho intelectual e instrumentalizado sobre a terra. A indústria seria uma ação sobre o tempo na medida em que modificava os ciclos de produção da natureza. (SANTOS, 2016, p. 111).

Em suma, Santos defende que, para o período em questão, considerava-se como indústria todo trabalho associado à capacidade de produção e transformação de matéria-prima, seja por meio de processos que resultariam em objetos artesanais, seja com a utilização de recursos mais modernos, como maquinários e outras tecnologias, que dariam origem a produtos mais bem acabados e com certa sofisticação. Ao retratar a exposição de produtos cearenses na corte, ocorrida em 1861, o pesquisador evidencia o que era a “indústria” cearense naquele período imperial:

Nas exposições cearenses e nas que se seguiram a ela o que se destacava eram as manufaturas, basicamente trabalhos artesanais. Diante das poucas invenções tecnológicas do país e sendo industrial as coisas feitas/transformadas pelo homem, tanto os chapéus de palha de carnaúba, objetos constantes nas exposições industriais, quanto outros produtos como velas e bordados eram produtos da indústria cearense. (SANTOS, 2016, p. 77).

Nota-se que a realidade cearense de meados do século XIX, no que diz respeito à ideia de indústria e produção, não divergia muito da realidade do Brasil como um todo (salvaguardando-se as especificidades da produção de cada região), em especial do Pará. Neste último, historicamente, a formação econômico-social foi baseada quase que exclusivamente em atividades extrativas primárias. A presença da atividade industrial local começa a ser notada desde o século XVIII, entretanto, sua organização se deu primeiramente a partir de processos artesanais simples (MOURÃO, 1989, p. 15). Somente em meados do século XIX foi que o estado iniciou seu processo de desenvolvimento econômico com alguma solidez. É nesse período que Belém adquire contornos definidos de um centro distribuidor local, passando a ser o principal centro de exportação regional, sobretudo de borracha (MOURÃO, 1989, p. 16).

Entre os anos de 1870 e 1910 - este último marcado como o ano no qual os indícios de “crise” nas exportações da borracha regional ficavam cada vez mais evidenciados, já se manifestava a tendência para o investimento de capital em outros setores da atividade extrativa, na agricultura e em fábricas dos ramos de vestuário, alimentação, sementes e construção civil (SOUSA, 2009, p. 60; MOURÃO, 1989, p. 18). Surgem então as “indústrias propriamente ditas” no Pará, ou seja, as indústrias de transformação⁶⁰, constituídas a partir do investimento de capital por parte do empresariado, associado à mão de obra assalariada, ao uso de máquinas e ferramentas, o que demonstrava o emprego de certa tecnologia, e com localização próxima ao centro urbano. Em grande maioria, tratava-se de fábricas de bens de consumo não duráveis, que dependiam das flutuações e da disponibilidade das matérias-primas locais. Vale ressaltar que, em meio a esta concepção de indústria, uma das funções da mesma seria a criação de mercados para produtos locais, dando uma nova dimensão de tempo entre produção e circulação de produtos, quebrando o ritmo das trocas locais entre produtores e consumidores (SANTOS, 2016, p. 77-78).

A dinamização da indústria paraense ainda era considerada limitada quando comparada com outras regiões brasileiras, e mais ainda quando confrontada com os países do exterior. Sobre esta questão, ainda em 1907, quando a borracha estava em seu auge comercial, o jornal Folha do Norte noticiava as impressões de uma exposição industrial promovida no

⁶⁰ Segundo o Dicionário Aurélio da língua portuguesa, a palavra indústria possui os seguintes significados: 1. Destreza ou arte na execução de um trabalho manual; aptidão, perícia. 2. Profissão mecânica ou mercantil; ofício. 3. *Fig.* Invenção, astúcia, engenho. 4. *Econ.* Atividade de produção de mercadorias, especialmente de forma mecanizada e em grande escala, abrangendo extração de produtos naturais (indústria extrativa) e sua transformação (indústria de transformação). 5. O conjunto de empresas industriais, setor da economia voltado para a produção industrial. (FERREIRA, 2010, p. 1.152). No entanto, a palavra “indústria” neste trabalho, também irá se referir às ocupações humanas e às atividades econômicas básicas para o processo industrial (SANJAD; CASTRO, 2015, p. 847).

estado do Rio Grande do Sul, elogiando o “progresso” que aquela região demonstrava com seus produtos, e traçando comparações – acompanhadas de certo tom crítico -, com a produção do Pará.

Na notícia destaca-se a exibição dos “progressos de seu povo”, considerando o Rio Grande do Sul um dos estados da federação “que melhormente tem afirmado as suas poderosas faculdades de trabalho sobre o novo regime”, mostrando assim a “independência econômica do Rio Grande” (JORNAL..., 1907). Dessa maneira, o jornal contrapunha o que considerava como fator negativo por parte da produção paraense a unilateralidade da indústria extrativa em detrimento das “mais auspiciosas indústrias manufatureiras [que] tem fracassado”. Este fato despertava no paraense um “compreensivo sentimento de inveja, que não nos desonra nem amesquinha, felizmente porque não é a inveja vulgar(...)”; e assim a Folha segue elogiando a produção “riograndense”:

E ao passo que o riograndense se impõe a atenção geral pelo seu amor às letras, às ciências e às artes, não descarta a sua indústria pastoril, a primeira do estado, pela vastidão e excelência dos seus campos de criação; a sua indústria agrícola; a sua indústria de mineração (...); à sua indústria manufatureira, que fabrica quase tudo, oferecendo ao consumidor tecido de primeira qualidade, roupa branca, o calçado, os chapéus, as carruagens, os sabonetes, os banhos, os licores, as conservas, os produtos de pastelaria e doçaria, os vinhos, a cerveja, os charutos, os fósforos, as obras de estampanaria, as máquinas a vapor, as perfumarias, a estatuaría, a carpintaria, os tecidos de lã, de algodão, de seda, as massas alimentícias, a erva matte, o papel, os móveis, a cerâmica, os artigos de fundição de ferro e bronze, os cofres, os fogões, as drogas e uma infinidade de produtos que se torna fatigante enumerar (JORNAL..., 1907).

Tal “sentimento de inveja” supostamente nutrido pelos paraenses em virtude da pluralidade da produção industrial do Rio Grande do Sul, se comparada à economia extrativa da borracha, colocava a atividade extrativa do látex como central na vida econômica da região e mantinha na invisibilidade outras atividades. Esse raciocínio, porém, vem sendo contestado pela historiografia atual, uma vez que a atividade agrícola também estava presente na organização econômica paraense, embora as análises tradicionais separem esta dos setores ligados ao comércio e ao extrativismo. Neste sentido, o crescimento da exportação de borracha paraense não significou, necessariamente, a desestruturação da atividade agrícola ou de outros produtos oriundos do extrativismo, que não a borracha (CASTRO, 2013; BATISTA, 2004).

Sobre este aspecto, podemos ressaltar as iniciativas governamentais de fomento à agricultura no estado a partir da primeira década do século XX, em especial durante os governos de Augusto Montenegro e João Coelho, momentos em que prevaleceu um discurso

em defesa da modernização da agricultura paraense, pautado pela ideia da racionalização da prática agrícola mediante a disseminação do ensino técnico e do uso de máquinas e insumos para o melhoramento do solo e da produção (ESTEVES, 2015). Entre as propostas desse período, estava a criação do “Campo de Cultura Experimental Paraense”, que tinha como objetivo aliar o cultivo da seringueira e outros vegetais tidos como de “Cultura Tropical” (COHEN, 1944).

O campo, primeiramente situado no terreno ao fundo do Instituto Lauro Sodré⁶¹, foi criado por determinação do então governador João Coelho, a partir do decreto de 3 de dezembro de 1909 (COELHO, 1910), mostrando o seu alinhamento com a política de seu antecessor Augusto Montenegro, o qual já havia criado a Estação de Agricultura Prática de Peixe-Boi, em março de 1907 (COELHO, 1910, p. 187). De acordo com João Coelho, o campo experimental surgira com a finalidade de “estimular e desenvolver o ensino prático da lavoura intensiva e mecânica, produzindo, em consequência, o operário agrícola, experimentado, econômico, previdente”, o que seria um contraponto ao que Coelho chama de “lavrador retrógrado, cheio de indolência e viciado na rotina” (COELHO, 1910, p. 187).

Ainda de acordo com o governador, o campo buscava diversificar a sua produção, aliando a atividade extrativista com outras culturas combinadas. Em síntese, objetivava-se modernizar o setor agrícola: o lavrador passaria a ser o “operário agrícola”; a lavoura, um campo experimental; os processos de plantio, outrora considerados rudimentares, seriam dinamizados a partir da mecanização do cultivo; e, assim, seria possível garantir uma “nova” alternativa econômica para o estado. Tabaco, açúcar, arroz, milho, mandioca, macaxeira, algodão, batata estariam entre os produtos a serem “experimentados” no campo de agricultura; no entanto, a seringueira, as palmeiras oleaginosas e o cacau também persistiriam (COELHO, 1910, p. 188; CASTRO, 2013, p. 22). De acordo com o agrônomo Cohen⁶² (1944, p. 39), outras culturas serviam como referências, despertando o interesse de consórcios internacionais, a exemplo do cultivo das bananeiras em 1909:

(...) esta experiência da cultura da bananeira no ‘Campo’ foi propagada em toda a América do Norte. Essa propaganda abalou o próprio gerente da ‘Fruit Company de Cuba’, ao ponto de vir pessoalmente ao Estado do Pará adquirir terras para a cultura da bananeira, cujos resultados exportaria para a América do Norte (...) a mesma

⁶¹ Hoje Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

⁶² Agrônomo de formação, Jacob Cohen era descendente de família judaica de Belém. Foi uma espécie de discípulo de Jacques Huber, com quem adquiriu os conhecimentos sobre as árvores produtoras de látex e as técnicas de plantio da seringueira que eram adotadas no Pará. Deu continuidade aos estudos sobre as seringueiras após a morte de Huber. Foi agrônomo do Campo Experimental. Escreveu o livro intitulado “A Seringueira. Considerações oportunas. História da minha cooperação profissional durante 33 anos, 1910 a 1943” (CUNHA, 2009, p. 499).

companhia possuía grandes plantações de bananeiras nas Guianas Holandesas (...). (COHEN, 1944, p. 39)

Ainda segundo Cohen, somente após quatro meses em terras paraenses, estudando aspectos do solo e da população, e depois de ter visitado o Campo Experimental de Agricultura, o gerente da *Fruit Company* apresentou-se ao então governador do estado, João Coelho. As negociações não obtiveram sucesso, pois, nas palavras de Cohen (1944, p. 40), “nessa época da fartura, dinheiro e muito ‘champagne’, pouco interesse representava para o estado uma cultura de bananeiras. O problema era a borracha (...)” (COHEN, 1944, p.39; CASTRO, 2013, p, 22-23).

A descrição do campo presente nos documentos oficiais, feita por Jacob Cohen, nos mostra que houve várias iniciativas concretas para alavancar a agricultura, no entanto, sem esquecer as atividades extrativas. Tentava-se associar o cultivo do cacau, de seringueiras e de palmeiras produtoras de óleo, como mencionara Coelho, mas os discursos oficiais ainda davam maior destaque para a produção gomífera.

Ainda sobre a exposição “riograndense”, outro aspecto elogiado pela publicação da Folha é a vasta quantidade de “indústrias” no Sul e a infinidade de produtos advindos desta. Novamente resguardando as peculiaridades da produção de cada região, é possível afirmar que o Pará também teve uma variada produção industrial que começou a ganhar maior volume algum tempo depois, paralelamente à crise na exportação da goma elástica, como já mencionado anteriormente. As indústrias existentes no estado eram majoritariamente pequenas e com tecnologia simples, exceto aquelas que obtiveram vultosos investimentos, tornando-se expressivas na história econômica da região, como os exemplos da Fábrica Palmeira e da Fábrica de Cerveja Paraense, já citadas no capítulo anterior.

Ambos os empreendimentos, no decorrer dos anos, tiveram significativa importância econômica para cidade, como bem nos lembra a historiadora Sidiana Macêdo (2016) em seu trabalho sobre a cozinha mestiça belenense (MACÊDO, 2016), no qual afirma, citando o viajante Walle, que tais fábricas ocupavam o primeiro e o segundo lugar no que se refere à relevância econômica. A primeira era a Cervejaria Paraense “com um capital de 1.000 contos, e cujo valor hoje supera 2.000 contos (3.500.000 francos), produzindo um dividendo anual médio de cerca de 300 contos de réis, ou seja, 525.000 francos”, seguida da Real Fábrica Palmeira, que, “lastreada num capital de 600 contos, importante fábrica de biscoitos, chocolate e doces secos, que encontra em toda Amazônia colocação lucrativa para seus produtos” (MACÊDO, 2016, p. 68-69).

Com a limitação do parque industrial paraense, decorrente, entre outros fatores, da falta de uma política mais abrangente e autônoma para este setor, a produção regional manufatureira foi um dos grandes destaques a figurar nas vitrines do estado durante as exposições internacionais, como a que ocorreu em Turim. A variedade destes artigos e o grande número de expositores proporcionaram um destaque ao Pará em meio ao conjunto de produtos brasileiros, entre os quais sobressaíam bebidas, alimentos, fibras, artefatos de borracha e madeira, farinhas, sementes oleaginosas, etc. Sobre estes aspectos da representação paraense no certame italiano, trataremos a seguir.

2.2 “Os productos paraenses que tem de figurar no grande certamen”: natureza, ciência e tecnologia na exposição prévia

Os trabalhos e produtos paraenses que tem de figurar na próxima Exposição de Turim, devem ser enviados até sexta-feira próxima para o local da exposição prévia, que será instalada a 1º de fevereiro vindouro, à rua João Diogo, nos baixos do Ginásio Paes de Carvalho. (JORNAL..., 1911, p. 2).

A “contagem regressiva” para a inauguração da exposição prévia foi publicada durante a semana na Folha, informando ao leitor, sobretudo aos expositores, o prazo para a entrega dos produtos com potencial para figurarem em Turim. Para a comissão organizadora, no ano anterior, foi determinado urgência na distribuição das circulares de convocação para o certame, sendo que parte dos possíveis expositores seria indicada pela própria comissão, no intuito de facilitar a ordenação dos preparos, como bem revelou a A Província, por ocasião de uma das reuniões do grupo:

O Sr. presidente apresentou a comissão as circulares que vão ser distribuídas por todo o Estado, lembrando o dr. Jacques Huber, por esta ocasião, para a maior facilidade n'este trabalho, a ideia de organizar cada membro uma lista nominal das pessoas de suas relações que possam concorrer à exposição, afim de se lhes dirigir as referidas circulares. Aceito o alvitre, na próxima reunião deverão ser apresentadas estas listas. (JORNAL A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1910, p. 1).

A pré-determinação daqueles que iriam ser convidados pelos próprios membros da comissão para expor, demonstra mais uma vez quais os critérios que permeavam esta representação. Os convidados deveriam ser pessoas do círculo social dos integrantes do grupo e teriam que ser apresentados, por meio das listas prévias, ao presidente da comissão, talvez como uma forma de certificar se estes indicados teriam ou não condições de concorrer ao certame, conforme os preceitos impostos pelos organizadores.

A mobilização da comissão para a distribuição das circulares tinha como objetivo a obtenção prévia de um panorama geral e que fosse próximo - no sentido da expectativa que se pretendia para o estado - ao que seria apresentado na Itália. Do interior, produtos variados foram ofertados, entre os quais podemos citar a monografia sobre a cultura do tabaco no município de Quatipurú, oferecida pelo coronel Cesár Augusto de Andrade Pinheiro, da Vila de Mirasselas, na qual, segundo o próprio ofertante, continha “indicações práticas e conselhos que minha longa experiência há colhido sobre o assunto”⁶³. Além dessa monografia, César Pinheiro também enviou diversos produtos, identificados no Boletim:

Um rolo de fibra de tatajuba; dois toros de Chiriuba (xiriuba) para fazer coalha para fabricação de sabão; uma corda de envira conhecida por ‘pente de macaco’; uma amostra de madeira arariba (madeira de lei); uma amostra de cipó chicote de timbó-assú revertido de fico, e uma bengala de ‘cururua’; um rolo de fibra e corda de envira branca; um rolo de canoivira (fibra); um rolo de envira vermelha (fibra); um rolo de envira mamuraana; um rolo de fibra de buriti; um rolo de fibra de tauari; um maço de cascas de muruci para curtume; um maço de cascas de faveira para curtume; dois couros de maracajá-assu; um couro de filho de onça cangussú; dois rolos de cipó jacitará; dois rolos de cipó assú e titica; um pequeno pacote de [inelegível] aromática de Cunarissica; um pacote de grude de gurijuba; uma tarrafa para pesca de camarão e peixes miúdos; dois vidros de mel de abelha uruçú e miruisa; um pão de cera de abelha uruçú; um bolão de cera de abelha mirúisia; uma canastra de guaruma; um saco de cumaru cristalizado; um paneiro com cascas [toníferas] de mangue para curtume; um maço de cascas de tinteira para curtume; um maço de folhas de tabaco ([tanissas], primeira fase da fabricação); um maço de folhas de tabaco (segunda fase); Um molho de tabaco na corda (terceira fase); um molho de tabaco de uma arroba no buriti (quarta fase); um molho de tabaco de oito libra (quarta fase); um molho de tabaco de 8 libra no buriti e quarta fase; um molho de tabaco de 4 libras na jaciatará (BOLETIM ... [19?]).

Tal como o Coronel Pinheiro, diversos candidatos a expositores, entre cidadãos de destaque na sociedade e pessoas comuns, enviaram seus produtos para tentar participação na exposição prévia e, possivelmente, da mostra oficial na Itália. A quantidade de artigos a serem expostos era contabilizada a partir da conferência dos boletins de inscrição preenchidos pelos expositores. Nestes, deveriam constar a quantidade e a descrição dos produtos, a “indústria” ou categoria a que pretendiam concorrer e a procedência dos mesmos. Os Boletins eram fundamentais para a elaboração dos mostruários paraenses e para a classificação dos artigos para a mostra competitiva.

As exposições que possuíam entre outras características, a de juntar em um único lugar a diversidade de diferentes espaços geográficos, tinham como necessidade o estabelecimento do registro desta diversidade. Para isso, os catálogos desempenhavam

⁶³ Ofício do Sr. Cesár Augusto de Andrade Pinheiro ao Presidente e membros da representação paraense na Exposição de Turim. Mirasselas, 13 de fevereiro de 1911. Manuscrito, 1 pg.

importante papel, uma vez que registravam e conservavam um saber enciclopédico, fazendo uma espécie de mapeamento de tudo o que seria apresentado (SANTOS, 2016, p. 171).

Sobre o ato ou a necessidade de classificação de produtos nas exposições, possuía, além do aspecto organizacional e descritivo, um caráter comparativo e um papel didático. De acordo com Barbuy, tal ato retrata uma “herança” da mentalidade cientificista e sua ordenação enciclopédica. As divisões entre classes e grupos, previamente regulamentadas, deveriam ser seguidas por aqueles que tinham o interesse em expor a sua produção, sendo este o sentido classificatório destes grandes eventos (BARBUY, 1999, p. 41-43). Para a mesma autora, tal ato possuía as funções de classificar e comparar bem definidas. Segundo Barbuy:

As classificações, ainda que ocorressem algumas variações de evento para evento, são consideradas como um traço de permanência. Cumpriam a função de classificar e a de comparar. A primeira, classificar, formava a ‘coluna vertebral’ e estabelecia o padrão de ordem segundo princípios de afinidade, organizando séries, grupos e classes formando conjuntos coerentes. Por sobre esses conjuntos se faziam as comparações (a 2ª. função) facilitando a avaliação a ser feita pelos júris de premiação. Interessavam inclusive para fins da própria apresentação dos produtos arrumados de acordo com essa lógica que vinha de encontro ao interesse do produtor e do comerciante, portanto, útil para os negócios, para os visitantes e para os especialistas. (BARBUY, 1999, p. 43; CUNHA, 2010, p. 86).

Além disso, conforme a análise de Cinthia Cunha, a classificação era a parte mais significativa dos catálogos das exposições⁶⁴. Sua característica “enciclopédica” gerava uma série de dificuldades para a confecção destes arrolamentos de produtos expositivos no Brasil, tendo em vista a variedade, singularidade e especificidade da produção nacional (2010: 85-87). De acordo com Cunha:

As classificações são a parte mais importante e árdua dos catálogos. Sua organização no Brasil ou na província se apresentava como uma atividade de muita complexidade e aridez, a que deviam se dedicar os organizadores que se viam na necessidade de seguir os parâmetros dados. Era uma tarefa complexa, abarcar um todo a ser encaixado na estrutura pré-concebida para pensar um conjunto lógico que não encontrava correspondência na prática. Daí a dificuldade que identificamos das Comissões no Brasil de seguir à risca as orientações vindas dos países-sede. As Exposições Universais, visto que, são ‘entidades’ pretendiam categorias tão autoexplicativas que servissem à compreensão de qualquer visitante, comunicando significado, mesmo aos menos esclarecidos. Além do que, produtos e outros bens brasileiros nem sempre encontravam lugar nas classes levando a necessárias adaptações. (CUNHA, 2010, p. 86-87)⁶⁵.

⁶⁴ Sobre a importância dos catálogos expositivos, e em especial, sobre o Catálogo da Exposição de Turim, dedicaremos uma seção especial sobre o tema no capítulo seguinte.

⁶⁵ CUNHA, Cinthia da Silva. As Exposições Provinciais do Império: a Bahia e as Exposições Universais (1866 a 1888). Salvador: UFBA, 2010. Dissertação de Mestrado.

A complexidade da tarefa de classificar, citada por Cunha, foi bastante notada na organização da exposição prévia em Belém. Oficialmente, para figurar na exposição em Turim, a comissão paraense selecionou 126 expositores, considerando que um mesmo expositor poderia concorrer em várias categorias ou, de acordo com a classificação sistematizada utilizada na exposição, em vários Grupos e Classes. Os grupos (ou categorias) corresponderiam aos variados temas que compunham a configuração da exposição, e as classes poderiam ser entendidas como subtemas dentro dos grupos, que poderiam ser representados por um conjunto de objetos com uma proximidade lógica e/ou de significado semelhante. Em Turim, a organização da exposição dos produtos estava dividida em 26 grandes grupos, subdivididos em 167 classes, que iam desde a área da educação e ensino, passando pelos instrumentos de precisão e aparelhos científicos, além de mecânica, eletricidade, transporte, correios, higiene, decoração, música, indústria extrativista, indústria alimentícia, mineração, couros, imprensa etc. (SANJAD, 2017, p. 789). A Tabela 2 demonstra a organização da produção paraense dentro das classes e categorias “ofertadas” na exposição:

Tabela 2 - Grupos e classes em que concorreram os expositores paraenses na exposição das indústrias e do trabalho em Turim (1911)⁶⁶

GRUPO	CLASSE	Nº DE EXPOSITORES
I. Educação e Ensino Profissional	5. A obra dos governos em favor da instrução industrial, comercial e agrícola.	01
III. A Fotografia e suas aplicações	16. Fotografias Diversas	02
VIII. Navegação	41. Estaleiros e Navios	01
	49. Parte econômica e Comercial	01
XII. A Cidade Moderna	69-70. Edifícios Públicos e Particulares	01
XIII. Decoração e Mobiliário das Casas	71. Materiais de Construção	03
	72. Móveis	02
	73. Aparelhos domésticos	01
XV. Silvicultura e Indústria	79. Economia Florestal	01
	80. Governo das Florestas, Produtos Florestais	42
	81. Caça (Pele de animais silvestres)	17
	82. Pesca	02
	83. Aquicultura	01

⁶⁶ De acordo com o relatório oficial da comissão paraense.

XVI. Agricultura	90. Produtos da grande agricultura	23
	96. Apicultura	05
XVII. Indústria dos Produtos Alimentícios	98. Farináceos	18
	99. Panificação e pastas alimentícias	01
	100. Confeitaria (incl. Cacau)	12
	101. Carnes, peixes, legumes e frutos conservados	04
	102. Corpos gordurosos e óleos comestíveis	05
	103. Vinhos, vinagres e espirituosos	03
	104. Xaropes e licores	12
XVIII. Indústrias Extrativas e Químicas	105. Cervejas e outras bebidas	04
	106. Materiais e coleções (minerais)	04
	110. Cal, ocre, etc	08
	113. Indústria dos sais	02
	118. Indústria dos Corpos Gordurosos (ceras, vegetais, sabões)	03
	119. Materiais Colorantes	01
	121. Indústria Farmacêutica	17
	122. Indústria das colas, resinas, etc	14
	123. Perfumaria	17
	124. Tabaco	18
XIX. Indústrias do Vestuário e do Toilete	133. Vestuário e pertences	07
XXII. Indústria do couro e congêneres	140. Obras de Couro	01
	141. Borracha	20
XXV. Colonização, Imigração, etc	163. Colonização Interna	01

Fonte: O Estado do Pará na Exposição Internacional das Indústrias e do Trabalho em Turim, 1911. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. João Antônio Luiz Coelho, governador do estado, pela delegação paraense. Imp. Kauffman & C^a. Paris.

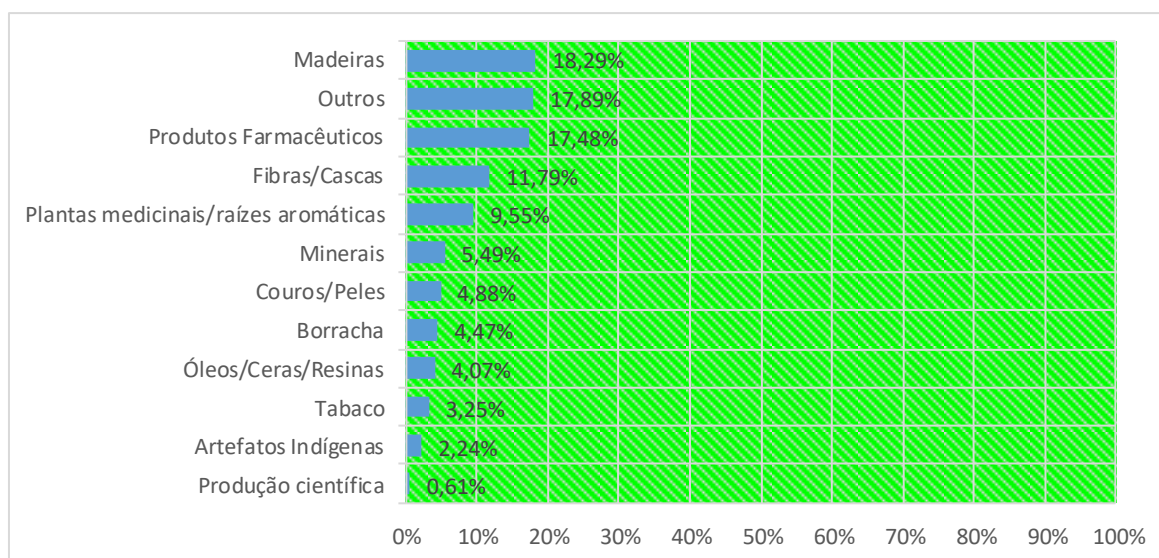
A Tabela 2 nos remete à análise de Nelson Sanjad sobre os sistemas de classificação das exposições. De acordo com Sanjad (2017), tais sistemas de classificação variaram ao longo do tempo. Para o autor, “segundo Rasmussen (1992), no século XIX, havia dois sistemas concorrentes, um de matriz francesa e outro, inglesa”; o primeiro era considerado “intelectual” ou filosófico”, em virtude de compreender a atividade industrial; e o segundo, tido como “mais pragmático”, pois classificava os produtos em grandes grupos, considerando o seu caráter utilitário. Este segundo sistema foi o que se estabeleceu, embora bastante criticado. Ainda de acordo com Sanjad:

Fato é que, quando há premiação, o sistema de classificação repercute diretamente na avaliação do júri internacional, pois o sistema pode influenciar o modo como os produtos são avaliados, assim como privilegiar determinados objetos ou atividades industriais, nos quais o Estado anfitrião ou os organizadores tem mais interesse, ou aos quais desejam dar mais visibilidade. O sistema também repercute na forma como o espaço é concebido, no planejamento de determinados pavilhões, na disposição dos prédios, no roteiro ou percurso da mostra, dando organicidade ao conjunto (SANJAD, 2017, p. 789).

A “pré-seleção” contou com uma arrecadação de gêneros bastante significativa, em especial, as produções advindas do interior do estado. Os candidatos a expositores, tal como o coronel Pinheiro, enviaram para a capital os produtos de acordo com o enquadramento nos grupos e nas classes estabelecidos, conforme mostra a Tabela 2, sendo a grande maioria em quantidades e variedades que superaram as expectativas dos organizadores.

Entre os artigos que tiveram destaque durante a “triagem” para a exposição prévia, seja pela singularidade, qualidade, curiosidade que poderia despertar no público ou pelo potencial econômico, estavam os que refletiam o tipo de produção do estado, característica do no início do século XX: amostras de vários tipos de farinha (d’água, amarela, de tapioca, branca, seca); óleos; doces e compotas de frutas; tabacos; fibras; preparados farmacêuticos; madeiras; artigos indígenas; cigarros; bebidas; doces finos; vestimentas; minerais; sementes; frutas; couros de animais; flores; ervas aromáticas; perfumes e loções; sabonetes; molhos derivados da pimenta e do tucupi; lamparinas, bules e panelas; e peles de borracha de todas as qualidades. O Gráfico 1 sintetiza a quantidade e variedade de produtos:

Gráfico 1 - Produtos que compuseram os mostruários paraenses na exposição das indústrias e do trabalho em Turim



Fonte: Compilação de informações feita pela autora a partir dos dados contidos nos boletins de inscrição para a Exposição de Turim, encontrados no acervo Museu Paraense Emílio Goeldi/Arquivo Guilherme de La Penha/Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi/Gestão Jacques Huber/Série Exposições.

O Gráfico 1 mostra, em percentuais, os produtos paraenses que figuraram em maior quantidade na exposição de Turim, conforme os registros dos boletins de inscrição para o evento. Nota-se na estatística acima, a liderança das madeiras, as quais corresponderam a 18,29% dos produtos paraenses que foram levados para a Itália. Tal liderança estaria compatível com o destaque que a seção de madeiras obteve na exposição, sendo alvo de diversos elogios por parte da imprensa e do público visitante em virtude da variedade de espécies, como veremos nas próximas páginas.

Os produtos farmacêuticos também chamam a atenção, na medida em que corresponderam a 17,48% do mostruário paraense. Vale ressaltar que esta categoria de produto contou com vários expositores, os quais apresentaram artigos que possuíam a mesma finalidade de cura, porém de fabricação própria, fato este que pode ter influenciado na quantidade significativa destes na exposição. Parte da matéria prima utilizada para a fabricação destes produtos farmacêuticos, que, na organização expositiva, pertenciam ao grupo das indústrias “extractiva e química”, era oriunda das plantas medicinais. Estas, junto com as raízes aromáticas, corresponderam a 9,55% dos artigos levados pelo estado.

Como “outros”, conforme consta no Gráfico 1, foram enquadrados os diversos artigos que, quantitativamente, não obtiveram grande destaque na exposição e/ou faziam parte de categorias muito abrangentes, acabando por ficarem “dispersos” em meio aos demais produtos de maior relevância econômica/comercial. Tal fato não desqualifica o destaque atribuído aos mesmos, tendo em vista as suas peculiaridades, sobretudo em relação à sua produção. Neste grupo, estavam inclusos os produtos alimentícios (com destaque para os diversos tipos de farinha de mandioca), artigos de decoração feitos artesanalmente, mobiliário, vestuário etc.

Já os artefatos indígenas corresponderam a 2,24% dos produtos, e também tiveram destaque na representação paraense na Itália, especialmente por despertarem certa curiosidade por parte do público visitante, remetendo-nos ao que o Barão de Marajó já havia registrado em 1889, na exposição de Paris, como fora abordado no Capítulo 1. Em último lugar na estatística de artigos que figuraram na exposição de Turim está a produção científica, a qual estaria relacionada a publicações, teses, entre outros resultados de estudos e pesquisas, especialmente os relacionados à borracha amazônica.

Chama atenção o fato de os artigos relacionados à produção gomífera corresponderem a apenas 4,4% de todo o mostruário paraense, tendo em vista que a borracha foi apresentada como o principal produto econômico. Por esta razão, a comissão estadual

levou para a Itália um stand especial, no intuito de realizar a sua divulgação de forma mais contundente. Entre as possíveis justificativas para este aparente “desfalque”, pode-se apontar o fato de que, alguns dias antes da abertura da exposição paraense em Turim, o mostruário de borracha do estado estava exposto em Londres, na Exposição da Borracha. Somente no final da exposição londrina esse mostruário foi deslocado para Turim, com o objetivo de complementar o stand do produto no evento italiano. Desta forma, as amostras de borracha oriundas de Londres não foram “inscritas” para figurarem em Turim.

Outro aspecto que foi possível observar a partir da análise do Gráfico 1 refere-se à evidência de que os produtos paraenses com maior destaque na exposição italiana tinham, majoritariamente, origem na atividade extrativa: fibras, minerais, óleos e resinas, as madeiras e mesmo a borracha, entre outros, compunham o cenário econômico regional de fim do século XIX e início do XX. Isso corrobora o que Roberto Santos (1980), em sua clássica obra sobre a história econômica da Amazônia, já havia retratado em relação à atividade extrativa neste mesmo período:

Em termos de renda, o subsetor agrícola experimentou um ligeiro crescimento entre 1890 e 1900 (...), para cair brutalmente em 1910 (...). A verdade é que essa queda já se tornara fatal desde há muitas décadas, quando a borracha passou a atrair a mão de obra das lavouras. De todos os principais produtos, parece que os únicos que lograram manter-se estáveis ou crescentes foram a farinha de mandioca, o cacau e o fumo – com a ressalva de que o cacau era em boa parte de origem extrativa (...).A extração vegetal foi sempre o principal contribuinte da renda do setor primário. Remontava aos tempos da colônia a atividade de coleta e reunião de produtos da floresta. Em 1890 figuravam entre os principais a borracha, a castanha, o cumaru, o guaraná, as madeiras, a piassava, a salsaparrilha e o urucu; por vezes, as pautas registravam também a andiroba (óleo), a copaíba, o puxuri, a ucuuba, o patuá, etc. (SANTOS, 1980, p. 180-182).

Como é possível observar, Santos não ignorou ou anulou a relevância da atividade agrícola para a economia regional, tal como já fora abordado neste capítulo a partir dos registros de Jacob Cohen. No entanto, o autor aponta que a referida atividade também passou por oscilações e, quando comparada ao desempenho, em termos econômicos, da atividade extrativa, apresentou certa desvantagem em razão do significativo investimento que fora direcionado à indústria gomífera. O autor também aponta os produtos de maior destaque no setor da agricultura, como as farinhas de mandioca, o fumo e o cacau, observação esta que pode ser confirmada se compararmos com os demais produtos agrícolas, como arroz, feijão, milho e café. Por sua vez, ao retratar o destaque econômico da atividade extrativa, Roberto Santos afirma que ela “foi sempre o principal contribuinte da renda do setor primário”, considerando o contexto de virada de século e apontando como principais produtos deste setor

a borracha, as madeiras, as fibras, os óleos vegetais, entre outros. A indústria extrativa era, portanto, bastante diversificada, não redutível à borracha, como parte da historiografia mais tradicional costuma abordar. Mais uma vez, tal análise é confirmada mediante a observação dos produtos que foram expostos nas exposições internacionais.

O Quadro 2 retrata os produtos oriundos do interior paraense levados para Turim. Ela revela um pouco da análise de Santos, assim como a relevância da produção do campo para a economia regional:

Quadro 2 - Síntese dos produtos enviados pelos municípios do interior paraense para a exposição de Turim (1911)⁶⁷

MUNICÍPIO	PRODUTOS
Acará	Farinhas
Aveiro	Toros de madeiras; amarrados de cascas; embrulhos de breu
Bela Vista (Rio Tapajós)	Minerais, machados de uso indígena, ouriços de castanha; casa de cabas; couro; inseto
Baião	Mostras de madeiras; cascas; raízes; óleo de copaíba; flores do campo; guarumã; artigos de barro; matapi; ervas; Chapéu; sólido nijapana (mastruço); fibras; cipó corimbo
Bragança	Farinhas; tabaco; grude de peixe; cachaça; mel de abelhas; leite de Amapá; raízes, cascas e folhas cheirosas, venenosas e medicinais; maço de samauma; peles; cipós; amarrados de embiras; buriti; cumaru; breu branco, jutaicica; favas; toras de madeira, fibra de curuatá, algodão em lâ, sementes
Cametá	Chapéus masculinos de fibra de jupati, madeiras para marcenaria, cera de ucuúba,; compotas; marmeladas; geleias; caroços de buriti, toros de jupati
Gurupá	Toros de madeira; caroços; breu da terra; fibras de curuauá; sernambi de murupiteira;

⁶⁷ De acordo com os Boletins de Inscrição. No Quadro 2, optou-se por organizar o mesmo demonstrando apenas a procedência dos produtos do interior ofertados para a exposição e a sua variedade, não se atendo a nomear os candidatos que ofertaram os mesmos, em virtude da extensão que este quadro poderia ganhar, uma vez que, de acordo com o preenchimento dos boletins de inscrição, de um mesmo município haviam varias pessoas ofertando produtos, e, na grande maioria, os mesmos produtos que caracterizavam a produção da região de procedência. Ressalta-se que, entre os que ofertaram produtos, temos também instituições públicas, como o caso das Intendências municipais.

	borracha fina hevea brasiliensis
Itaituba (Rio Tapajós)	Minerais; artigos indígenas; madeiras; leites de muirapiranga e tatajuba; pele de borracha; livros; pedaços de barro.
Macapá	Peles e bolas de borracha e sernambi; breu virgem, madeiras.
Marapanim	Madeiras de construção; raízes medicinais; farinhas; grudes de peixe; obras de folha; algodão
Matapiquara	Doces secos de mandioca; fécula de mandioca para pão de ló.
Miraselvas	Rolos de fibras e cordas, cipós, cascas, couros; mel e cera de abelhas; tabaco; grude de gurijuba, raiz aromática, canastra de guarumã; tarrafa para pesca de camarão e peixes “miúdos”; cumaru cristalizado; toros e mostras de madeiras
Monte Alegre	Amostras de madeiras; amostras de enviras e fibras, amostras de sulfato de alumínio e Schistos (conhecido aqui como grafite)
Óbidos	Chocolate em pó ou cacau açucarado
Ponta de Pedras e Vila de Livramento	Garrafas com restilos; conservas; conchas; tábuas de pau candeia e pau roxo; remos de mão; aguardente de cana; restiba de cana.
Porto de Moz	Tabaco; farinhas; mel de abelha; milho; feijão; óleo de copaíba e andiroba; cascas
Quatipurú	Couros; coró (armadilha para pegar peixe); produtos de guarumã; farinhas; louças de barro; mel de abelhas e de cana; diversas madeiras de construção; cachaças; painas; sernambi para fabricação de cal; cal do sernambi; vassoura de cipó Açu; cascas medicinais e raízes; algodão em rama; arroz em casca; favas diversas; resinas aromáticas; fibras; coco do campo; óleo de coco do campo.
Salinas e São João de Pirabas	Sal, cal, conchas de sernambi; farinhas; arroz; milho; tabaco; toros de madeiras; fibras de mucajuba
Santarém	Amarrados de macaca-puranga; boletão feito com madeira real; itaúba preta e amarela; xarope de ananás e garrafadas; caixão de anisset; porta cartões; balde; cuias pretas; petingas; amarrados de casca de umiri
São João do Araguaia	Ariquara
São Miguel do Guamá	Madeiras de construção; raízes aromáticas e medicinais; cascas medicinais; cascas não medicinais; frutas, ouriços; algodão; feijão; milho; arroz com casca e descaroçado; sementes de tabaco; cipós medicinais e aromáticos; folhas de caraxió; farinhas; artigos indígenas; óleos; barro como tauá, giz; resinas; planta jaramacurú; embiras; peles
Terra Santa (Município de Faro)	Toros de madeiras

Vila do Apeú (Estrada de Fero de Bragança)	Farinhas
Vizeu	Breu bruto; fibras de embira; patchouli

Fonte: Boletins de produtos para a Exposição de Turim (1911). Museu Paraense Emílio Goeldi/Arquivo Guilherme de La Penha/Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi/Gestão Jacques Huber/Dossiê Exposição/Exposição de Turim⁶⁸.

No Quadro 2, observamos as características das atividades econômicas de cada região, sendo a grande maioria com bases no extrativismo vegetal e na agricultura, e em menor expressão, no extrativismo mineral, realizado, principalmente, na região do Tapajós e Baixo Amazonas⁶⁹. Nota-se que, nos “sertões” paraenses, mesmo em tempos de significativa relevância da economia da borracha, outras atividades extrativas e a agricultura eram bastante impulsionadas enquanto produção local.

No entanto, é importante destacar que a economia extrativa do látex de certa forma influenciou na modificação do quadro de delimitação territorial paraense com o advento da República, sobretudo com a nova Constituição Federal de 1891, como bem nos lembra Maria Goretti Tavares (2008: 66)⁷⁰. De acordo com a autora, a explosão da atividade gomífera na Amazônia propiciou a criação de novos municípios, em especial os localizados na região sul do Pará, a exemplo de São João do Araguaia (1908), Conceição do Araguaia (1909), Altamira (1911) e Marabá (1913). Eles surgiram em decorrência da economia da borracha e da castanha, além de estarem localizados nas proximidades de vias fluviais importantes para a circulação da produção, como os rios Araguaia, Xingu e Tocantins (TAVARES, 2008, p. 68). Ainda de acordo com Tavares:

A economia da borracha não é suficiente, no entanto, para explicar a municipalização. A configuração e a forma de distribuição de terras na época têm

⁶⁸ Quadro feito a partir das informações contidas na documentação, o que não significa que esta foi a configuração final de expositores e produtos que participaram da Exposição em Turim. No Relatório oficial da comissão paraense responsável pela representação do estado em Turim, constam mais municípios participantes. A proposta do quadro neste trabalho é a tentativa de mostrar a diversidade dos produtos e atividade econômica paraense no início do século XX.

⁶⁹ A mesorregião do Baixo Amazonas é hoje formada pelos seguintes municípios: Santarém, Oriximiná, Monte Alegre, Juruti, Alenquer, Óbidos, Porto de Moz, Almeirim, Placas, Prainha, Terra Santa, Belterra, Curuá e Faro.

⁷⁰ Segundo Maria Goretti Tavares: “A partir da República, com a nova Constituição Federal de 1891, a autonomia municipal passa a constituir matéria dos estados cuja competência de criação e delimitação é entregue ao Congresso Legislativo Estadual (...) Em 1894, através da Lei n. 226, de 06 de julho, estabeleceram-se normas para a criação de novos municípios: art. 55 – O território do estado continuará dividido em municípios, podendo estes ser subdivididos em distritos; art. 56 – o município será autônomo e independente na gestão de seus negócios, uma vez que não infrinja as leis federais e as dos estados(...)A delimitação de municípios tornou-se uma questão difícil de resolver, seja por interesses fundiários, seja por falta de recursos públicos para realizar a demarcação. De qualquer maneira, os sucessivos decretos que tratam do assunto, sem que se consiga modificar a situação, demonstram que a delimitação não era uma ação prioritária do governo estadual (...)” (TAVARES, 2008, p. 68).

também o seu peso. (...) O movimento de municipalização passa a ser movido por uma complexidade de fatores, como a localização de seringais e sua extensão ao longo de vias fluviais; a expansão de atividades econômicas que atraíam a população para o território paraense; e a implantação de vias de circulação terrestre. A estrada de ferro Belém-Bragança, por exemplo, fez com que novos povoados surgissem ao longo de seu percurso, que logo transformaram-nas em vilas. Finalmente, as alianças entre os políticos de Belém e os novos municípios, alguns dos quais tiveram até chefes políticos locais ligados à exploração da borracha também eram determinantes para o movimento da municipalização (TAVARES, 2008, p. 68-69).

Neste sentido, embora em termos de produção econômica houvesse uma notória diversidade para além da produção gomífera, é importante ressaltar que a atividade extrativa da borracha teve a sua influência na constituição deste “sertão” local, sobretudo em relação à expansão do povoamento decorrente da exploração do látex (TAVARES, 2008, p. 69).

Vale destacar que era do interior paraense que provinha grande parte do abastecimento da capital, em especial no que tange aos gêneros alimentícios. Muitos destes produtos foram oferecidos para compor a exposição italiana, como forma de mostrar o seu potencial econômico e também de caracterizar a cultura alimentar da região. De acordo com a historiadora Sidiana Macedo (2009), que estuda a história da alimentação e do abastecimento de Belém em fins do século XIX, a relação comercial entre capital e interior foi bastante forte, sendo o porto de Belém o símbolo destas relações. Segundo Macedo:

A relação comercial entre a capital e os interiores foi, na segunda metade do século XIX, uma das forças propulsoras da economia provincial e mesmo quando do período áureo da borracha esse provimento não cessou de forma absoluta (...). O porto do Pará era o mais importante e movimentado da Amazônia, podendo-se dizer que o movimento comercial do porto foi um dos responsáveis pelo crescimento que a cidade conheceu sendo que nele circulavam mercadorias e pessoas de todos os lugares e tipos. (MACEDO, 2009, p. 33).

Entre os produtos alimentícios que chegavam à capital, e que receberam grande destaque entre os ofertados para figurarem em Turim, estão os variados tipos de farinha, largamente consumidos na capital e no interior. Na segunda metade do século XIX, o produto figurava entre os mais comercializados internamente, tornando a cultura da mandioca uma atividade bastante lucrativa, sendo a região de Bragança a principal produtora (MACEDO, 2009, p. 57). Ainda de acordo com Macedo, a farinha de mandioca ficava na capital, mas os tipos de farinha de tapioca e d'água (que também eram de mandioca) eram exportadas, e tinham como destino, além da capital, os portos da França e Portugal, tendo a sua produção com maior destaque em Cametá, além de Bragança, como citado anteriormente (MACEDO, 2009, p. 59).

Outros produtos que também se destacaram no quadro de ofertas para Turim foram o tabaco, o arroz, o cacau, as cachaças, as plantas medicinais, entre outros. Tal destaque mais uma vez desmistifica a “exclusividade” da borracha enquanto produto econômico regional em fins do século XIX e início do XX. Ainda de acordo com Goretti Tavares (2008), os municípios paraenses que mais se destacavam na exploração da borracha em fins do século XIX eram Breves, Anajás, Melgaço e Gurupá. Após esse período, expandiram-se para o oeste da região em direção ao baixo rio Xingu, baixo Tapajós e para o estado do Amazonas (rios Solimões, Madeira, Purus e Juruá), onde as condições de navegabilidade eram melhores (TAVARES, 2008, p. 65). Ressalta-se que, para o período, as oscilações nas exportações da borracha eram constantes, sobretudo entre os anos de 1900 e 1910 (SILVA, 1996, p. 194). De acordo com Moacyr Silva, foi a partir de 1911, ano da exposição italiana, que se iniciou uma baixa considerável no volume das exportações, originando-se aí a perda do monopólio da borracha no mercado externo (SILVA, 1996, p. 195-196; CASTRO, 2013, p. 7).

Os relatórios de governo também demonstram que, além da borracha, outros produtos do setor extrativo e agrícola eram significativos, como bem mostra, em seu relatório de 1907, o governador Augusto Montenegro:

O nosso principal produto, a borracha, mantém preços bastante razoáveis. O cacau atingiu cotações assaz elevadas, e sua safra este ano foi mais abundante. Na borracha, houve uma pequena diminuição na qualidade *ilhas*, que não foi compensada pelo aumento da qualidade *Itaituba* e caucho. (...) seu preço se manteve, com pequenas flutuações, próprias das especulações que se fazem neste gênero de negócios. (...) a absorção de grande parte dos nossos braços na indústria da borracha e a fama universal desse gênero apagam por completo os outros nossos produtos. Incontestavelmente, se a borracha é a nossa principal produção, não é, porém, a única. Muitas outras medram e prosperam, aumentando a nossa riqueza. (...) algumas cifras esclarecerão a importância deles. Em nossa capital, entraram em 1906, de produção do Estado:

Cachaça	3.735.132 litros
Farinha.....	726.825 alqueires
Tabaco.....	1.031.824 quilos
Pirarucú.....	703.175 quilos.

(MONTENEGRO, 1907, p. 4-5)

Embora Montenegro coloque a borracha como principal produto em seu discurso oficial, é nítido a crescente produção de outros gêneros, como, por exemplo, a aguardente e o tabaco, o que faz com que o governador considere os demais produtos como potenciais para o “aumento da nossa riqueza”.

No Quadro 3 constam as ofertas de Belém, onde se nota uma sensível mudança em relação aos produtos e às formas de produção, quando comparados com os gêneros oriundos do interior. No referido quadro, são evidenciados as fábricas e os estabelecimentos

comerciais, além da produção intelectual de estudiosos e instituições, como as publicações do Museu Goeldi, os trabalhos do engenheiro Palma Muniz e os trabalhos fotográficos de Eduardo Oliveira.

Quadro 3 - Síntese dos produtos de Belém para a exposição de Turim⁷¹

EXPOSITOR	PRODUTO
Museu Goeldi	Publicações do Museu; coleção com espécies do herbário das principais madeiras paraenses; um quadro de folhas naturais do Pará
Leandro Tocantins	Soluções medicamentosas, xaropes, pílulas, pomadas, quinol.
Augusto da Silva Lima	Vidros de tônico para cabelos
Fábrica de Sabão Gizzi e Comp.	Sabão nacional; água sabonosa
Almeida Martins	Casaca; colete de seda branca
Siduepho Melibeu Lima (Pará Drogaria)	Vinho tônicos; Elixir; leite de Amapá
Marciano Beirão (Carvalho Leite e Co.)	Vários preparados farmacêuticos
Antonio Paiva Lima	Lamparinas; bules
Pereira Rico e Cia.	Caixa com cigarros comerciais e fantasia
Arma de Moraes Branco	Sofá estofado, trabalhado em madeira
Antonio Gomes	Vidros de umirol (xarope)
João Pinto Cardiano	Tônico para cabelo
João de Palma Muniz	Diversos trabalhos literários e profissionais de engenharia
Francisco Xavier de Pina e Mello	Pimenta do Pará em molho; sumo de limão filtrado; tucupis; pimentão do Pará em pó; molho pixuna; jiquitaia
Alfredo Peret (Farmácia Peret)	Elixir anti-reumático; pílulas antifebris; mata sezões; xaropes; vinhos, quina e ferro
A. d'Oliveira Simões e C^a	Garrafas de cognac tuchaua; garrafas de vermouh Plínio; garrafas de Paraty Santa Maria; garrafas de cidra diáfana; garrafas de guaraná efervescente; garrafas de cola carbônica
Dr. Freire de Carvalho	“Atroquinina” – pílulas anti-maláricas
Pombo e Co.	Quadro com planta da ilha Mexiana; amostras de borracha fina; amostras de sernambi; milho; cachaças; madeiras
P.P.A.J.A. de Magalhães	Vinho medicinal; pílulas; bálsamo das dores; batatão paraense; ungueto Niger; café queimado; fruto de pião
Zeferino R. Lopes Costa	Borracha de sua invenção
Marciano Beirão Carvalho Leite	Rolamentos anti-herpéticos; sabonetes; vinhos; pílulas; café quinado; elixir; tintira taiuiá e mururé; peitoral d'aipi; regulador da Madre; loção para sardas; pastilhas para verme; tinturas; xarope vermífugo; remédio acreano (forma pilular); casparina
Herculano Carvalho	Especialidades farmacêuticas e perfumaria
Hilário Colares	Compotas

⁷¹ De acordo com os boletins de inscrição.

Avelino Medeiros Chaves	Um bolão de borracha fina procedente do rio Yaco
M. Valente e C^a (fábrica de refrigerantes “Pereira Dias”)	Cidra, gengibre, refrigerante, cola
José Serafim Gomes Coelho	Madeiras
J. F. Bastos	Chocolate em pó ou cacau açucarado
Magno Silva	pó dentifrício, elixir dentifrício, pasta dentifrícia; remédio contra dor de dente
Eduardo F. Oliveira	Trabalhos fotográficos
J. Danin e C^o	Doces em calda e compotas de frutas do Pará
Mendonça Ribeiro	Pele de borracha e bolas de caucho de várias procedências(Alto Rio Tapajós; Alto Nhamundá - município de Faro; Rio Faro; Trombetas e Baixo Trombetas -Óbidos)
Izabel Palha	Garrafas com tinturas de raízes aromáticas
João Pinto Cardiano	Tinturas; glicerina; carbonato de sódio; álcool de 40º; água destilada; vidros de tônico Amazônia
Anna de Moraes Branco	Sofá trabalhado em talha e esfumado

Fonte: Boletins de produtos para a Exposição de Turim (1911). Museu Paraense Emílio Goeldi/Arquivo Guilherme de La Penha/Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi/Gestão Jacques Huber/Dossiê Exposição/Exposição de Turim.⁷²

Em destaque, tem-se a fabricação de bebidas, tais como refrigerantes, licores, vinhos e cidras⁷³. Além delas, também se destacam os produtos farmacêuticos: loções, sabonetes, pílulas, tônicos, xaropes, etc, os quais traziam consigo o discurso fundamentado em promessas de cura para dores, febres e outras “doenças da floresta”, como a malária. Tais produtos, que tinham como matéria-prima as plantas medicinais encontradas no interior do estado, passavam por processos químicos para, depois, serem comercializados, demonstrando assim as alterações em sua forma de produção, agora não mais consideradas rústicas.

Nota-se, também, Quadro 3, a presença de produtos desenvolvidos de forma artesanal, tal como o “sofá trabalhado em talha e esfumado”, oferecido por Anna de Moraes Branco. Outra mulher destacou-se por seu artesanato: a “‘mademoiselle’ Theodoro Braga”, conforme a apresentou o jornal Folha do Norte, em alusão ao famoso pintor paraense, seu cônjuge. Sem revelar o nome da artista, o periódico apenas a identifica como uma “antiga expositora do Salon de Paris” que esculpiu em madeira e couro o “famoso escudo do Pará”⁷⁴. Nesta mesma nota, o jornal atribui “a arte aplicada ornamental, o trabalho decorativo” como

⁷² Quadro feito a partir das informações contidas na documentação, o que não significa que esta foi a configuração final de expositores e produtos que participaram da Exposição em Turim. No Relatório oficial da comissão paraense responsável pela representação do estado em Turim, constam mais expositores de Belém como participantes. A proposta do quadro neste trabalho é a tentativa de mostrar a diversidade dos produtos e atividade econômica da capital paraense no início do século XX.

⁷³ Essa linha de produção tinha como representante emblemático na capital a Fábrica de Cerveja Paraense.

⁷⁴ No relatório da comissão organizadora representação do Pará em Turim a referida artista é identificada como Maria da Silva Braga. RELATÓRIO, 1912 p. 54.

uma das favoritas das mulheres “para o emprego dos ócios domésticos”, sobretudo na Europa. Segundo a Folha:

De há anos para cá tomou incremento na Europa, entre as artes favoritas da mulher, para emprego dos ócios domésticos, e também como indústria da arte, ou arte aplicada e ornamental, o trabalho decorativo do couro pela gravura, pirogravura e a escultura, produzindo artefatos que são justamente estimados e procurados pelas pessoas cultas e de gosto educado por uma estética refinada (...) o Salon Anual de Paris tem reservado para ele algumas das suas salas, que primam pela preferência da visitação feminina, pois aí se exibem milhares de objetos de vários usos e utilidades, além dos meramente ornamentais, devidos, na sua quase totalidade, a mulher, e principalmente a mulher artista e burguesa, da aristocracia do sangue e do talento. Irradiada para o novo mundo essa linda arte feminil, também entre nós ela se cultiva com carinho e grande inteligência, senso e gosto, trazida por mme. Theodoro Braga, antiga expositora do Salon de Paris, que   mestra na especialidade, como o atesta os seus móveis, pastas, carteiras, cintos, indispensáveis, já conhecidos, agora o famoso escudo do Pará, esculpido e patinado com rematada perícia, e que encerrado em sóbria moldura de madeira ao natural, vai na exposi o de Turim afirmar o nosso progresso intelectual e técnico das artes liberais domésticas. (JORNAL..., 1911, p. 1)

Diante do exposto no jornal,   possível notar que a mulher tinha um lugar a ser preenchido no que tange às atividades de produ o: o trabalho manual, artesanal e artístico, que servia para “ocupar” o tempo ocioso das mulheres no ambiente doméstico, em especial a mulher “burguesa, da aristocracia”. Embora em menor número,   possível notar a presença de mulheres expositoras em Turim, geralmente ocupando atividades relacionadas ao artesanato,   produ o caseira de licores, doces e compotas, ou outro produto de caráter alimentar⁷⁵.

Analisando os Quadros 2 e 3, notamos a varia o e o aprimoramento da produ o paraense, sobretudo ao compararmos o que era produzido no interior, caracterizado por meios de produ o mais rústicos, com base na atividade extrativa e agrícola, com o que era produzido na capital, que, embora ainda possuísse características da “rusticidade” da produ o dos municípios mais afastados de Belém, também demonstrava avanços técnicos, como a indústria química, a pequena produ o fabril, e algumas tecnologias para o aperfei amento produtivo. Tais aspectos caracterizaram a produ o paraense selecionada para a Exposi o de Turim e são semelhantes ao que afirma o historiador Francisco Foot Hardman (2005) no que concerne   classifica o e variedade de produtos e formas de produ o.

Embora Hardman, em grande parte de sua análise, utilize como recorte a participa o do Brasil em exposi es universais e a promo o de exposi es nacionais durante o século XIX, sua afirma o encontra ressonância em um período posterior, em especial no que se

⁷⁵ Afirma o feita a partir da análise do relatório da comissão organizadora representa o do Pará em Turim. Entre os 126 expositores selecionados, apenas 08 eram mulheres. RELATÓRIO, 1912 p. 43-54.

refere à defesa da ideia da exclusividade de uma produção racional e de uma indústria moderna. De acordo com o historiador:

Engana-se, pois, quem supuser que o espaço das primeiras exposições universais foi ocupado exclusivamente pelo desfile racional, meticuloso e calculista de produtos da indústria moderna. A disposição de objetos foi, na verdade, muito mais extravagante. A febre classificatória de largo espectro herdada do enciclopedismo converteu-se, aqui, no desejo ilimitado de exibir o máximo: daí deriva uma heterogeneidade de formas, técnicas e ramos. A agricultura, a mineração e sobretudo o artesanato, estão fortemente representados. Pode-se afirmar, baseando-se em relatórios oficiais, que esses setores antigos da produção preenchiam ampla maioria nos catálogos e mostruários. (HARDMAN, 2005, p. 71)

Neste sentido, para o autor, o conceito de indústria era bastante abrangente, de forma que possibilitava incorporar as atividades agrícolas e outros setores de produção, desde que estes fossem suscetíveis aos aperfeiçoamentos técnicos e às tecnologias. No entanto, a tendência mais expressiva da produção brasileira nestes certames demonstrava uma inclinação para as manufaturas, mas também não se deixava de destacar o setor agropastoril. Hardman nos lembra: “o apelo maior desse tipo de espetáculo se dirigia para o lado mais moderno da produção humana, cuja matriz suprema residia na fábrica”. (HARDMAN, 2005, p. 85-86).

No que diz respeito à região amazônica, é possível afirmar que nas três primeiras décadas do século XX a produção industrial paraense apresentou certa dinamização. Embora esse “fôlego” da indústria local estivesse vinculado à expansão da produção do látex na região, é importante destacar que a produção de alguns estabelecimentos industriais do estado foi muito significativa para a vida econômico-social, seja pela qualidade de sua produção, seja pelo fato de abastecer a quase totalidade do mercado local, ou por sua participação nas exportações (MOURÃO, 1989, p. 41-46).

Ao tratarmos dessa mudança nas formas de produção, e comparando a produção oriunda do interior com a da capital, inevitavelmente estabelece-se a análise sobre o que seria a nova relação existente entre homem e natureza, isto é, ao papel utilitário conferido ao mundo natural enquanto provedor de matéria-prima e também ao papel da ciência enquanto instrumento ou ferramenta para a exploração do mundo natural. Sobre isso, Santos afirma:

A nova relação com a natureza não foi apenas resultante dos novos conhecimentos que a sociedade adquiriu sobre ela, mas sim das novas sensibilidades vivenciadas pelas sociedades modernas que passaram a dirigir sobre a natureza outros olhares, sendo a natureza um livro aberto a ser decifrado pela ciência moderna. A natureza no mundo moderno, passaria por uma fase de ‘desmagificação’, sendo pensada não mais em termos míticos, e sim a partir dos conhecimentos adquiridos sobre o mundo natural (...) A História Natural seria a grande responsável pelos avanços feitos no ramo das descobertas científicas. Com seu postulado de ‘verdade’ e ‘eficácia’ ela

transformaria e mobilizaria o conceito de utilidade tão característico das ciências do século XIX: o conhecimento do mundo natural buscaria apenas a verdade escondida no meio da natureza, mas seria este conhecimento que permitiria agir sobre o natural. A produção do conhecimento estava inerente ao uso da natureza sob a tutela dos interesses humanos (SANTOS, 2016:, p. 58-59).

Neste sentido, é possível analisar o mundo natural ultrapassando o prisma do olhar romantizado ou místico, e passando a considerar que as descobertas científicas e os novos processos tecnológicos que transformam a natureza e dão a ela o caráter utilitário, passam a ser também utilizados para legitimar anseios e ações de cunho político, na medida em que a ciência, enquanto sinônimo de progresso, também dependia de fatores políticos e econômicos para o seu desenvolvimento.

Em contraposição a Santos, por outro lado, observa-se também, no Quadro 3, a presença de artigos indígenas, tais como machadinhos, cocares e outros adornos. Isso nos leva a crer que este caráter utilitarista não pode ser considerado de forma genérica, uma vez que a presença destes artefatos demonstra o possível interesse ou uma curiosidade que poderiam despertar no público visitante da exposição. Esses objetos aparecem com a finalidade de “desvendar” a região amazônica, partindo de campos do conhecimento científico, como arqueologia, paleontologia e etnografia, e dialogando com narrativas históricas, com certo traço de exotismo (HARDMAN, 2005, p. 92).

Ainda considerando a ideia de Santos, a técnica surgiu como um meio de vencer os obstáculos que a natureza impusera ao homem, sendo o mundo natural um depósito de forças à espera do homem para se transformar. Citando Heidegger, o autor analisa a relação entre técnica, ciência e natureza em fins do século XIX, considerando a termodinâmica que gerava energia para o funcionamento das máquinas a vapor que foram a grande novidade das exposições naquele contexto de virada de século:

A natureza aparecia como fonte de energia inesgotável posta em movimento, como reservatório de forças à espera do homem. Mas o movimento que surgira com a técnica não era mais a mecânica, mas a termodinâmica. (...) A técnica moderna, para Heidegger caracteriza-se por uma exploração que impõe à natureza, a pretensão de fornecer energia. Mas as pessoas que ‘convertiam seu trigo em farinha, triturando-o entre duas pedras’, e as que se beneficiam do moinho de vento não usavam da tecnologia para tirar energia da natureza? Para Heidegger, o que dava originalidade à técnica moderna, na verdade era a capacidade de extrair energia da natureza e armazená-la. Esta seria a grande descoberta científica. (...) As máquinas a vapor e os motores de explosão que delimitaram a Revolução Industrial trouxeram para o domínio da produção as forças elaboradas na natureza, ou seja, a técnica elaborava forças que venciam os obstáculos impostos pela natureza (SANTOS, 2016: 175-176).

Ainda sobre a percepção do mundo natural e o papel da ciência no progresso material e social, o brasileiro Warren Dean direciona o seu olhar sobre a mentalidade originada no século XIX e protagonizada pelos europeus em um contexto imperialista. Tendo como abordagem a natureza, em especial as plantas, Dean destaca o quanto a botânica permeou esta mentalidade, em especial no que concerne ao exotismo vegetal e ao investimento feito na domesticação de espécies botânicas. Um exemplo emblemático da relação entre a flora e o racionalismo científico, ocorrido na Amazônia, foi a apropriação das árvores produtoras locais de borracha por nações europeias. De acordo com Dean:

Por volta do século XIX, a transferência de plantas exóticas e a busca de plantas selvagens passíveis de domesticação eram atividades que se tornavam racionalizadas, organizadas e postas a serviço do capitalismo industrial. A Europa mandava coletores aos mais distantes rincões da Terra a procura de espécies desconhecidas, que pudessem servir como matéria prima, remédio ou ornamento. Embora fosse expressão de burocracias científicas e estatais, esse empreendimento tinha um quê de romantismo: era a demanda do raro, do precioso, do perigoso (...). De todos os grandes feitos daquela época de descobertas botânicas, nenhum foi mais grandioso do que a domesticação das árvores produtoras de borracha (DEAN, 1989, p. 24).

Para o historiador, as primeiras tentativas de domesticação das árvores produtoras de borracha (*Hevea brasiliensis*) datam de 1876, quando um carregamento com mais de 1.500 mudas de seringueiras chegou ao Ceilão, colônia inglesa na Ásia e território considerado favorável para a aclimação dessa espécie. Em 1882 a *Hevea* começou a produzir sementes, aumentando a cada ano a quantidade destas. Em 1881, começaram a ser realizadas as primeiras experiências de extração do látex, o que contribuiu, desde então, para transformar os principais países asiáticos em um grande campo de cultura experimental de árvores produtoras de borracha. O cidadão britânico Henry Wickham (1846-1928), que morava há algum tempo em Santarém, município paraense, é apontado como o responsável por levar as sementes de hevea do Pará para a Inglaterra, as quais teriam fornecido a base genética para a produção de borracha nas colônias asiáticas (DEAN, 1989, p. 54-56; GRANDIN, 2010, p. 44-45; CASTRO, 2013). É importante ressaltar que a concorrência com a borracha asiática foi um dos fatores que contribuiu para a quebra do monopólio amazônico em relação à exportação do produto.

Segundo Antonio Loureiro (2008), que analisa o que a historiografia tradicional chama de “crise” da borracha⁷⁶ - partindo do contexto da cidade de Manaus no início do

⁷⁶ Para o autor, a “verdadeira” causa da crise se dá a partir do desequilíbrio sofrido pelo mercado mundial, mediante a entrada da borracha de plantação em volumes cada vez maiores (LOUREIRO, 2008, p. 46). No entanto, parte da historiografia já apresenta outros fatores que contribuíram para o desgastes da atividade

século XX -, com as dificuldades econômicas que a região começou a apresentar em 1907, houve uma necessidade de aumentar o esforço produtor, surgindo com isso novas invenções que buscavam atingir a capacidade máxima de extração da borracha natural silvestre (LOUREIRO, 2008, p. 10), além de “novidades” que prometiam o melhoramento da qualidade do produto.

Tais inventos iam desde novos recipientes para melhorar o transporte e economizar no frete, passando por novos processos químicos que prometiam melhorar a qualidade do produto, além da criação de tecnologias - apresentadas em forma de máquinas ou de artefatos - que se comprometiam com a redução de tempo na defumação do látex, aliadas à melhoria das condições de trabalho e saúde do seringueiro⁷⁷. Esse “fervor criativo”, conseqüente de uma ameaça ao futuro da atividade extrativa da borracha constitui-se como um fator que contribuiu para tornar marcante a participação paraense nas exposições. Como reitera Hardman: “esse caráter de antecipação, de exibir maravilhas mecânicas e novos processos técnicos com os olhos postos no futuro, constitui aspecto marcante conforme se adentra no universo das exposições”. (HARDMAN, 2005, p. 65).

Entre estas “novidades” técnicas e tecnológicas, podemos aqui mencionar, de forma breve, três exemplos: a criação de uma nova embalagem para o transporte da borracha, o sistema Vianna Coutinho de Borracha “Dyalisada”⁷⁸e a máquina para a defumação do látex patenteada por Dannin e Mello⁷⁹. Sobre estes dois últimos, falaremos de forma mais detalhada no capítulo subseqüente. Tais “novidades” foram alvo de bastante preocupação e zelo por parte da comissão organizadora da mostra paraense em Turim, uma vez que figurariam no estande da borracha, uma das grandes atrações durante a exposição.

Sobre o primeiro exemplo, tratava-se de um recipiente denominado “Chrysóphoro” (ou “portador de ouro”)⁸⁰, criado com o objetivo de transportar a borracha nas embarcações amazônicas. A autoria da invenção foi atribuída aos comerciantes de Manaus, Pontes de

extrativa como principal fonte econômica da região entre os séculos XIX e XX: o pouco investimento na agricultura e em outros produtos regionais economicamente rentáveis; fatores biológicos, entre os quais o fungos que atacavam a seringueira, etc.

⁷⁷ Sobre as técnicas e tecnologias para o melhoramento da borracha, trataremos ainda mais em capítulos posteriores.

⁷⁸ Parecer da Comissão Nomeada pelo Excmº Snr. Dr. João Coelho, Governador do Estado, para estudar o Processo de Preparo de Borracha inventado pelo Snr. Manoel Vianna Coutinho e intitulado por elle Borracha Dialysada Systema Vianna Coutinho. 05/07/1910. Fundo Jacques Huber (1907-1914), Série Produção Científica. Arquivo Guilherme de La Penha (MPEG).

⁷⁹ Novo Defumador para Borracha. Invenção “Coutinho” aperfeiçoada. Patente nº 531.787, concedida pelos Estados Unidos d’ América do Norte, actualmente sob o nº187.402 a João R. C. Danin, e pertencente à firma Danin & Mello, em 1 de fevereiro de 1904. Fundo Jacques Huber (1907-1914), Série Produção Científica. Arquivo Guilherme de La Penha (MPEG).

⁸⁰ De acordo com o jornal: “Nome do aparelho ‘Chysóphoro’, ‘portador de ouro’, do grego”. A Província do Pará, 29/07/1910. Nº 10870. Nova Embalagem para a Borracha. P. 01, col. 05.

Carvalho e Samuel Levy. Ela foi anunciada pela Província do Pará como uma novidade promissora para este “ramo”, uma vez que poderia substituir “as caixas, barricas e barris” ou o transporte do produto “a granel” nos porões dos navios, além de economizar na utilização do espaço e nas taxas de fretagem⁸¹. Segundo a descrição do jornal:

Trata-se de uma embalagem metálica, inventada pelos srs. Dr. Pontes de Carvalho e Samuel Levy, commerciantes de Manaus. A embalagem é sacco de malhas (ou alforjes), com espessura, resistência e travamentos adequados (semelhantes aos sacos de chave dos viajantes) (...) possui argolas exteriores que facilitam a remoção ou suspensão nos embarques e desembarques. (JORNAL A PROVÍNCIA, 1910, p. 1).

Já o “sistema Vianna Coutinho de borracha dialisada”, era apresentado pelo seu inventor, Manoel Vianna Coutinho, como um método supostamente inovador. Este “novo” método de coagulação do látex tinha como base a mistura do látex com alguns litros de água do mar. Essa mistura era despejada em um “aparelho” próprio e, após algumas horas de descanso, prometia oferecer uma borracha “com maior teor de pureza”, sendo tal processo chamado de “Diálise”. O mesmo criador da “borracha dialisada” também inventou a máquina de defumar borracha, a qual ganhou destaque por diminuir consideravelmente o tempo de defumação do látex, se comparada ao método tradicional⁸², além de garantir um processo mais higiênico e seguro em relação à saúde do seringueiro, e ainda mais econômico. A máquina era fabricada e comercializada pela firma Danin e Mello⁸³.

Produtos originários do extrativismo amazônico, passando pela atividade agrícola, produção de manufaturas, tímida atividade industrial e utilização de técnicas e inventos para o progresso da produção paraense, dominavam o panorama geral das atividades econômicas predominantes no Pará em fins do século XIX e início do XX. Vale destacar que esta vasta produção compôs o que foi a exposição prévia organizada pelo comitê responsável pela representação do estado em Turim, e mais tarde objeto dos olhares estrangeiros, sendo alguns produtos merecedores de análises e críticas públicas, como veremos no capítulo seguinte.

A solenidade de abertura da exposição prévia se configurou como uma verdadeira festa, atraindo o interesse e a curiosidade da sociedade belenense. Tal exposição ocorreu no

⁸¹ A Província do Pará, 29/07/1910. Nº 10870. Nova Embalagem para a Borracha. P. 01, col. 05.

⁸² O método tradicional de defumação do látex consiste em formar uma espécie de fogueira, com lenhas e sementes de palmeiras silvestres (inajá, babaçu etc), cuja fumaça é coberta pelo seringueiro com um funil defumador. Em seguida, o seringueiro despeja o látex em uma forma ou vara, expondo-a à fumaça do defumador. Ao formar a primeira película, repete a operação quantas vezes for preciso, acumulando uma película sobre a outra, até obter uma bola ou péla, com peso que varia entre 5 e 40 quilos. Nos casos de maior volume a ser fabricado, o seringueiro pode apoiar a vara ou “taniboca” dupla sobre forquilha fixadas ao solo, que são giradas sobre o defumador. Como é possível notar, trata-se de um processo bastante demorado.

⁸³ Ver capítulo 4.

dia 19 de fevereiro de 1911, no andar térreo do Ginásio Paes de Carvalho, e contou com a presença de diversas autoridades estaduais, entre as quais o governador João Coelho, a imprensa local e o “incomputável número de cidadãos de todas as classes sociais”⁸⁴.

Entre os “ilustres” que prestigiaram a solenidade de abertura – sendo muitos deles expositores - e que foram registrados pela Folha do Norte, estavam:

(...) general Francisco Marcellino de Souza Aguiar; dr. Lyra Castro; Antonio Lemos, intendente de Belém; senadores Pinto Ribeiro, José Porphirio e Antonio José de Pinho; drs. Picanço Diniz, Hollanda Lima e Augusto Olympio; secretários da Fazendas, Obras Públicas e interior, respectivamente, dr. Fernando Domingues da Cunha; desembargador Napoleão Simões de Oliveira, presidente do Superior Tribunal de Justiça; tenente-coronel Portilho Bentes; Antonio Marques de Carvalho; Sabino Silva; Hygino Amanajás; mr. Pickerell, cônsul dos Estados Unidos da América; R. von Ballow, cônsul da Alemanha; Filinto Santoro, cônsul da Itália; Lino Gomes de Pinho; M. J. Guerin, representando Port of Pará; Francisco Frederico Ferreira; dr. Francisco Miranda; deputado Souza Filho; Danin dos Santos; dr. Enéas Pinheiro; barão de Souza Lages; visconde de Monte Redondo; Anna de Moraes Branco; Francisco Xavier de Pina e Mello; Luiz Tubarão; professor Manoel José Preira de Carvalho; mme. Belmira de Araújo; Francisco Barbosa de Lima; Jayme Colares; capitão Militão Bentes; José Esteves Del Rio; farmacêutico José de Moura Machado; tenente-coronel Sabino Luz; Eduardo Lock Neale; Atilio Galeazzi; farmacêutico Leandro Tocantins; Caetano Ramos; Feliciano Rodrigues; Mendes Correa e Ca.; Fulgêncio Santos e Ca.; dentista Francisco Vianna; Alfredo Pereira; coronel Levindo Rocha; major Theotonio de Moura (...). (JORNAL..., 1911, p. 1).

Além da publicação da enorme lista com nomes de autoridades, empresários e outros “notáveis” da sociedade paraense, o jornal não hesitou em descrever as impressões sobre a sessão de inauguração, que, segundo o periódico, foi aberta pelo general Sousa Aguiar e teve como secretários o intendente de Belém e o general inspetor da 2ª Região Militar. Entre discursos e falas, a Folha destacou a observação do secretário de obras públicas, Hollanda Lima, sobre a ausência de vários produtos naquela ocasião, uma vez que muitos destes “por se tornar mister confeccioná-los nas vésperas de embarcá-los para o Rio de Janeiro”, não se fizeram presentes.

Como parte do “protocolo” da abertura do evento, após o discurso do governador do estado em reconhecimento aos trabalhos da comissão organizadora, seguiu-se a premiação conferida aos expositores paraenses em virtude da Exposição Nacional do Rio de Janeiro, ocorrida em 1908⁸⁵. Alguns dos premiados também participaram como expositores em Turim,

⁸⁴ Jornal Folha do Norte. Exposição de Turim, 20/02/1911. nº 4781. Gazetilha. Abertura da Exposição Prévia dos Productos Paraenses, fl.01, col. 2-3.

⁸⁵ Exposição em homenagem ao centenário da abertura dos portos as nações amigas, realizada no ano de 1908, na cidade do Rio de Janeiro.

três anos depois. A distribuição de medalhas e diplomas aos ganhadores deu-se da seguinte forma:

O primeiro a ser entregue foi o da Fábrica de Cerveja Paraense, pelo Sr. Intendente, tendo-o recebido o diretor daquela companhia, dr. Lúcio Amaral. Seguiu-se o do Museu Goeldi, pelo general Sousa Aguiar; José Nobre de Almeida, pelo comandante do 5º batalhão; Imprensa Oficial, pelo Sr. Dr. Picanço Diniz ao diretor daquele estabelecimento; Província do Pará; Intendencia Municipal de Belém; Higiene Pública e Governo do Estado. Este último foi entregue pelo Intendente ao Sr. Dr. João Coelho, ouvindo-se então uma prolongada salva de palmas (...) (JORNAL..., 1911, p. 1).

Ainda de acordo com o jornal, após as premiações, as autoridades presentes percorreram a exposição, ao som da banda de música Rosa Cruz. Sobre a visão geral que se tinha da exposição, seus produtos e seções, sem esquecer o tom crítico, descreve o jornal:

As seções melhor representadas quanto ao número de espécies são as de madeira e a de artefatos domésticos. Na primeira, em que se fazem representar todos os municípios do interior, vê-se uma grande variedade de madeira para todas as aplicações da indústria. As demais seções, posto que não estejam tão bem providas como aquelas, não deixam, entretanto, muito a desejar. Na de farináceos encontram-se farinha d'água amarela e branca, de mandioca, de araruta, de peixe, tapioca, etc. Na de agricultura, sementes de seringueira, cacauí, cacau, carrapato, algodão, farinha de mandioca própria para fabricar pão de ló, mel de abelhas de diferentes qualidades, gengibre, milho e favas diversas. Na da indústria mineira, cristal da rocha, ocre, roxo-terra em pó, cal de sernambi, pedras de afiar giz, tauá, bloco de pedras brancas, sernambi em conchas, areia, quartzo. Na de resinas, breu da terra, jutaica, semente e cera de ucuuba, jutaica cru, breu branco, anani, breu vegetal, etc. Na de caça e pesca e de tabacos, alguma coisa há de admirar, tais como peles de animais diferentes e aparelhos para pesca. Na seção de borracha, existem diversas peles e bolões preparados por diferentes processos. Na de produtos alimentícios e bebidas cabe às honras a Fábrica Palmeira, ocupando só esta uma das salas do edifício (...). Na indústria fabril, mosaicos, lajes, tijolos, telhas, ornatos, obras de folhas, massa [calorífuge], plastique Victória, Fábrica de Cerveja Paraense e de cigarros Nunes. As seções de plantas aromáticas e perfumarias, bem como a de plantas medicinais e produtos farmacêuticos estão fartamente representadas (JORNAL...,1911).

Conforme é possível notar, o periódico proporcionou ao leitor uma visão geral da variada produção paraense, sobressaindo-se os produtos oriundos do extrativismo, agricultura e produção fabril. No artesanato, o jornal não economizou elogios ao “sofá trabalhado em talha com estufados, apresentando este finas pinturas a pena”, confeccionado pela senhora Anna Branco; e ao “famoso quadro com as armas do estado do Pará, feito em couro”, cuja autoria era de Maria da Silva Braga, ambas mencionadas anteriormente (JORNAL..., 1911). Destacou-se também as degustações proporcionadas pela Fábrica de Cerveja Paraense, que distribuiu “*schopp*” aos visitantes; e pela Fábrica Palmeira, com seus biscoitos.

No evento, também houve espaço para a exibição de objetos que possuíam a finalidade de promover uma “lição das coisas”, a exemplo dos mapas do estado; cartazes explicativos e fotografias que retratavam a natureza amazônica e alguns processos de produção regionais, como a fabricação da borracha, desde a extração, passando pela defumação do látex até a exportação do produto. Além disso, outros artigos buscavam demonstrar o grau de adiantamento intelectual, como era o caso da exibição das publicações do Museu Goeldi; de algumas coleções de plantas do herbário da instituição⁸⁶, devidamente descritas e organizadas sistematicamente; a realização dos estudos sobre a indústria da borracha por Jacques Huber⁸⁷, entre outros já mencionados, que difundiam a produção científica da região.

A solenidade de abertura da exposição prévia encerrou-se, segundo o jornal, às 11 horas da manhã, no entanto, a mesma foi bastante visitada até o período da noite e ainda durou cerca de quinze dias, sendo franqueada ao público em sessões matinais, vespertinas e noturnas durante todos os dias da semana, incluindo os domingos e feriados. O horário de visitação era de 8h às 11h; de 14h às 17h; e de 20h às 22h. A mostra foi encerrada no dia 28 de fevereiro. Após o encerramento, a comissão organizadora deu início à remessa dos produtos para o Rio de Janeiro, de onde seguiriam para a Itália. Jacques Huber, diretor do Museu Goeldi, foi o responsável por receber, junto à Secretaria da Fazenda, os recursos financeiros para o pagamento das despesas com a viagem da comissão estadual para Turim⁸⁸.

No dia 20 de abril, Huber partiu com a família para a Europa, deixando-a na Suíça e seguindo viagem para Londres, onde representaria o estado⁸⁹ na Exposição da Borracha. A chegada da comissão e dos produtos paraenses à Europa, assim como a organização da representação do Pará em solo italiano, serão analisadas nas próximas páginas.

⁸⁶ A amostra de plantas do herbário do Museu Goeldi foi premiada em algumas categorias da exposição entre as quais se destacam: Grande Prêmio no grupo XV (Silvicultura e Indústrias Florestais) pela amostra de madeiras, fibras e paina; e o Diploma de Honra pelas fotografias de espécies de plantas exibidas no grupo XXII (Indústria de couro e congêneres). (Relatório, 1912).

⁸⁷ Jacques Huber teve suas publicações sobre a cultura da borracha amazônica e a sua faca de corte da seringueira premiados no grupo XXII (Indústria de Couro e Congêneres). O relatório não deixa claro quais foram estas publicações. (Relatório, 1912).

⁸⁸ Folha do Norte, Echos e Notícias, 18/04/1911. Nº 4837, fl. 02. Col. 04.

⁸⁹ Folha do Norte, Echos e Notícias, 20/04/1911. Nº4839, fl.02, col.03.

CAPÍTULO III

NO JUBILEU ITALIANO FAZENDO JUS “AOS GRATOS APPLAUSOS DE SEUS CONCIDADÃOS”: O PARÁ NA EXPOSIÇÃO DE TURIM

A animação em Turim é enorme. Continuam a chegar àquella cidade, que tomou um aspecto eminentemente cosmopolita, numerosíssimos estrangeiros. Pellas ruas e nas casas de diversões ouvem-se fallar todos os idiomas. Nas fachadas dos edificios vêm-se milhares e milhares de bandeiras de todas as nações. O trafego pelas ruas da cidade, devido a colossal affluência de povo, faz-se com grande lentidão. Muitos estrangeiros levam nos chapéus fitas das cores das respectivas nações entrelaçadas com as das cores da Itália (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 1911, p. 1).

Com a manchete “O Jubileu Italiano: o primeiro dia das festas em Turim”, o jornal O Estado de São Paulo, do mês de maio de 1911, dedicou parte de sua primeira página aos detalhes que compuseram os meses de festejos em comemoração aos 50 anos do Reino da Itália, os quais ocorreram nas cidades de Turim, Roma, Milão e Florença. Com descrição empolgante, o jornal retratou a vasta programação que fazia parte daquela celebração, a qual incluía “grandes manifestações patrióticas”, demonstradas por meio de homenagens públicas de diversos setores da sociedade italiana; eventos esportivos; inaugurações; visitas do Rei Vittorio Emanuele às cidades; banquetes; e exposições. Entre os destaques que tiveram espaço no periódico, têm-se: o concurso de hipismo em Roma; a inauguração do “Stadium” de Turim; a “corrida podistica”⁹⁰ em Milão; o cortejo de estudantes e membros da União Liberal em homenagem à Itália e à Família Real pelas ruas de Turim; visitas do rei Victor Manuel III e da Rainha Helena aos quartéis e bairros populosos desta última cidade; a inauguração da Exposição de Belas Artes em Roma e da Exposição Internacional das Indústrias e do Trabalho em Turim.

A intensa comemoração a que se propôs aquele país foi motivada por fatores que decorreram de questões políticas, sociais e econômicas da Itália em fins do século XIX, período este marcado por grandes agitações no campo político e por uma crise social, esta última em virtude dos altos índices de desemprego que o país enfrentara. De acordo com Nelson Sanjad e Anna Castro (2015), o início do século XX foi para a Itália o momento de superação das dificuldades econômicas e dos conflitos políticos, em especial no que se refere à dissonância entre os liberais, representando a classe dirigente, e o avanço do Partido Socialista italiano, ocasionando não só a fragilização do liberalismo, como também da monarquia. Ainda de acordo com os autores:

⁹⁰ Espécie de maratona.

A ascensão de Vittorio Emanuele III, em 1900, após um anarquista assassinar seu pai, Umberto I, evidenciou a necessidade de um consenso político no país e provocou uma rearticulação de forças. Em 1905, o governo já divisava o ‘ano fatal’ de 1911 como marco estratégico da política interna e externa, capaz de organizar as energias políticas locais em prol da união nacional. As comemorações do jubileu do Reino da Itália foram, nesse sentido, planejadas para valorizar o governo unitário e as consequências econômicas, sociais e culturais advindas da integração, e também para lançar um país no cenário global como potência industrial e militar (SANJAD; CASTRO, 2015, p. 826-827).

Neste sentido, a comemoração tinha como propósito mostrar ao mundo uma Itália que ascendia social, econômica e politicamente após o crítico período de instabilidade nacional. Além disso, era importante para a nação italiana apresentar-se enquanto potência mundial, em especial nos campos da indústria e do militarismo, uma vez que o ano de 1911 estava inserido no contexto que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. O acirramento das tensões internacionais não ficou despercebido durante a grande festa italiana, na medida em que alguns países que participaram do conflito expuseram em Turim, tal como um prenúncio, toda a sua predisposição e preparo para o possível embate⁹¹.

As exposições, enquanto grandes eventos componentes da programação de celebração dividiram-se, como já mencionado, entre as cidades de Florença, Roma e Turim. Na primeira teve lugar a “Exposição Internacional de Agricultura” e uma “Mostra do Retrato Italiano do Final do século XVI a 1861”; em Roma, além da “Exposição de Belas Artes”, também tiveram destaque as exposições da “Topografia Humana”, sobre “Roma Medieval e Moderna”, a “Mostra do Ressurgimento”, a “Revisão Internacional de Arte Contemporânea” e a “Exposição Etnográfica das Regiões”; já em Turim, realizou-se o evento considerado o mais importante em meio às comemorações do jubileu italiano: a Exposição Internacional das Indústrias e do Trabalho. (SANJAD; CASTRO, 2016; LEVRA; ROCCIA, 2003; COLETTA, 2006).

Para além do caráter comemorativo, a Exposição de Turim tinha manifesta essência comercial, mais especificamente voltada para o desenvolvimento da economia por meio da indústria, como a sua própria denominação já evidenciara, o que fazia com que a mesma – assim como outras exposições do século XX – se tornasse pauta política de países como, por exemplo, o Brasil, o qual passara por períodos de instabilidade econômica em relação à

⁹¹ De acordo com Sanjad e Castro: “(...) pela primeira vez na história das exposições internacionais, um país participante – Alemanha – fez clara afronta aos demais ao exibir grande quantidade de armas sob uma cúpula de 42 metros de altura encimada com a coroa imperial. Outro fator mostrou que algo não ia bem naquela ‘arena pacífica’: o Pavilhão da Turquia foi fechado em setembro de 1911, quando a Itália declarou guerra ao país em razão da disputa pela Cirenaica e Tripolitânia (atual Líbia).” (Op.cit., p.821).

comercialização de produtos como o café e a borracha amazônica no exterior. O certame seria a oportunidade para o estabelecimento de relações comerciais com outros países, na tentativa de conquistar novos consumidores para os produtos que se encontravam em baixa no mercado internacional. Além disso, a exposição turinesa também era associada à temática do trabalho, este último fazendo referência à produção em si e àquele que produz, no caso, o trabalhador; porém “sem nenhum destaque às contradições e assimetrias que perpassam o sistema capitalista, objeto das críticas e razão da militância dos movimentos socialistas e anarquistas daquela época” (SANJAD; CASTRO, 2015, p. 830). Neste sentido, a arquitetura monumental; os ornamentos decorativos; a organização dos mostruários; as invenções e tecnologias que pressupunham a modernidade das nações, entre outros produtos fabricados por mãos humanas, eram os aspectos do “trabalho” que seriam reverenciados. Temas que contestassem o sistema capitalista vigente, como as condições de trabalho ou o salário do trabalhador, não eram considerados relevantes em meio àquele “espetáculo das nações”.

A Exposição Internacional das Indústrias e do Trabalho, tendo como temática principal o desenvolvimento econômico a partir da indústria, deveria reunir todos os ramos daquele setor e que eram conhecidos no início do século XX, além de serem caracterizadas as principais profissões por meio de seus instrumentos e atividades. A ideia seria mostrar todos os processos integrantes das atividades industriais, começando pela matéria prima utilizada, passando pelos processos e pelas tecnologias industriais, pelas questões logísticas e comerciais e ao final, retratando os reflexos da atividade na sociedade:

O fio condutor da mostra tinha início nos recursos naturais, isto é, nos produtos minerais, vegetais e animais, assim como nos fenômenos físicos que a natureza oferece ao gênio humano, com suas respectivas utilidades e aplicações sociais; prosseguia com os processos e transformação desses recursos, desde os mais simples até os mais sofisticados e complexos, postos em ação para que gerem o progresso e o bem estar da humanidade; apresentava estrutura necessária para que os produtos manufaturados cheguem ao mercado e circulem pelo mundo; a legislação e o arcabouço jurídico que regulam as relações econômicas e a distribuição da riqueza; e as formas de garantir paz e segurança, de maneira que a produção e as relações econômicas sejam efetivadas e o desenvolvimento crie raiz no tecido social. (SANJAD; CASTRO, 2015, p. 830-831).

Em se tratando de recursos naturais e matéria prima para a indústria, como abordado no capítulo anterior, o Brasil foi um país emblemático naquele certame, uma vez que se relacionava economicamente com o mercado internacional em virtude da sua significativa participação no setor de exportação agrícola e extrativista. Historicamente, o processo de modernização da atividade agrícola brasileira constituiu-se lentamente. Mônica Martins (2017), em seu trabalho sobre o impacto das exposições universais do século XIX nas

relações econômicas e no desenvolvimento tecnológico do Brasil, aponta algumas das causas que dificultaram essa modernização da produção agrícola, entre as quais: 1) o fato de que a tecnologia que apresentava bons resultados na Europa não possuía a mesma eficácia em terras brasileiras, uma vez que as características geográficas eram distintas dos países europeus; 2) as dificuldades de transporte no Brasil, que acabavam por inviabilizar a chegada de equipamentos maiores para as áreas de produção mais distantes; 3) empecilhos de ordem social e cultural, como a relutância em se adaptar e incorporar novas técnicas para o melhoramento da produção agrícola (MARTINS, 2017, p. 3-4). No entanto, a autora deixa claro que este aspecto começou a se modificar, ainda que lentamente, em fins do século XIX e início do XX.

Ainda segundo Martins, essa lenta modernização da produção agrícola brasileira foi fruto de debates e disputas de projetos de desenvolvimento, que envolveram as elites intelectuais, políticas e científicas do país que discutiam o “industrializar ou não industrializar”. A base de tal discussão era a disputa pelo estímulo governamental para o processo de desenvolvimento industrial, fato este que implicaria em uma estrutura necessária ao projeto de modernização que abrangesse não apenas as regiões produtoras de café, mas sim todo o território nacional. Somam-se a esse debate os questionamentos sobre a propriedade da terra, a mão-de-obra escrava e o investimento em outras formas de trabalho (MARTINS, 2017, p. 4). De acordo com a autora:

A relação entre as modernas invenções industriais e a propriedade de terra e de trabalhadores baseava-se nessa complexa dinâmica, onde o pensamento liberal esteve sempre bem materializado na realidade escravista do Brasil, não se caracterizando exatamente como contraditório, nem mesmo fora do lugar, mas incorporado a uma realidade onde a maximização do capital se colocava como central nas relações econômicas, mas as relações sociais deveriam mudar paulatinamente, sem profundas transformações e sem o menor risco de rupturas da ordem senhorial (MARTINS, 2017, p. 5).

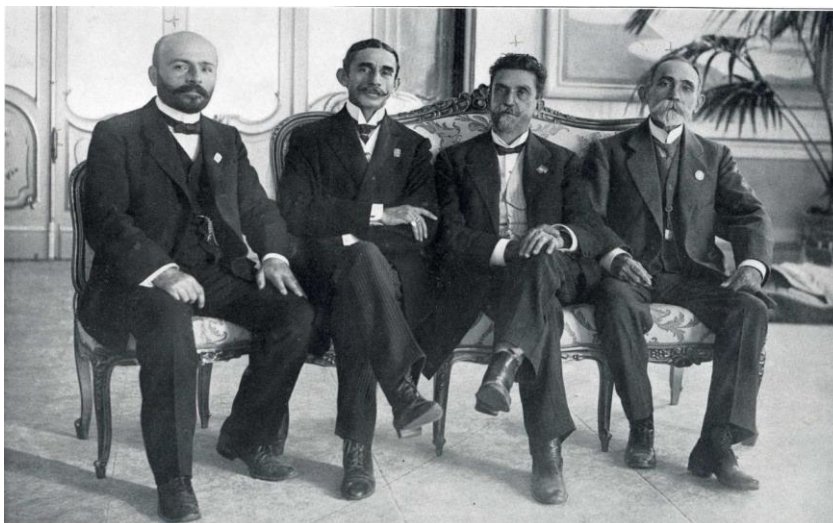
Nota-se que a questão da escravidão foi ponto nevrálgico da representação do país nas exposições internacionais durante o século XIX. A preocupação em expor ou não a péssima imagem que a escravidão fazia frente ao modelo europeu de civilização, sinalizando o atraso brasileiro mediante as potências mundiais de modernidade e avanço tecnológico, permeou o imaginário do governo e daqueles incumbidos de organizar a representação nacional no exterior. Afirmar a escravidão como modelo econômico e de organização do trabalho que melhor atendia aos interesses dos proprietários naquele contexto, ou escondê-la para não comprometer a imagem de progresso do país, era questão dicotômica que permeou o

pensamento das elites até o final dos oitocentos e contribuiu para o aprofundamento de desigualdades sociais, mesmo após a abolição (MARTINS, 2017, p. 5).

Essa mesma elite fez parte do grupo de delegados brasileiros em Turim. O grupo era formado por representantes da política e por intelectuais, como o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Rodolfo de Miranda; alguns diretores de instituições renomadas no meio científico nacional; e também comissários que foram incluídos durante o período de organização da representação brasileira, seguindo os mesmos critérios de reconhecida trajetória no meio político, social ou dos estudos científicos.

A Figura 1 revela a fotografia oficial da comissão paraense em Turim, a qual era formada por estes membros que faziam parte da elite política e intelectual do Pará.

Figura 1 – Fotografia dos membros da comissão paraense em turim⁹².



Fonte: O Estado... (1911).

Os componentes da delegação brasileira na exposição de Turim eram: o comissário geral, Antônio de Pádua Assis Rezende, que se manteve no cargo até julho de 1910, sendo posteriormente substituído por Joaquim Cândido da Costa Sena (diretor da Escola de Minas de Ouro Preto); pelo secretário geral Mario Cardim; o delegado da comissão executiva central e do Museu Comercial do Rio de Janeiro, Francisco de Avellar Figueira de Melo; alguns comissários adidos⁹³; e os delegados estaduais Jayme de Argôllo Ferrão Filho (Bahia),

⁹² Da esquerda para a direita: Jacques Huber e Jayme Abreu (membros da delegação paraense), Joaquim Cândido Costa Sena (Comissário geral do Brasil em Turim) e João Antônio Rodrigues Martins (Presidente).

⁹³ São eles: Jayme Figueira e Julio Antônio de Lima (engenheiros responsáveis pela construção dos pavilhões; Alvaro Leite; Antonio Passos; Arthur Alvaro Rodrigues; Auto de Sá; Belli de Leonardi; Benedicto de Salles Guerra; Carlos Alberto Adet; Enrico Misasi; Francisco Glycerio de Freitas; Georgino Avelino; Guilherme Chaves Moutier; Jorge B. de Araújo Ferraz; Jorge da Costa Saraiva; Maurício Maurin; Nuno Duarte; Victor R.

Francisco Lins (Minas Gerais); comendador João Antônio Rodrigues Martins (Cônsul Geral do Brasil na Itália e chefe da delegação paraense), Jacques Huber e Jayme Abreu (Pará), Apollonio Peres (Pernambuco) e Edmundo Wright (São Paulo). Entre as delegações estaduais, os representantes do Pará eram os que estavam em maior número. Além disso, dois deles, Jacques Huber e Jayme Abreu, foram considerados auxiliares da comissão federal a partir do mês de agosto daquele ano (O ESTADO..., 1911).

A participação brasileira no certame de Turim revelou as novas aspirações da elite política nacional em relação ao “novo” Brasil que surgira com o advento da República: mostrar-se para o mercado internacional como um país com potencial industrial e progresso tecnológico, tal como as nações civilizadas do Velho Mundo, através dos quais os ideais liberais se materializavam. No entanto, a busca pela inserção no “rol da civilização” se fazia em meio a dificuldades econômicas internas, que acabavam por causar disputas entre as elites regionais pela valorização de seus produtos no mercado internacional, fragilizando, de certa forma, a ideia difundida de unidade nacional. É sobre tais aspectos que trataremos nas próximas páginas deste capítulo.

3.1 “Visaremos a expansão econômica dos productos nacionaes e a reputação dos nossos créditos de paiz civilisado”: o Brasil em Turim

Na Itália os intuitos são diversos: comparecemos ao lado de grande numero de outras nações, visando-as separadamente e a todas em conjuncto, numa demonstração e disputa internacionaes de forças e capacidades. Conforme as necessidades de cada qual e procurando estudar nos mostruários de cada uma tudo aquillo que mais nos possa interessar, visaremos a expansão econômica dos productos nacionaes e a reputação dos nossos créditos de paiz civilisado.

(...)

De facto, não só attendendo ao plano geral deste grande certamen, que muito contribuirá para que nós façamos com vantagens conhecidos, propugnando pela nossa expansão econômica no concerto das concurrencias internacionaes, mais, attendendo a que da Italia nos tem vindo o maior contingente immigratório, ‘Turim será optimo centro para nelle exhibirmos os resultados valiosos do trabalho italiano entre nós, mostrando as vantagens que já colheram e as que ainda podem alcançar’ os que foram e os que quizerem ir “compartilhar comnosco na tarefa de levantar as forças econômicas de um paiz novo e prodigiosamente dotado pela natureza”. (BRASIL, 1911b, p. 78-86).

A forma como Pádua Rezende, o primeiro comissário geral do Brasil em Turim descreveu as intenções do país ao participar da exposição italiana demonstra o discurso recorrente entre os representantes brasileiros que participaram daquele evento, em especial no

de Faria e Eurybiades Barbosa. O Estado do Pará na Exposição das Indústrias e do Trabalho em Turim 1911. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. João Antônio Luiz Coelho, governador do estado, pela delegação paraense. Paris: Imp. Kauffmann & Cia.

que se refere ao objetivo comum dos estados de expandirem-se economicamente. Destaca-se na fala de Rezende, além do intuito de ter o Brasil figurando entre as demais nações, a ousada intenção de disputar em termos de “força e capacidade” com os outros países, como uma clara intenção de reforçar a ideia de que o Brasil teria plena condição de concorrer igualmente com as grandes potências européias, mesmo apresentando mostruários que, em termos mais gerais, destacavam-se pela variedade de produtos naturais e suas potencialidades enquanto matéria prima para a indústria, e as manufaturas.

Outro fator mencionado por Rezende, e apresentado como aspecto vantajoso para a expansão comercial brasileira na Europa, se refere à propaganda relativa à imigração italiana para o Brasil e à contribuição destes italianos para o desenvolvimento econômico do país. Para o comissário geral, conforme o discurso acima apresentado, tal propaganda poderia funcionar como um atrativo para aqueles oriundos da Itália que supostamente desejariam “compartilhar conosco na tarefa de levantar as forças econômicas de um país novo e prodigiosamente dotado pela natureza”. O discurso remete, de forma alegórica, à ideia de que a imigração seria unicamente realizada pelo viés voluntário, movida exclusivamente pelo desejo dos italianos em colaborar com o “crescimento da nação brasileira”. No entanto, sabe-se que a entrada de europeus na América Latina, na virada do século XIX para o XX, tinha outros fatores motivadores que convergiram com o contexto europeu daquele período.

De acordo com Klein (2000) citado por Marília Emmi (2007), esse deslocamento da população europeia rumo às Américas teve início a partir do século XVI, sendo marcado por quatro períodos, cujas motivações obedecem aos contextos de cada época:

O primeiro, chamado de Velha Imigração, vai do século XVI até 1880; o segundo, de 1881 até a Primeira Guerra Mundial, é conhecido como Grande imigração; o terceiro, que é considerado como declínio da migração internacional vai da eclosão da Primeira Guerra até a Segunda Guerra. O quarto é o período pós-Guerra (KLEIN, 2000 *apud* EMMI, 2007, p. 34).

A chegada de europeus ao Brasil, de acordo com a cronologia acima, está inserida no contexto da Grande Imigração. Foi a partir das duas últimas décadas do século XIX que houve um aumento deste fluxo migratório, o qual teve entre os seus principais condicionantes o avanço tecnológico (energia a vapor, cabo telegráfico transatlântico, ligações ferroviárias, entre outros), fato que possibilitou aos europeus a obtenção de informações relativas às condições de emprego e ao acesso à terra nos países americanos. Ainda segundo os citados autores, diversos foram os países de destinos destes imigrantes:

Os principais países de destino dos 31 milhões de imigrantes que chegaram à América de 1881 a 1915 foram Estados Unidos, que receberam 21 milhões; Argentina (4,2 milhões); Brasil (2,9 milhões) e Canadá (2,5 milhões). Esse período vai marcar importante mudança na origem desses imigrantes. Apesar de os países europeus tradicionais como a Irlanda e a Alemanha continuarem a ter posição destacada no movimento emigratório, alguns países do Sul e do Leste europeu passaram a se destacar como exportadores de trabalhadores. Da Itália vieram cerca de 7,7 milhões de trabalhadores; do Império Austro-Húngaro 4,2 milhões; da Espanha 3,2 milhões; da Rússia e Polônia 2,5 milhões; e de Portugal um milhão, que se dividiram entre os Estados Unidos e o Brasil que recebeu cerca de 80% desses emigrantes portugueses (KLEIN 2000 *apud* EMMI, 2007, p. 35).

A emigração italiana, ainda de acordo com Marília Emmi, teve como fatores principais os graves problemas econômicos pelos quais a Itália vinha passando desde a conclusão de sua unificação em 1871, agravando-se no decorrer daquele século. Somam-se a isso as dificuldades vivenciadas pelos pequenos agricultores, gerando a depressão agrícola por volta de 1880; a não absorção, pelo processo de industrialização, da mão de obra disponível; o aumento demográfico; e outros acontecimentos, para além das questões econômicas analisadas pelas historiografias, mas também como consequência delas. Segundo Emmi (2007, p. 41):

Não está se negando o peso dos fatores econômicos na emigração italiana, mas esclarecendo que enquanto para muitos grupos a situação de pobreza foi a causa imediata da emigração, para outros houve fatores de diversas naturezas, entre os quais os culturais, que também tiveram peso nas trajetórias.

A vinda destes italianos para o território brasileiro, assim como de imigrantes de vários outros países da Europa, fazia parte do projeto político e ideológico nacional, que tinha como princípios a “eugeniação” da população por meio da miscigenação segundo o padrão racial europeu; a ocupação territorial através dos núcleos de colonização agrícola; a constituição do mercado de trabalho e a formação étnica e cultural em um período pós-abolição da escravidão. Neste sentido:

Essa onda migratória atendia tanto os interesses dos países de origem na transferência de excedentes populacionais, como as demandas dos países de destino, entre eles o Brasil, que via na absorção desses fluxos humanos um modo de resolver seus problemas de povoamento e de carência de mão de obra, privilegiando a população branca por fatores ideológicos. Os interesses dos imigrantes estavam centrados nos subsídios, nas possibilidades de trabalho e de acesso à terra, alimentados por intensa propaganda oficial ou particular. Esses fatores pesavam positivamente na decisão de emigrar por parte de estrangeiros de várias nacionalidades (LEVY, 1974 *apud* EMMI, 2007, p. 43-44).

Associados ao crescimento econômico e à força de trabalho para o desenvolvimento do país, os italianos imigrantes eram, de fato, vistos como um grande “trunfo” para as autoridades políticas nacionais, no que concerne à propaganda brasileira no exterior. Como parte integrante dos pavilhões brasileiros em Turim, havia o Pavilhão Italiano, o qual, a princípio, seria dedicado à colônia italiana no Brasil” (BRASIL, 1911, p.95), funcionando como local para divulgar as “benesses” de ser um trabalhador estrangeiro em terras brasileiras e, se possível, atrair mais mão-de-obra para os trabalhos voltados, principalmente, para a produção do café⁹⁴. Este último produto seria o foco da propaganda nacional na Itália, uma vez que a produção cafeeira enfrentava uma crise, situação essa não muito diferente da borracha amazônica no mesmo período. É importante ressaltar que o espaço dedicado à Itália na representação brasileira também pode ser entendido como uma forma de justificar os vultosos investimentos do governo brasileiro no projeto de imigração estrangeira para o país.

O “Relatório sobre os Trabalhos da Comissão Brasileira na Exposição Turim-Roma de 1911 e Propaganda do Café no Extranjero”, apresentado ao Ministro da Agricultura em dezembro 1910, dedica grande parte de suas páginas à descrição da produção de café no país – como o próprio título já anuncia –; além de também tratar sobre o comércio do mesmo com diversos países, incluindo-se aí a Itália; a crise que atingiu o setor, passando pelo Convênio de Taubaté; a diminuição da exportação e a “falsa teoria da superprodução” conforme aponta o documento. De acordo com o relatório:

A cultura do café desenvolvia-se desordenadamente, sem discreção ou esforços que tendessem a reduzir ao mínimo o custo da produção. O fazendeiro empolgado pelas grandezas transitórias, não se havia acostumado ao balanço dos valores destruídos no custeio das suas propriedades, com a somma dos valores creados, chegando a falsa situação de determinar o custo da produção pelo preço momentâneo e desproporcional do producto no commercio. Pouco instruído e desprovido dos indispensáveis elementos estatísticos da produção e consumo mundiaes do café, que o Estado não organizara, foi multiplicando, desregradamente na ancia de lucros exorbitantes, as suas plantações, provocando a plethora de 1901. O comissário, que se constituiria o banqueiro sempre solícito em lhe adiantar as sommas necessárias a

⁹⁴ É importante ressaltar que, embora uma grande quantidade de imigrantes europeus fosse direcionada para os trabalhos nas lavouras de café, este não era destino exclusivo para os mesmos. Sobre os italianos, Marília Emília Emmi nos diz que: “Grande parte da historiografia dedica-se ao estudo dos italianos que vieram para as fazendas de café de São Paulo ou para as regiões agrícolas do Sul do Brasil. Todavia, há evidências que indicam que, concomitante ao processo colonizador, que se acelerou na segunda metade do século XIX, já eram numerosos os grupos italianos em cidades brasileiras(...). Ao chegar à cidade, os italianos começavam a trabalhar na rua como jornaleiro, engraxate, vendedor ambulante. Mas desempenhavam também atividades voltadas para o comércio varejista de pequeno porte. Além do setor comercial, havia outras possibilidades de inserção no mundo do trabalho urbano. (...) Em determinadas conjunturas alguns grupos italianos, motivados pelas ‘cartas de chamada’ já elegiam em sua pátria, a Amazônia como primeira e última região de destino. As diferentes marcas que estes imigrantes deixaram nos diversos estados onde se fixaram, evidenciam que realmente, como afirma Bassanezi (1998, p. 71), trata-se da existência de ‘imigrações italianas’ e não somente de imigração italiana. ”. Ver em (EMMI, 2007, p. 67-74).

movimentação de suas fazendas, vio-se constringido a restringir-lhe o credito [...]. De outro lado,este precisando de converter em numerário os cafés recebidos, vendia-os, precipitadamente,aos agentes dos exportadores. Foi a carestia de dinheiros, cada vez mais acentuada, que forçou, gradativamente, a baixa do café, introduzindo o gérmen da especulação estrangeira. [...] o produtor, sem recursos que protegessem as safras avultadas [...] apellou para a intervenção do Governo que, pela circunstância de ser a industria do café o ‘ grande barômetro regulador do estado geral financeiro’, acudiu presuroso o apello. Após ideas suggeridas e um punhado de projectos discutidos [...] os três principais Estados monopolisadores do producto [...] resolveram, no Convênio de Taubaté⁹⁵ [...] rehabilitar a lavoura da sua superprodução pernicioso (BRASIL, 1910).

Como é possível notar, Pádua Rezende aponta vários fatores que culminaram no colapso da indústria do café - a qual era apresentada nos discursos oficiais como o “grande barômetro regulador” da economia nacional -, entre os quais estavam: escassez monetária; especulação cambial; falta de apoio dos estados para a produção nas lavouras; necessidade de intervenção do governo federal para o não agravamento da crise; crescimento desordenado e falta de regularização da cultura do café (BRASIL, 1910, não paginado). Rezende ainda atribuiu à elite política de São Paulo a “heróica resistência” no ano de 1908, uma vez que a mesma:

(...) defluindo do aparelho permanente dos entrepostos geraes,regulado em suas transações pelas bolsas internas e dilatado com os tentames de honesta propaganda practica dos mercados consumidores, garantiria a nossa principal indústria agrícola, para sempre, a supremacia a quem tem direito incontestável, e ao Brazil, por muito tempo, a mais avultada sommas de receitas orçamentárias (BRASIL, 1910).

O colapso do setor cafeeiro, que teve início em fins do século XIX estendendo-se até as primeiras décadas do século XX, evidenciou a dificuldade de um país em transição - no que diz respeito ao seu sistema político -, em lidar com as questões econômicas (as quais eram voltadas para atender aos interesses da sua elite), acabando por mostrar-se ineficiente ao tratar, por exemplo, da inserção internacional do produto em meio à referida crise. De acordo com Leandro Torelli (2004), que analisa o papel da elite cafeeira paulista durante esta instabilidade econômica, a economia do café foi um marco no processo de formação do capitalismo no Brasil, uma vez que fez parte deste processo de incorporação das forças produtivas capitalistas no país. Para o autor:

⁹⁵ De acordo com Leandro Torelli: “(...)a safra prevista para 1906 tornou a crise intolerável e uma reunião entre os presidentes dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (Jorge Tibiriçá, Francisco Antônio Sales e Nilo Peçanha respectivamente) em fevereiro daquele ano, na cidade de Taubaté, acabou resultado num acordo de um projeto de intervenção com o intuito de valorizar o café. A proposta é a que segue: “(1) manutenção dos preços do café entre 55 e 65 francos a saca; (2) negociação de um empréstimo externo de 15 milhões de libras para amparar a intervenção do mercado; (3) imposição de um imposto ao plantio de novos pés de café; (4) criação de uma “Caixa de Conversão” destinada a estabilizar o câmbio, impedindo a valorização; (5) proibição da exportação de cafés inferiores”. Op.cit. (p. 18).

Podemos dizer, grosso modo, que o capital cafeeiro, em seu movimento em busca de valorização, se diversifica, criando atividades econômicas que, muito além da produção de café propriamente dita, acabam se articulando num determinado complexo composto por outros elementos: uma agricultura mercantil de alimentos e matérias-primas; implantação e desenvolvimento de um sistema ferroviário; expansão de um sistema bancário; atividades criadoras de infra-estrutura; uma atividade estatal ligada ao complexo; e, por fim, a grande indústria e mesmo um núcleo embrionário de bens de produção. Todas essas atividades, entretanto, subordinavam-se ao comércio de exportação, ou seja, o elo que guardava relações com o sistema capitalista mundial era o capital mercantil, braço forte do capital cafeeiro (TORELLI, 2004, p. 3-4).

Neste sentido, as transformações econômicas advindas com a produção do café fomentaram mudanças no cenário nacional, como, por exemplo, o fato de os produtores passarem a se preocupar com a modernização e racionalização agrícola, fazendo com que o fazendeiro acabasse “compartilhando o destino burguês” (TORELLI, 2004, p. 3).

De acordo com Torelli, o complexo cafeeiro em São Paulo e as suas características gerais já estavam presentes na primeira década republicana. Para o autor este movimento forja uma elite ligada aos negócios do referido complexo, sendo esta a elite mais forte economicamente da Primeira República. Desta forma, sua ação na defesa dos seus interesses é um aspecto chave do contexto político, social e econômico de, pelo menos, o primeiro meio século da história republicana brasileira (TORELLI, 2004, p. 4). Ainda segundo o autor, as intenções da elite paulista sempre foram a defesa dos seus interesses de rentabilidade e realização do capital cafeeiro; para tanto, conseguiu impor a noção de que o café era um problema nacional, e conseqüentemente, o Estado nacional tinha a obrigação de defender os interesses da produção, uma vez que era dela que o país dependia para honrar os compromissos externos e pagar suas contas. O historiador chama a atenção para a mudança de discurso conforme o interesse da classe:

(...) a postura da elite cafeeira paulista nos debates parlamentares foi mudando em função das conjunturas específicas que enfrentava. Em relação ao projeto de valorização do café, até 1906 sua postura era contrária, em virtude do interesse maior em defender o programa de estabilização cambial e de austeridade nas contas públicas seguido pelos governos Campos Sales e Rodrigues Alves. Este interesse estava acima de tudo, pois tratava-se da inserção internacional da elite cafeeira paulista no momento de retomada dos fluxos de capital pelo mundo após o fim da chamada Grande Depressão. Um estado com credibilidade junto aos credores internacionais era evidentemente necessário para que a elite cafeeira paulista garantisse seu acesso a este mercado. Por isso que a questão da defesa do café, neste momento, ficou em segundo plano. Quando esta condição estava garantida e a crise de preços do café se encontrava cada vez mais agravada, prejudicando a manutenção do negócio, a elite paulista assumiu a postura de defesa da valorização, afirmando o argumento de que o problema do café era nacional, algo que acabou transbordando para a questão cambial, onde a elite paulista e seus aliados conseguiram impor a

Caixa de Conversão, instrumento importante para a estabilização cambial, e portanto, de defesa e rentabilidade do setor cafeeiro. Além disso, essa política de adoção do padrão-ouro trazia ainda mais credibilidade ao Estado brasileiro que, com isso, se aproveitou bastante do grande fluxo internacional de capitais entre os anos de 1906 e 1913 (TORELLI, 2004, p. 123-124).

O autor nos mostra que o jogo político de interesses era o que dava contorno aos debates sobre a crise do café, uma vez que os discursos e as ações políticas adequavam-se conforme as reações do mercado em relação ao produto, sempre buscando atender aos interesses daqueles que eram os proprietários das áreas produtoras. Isso ocorreu, por exemplo, no momento em que o fluxo de capital externo exigia uma política econômica de recuperação das contas públicas. Num segundo momento, quando o preço do café se achava extremamente deprimido e a defesa dele passou a ser essencial para garantir os níveis de realização dos negócios cafeeiros, a valorização do café também foi feita (TORELLI, 2004). Tudo isso em prol dos interesses da elite cafeeira (TORELLI, 2004, p. 124). Considerando que a questão da indústria cafeeira estava submetida aos interesses de grupos pertencentes à elite política e econômica paulista, a solução para este “problema nacional” tornava-se cada vez mais desinteressante e inviável. Diante desta conjuntura, Torelli conclui que “a crise do café acaba por deixar evidente (...) a incapacidade do país em construir uma solução para o problema financeiro e monetário” em que se encontrava àquela altura (TORELLI, 2004).

Compreender o contexto da crise do setor cafeeiro em fins do século XIX e início do XX é primordial para analisar a participação brasileira em Turim, uma vez que o produto era o “carro-chefe” da representação nacional no exterior. De acordo com a visão otimista das autoridades políticas, a exposição turinesa seria uma importante vitrine para o produto, gerando expectativa em relação a uma possível contribuição para a resolução da “crise” e prevenção de acontecimento semelhante com outros produtos nacionais, como é relatado na descrição da “Exposição de Motivos” que justificaram a participação brasileira no certame:

(...) essa parte da Exposição Italiana muito poderá contribuir para se resolver a crise do café, que abalou os fundamentos da fortuna pública e particular, e prevenir as que possam dar com relação a outros productos, por cujo desenvolvimento devemos propugnar, facilitando a sua introdução nos mercados externos, em concorrência com os similares de outras procedências, taes como gado, os fructos e os productos da industria extractiva, nos três reinos da natureza. Inquestionavelmente, pois, uma exposição universal é um dos melhores meios de nos tornarmos com vantagem conhecidos e de caminharmos para a consecução desses fins (BRASIL, 1910, p. 169-170).

Ao retratar a possibilidade de a crise do café ameaçar outros setores da produção nacional, Rezende parece estar alheio ou mesmo negar a existência de outros produtos

significativos para a economia brasileira, como no caso da borracha amazônica, a qual, como já retratado neste trabalho, também passava por um período de grande dificuldade no que se refere à disputa pela comercialização do produto no mercado internacional. No entanto, mesmo diante da ameaça de colapso econômico, tal como no setor cafeeiro, não há nenhuma menção às dificuldades da “indústria gomífera” no referido relatório. Outro produto que, em virtude da sua relevância econômica para o país, merecia maior destaque na exposição era o cacau; porém, devido à pouca quantidade de amostras enviada pelos estados produtores, o mesmo não obteve a evidência esperada no certame (O ESTADO..., 1911).

Após várias páginas dedicadas ao café, o relatório aborda a organização da representação do Brasil na exposição. Ao tratar deste assunto, Pádua Rezende faz uma espécie de “análise comparativa” desta exposição com as últimas nas quais o país participou, no caso, a de Bruxelas (1910) e a Exposição Nacional do Rio de Janeiro (1908), esta última sendo o Brasil o país anfitrião. Na “análise”, o relator tece algumas críticas à representação brasileira, além de fazer sugestões para uma “nova concepção” da mostra do país na Itália. Após apontar, em exposições anteriores, a falta de unidade na exibição dos produtos nacionais, Rezende propõe, para Turim, uma representação nacional “unificada”, o que, segundo ele, refletiria uma imagem mais “convicente” do país. Tal proposta deveria estar presente desde o projeto arquitetônico até a forma como os produtos deveriam ser exibidos (RELATÓRIO..., 1910). Segundo Sanjad e Castro (2015):

Essa proposta tinha início na concepção dos edifícios, cujos projetos arquitetônicos tiveram de ser reformulados em razão das ‘irregularidades do terreno’, não previstas pelos arquitetos e engenheiros brasileiros. Consequentemente, as obras tiveram início somente em setembro, com grande atraso. Na nova concepção unificada de Rezende, os estados não teriam seus respectivos *stands*. Todos os produtos seriam organizados conforme sua classificação, e não conforme a proveniência (SANJAD; CASTRO, 2015, p. 835).

Diante da proposta de Rezende, a representação nacional não estaria segmentada em pequenas amostras por estados, uma vez que todos os produtos seriam organizados conforme a classificação estabelecida pela organização do evento. A estrutura da mostra brasileira ficou dividida em três pavilhões: Pavilhão de Honra, Pavilhão Central e Pavilhão Italiano. O primeiro, com arquitetura externa inspirada no estilo Barroco brasileiro, era o mais pomposo em sua decoração, da qual participaram artistas nacionais, como Eduardo Sá; Antonio Parreiras; Eugenio Latour; irmãos Timotheo da Costa e Carlos Oswaldo; Lucílio de Albuquerque; e, como única mulher, a escultora Nicolina Vaz de Assis. O Pavilhão Central, destinado exclusivamente para a exposição dos produtos brasileiros, tinha decoração que

remetia à produção nacional, como por exemplo, os “vitraes coloridos entre os quaes sobressai ‘A colheita do Café’”, e também a “decoração da cupola ‘A Pesca no Brasil’, devida ao pincel do artista Luiz Augusto de Freitas”. Outro item de destaque neste pavilhão seria o painel dos artistas Manoel Madruga e Carlos Chambelland, sendo que o primeiro ilustrava “o Brazil apresentando às diversas nações do Mundo os seus diferentes productos, o segundo, uma Allegoria à Agricultura”. Já o terceiro e último Pavilhão (o Italiano), dedicado à colônia italiana, teve uma tela principal, também pintada por Chambelland, representando Anitta e Giuseppe Garibaldi; na entrada principal “duas estátuas, em baixo relevo, o Brazil e a Italia, trabalhos confiados ao escultor Eduardo Sá”; e, no centro, um vitral “imaginando o Cruzeiro do Sul” e outros mais simples, “expondo numa decoração feliz, a variedade das fructas brasileiras” (BRASIL,1910, p. 94 -96).

A Figura 2 mostra um cartão postal em comemoração ao evento italiano, cuja imagem reproduz um dos ângulos do pavilhão brasileiro na exposição, às margens do Rio Pó.

Figura 02 – Pavilhão brasileiro em turim⁹⁶.



Fonte: Turim... (1911)

A estrutura da exposição brasileira ainda contava com um terraço ornamentado com palmeiras e plantas tropicais; o pavilhão do “cinematographo”, com uma sala para 350 pessoas; e a iluminação externa e interna, que precisou se adequar às exigências do Comitê Executivo italiano. (BRASIL, 1910, p. 96). Nota-se forte ecletismo no que diz respeito à decoração dos pavilhões, uma vez que, de acordo com o relatório, o “estilo barroco”, o “estilo imperial” e o “estilo Luiz XVI” são algumas das expressões utilizadas para definir as características decorativas de cada um daqueles espaços expositivos.

Para Ruth Levy (2008), cujo trabalho analisa a arquitetura efêmera da Exposição Nacional de 1908, a história das exposições mostra não apenas a evolução das construções, mas também as significativas mudanças na estética das mesmas, sendo um campo de experimentação para a arquitetura, na medida em que envolve “estas difíceis relações entre técnica, representada pelos novos sistemas construtivos, e estética, ligadas aos conceitos e à plástica do estilo”. Desta forma, conclui a autora, “o dilema entre tradição e modernização, bem como a questão do historicismo, permeiam intimamente estas relações” (LEVY, 2008, p. 54-55).

Já Francisco Foot Hardman (2005) retrata a arquitetura das exposições como parte componente de um processo de sedução que tais eventos trazem em si, uma vez que

⁹⁶ Pavilhão do Brasil na margem direita do Rio Pó (Turim)

inauguraram “uma fantasmagoria em que o homem entra para deixar-se distrair”. Tal sedução, segundo o autor, estava relacionada ao triunfo da burguesia face à expropriação do trabalhador. Para Hardman:

Todas essas construções logo vieram a ser celebradas como maravilhas da época. Eram, por assim dizer, as protagonistas da exibição, atrações especiais do espetáculo. A emoção mecânica encontrava ali seu melhor cenário. Sonho e cotidiano harmonizavam-se segundo os artifícios da técnica. (...) Tornava-se visível e tátil o conceito de mercado mundial. Nutria-se, assim, a fé iluminista na unidade humana. Desenhavam-se os contornos materiais, as fantasias retóricas e os passes de mágica do ideário em torno do espetáculo moderno de massas. (...) Daí a vocação abrangente daqueles certames, reunindo tradição e novidade, técnicas rudimentares e experimentais, dentro do espírito enciclopédico de classificar todas as coisas do mundo, espécie de utopia ansiosa em não perder nada de vista (HARDMAN, 2005, p. 71)

Neste sentido, a arquitetura das exposições e o imaginário que elas proporcionavam à sociedade, conforme Hardman analisa em seu trabalho - utilizando para isso textos literários e filosóficos⁹⁷ -, eram parte integrante deste “teatro” do progresso técnico, da modernidade. O Brasil, que promoveu algumas exposições durante o período imperial e posteriormente durante a República, como forma de ensaio para a participação em exposições internacionais, também se utilizou destes “cenários”, imagetivamente percebidos como grandiosos espetáculos, para ganhar destaque com as suas manufaturas. Estas eram compreendidas como parte integrante dos “objetos de conhecimento técnico científico”, uma vez que o ideário proposto pelo contexto das exposições era o do progresso; da austeridade em relação ao luxo que compunha estes espaços; da racionalidade e da transformação de cada elemento exibido pelo Brasil em matéria-prima (HARDMAN, 2005, p. 90-103).

De acordo com o relatório de Pádua Rezende, a exibição brasileira seria configurada conforme o Quadro 4, exposta a seguir:

⁹⁷ Ao longo da sua obra, Hardman analisa a questão da modernidade e a sua relação com as exposições internacionais do século XIX, utilizando como referência autores como Dostoiévski, Flaubert, Marx, entre outros.

Quadro 4 – Organização da mostra brasileira na exposição de Turim

PAVILHÃO DE HONRA	PAVILHÃO CENTRAL	PAVILHÃO ITALIANO
Ensino (primário, secundário, superior e técnico);	Coleções científicas, mineralógicas e geológicas	Farinhas, féculas e outros produtos de moagem
Coleções de numismática	Geologia econômica e industrial mineral	Massas alimentícias, biscoitos, bolachas, artigos de confeitaria e pastelaria
Arte musical	Águas minerais, sais e salinas	Chocolates, bombons e balas
Fotografia	Pequena metalurgia	Conservas de carne, peixe, legumes e frutas
Processos de reprodução: tipografia, litografia, fototipia, fotogravura e outros	Borracha	Azeites, óleos e condimentos, vinhos, vinagres, licores, cervejas e outras bebidas alcoólicas
Papelaria e objetos de escritório: livros e publicações	Substâncias taníferas, fibras e cascas industriais	Xaropes, limonadas, águas gasosas e artificiais
Medicina e Cirurgia: Arte Farmacêutica	Frutos Silvestres	Queijo, manteiga e outros produtos lácteos
Saúde Pública: Assistência Pública e Particular	Matte	Obras de marcenaria e carpintaria
Melhoramentos Municipais	Óleos, Ceras e Resinas	Tapetes e tecidos de ornamentação
Engenharia Civil e Militar	Madeiras	Papeis pintados e estampados
Telegrafia e Telefonia	Plantas Medicinais	Vidros pintados, gravados e ornamentados
Relojoaria e Ourivesaria	Produtos de caça e pesca: peles brutas, penas, crinas e conchas	Flores artificiais
Pedras Preciosas e Semi preciosas	Café ⁹⁸	Cristais, porcelanas e louças
Mobiliários de Luxo	Açúcar	Aparelhos de iluminação, aquecimento e ventilação
---	Fumo	Aparelhos de iluminação, aquecimento e ventilação
---	Cacau	Fios e Tecidos
---	Arroz, feijão, milho, cevada, trigo, centeio, alfafa, favas	Barbantes e cordoalhas
---	Produtos da Zoologia Agrícola	Roupas e outros produtos de alfaiataria e vestuário ⁹⁹

⁹⁸ “Sacas de café em pilhas; café em coco; café despulpado; tipos naturais; tipos de exportação; tipos de café estrangeiro; café torrado, em grão e moído; fotografias, estatísticas, diagramas e outros processos de demonstração” (BRASIL, 1911b, p. 99).

⁹⁹ “Roupas brancas; produtos de alfaiate e costureira; chapéus; calçados; guarda-chuvas e bengalas; outras indústrias do vestuário; pentes e botões, grampos, alfinetes, colchetes e artigos similares; luvas e leques”. (BRASIL, 1911b, p. 100).

---	Silvicultura, arboricultura, floricultura, fruticultura e horticultura.	Perfumaria
---	---	Sabões, velas e glicerinas
---	---	Artigos de metais comuns
---	---	Peles preparadas (malas, bolsas, etc)
---	---	Cutelaria
---	---	Produtos Químicos
---	---	Vassouras, broxas, escovas e esteiras
---	---	Tintas, colas, vernizes e graxas
---	---	Outros produtos fabris não especificados
---	---	(Segundo Pavimento) Dioramas; setor de informações e distribuição de livros e outras publicações de propaganda

Fonte: BRASIL, 1911b.

Ao analisarmos o Quadro 4, assim como os relatórios de governos e os relatórios da participação brasileira na exposição, é possível notar que parte dos produtos nacionais exibidos não foram identificados pela sua procedência, ou seja, pelo seu estado de origem, seguindo a proposta de “unificação” sugerida por Rezende. Ao considerarmos os documentos oficiais dos governos estaduais, constatamos que poucos foram os que dedicaram parte do seu conteúdo à participação estadual em Turim, e quando o fizeram, em sua maioria limitaram-se a breves pontuações, comentando de forma superficial e generalizante a sua participação. Este fator, de certa forma, dificulta uma análise das singularidades da produção oriunda de cada um dos estados participantes.

De acordo com o relatório do Ministério da Agricultura, a exibição brasileira na Itália contou com a presença de vinte e um estados: São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Paraná, Pará, Pernambuco, Alagoas, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Amazonas, Paraíba, Mato Grosso, Ceará, Piauí,

Sergipe, Maranhão e Goiás ¹⁰⁰. Conforme informa o relatório, apenas um estado não participou do certame¹⁰¹.

A seguir observa-se a Tabela 3 que identifica os estados participantes, os volumes contendo os produtos que foram enviados pelos mesmos, e os custos para o transporte destes artigos até a Europa:

Tabela 3 – Relação dos volumes enviados pelos estados para Turim

ESTADOS	NÚMERO DE VOLUMES	VALOR
São Paulo	540	118:538\$000
Minas Gerais	468	96:815\$400
Distrito Federal	341	222:150\$000
Bahia	198	7:959\$000
Rio Grande do Sul	174	33:592\$000
Paraná	165	15:757\$000
Pará	158	10:080\$000
Pernambuco	120	9:409\$000
Alagoas	62	4:776\$000
Santa Catarina	50	3:662\$000
Espírito Santo	44	15:310\$000
Rio de Janeiro	43	17:040\$000
Amazonas	12	2:140\$000
Paraíba	11	420\$000
Mato Grosso	10	4:716\$000
Ceará	10	1:210\$000
Piauí	8	990\$000
Sergipe	6	265\$000
Maranhão, Goiás e outros estados	16	10:110\$000
TOTAL GERAL	2.436	574:939\$400

Fonte: (BRASIL, 1911a, p. 325).

¹⁰⁰ No ano de 1911, a divisão administrativa do território nacional era composta por 22 estados/ territórios: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal (Capital do Brasil), Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba do Norte, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Território do Acre (BRASIL, 1913).

¹⁰¹ Se trata do Território do Acre, uma vez que o mesmo não é citado como participante da exposição nos relatórios referente a mesma.

A Tabela 3, faz referência ao quantitativo de volumes de artigos enviados pelos estados ao Rio de Janeiro para figurar em Turim, além dos custos do envio. Foi no Distrito Federal que se concentrou a arrecadação dos artigos brasileiros para o posterior encaminhamento à Itália. Nota-se grande discrepância no número de volumes e nos valores entre os estados participantes: o Distrito Federal, segundo o quadro, foi o que mais gastou com o envio de seus produtos, mesmo não os tendo enviado em maior quantidade quando comparado aos demais; esta última característica foi atribuída a São Paulo, estado que enviou 540 volumes, o maior quantitativo entre todos. Vale ressaltar que alguns estados enviaram diretamente para a Itália parte de seus produtos a serem expostos, como foi o caso do Pará¹⁰², fato este responsável pela subnotificação na quantidade de volumes que foi contabilizada no relatório do Ministério da Agricultura.

Embora diante da dificuldade em investigar mais detalhadamente as especificidades das produções de cada estado em virtude da escassez de informações dos documentos oficiais, ao analisarmos as Tabelas 2 e 3, é possível inferir que a exibição brasileira contou com grande quantidade e variedade de produtos. Segundo o relatório do Ministério da Agricultura elaborado no ano seguinte à realização do certame italiano.

(...) as collecções de minérios e mineraes da Escola de Minas de Ouro Preto¹⁰³, dos Estados de Minas Geraes, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco e do Museu Commercial desta capital; uma riquíssima coleção de mármores de diversas cores, dos dois primeiros daqueles estados; os tecidos de varias fabricas, diversos artefactos, rendas etc., e uma secção de modas caprichosamente organizada, na qual se notavam diversas peças feitas com seda de Barbacena. (..). Separados por um vasto terraço, em que se fazia distribuição do café e do mate¹⁰⁴, achava-se o terceiro pavilhão, dividido em pavimento inferior e superior. No pavimento inferior estavam as exposições de madeiras dos Estados do Pará, Minas Geraes, S. Paulo, Bahia e Espirito Santo; de borracha, acompanhada de um riquíssimo mostruário de plantas do Amazonas e do Pará, sementes das arvores que a produzem e instrumentos empregados na extração do

¹⁰²“Verifica-se por este quadro que foram enviados para a Italia 2.436 volumes no valor de 574:939\$400. A esse número convém adicionar os volumes enviados diretamente do estado do Pará contendo produtos de fácil deterioração e que exigiam condições especiais de transporte em frigoríficos, e os que, em grande quantidade, foram transportados de Bruxelas para Turim”. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Industria e Commercio, Dr. Pedro de Toledo, no ano de 1911. Volume I. Rio de Janeiro: Officinas da Directoria Geral de Estatística, 1911. p. 325.

¹⁰³ A Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP) foi fundada em 1876 por D. Pedro II, com a participação de professores franceses, e promoveu significativas mudanças nas práticas de ensino de Engenharia Mineral. A referida instituição teve importante participação nas Exposições Universais na virada do século XIX para o XX, uma vez que, de acordo com Paulo Santos (2009), tais eventos foram fundamentalmente importantes para o setor mineral, na medida em que “possibilitaram negócios, articularam redes, permitiram a expansão dos empreendimentos editoriais e mostraram os limites tênues entre empresários, cientistas, negociantes, indústria mineral, mercado internacional, público e privado” (SANTOS, 2009, p. 256).

¹⁰⁴ A erva mate era oriunda, principalmente, dos estados do sul do Brasil, como é o caso de Santa Catarina. Este estado também levou uma variedade de produtos, como demonstrado em Relatório de Governo: “(...)A nossa produção está representada na Exposição por uma grande collecção de madeiras, por herva-matte, café, farinha de mandioca, assucar, farinha de bananas, tapioca, cereaes, fructas, manteiga, queijo, productos suinos, couros, alcool, vinho, oleos, tecidos de algodão, fibras diversas e mtos outros productos” (RAMOS, 1911, p. 65).

látex, tudo organizado debaixo do ponto de vista industrial e científico; de fibras de diversos Estados; de ceras; de mate; de fructas oleaginosas; de cacau; de cumaru; de instrumentos de música; de diversos machinismos, engenhos para moagem de canna, carruagens, artefactos de diversos metaes, aparelhos telegraphicos etc. (...) No pavilhão superior estavam as exposições de fumos e seus preparados (cigarros, charutos, etc); de productos pharmacêuticos e plantas medicinaes; de fructas e peixes remettidos pela Sociedade Nacional de Agricultura¹⁰⁵; de assucar; fructos em conserva, doces chocolates e lacticínios; de biscoitos; de moveis e productos cerâmicos; de quadros relativos a estradas de ferro, architettura e trabalhos de portos; de pequenos modelos para installações metereologicas, e uma riquíssima colecção de borboletas e animaes empalhados; enviada pela referida Sociedade.” (BRASIL, 1911a, p. 243-244).

Mesmo identificando a origem de alguns produtos - como as coleções de minérios de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, assim como as de madeiras do Pará, Minas, Bahia e Espírito Santo -, o relatório do Ministério da Agricultura tenta dar uma visão mais geral do que havia sido a representação brasileira naquele certame. Isso permite perceber que houve mudanças em relação à organização da exibição, conforme o “tema” de cada pavilhão e de acordo com o planejamento inicial de Pádua Rezende. Por exemplo, a exibição de produtos têxteis e vestuários, inicialmente prevista para compor o Pavilhão Italiano, acabou sendo exibida no Pavilhão Central; assim como as madeiras e a borracha, anteriormente previstas para o Pavilhão Central, compuseram a mostra do primeiro pavimento do Pavilhão Italiano.

Outro aspecto importante em relação à representação brasileira é o setor dedicado ao fornecimento de informações sobre o país - ou *bureau*, como mencionado no relatório – cujo objetivo primordial era a propaganda nacional, em especial sobre os assuntos econômicos, fornecendo dados “relativos à qualquer indústria, à situação commercial, assim como sobre climatologia, hygiene, estatísticas, organização política, legislação e costumes”¹⁰⁶. Tal escritório de informações utilizava como estratégia para a divulgação do país a distribuição de

¹⁰⁵ “A SNA é uma associação criada, em 1897, por proprietários rurais oriundos de diversos estados do país. Segundo Wanda Weltman, esse grupo era composto pelas elites agrárias do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e do Nordeste que estariam interessadas em modernizar a agricultura. De acordo com Marcos Bhering, a SNA foi herdeira da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), pois as mesmas famílias estiveram à frente da criação de ambas, com destaque para a baiana, proprietária de terras, Calmon du Pin e Almeida. A Sociedade Nacional de Agricultura era, de acordo com Sônia Regina de Mendonça, uma entidade organizada por grupos da classe proprietária de terras “secundárias” que estavam ligados às atividades agrárias destinadas ao mercado interno. O elemento unificador de tais grupos era o fato de não se vincularem ao setor cafeeiro. Prova disso é que nenhum “porta-voz” dos cafeicultores paulistas ocupou cargo importante nas diretorias da SNA. A ação da Sociedade Nacional de Agricultura, segundo Mendonça, se organizou em torno de algumas demandas centrais, como o fomento ao associativismo, a diversificação agrícola e a implementação de escolas formadoras de especialistas no ramo, alternativas à Escola de Agronomia de São Paulo. De acordo com a autora, a partir da atuação da associação com o objetivo de agremiar a classe agrícola, multiplicou-se o número de sociedades e instituições agrícolas no país. Além disso, o quadro dos sócios da SNA passou dos 47 fundadores, em 1897, para 5.200, em 1908. Desse modo, de acordo com a autora, a SNA tornou-se um órgão de formação de opinião da classe dominante, de consulta e de prestação de serviços a seus associados.”. Ver mais em: (MELO, 2011).

¹⁰⁶ Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commercio, Dr. Pedro de Toledo, no ano de 1911. Volume I. Rio de Janeiro: Officinas da Directoria Geral de Estatística, 1911.

livros, prospectos, mapas e cartões postais fornecidos pela extinta Comissão de Expansão Econômica¹⁰⁷, ação que fazia parte do que foi denominado como “serviço de divulgação panfletária”. Além deste, o já mencionado cinematographo e os dioramas, foram utilizados para a exibição de uma “grande collecção de motivos brasileiros” (BRASIL, 1910, p, 101). Também como estratégia de divulgação, foram utilizadas frases que chamassem a atenção para as “qualidades” do país, entre as quais Rezende sugere:

No Brazil, o excedente da exportação sobre a importação é de 500.000.000 de francos. ‘O Brazil é o maior productor de café, mate, cacão e manganez’. ‘No Brazil, a exportação de café, em 1910, foi de 13.000.000 de saccas de 60 kilos’. ‘Os outros paizes, productores, reunidos, exportaram apenas – 4.000 de saccas’. ‘O Brazil, em extensão territorial, é o quarto paiz do globo e o mais vasto da America do Sul’. ‘A superfície do Brazil é de 8.500.000 kilometros quadrados: 15 ½ vezes maior do que a Allemanha, 16 vezes a França, 30 vezes a Italia, 206 vezes a Suissa e 289 vezes maior do que a Belgica, podendo conter, em toda a sua área, toda a Europa, com excepção da Russia’. ‘No Brazil, todos são iguaes perante a lei’. ‘O Brazil resolveu, pacificamente, mediante accordo, ou por arbitrariamento, todas as pendências que tinha com as nações visinhas, para a fixação definitiva das suas fronteiras’. E muitas outras, sempre curtas e incisivas (BRASIL, 1910, p. 101-102).

A propaganda brasileira destacava os aspectos econômicos do país, constantemente evidenciando o café como representante da produção nacional e, por conseguinte, acabando por “negligenciar” outros produtos que também lideravam as exportações, tal como a borracha amazônica e o cacau, já citados neste capítulo. O café foi o produto priorizado. Sua presença na exposição foi pensada estrategicamente, no centro do segundo pavilhão. Neste sentido, é possível notar que, mesmo com a tentativa de realizar uma mostra brasileira com “feições unificadas”, havia, ainda que de forma velada, uma disputa por espaço entre os estados, com base no grau de relevância que, supostamente, suas produções teriam para o país.

Outro ponto a ser destacado é a ênfase dada à extensão do país, apresentando-o como dotado de um vasto território, inclusive o comparando com as dimensões de outros países

¹⁰⁷ De acordo com o decreto nº 6.668 de 3 de outubro de 1907, que aprova as instruções para o serviço de propaganda e expansão econômica do Brasil no estrangeiro: “Art. 1º O serviço de propaganda e expansão econômica do Brazil no estrangeiro é confiado a um director geral, que será auxiliado nas suas funções por um consultor e pelos delegados especiaes que se fizerem precisos. Art. 2º O director geral tem a seu cargo esclarecera opinião européa acerca de tudo que diga respeito à expansão econômica do Brazil, competindo-lhe especialmente: I. Empregar os melhores meios de vulgarização de notícias sobre cousas pátrias por jornaes, boletins e opúsculos, ou como entender proveitoso, promovendo a divulgação de dados officiaes e de informação sobre as vantagens naturaes que os diversos Estados da União offerecem ao trabalho e ao capital; II. Refutar, por todos os meios de bem entendida publicidade, os escriptos que contenham falsidades a respeito do Brazil; III. Fazer expor, em logares ao alcance do publico, photographias, gravuras, desenhos, mappas e outros objectos que nos interessem, bem como produtos nacionaes; IV. Fornecer informações e distribuir memorias [sic], guias ou quaesquer impressos que contenham esclarecimentos úteis sobre cousas pátrias, podendo, com o mesmo intuito, effectuar conferencias publicas (...)” (BRASIL, 1907).

européus, talvez como parte do significativo empenho para tentar atrair investidores e imigrantes; somando-se a esse discurso, a ideia de um país pacífico, dado ao respeito às leis e à preservação de boas relações internacionais, foi um aspecto imprescindível para os pretensos negócios com o estrangeiro.

O desejo de Pádua Rezende por uma apresentação unificada do Brasil em Turim não constituiu tarefa fácil, uma vez que as dificuldades de organização foram muitas, implicando no atraso da abertura da seção brasileira ao público: a inauguração da exposição ocorreu no dia 19 de abril, mas o pavilhão brasileiro foi aberto para visita somente dois meses depois. Conforme o relatório da representação paraense em Turim, “não houve uma sincronia entre as equipes responsáveis pela construção dos edifícios, pela remessa dos produtos e pela arrumação da mostra”; além disso, “a concentração das atividades de remessa no Rio de Janeiro, sob a coordenação do Museu Comercial, produziu sobrecarga de trabalho no local e atrasos desnecessários, além de perdas e prejuízos com os sucessivos deslocamentos dos produtos” (O ESTADO..., 1911).

A análise do relatório da delegação paraense permite compreender a dimensão dos percalços que antecederam a inauguração da mostra brasileira em Turim, além das consequências que esses problemas causaram à representação estadual e nacional. Sobre isto, falaremos a seguir.

3.2 Mostrando-se a altura dos seus progressos: a representação paraense

Inaugurada a Exposição de Turim em 19 de Abril, ainda quando os pavilhões do Brazil não estavam concluídos, os nossos delegados venceram com galhardia todas as naturaes difficuldades, sobrevindas à necessidade de organizar com urgência a secção paraense, de modo a podermos exhibir, como, de facto, exhibimos, optimo e promissor conjuncto em 23 de junho, data da abertura da secção brasileira. Durante mais de 4 mezes os nossos productos estiveram expostos, tendo sido considerável a visita do público. Não hesito em dizer que o Pará soube mostrar-se à altura dos seus progressos (COELHO, 1912, p. 21).

Um ano após a exposição de Turim o governador do estado, João Coelho, descreveu oficialmente como teria sido a participação estadual no certame, de forma demasiadamente elogiosa e exaltando a delegação paraense, como evidencia o trecho da mensagem à Assembleia Legislativa em 1912, acima reproduzido. Como já citado, o evento foi inaugurado em 29 de abril de 1911, no entanto, a participação brasileira só foi desvelada ao público dois meses depois, em virtude das “naturaes difficuldades” que a comissão estadual “venceu com galhardia”, como relata Coelho em tom mais ameno.

Entretanto, os elogios do governador e a forma aplacada com que o mesmo se refere aos problemas enfrentados durante a organização da mostra não refletiram a realidade dos bastidores da exposição em terras italianas. Em Turim, Jacques Huber, Jayme Abreu e João Antônio Rodrigues Martins (Cônsul Geral do Brasil em Gênova) eram os responsáveis pela ordenação do mostruário paraense. Vale ressaltar que, originalmente, da comissão organizadora oriunda do Pará, apenas Huber foi mantido como delegado na Itália. Jayme Abreu e Rodrigues Martins foram nomeados delegados pelo governo estadual posteriormente, o primeiro por ter prestado bons serviços ao estado na Exposição Nacional de 1908 e o segundo, em virtude de seu cargo diplomático.

Segundo os redatores do relatório paraense, os primeiros dias em terras italianas foram marcados por grande desordem em relação aos preparativos para a mostra brasileira e, conseqüentemente, para a exibição paraense. Atraso dos produtos e o mau estado de conservação em que chegavam; número insuficiente de colaboradores; desinteresse por parte daqueles que compunham a comissão de representação; entre outros fatores, foram as queixas mais recorrentes dos que estiveram à frente dos aprestos para a exposição. É o que se percebe ao analisarmos a correspondência de dois dos membros da comissão paraense, Jacques Huber e Jayme Abreu, e também as cartas enviadas pelo primeiro para o governador João Coelho.

De acordo com Ângela de Castro Gomes (2004), a utilização da escrita epistolar enquanto fonte documental é também um registro do que a autora chama de “escrita de si”. Para Gomes, o conteúdo das correspondências, em especial das privadas:

“(...) trata-se de um discurso geralmente marcado pelo cuidado no estabelecimento de relações pessoais. Ele pode combinar com grande facilidade o que vem do cotidiano/ordinário com o que vem do maravilhoso/extraordinário. De toda forma, é um espaço preferencial para a construção de redes e vínculos que possibilitam a conquista e a manutenção de posições sociais, profissionais e afetivas. (...) Cartas, como diários, memórias e outras formas de escrita de si aproximam, sendo discursos que mobilizam a sinceridade como valor de verdade, mas não podem, por isso, ser tratadas como formas naturalizadas e espontâneas” (GOMES, 2004, p. 21-22).

Neste sentido, através das cartas é possível notar o tipo de relação estabelecida entre os interlocutores, considerando a forma em que a narrativa é composta por aquele que escreve, e como é correspondida por aquele que a recebe. No caso de Abreu e Huber, nota-se que para além da postura de ambos enquanto membros de uma elite intelectual e desempenhando papel importante em meio ao certame, há um vínculo que pressupõe intimidade, uma vez que ambos demonstram uma confiança recíproca no que se refere às queixas que faziam em relação ao encaminhamento da organização da exposição, às críticas

direcionadas aos demais representantes paraenses, entre outros aspectos narrados em tom de informalidade. Diferentemente disto, o conteúdo das cartas enviadas por Jacques Huber ao governador do Pará possui um teor que demonstra maior formalidade e tem como tema principal os serviços designados pelo governo ao cientista, apontando desta forma, a não espontaneidade e naturalidade entre ambos, tal como retrata Gomes.

As cartas, enquanto fontes, têm grande importância para analisar o que foi a participação do Estado do Pará na exposição italiana, uma vez que, através das narrativas construídas, é possível adquirir significativas percepções para além das relações de sociabilidade entre remetentes e destinatários: vários detalhes do cotidiano do certame – antes, durante e depois da sua realização –, aspectos do contexto político, econômico e social que permeavam as expectativas nutridas pelo estado do Pará, e mesmo pelo Brasil, em fazer negócios com os estrangeiros; o olhar exterior em relação aos produtos brasileiros e amazônicos; a identidade, os produtos e a perspectiva dos expositores paraenses; entre outras possibilidades, que são passíveis de análise.

Como é possível notar, em contraposição às cartas têm-se as fontes oficiais do governo do estado - tais como os relatórios de governo ou as mensagens ao Congresso Legislativo -, que por vezes são reveladores de discursos divergentes. Imbuídos de grande entusiasmo referente à representação do Pará, os documentos produzidos durante a gestão do governador João Coelho não demonstram as dificuldades enfrentadas pelos delegados paraenses. Esses documentos oficiais remetem a discursos políticos que visaram a construção de uma imagem positiva de João Coelho e seu governo.

Outras minúcias da participação paraense em Turim como a organização do mostruário, os debates científicos, as tecnologias produzidas pelo estado do Pará, a borracha amazônica, a diversidade da produção local, os expositores, entre outros aspectos da representação estadual, são revelados nos conteúdos das cartas, conforme veremos a que seguir.

3.2.1 Os preparativos em terras italianas relatados nas correspondências: da “grande balburdia” à orgulhosa “sofisticação”

Apesar de toda minha boa vontade e esforços em atender os interesses do Pará, é tal a balburdia que aqui vai, quanto a retirada dos volumes e suas classificações dos armazéns escuros e alagados (em parte) onde os atiram a esmo, que sinto-me impotente, em sozinho detê-las o mal. A medida que os posso arrancar lá de baixo, tendo eu pessoalmente ir assistir a retirada, pois apenas para esse serviço, a comissão (a titulo de economia) dispõe de onze homens, na maior parte vadios e malandros, que nada entendem e tudo compreendem, perdendo boletins, misturando

mercadorias, perdendo etiquetas, enfim, procurando todos os meios para ainda maior ser a confusão(...) (ABREU, 1911, não paginado).

Nestes termos acima mencionados é que Jayme Abreu comunica a Jacques Huber sobre os percalços posteriores à abertura do pavilhão brasileiro em Turim, ocorrida mais precisamente no dia 23 de junho daquele ano. Tais dificuldades apontadas já vinham há muito tempo sendo alarmadas por Abreu, mais precisamente desde o momento da chegada da comissão em terras italianas, quando notou-se a ausência de grande parte dos produtos enviados, os quais até aquele momento ainda não haviam chegado para a exposição, fato este que poderia não corresponder às expectativas criadas em torno da propaganda nacional e paraense no exterior.

Em carta datada do dia 14 de junho de 1911, dias antes da abertura do pavilhão do Brasil, Jayme Abreu chamava atenção para o aspecto “pobre” de algumas seções em virtude da falta de produtos, em contraposição a outras mais “robustas”, como as seções de madeira e minerais, devido a abundância de material, ocasionando certo desequilíbrio na apresentação:

A inauguração do pavilhão brasileiro é no dia 23 do corrente. Inquestionavelmente a secção de madeiras e a que até hoje tem merecido mais elogios, os detalhes que fizeram o seu [ilégível] deram ali muito realce. A secção de mineralogia também é digna de menção, as demais foram feitas com poucos produtos que haviam, e francamente tem uma aparência pobre, felizmente já chegaram mais de 500 volumes de [Genova]. De forma que essa lacuna desaparecera. Dentre os volumes chegados, muitos são do Pará, mas [ilégível] não sei contudo, quando chegarão a Turim. Vem alguma borracha, mas pouca (ABREU, 1911, não paginado).

Nos constantes envios de cartas para o então diretor do Museu Goeldi, o cotidiano da mostra paraense em Turim é narrado nos seus pormenores, como é possível notar no trecho acima, sendo que algumas vezes em tom mais duro e vulgar. De acordo com Giselle Venâncio (2004) - que em seu trabalho analisa as cartas trocadas entre Monteiro Lobato e Oliveira Vianna durante parte do século XX, apresentando a escrita epistolar como meio de construção da autoimagem de seus interlocutores -, os intelectuais destacam-se por ser o grupo social que tem como característica a frequência de correspondências, seja para a troca de informações, de ideias ou de opiniões, o que possibilita “vislumbrar a tessitura de sua rede pessoal e profissional”, além da caracterização de suas práticas de intercâmbio. De acordo com a autora:

Esboça-se assim, através da escrita epistolar, parte de sua rede de sociabilidade, permitindo a (re)inserção de suas ideias em seu ambiente social e cultural, o que é um meio eficaz de se compreender os papéis que tanto a amizade e a solidariedade quanto a hostilidade e a rivalidade desempenharam na sua produção (VENÂNCIO, 2004, p. 114).

Neste sentido, através da leitura do conjunto de cartas enviadas por Abreu, é possível perceber o já mencionado nível de amizade entre os dois “intelectuais”¹⁰⁸, uma vez que as adversidades que ambos presenciaram foram motivo de grande descontentamento, como é possível perceber na narrativa de Abreu ao seu destinatário, onde, ao mesmo tempo em que desqualifica a organização e o trabalho de terceiros na ocasião que antecede a abertura da exposição, exalta seus próprios esforços na tentativa de manter a boa representação paraense. Ainda de acordo com Venâncio:

O ato de escrever cartas vincula-se diretamente às experiências vividas pelos indivíduos, representando a comunicação epistolar uma das mais claras formas de escrita subjetiva e existencial. A carta é um instrumento de configuração da própria identidade. Através dela o autor se constrói para o leitor, mesmo inconscientemente (VENÂNCIO, 2004, p. 124).

Para além da amizade e confidencialidade entre Jacques Huber e Jayme Abreu, é perceptível também o empenho deste último para a sua autoafirmação (ou a construção da própria imagem) relacionada aos seus esforços para “atender os interesses do Pará”. Tal fato revela-se quando Abreu manifesta insatisfação com o desempenho da comitiva estadual e com os próprios italianos em relação a organização da mostra brasileira e paraense em carta datada do dia 29 de junho de 1911, após a abertura da exposição brasileira. Abreu descreve ao botânico como foi a inauguração do referido pavilhão:

Como creio, já lhe referi, inaugurou-se o nosso pavilhão a 23 do corrente, o nosso presidente veio para este acto. A concorrência foi enorme, e com sofisticação (e para não dizer), mesmo com certo orgulho, ouvia os elogios que faziam a secção de madeiras, dentre as quaes se salientava a do Pará. Com as pressas da instalação, tive grande trabalho p^a resumir o que era do Pará, contudo, fiz o que foi possível. Noto

¹⁰⁸ Utilizamos aqui uma das abordagens da autora sobre o que seria a definição de intelectual, contemplando a ideia de “um espaço de sociabilidade intelectual, inserido na noção de campo da produção intelectual”. A autora em sua análise, faz referência ao momento em que definiam-se os limites dos espaços literários e científicos (entre 1910 e 1950). De acordo com Venâncio: “*‘Homens de letras’ e ‘homens de ciência’ (...), faziam parte de um restrito grupo de intelectuais que participavam de instituições que, desde meados do século XIX, no Brasil, vinham-se organizando, criando espaços de sociabilidade e de atividades literária e científica. A participação dos indivíduos nessas sociabilidades que surgiam – espaço onde os eruditos se encontravam, discutiam e mantinham trocas culturais – era o ponto determinante para a definição da própria condição de ‘homens de letras’ e ‘homens de ciência’. Esses ‘homens de letras’ e ‘homens de ciência’ formavam o petit monde étroit da intelectualidade brasileira nos primeiros anos do século XX. Eles mantinham práticas singulares de sociabilidade – canais pelos quais veiculavam suas ideias e estabeleciam suas relações com o conjunto da sociedade*” (VENÂNCIO, 2004, p. 115-116).

infelizmente, grande balburdia com a chegada dos quatrocentos e tantos volumes de produtos que chegaram agora não havendo mais lugar disponível em cima p^a o desencaixotamento e visita da alfândega, tudo foi atirado *pélle málle* [sic] embaixo do pavilhão [ilegível] terreno na maior parte húmido (...) enfim meu caro Dr. Huber, para ver se regulariso e salvuardo o que é do Pará, combinei com o Snr. [Muller] de tomar a meu cargo a colocação do que for chegando, não consentindo que a acção fatal a que estão toquem em nada sem o meu consentimento prévio, mas mesmo assim não creio conseguir meu *desideratum* [sic] para a tarefa avultada para um só homem, pelo que ancioso aguardo a sua chegada para ter mais coragem p^a esse intremeado trabalho, pois da comissão numerosa que meu amigo já conhece, muito pouco são os que trabalham, mas que não faltam contudo as festas da inauguração, estando eu *au grand* [sic] completo (...). (ABREU, 1911, não paginado).

Como é possível aferir na narrativa de Jayme Abreu, embora a inauguração do pavilhão brasileiro já tivesse ocorrido, ainda havia produtos chegando para a exposição, fato que acabou ocasionando alguns transtornos. Os fatos narrados demonstram que Abreu executava um trabalho solitário em relação à organização dos produtos paraenses, considerando a sua observação sobre o quantitativo de membros que compunham a comissão, mas que, segundo ele, “muito pouco são os que trabalham, mas que não faltam contudo as festas da inauguração”. Tal afirmativa nos remete à interpretação de que a condição de membro das delegações estava também relacionada à aquisição de *status* social, além do compromisso com o trabalho efetivo para uma boa representação estadual.

O relatório da comissão paraense também detalha e confirma o que havia sido revelado pelas cartas, em relação à desorganização na chegada dos produtos para a exposição: no dia da inauguração (19 de abril), os produtos brasileiros ainda não haviam chegado a Turim, o que só aconteceu em meados do mês seguinte, sendo que os delegados do Pará, ao chegarem nas terras italianas, encontraram “apenas os productos restantes da Exposição de Bruxellas, que d’aquella capital haviam sido remettidos pella extincta Commissão Brasileira de Propaganda”. Vale destacar que a falta de planejamento não foi fato exclusivo da representação brasileira, uma vez que, de acordo com o relatório, naquele momento “os Pavilhões do Brazil, como muitos de outros paízes, ainda não estavam promptos para receber os productos” (O ESTADO..., 1911, p. 13).

Entre os produtos paraenses oriundos de Bruxelas, nem todos tinham condições de ser utilizados para compor o mostruário, o que acabava por caracterizar a “pobreza” das seções a que Abreu se referiu em carta. A lista com os artigos que tinham possibilidade de figurar nas vitrines do pavilhão brasileiro em Turim era enxuta, como registrado no relatório:

- 1) Uma colleção de madeiras em tóros, preparadas pela Commissão do Estado; 2) Uma dita de madeiras do Museu Goeldi; 3) 5 bellísimos mosaicos (soalhos) de madeiras paraenses da casa Manoel Pedro e Comp.; 4) Uma colleção de plantas

medicinaes da Comissão estadual; 5) Algumas amostras de borracha, aliás de qualidade inferior (O ESTADO..., 1911, p. 14).

Os objetos mencionados acima, somados aos produtos que foram enviados via Museu Comercial do Rio de Janeiro (a maior parte das madeiras, plantas medicinais, produtos farmacêuticos, peles de animais, trabalhos de cimento, farinhas, conservas e bebidas), mas que só chegaram à Itália ao final do mês de maio, e juntamente com os itens que Jayme Abreu havia levado consigo (mapas, castanhas e fotografias), possibilitaram à comissão uma “arrumação provisória”, considerando também a inexistência de um plano museográfico por parte da delegação nacional e a falta de informação sobre as remessas feitas do Rio de Janeiro. Os comissários paraenses, Jacques Huber e Jayme Abreu, ficaram responsáveis pela composição do mostruário de madeiras, o qual, conforme Abreu relatou na carta dirigida à Huber, foi um dos mais elogiados e que proporcionou destaque ao estado do Pará na exposição. (O ESTADO..., 1911).

É importante ressaltar que Jacques Huber não esteve presente durante todo o processo de organização do pavilhão brasileiro ¹⁰⁹, uma vez que se encontrava em Londres, desempenhando o papel de representante do estado do Pará na Segunda Exposição da Borracha. Durante sua ausência, Jayme Abreu assumiu a responsabilidade pela composição dos mostruários com produtos paraenses. Ele demonstrou em carta solidariedade em relação às dificuldades que Huber enfrentava em Londres, semelhantes aos transtornos vivenciados por Abreu na Itália, sobretudo quanto ao atraso na chegada das amostras de borracha. Esse fato foi motivo para um lamento de Abreu e também para especulações que justificassem tal inconveniente:

(...) Creia que foi com pezar que li o que me referio sobre a borracha que deveria figurar na exposição, ahi, e que até a data que me escreveu não tinha ainda ahi chegado. Conhecendo-o tão reto no cumprimento de seus deveres, calculo a decepção que deveria ter, tanto mais, notado a boa figura que, ao nosso lado fazia o Amazonas. Creio, ou antes estou certo, que o movimento político havido no Pará, e que de certo absorvia todas as atenções, foi a causa primordial da demora na remessa (...)De facto a ausência da borracha do Cerq^a Pinto, é lastimável, pois melhor ocasião não haveria para tornal-a conhecida, enfim, são cousas essas que muito o terão contrariedade, e com toda a razão; e que eu como paraense muito lamento. (ABREU, 1911, não paginado).

¹⁰⁹ “Huber partiu para a Europa em 20 de abril, e chegou a Turim em meados de maio, após deixar a família na Suíça.” (SANJAD; CASTRO, 2016, p. 144). Após alguns dias em Turim, período no qual iniciou os trabalhos de organização dos produtos paraenses junto com Jayme Abreu, em 11 de junho Jacques Huber viaja para Londres, na incumbência de representar o estado do Pará na Segunda Exposição Internacional da Borracha, retornando mais tarde para Turim.

Como é possível notar, Abreu aponta como a causa principal no atraso do envio de produtos a Londres, onde Huber estava como representante paraense, “o movimento político havido no Pará”, fazendo referência à crise entre os republicanos paraenses que se arrastara desde o final de 1910, culminando posteriormente no fim do período lequista¹¹⁰. Outro aspecto que chama a atenção é a referência feita a Cerqueira Pinto, médico e inventor de um processo, considerado à época revolucionário, de produção da borracha sem a utilização do método tradicional da defumação - sobre o qual falaremos mais adiante -, e a ausência de seu produto no certame londrino, e que foi muito lamentada pelo diretor do Museu Goeldi. No entanto, o referido produto chegou a tempo para ser exibido em Turim, contribuindo para o enriquecimento da seção de borracha paraense.

A ausência do diretor do Museu em Turim foi sentida por Jayme Abreu, que acumulou os serviços de organização dos produtos até julho de 1911. Somando-se a isso, houve a retirada de Pádua Rezende para a Noruega, o que também afetou negativamente os trabalhos no pavilhão brasileiro, uma vez que a quantidade de trabalhadores – que já era pouco expressiva devido à necessidade de economia por parte da organização nacional -, era insuficiente para acelerar os trabalhos, transformando a contínua chegada dos artigos que deveriam fazer parte da mostra brasileira em verdadeiro caos:

É ancioso que aguardo a sua chegada aqui. Apesar de toda m^a boa vontade e esforços em atender os interesses do Pará, é tal a balburdia que aqui vae, quanto a retirada dos volumes e suas classificações dos armazéns escuros e alagados (em parte) onde os atiram a esmo, que sinto-me impotente, em sosinho detellas o mal. A medida que os posso arrancar lá de baixo, tendo eu pessoalmente ir assistir a retirada, pois apenas p^a esse serviço, a comissão (a titulo de economia) dispõe de onze homens, na maior parte vadios e malandros, que nada entendem e tudo compreendem, perdendo boletins, misturando mercadorias, perdendo etiquetas, enfim, procurando todos os meios p^a ainda maior ser a confusão. Com a retirada do Dr. Pádua Rezende p^a a Noruega, é menor ainda o número d’aquelles que querem trabalhar no seio da comissão, chegando o Snr. Moutier e pedir-me que o auxilie,

¹¹⁰ De acordo com Maria de Nazaré Sarges: “No final de 1910, a crise interna no arraial republicano conservador tornou-se pública com a rebeldia do vogal lequista Virgílio de Mendonça. Que se negava a votar favoravelmente a mais uma das concessões que Lemos costumava dar a familiares e protegidos. Essa atitude encorajou outros emmbros do Conselho Municipal a votar contra os interesses do intendente, sobretudo a oposição (...)A insatisfação com a política adotada por Lemos extrapolou os recintos da edilidade chegando às ruas com o famoso incidente das latas de lixo (...)Para evitar que a população colocasse lixo nas calçadas ou nas caixas de papelão, Antônio Lemos exigiu que o lixo fosse acondicionado em latas herméticas, medida necessária à manutenção da higiene da cidade. No entanto, o problema estava na regulamentação do uso desse recipiente que, de maneira geral, era repudiado pela população. As medidas saneadoras baixadas pela Intendência eram vistas de maneira extremamente antipática pela população, considerando que sempre representavam taxas a serem pagas pelos trabalhadores, como, por exemplo. As latas de lixo que custavam 20\$000 a unidade, além de serem facilmente deterioradas.(...)No mês de dezembro de 1910, pessoas que passavam pela área comercial, ao verem na beira da calçada as latas desprezadas pelos comerciantes, em sinal de protesto a essa obrigatoriedade, resolveram investir contra as latas, gerando um verdadeiro tumulto (...). este é o início de uma série de incidentes que marcam o fim do período lequista (...)”. SARGES, Maria de Nazaré. Memórias do Velho Intendente Antônio Lemos (1869-1973). Belém: Paka-Tatu, 2002. p.69-71.

visto não poder contar com os auxiliares vindos do Rio, salvo raríssimas exceções. De acordo com elle tomei sobre mim serviço, quero dizer, a direção do serviço no andar superior d'aquelle em que estão as madeiras. Em parte estimei pois aproveito p^a melhor colocar os nossos productos. (ABREU, 1911, não paginado).

Jayme Abreu só se tranquilizou quando recebeu a notícia de que Huber pretendia chegar em Turim entre os dias 20 e 22 de julho. Para Abreu, a presença do botânico era “necessária para a regularização de certos productos do Pará”, e que somente ele livraria a mostra paraense “da irregularidade e balburdia que infelizmente aqui noto” (ABREU, 1911, não paginado). Na mesma carta, Jayme Abreu aproveita para fazer mais um “desabafo” ao amigo em relação à sobrecarga de trabalho e ao comportamento de alguns membros da comitiva nacional:

Tenho feito o que tenho pudido, não só quando a exposição dos productos do Pará, como de tudo que concorre ao pavilhão superior do da madeira, a pedido do Sr. Moutier¹¹¹, que afinal vê-se só, pois que os demais delegados do seu meio se occupam é da exposição. Temos aqui um delegado de S. Paulo, que é um verdadeiro macaco em armazém de louças, em tudo quer meter o bedelho, sem, contudo, ter antecipadamente um plano (...). Por varias vezes tem querido interferir na secção das madeiras, ao que me tenho formalmente opposto (ABREU, 1911, não paginado).

Ao chegar a Turim, Huber ainda encontrou muito trabalho, especialmente no que se refere à organização dos productos regionais que seriam avaliados pelos jurados, sobretudo as tão elogiadas seções de madeira e de borracha, o que culminou na necessidade de modificar a organização dos mesmos para uma melhor apresentação, tendo em vista tratar-se de uma mostra competitiva. Para este fim, o botânico não pôde mais contar com a colaboração de Jayme Abreu, uma vez que este, de acordo com as cartas trocadas entre ambos, havia se retirado de Turim por motivo de doença¹¹², Huber ficou sozinho para tratar destes assuntos, motivando lamúrias ao seu amigo, dado o acúmulo de tarefas a serem finalizadas em curto

¹¹¹ Acreditamos tratar-se de Guilherme Chaves Moutier, um dos “commissários addidos” que compuseram a delegação brasileira em Turim. Ver: **O ESTADO do Pará na Exposição Internacional das Indústrias e do Trabalho em Turim**. 1911. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. João Antônio Luiz Coelho, governador do estado, pela delegação paraense. Imp. Kauffman & C^a. Paris.

¹¹² As correspondências analisadas não deixam claro qual a doença que havia acometido Jayme Abreu, para onde viajou no intuito de restaurar a sua saúde, nem por quanto tempo o mesmo ficou ausente do ambiente da exposição. Sobre este último aspecto, acredita-se que o mesmo se ausentou por um curto espaço de tempo, uma vez que é citado no relatório da comissão paraense em diversas atividades referentes à exposição, para além da organização dos productos paraenses. Talvez a referida doença tenha sido conseqüência da sobrecarga de trabalho a que Jayme Abreu havia se submetido. As cartas trocadas entre ambos apenas apontam a ausência de Abreu e as estimas para a melhora de sua saúde, como vemos nas respostas de Huber a Jayme Abreu, datada de 22 e 24 de agosto de 1911, respectivamente: “*Recebi sua carta hoje de tarde, depois de ter retirado as duas cartas do Consulado que ora lhe remetto. Juntei agora com o Dr. Costa Sena que lhe manda um abraço e pede que retorne em breve para recomencar a [ilegível] (...)*”. “*Hoje achei as duas cartas inclusas para o amigo. Espero que lhe encontrem em boa saude e que a sua cura faça bons progressos. Na sua volta penso que achará muita coisa modificada e alguma melhorada.(...)*”.

tempo: “Mas que vida de cachorro! Às vezes me vêm até a ideia de suicídio!”(HUBER, 1911, não paginado).

As atividades dos membros da comissão paraense não se restringiram apenas à organização dos mostruários. Quando um maior número de produtos já havia chegado à Turim, Jayme Abreu passou a ser responsável pela organização do andar superior do terceiro pavilhão (o Pavilhão Italiano), o qual possuía enorme diversidade de material, resultando em grande dificuldade na sua composição. Além disso, havia a necessidade constante de organização dos banquetes e reuniões oferecidas pelo estado do Pará aos responsáveis pela exposição, assim como para autoridades de outros países e, em caráter mais íntimo, para os próprios membros que compunham a delegação brasileira (O ESTADO..., 1911). Tais festejos ocorreram principalmente nos meses de setembro e outubro, quando os trabalhos do Júri já haviam sido iniciados:

Durante este período, principalmente, houve diversas festas, banquetes etc., nos quaes dos delegados paraenses tomaram parte, quer como organizadores, quer como convidados, figurando entre aquellas em primeiro logar, a commemoração do dia 7 de Setembro, que foi sem contestação alguma a mais brilhante festa de toda a exposição (...). Folgamos em dizer que o successo d’esta festa foi em grande parte devido aos esforços do nosso colega Sr. Jayme Abreu, que pelo Sr. Commissário Geral tinha sido convidado a presidir a comissão organizadora. (...). A data da descoberta da América (12 de outubro) foi commemorada por um banquete offerecido pello Commissário Geral do Brazil às Auctoridades de Turim, Commissários Geraes e ao Comité Executivo da Exposição, ostentando n’esta occasião, a frente dos Pavilhões do Brazil, uma illuminação deslumbrante (...) illuminação da qual ainda d’esta vez foi o Sr. Jayme Abreu incumbido. Em 25 de outubro, o Sr. Commendador Martins, como chefe da delegação paraense e em nome do Governador do Estado do Pará, offereceu no Restaurante do Parque, no recinto da Exposição, um banquete ao presidente do Comité Geral, Comité da Executivo e ao Commissário Geral do Brazil, festa a que assistiram 50 convivas, entre os auxiliares da Comissão brasileira, delegados dos estados, commissários de outros países da América e membros do corpo consular. (...) Jantares de character mais intimo reuniram em diversas occasiões os delegados dos Estados, membros da Comissão Federal, o Sr. Commissário Geral, e os membros brasileiros do Jury Superior, dando ensejo a cultivar as boas relações e trocar ideas (O ESTADO, 1911, p. 17-18).

O banquete oferecido pela delegação paraense ao Comitê Geral da Exposição de Turim no dia 25 de outubro, como mostra a Figura 3, foi noticiado por um jornal italiano¹¹³, o qual transcreveu o discurso de agradecimento e despedida do Comendador João Antônio Rodrigues Martins, presidente da comitiva do Pará. Em seu discurso para cerca de cem

¹¹³ Trata-se de um recorte de jornal italiano encontrado em meio a documentação do acervo, cuja manchete é “*Um banchetto della Delegazione del Parà al Comitato dell’Esposizione*”. No entanto, o recorte não possui nenhuma referência em relação ao periódico do qual foi retirado e à data de publicação. Existe apenas uma anotação na parte superior do recorte com os seguintes dizeres “Caffero’ 1º Novbº”. Arquivo Guilherme de La Penha|MPEG|Fundo Jacques Huber|Dossiê Exposições – Exposição de Turim.

convidados, Martins faz inúmeros elogios à Itália e à receptividade de seu povo, assim como aos responsáveis pela execução da exposição turinesa, em especial ao Sr. Conde Frola e a forma como ele dirigiu os trabalhos do Juri Superior, demonstrando “uma grande habilidade, permitindo que todos defendessem seus direitos e tivessem se mostrado justos e abrangentes nas concessões das premiações que foram propostas aos expositores”¹¹⁴. Além dos elogios aos representantes italianos e brasileiros, Martins também faz referência ao estreitamento da relação entre Brasil e Itália, a qual segundo ele, após a exposição de Turim, “suas trocas recíprocas serão cem vezes maior”.

Figura 3 – Banquete oferecido pelo Presidente da Delegação Paraense ao Comitê Executivo da Exposição de Turim e outras personalidades, em 25 de outubro de 1911.



Fonte: O ESTADO... (1911).

O jornal também menciona o agradecimento que o representante paraense fez às “centenas de milhares de trabalhadores italianos que vieram de Gênova e trouxeram para o Brasil o seu braço e sua engenhosidade para o progresso da nossa pátria”¹¹⁵, sendo sua fala seguida de calorosos aplausos, conforme retrata o jornal. O discurso do presidente da delegação paraense foi finalizado com um brinde e brados de “viva a Itália, viva os italianos!”, sendo posteriormente saudado “por apertos de mão muito calorosos e cobertos pelas notas do hino brasileiro”. O periódico também registrara:

¹¹⁴ Livre tradução.

¹¹⁵ Livre tradução.

Em seguida, seguem os brindes dos cavalheiros: Gama Abreu, da delegação do Pará, elogiando especialmente o comissário geral do Brasil, sr. Costa Sena; comendador Boanchi, vice-presidente do comitê executivo da Exposição, agradecendo ao Sr. Cônsul Geral do Brasil e demonstrando seu entusiasmo pelos programas do Brasil, especialmente do Estado do Pará; cav. Girola, Comissário Geral da República Argentina, fazendo uma análise detalhada dos produtos exibidos pelo Pará e fazendo elogios para o Brasil e seus representantes; Dr. Huber, recordando o trabalho dos outros brasileiros pertencentes a comissão geral e desejando que a Exposição seja um prenúncio de novos tempos em que o progresso do trabalho e da indústria sejam mais intensos; Sr. Argollo, representante do Estado da Bahia, elogiando a valiosa cooperação do Sr. Huber na exposição. (UM BANCHETTO..., s.d, não paginado).

De acordo com o jornal, o encerramento do banquete se deu com uma série de brindes dos representantes argentinos: cônsul geral da Argentina, Miguel Escalada; Secretário Geral, Carlo Girola; e o cônsul geral da Argentina em Turim, M. Ângelo Bottero. Após os brindes, Rodrigues Martins retomara a fala para discursar sobre os pequenos preconceitos que ainda existiam entre Brasil e aquele país, os quais seriam dissipados definitivamente, dando lugar à “verdadeira fraternidade latina” entre as duas nações. Martins concluiu sua fala com elogios à América Latina e com uma homenagem ao governador do estado do Pará. Após os discursos, os convidados conversaram de forma “amistosa e cordial”. (UM BANCHETTO..., s.d, não paginado).

Como é possível notar a partir da narrativa do jornal italiano, para além de um espaço de festejos e celebrações, os banquetes que ocorreram durante o período da exposição eram, sobretudo, um espaço para o fazer político, uma vez que se constituíam como momentos para o estabelecimento de relações diplomáticas com finalidades econômicas, assim como espaços de divulgação da elite política e intelectual. A historiadora Daniella Moura (2008), em seu trabalho sobre o poder simbólico nos primeiros anos da República no Pará, com destaque para os festejos sintetiza esta ideia referindo-se aos banquetes comemorativos como uma das várias “formas de representação do poder”. Para Moura, estas reuniões representavam “vantagens políticas concretas”, uma vez que “no interior dos salões de banquetes de poder, eram feitos pedidos, implorações, benevolências e realizadas as conversas mais íntimas sobre as questões centrais da pauta política do momento”. Ainda de acordo com a autora:

Dessa forma, a partir das noções dos principais motivos que impulsionam estas reuniões, procura-se entender a importância desses eventos como instrumento político de uma República em processo de construção. Tais eventos, inseridos em um momento de transformações nacionais e regionais expressivas, haja vista que os participantes destes banquetes são figuras notáveis no cenário político paraense, que se reúnem pra discutir política não só em conversas em ambiente formal e fechado,

como os gabinetes, mas também de maneira descontraída, objetivando estabelecer e/ou manter ligações mais próximas com os seus correligionários, declarando nesses ambientes que o assunto principal da palestra durante todo o banquete foi a política do Estado, correndo o jantar íntimo, delicioso, de cordialidade e bom humor. (...). Luis da Camara Cascudo¹¹⁶ faz um comentário pertinente ao dizer que quem come, amansa, sendo na mesa o melhor clima para os entendimentos, ou seja, acredita que é justamente num ambiente festivo, comendo, bebendo e ouvindo uma boa música, umas das melhores ocasiões para negociar e/ou conquistar um apoio (MOURA, 2008, p. 82-83).

Embora a análise de Moura seja direcionada para os banquetes comemorativos do advento da República no Pará, é possível fazer uma analogia com os banquetes que ocorreram durante a exposição italiana, uma vez que o objetivo político era comum em ambos, assim como o intuito de obter vantagens econômicas. No caso das exposições, a tentativa de proximidade se dava entre os representantes dos países latinos e da Itália, os quais tentavam articular-se para efetivar negociações para a comercialização de produtos entre as nações, ou mesmo para debates científicos. Além disso, os discursos que permeavam os jantares, de conteúdo demasiadamente elogioso e fraterno, assim como o ambiente “não-formal”, também são aspectos semelhantes que aproximam o contexto analisado por Moura e o da exposição de Turim. Neste sentido, como bem ressalta Moura, o banquete “não é apenas a satisfação de uma necessidade fisiológica”, ou o ato de comer; mas sim uma oportunidade para a comunicação, “a ocasião de trocas e de atos de ostentação, um conjunto de símbolos que constitui para determinado grupo, um critério de afirmação de sua idéia em um ambiente propício”, na medida em que ele reúne em um mesmo local “um grupo considerável de indivíduos ativos politicamente na sociedade” (MOURA, 2008, p. 83).

A “balburdia”, o excesso de trabalho, as preocupações em torno da busca por uma “representação condigna” do estado, entre outros aspectos que fizeram parte dos bastidores da exposição e que foram relatados na correspondência entre Jayme Abreu e Jacques Huber com informalidade, demonstrando o grau de intimidade entre ambos, dá espaço ao diálogo profissional, com tom de seriedade e uso de palavras comedidas quando o botânico se corresponde com o governador do estado, João Coelho. Nas cartas trocadas entre eles, os conteúdos referem-se aos trabalhos na exposição, sobretudo às possibilidades de negociações comerciais com a Itália – muitas destas discutidas durante os banquetes -, além de outros trabalhos que, por determinação do governo, estariam sob a incumbência do cientista.

A forma como a narrativa é construída diferencia as relações existentes entre os missivistas. No caso da correspondência entre o diretor do Museu e o governador João

¹¹⁶ A autora se refere a obra “História da Alimentação no Brasil”, de Luis Câmara Cascudo.

Coelho, há um distanciamento perceptível, por exemplo, a partir da expressão “Vossa excelência”, utilizada de forma recorrente, demonstrando respeito às posições ocupadas por ambos. Tal aspecto também se manifesta nas despedidas dos escritos, quando o remetente emprega sempre a expressão “de seu amigo e criado”, diferentemente do termo “de seu amigo afetuoso” ou “de seu amigo certo”, utilizado com Jayme Abreu. O conteúdo destas cartas revela o quanto são importantes tais fontes para compreender o nível de relações estabelecidas entre os sujeitos em questão: amizade, profissionalismo, hierarquia, confidencialidade, entre outros aspectos que fazem parte das relações sociais, neste caso, das relações estabelecidas entre intelectuais e o seu *métier*. Sobre isso, Ângela de Castro Gomes (2004) nos diz que:

A correspondência pessoal (...), expande-se *pari passu* ao processo de privatização da sociedade ocidental, com afirmação no valor do indivíduo e a construção de novos códigos de relações sociais de intimidade. Tais códigos permitem uma espontaneidade das formas de expressão dos sentimentos como amizade e amor; uma espécie de ‘intimização’ da sociedade. A escrita de cartas expressa de forma emblemática tais características (...). Assim, tal como outras práticas de escrita de si, a correspondência constitui, simultaneamente, o sujeito e seu texto. Mas, diferentemente das demais, a correspondência tem um destinatário específico com quem se vai estabelecer relações. Ela implica uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê (...). A escrita epistolar é, portanto, uma prática eminentemente relacional e, no caso das cartas pessoais, um espaço de sociabilidade privilegiado para o estreitamento (ou o rompimento) de vínculos entre indivíduos e grupos. Isso ocorre em sentido duplo, tanto porque se confia ao ‘outro’ uma série de informações e sentimentos íntimos. Quanto porque cabe a quem lê, e não a quem escreve (o autor/editor), a decisão de preservar o registro (...). (GOMES, 2004, p. 19)

Embora as cartas de Huber a João Coelho possuam cunho mais profissional, uma vez que o botânico estava na condição de quem presta serviços ao governo, é possível notar o estabelecimento de uma relação estreita e de confiabilidade, na medida em que alguns aspectos de cunho pessoal fizeram parte do conteúdo das cartas, além dos referentes ao cargo que Huber ocupava, como nos mostra a carta datada de 4 de agosto de 1911:

Exmº Sr. Governador! Infelizmente ainda não me foi possível cumprir a minha promessa de mandar a V. E. o meu relatório circunstancial da Exposição da Borracha em Londres. Desde a minha volta d’aquella capital acho-me tão cansado e deprimido moralmente que as minhas forças mal chegam dar conta dos serviços mais urgentes que ainda me restam aqui a fazer na arrumação do resto dos produtos paraenses e a nossa contribuição ao catalogo geral. Logo que estes serviços serão concluídos, tomarei um repouso de uns oito dias na Suíça, para restabelecer as minhas forças. Espero ter então o tempo de expor a V. E., com todas as minuscias desejáveis, o plano da minha viagem ao Oriente. (...) D’aqui em todo o caso não posso partir sem ter primeiro assistido aos trabalhos do jury, que segundo toda a probabilidade só começarão em setembro. É pois provável que só em Outubro me será possível embarcar. Como era de prever, os trabalhos da exposição [*ilegível*] ainda estão embrulhados. Graças aos esforços e dedicação a toda prova do meu companheiro de comissão, Sr. Jayme Abreu, os produtos da segunda remessa já

foram arrumados em parte durante a minha ausência em Londres, mas devido a confusão que reinava na abertura dos volumes alguns objetos [ilegível] até aqui ainda não apareceram. Entretanto, ainda estão chegando centenas de caixas principalmente da Bahia. Com estas veio finalmente a borracha do Dr. Cerqueira Pinto, que tinha de figurar na Exposição de Londres e que até me fez muita falta. Espero que pelo menos aqui teremos uma boa exposição de borracha. O Sr. Jayme Abreu e eu estivemos esforçados de fazer d'esta secção uma das mais salientes de toda a exposição brasileira. Se a minha [ilegível] e o tempo [ilegível], vou fazer, aqui e em Milão mais conferencias com projectos, sobre o Estado do Pará e a Região amazônica em geral. (...). Há aqui muita gente que queria entrar em relações comerciais com o Pará e me parece que depende apenas da iniciativa e da seriedade dos comerciantes ahi, para que este comercio tome proporções avultadas e resulte em beneficio para o Estado (HUBER, 1911a, não paginado).

Huber inicia a carta relatando ao governador sobre seu estado de saúde em razão do ritmo de trabalho que vinha enfrentando há algum tempo, porém, deixa muito claro que, mesmo “cansado” e “deprimido moralmente”, esforçou-se no empenho de organizar os produtos paraenses, sem deixar, contudo, de também atribuir méritos ao “companheiro Jayme Abreu”, pela dedicação ao desgastante trabalho de organização da exposição. Jacques Huber não esquece as justificativas em virtude da impossibilidade em atender aos prazos estabelecidos em relação a outros trabalhos para os quais foi designado pelo próprio governador do estado, entre os quais o relatório sobre a exposição da borracha em Londres e os preparativos para uma viagem ao Oriente¹¹⁷. Tal viagem, segundo o cientista, despertou o interesse de alguns empresários, a exemplo de Percival Farquhar¹¹⁸, Segundo Huber,

¹¹⁷ A viagem de Jacques Huber para o Oriente fez parte de um projeto político e econômico dos governos do Pará e Amazonas no intuito de recuperar o mercado internacional de exportação da borracha amazônica, a qual perdia espaço para a produção gomífera racional e sistematizada dos países do Oriente. De acordo com Anna Casto: “*A primeira vista, a intenção do governo paraense era a realização de estudos técnicos sobre a produção gomífera que estava sendo desenvolvida naquela região, iniciativa esta que fazia parte de um acordo com o governo do Amazonas, na tentativa de promover ações que visassem à reparação dos problemas de instabilidade econômica regional. Durante seu governo, entre os anos de 1909 e 1912, João Coelho foi autor de algumas iniciativas que buscavam promover consideráveis mudanças em relação ao trato com a indústria extrativa na região. (...) a viagem de Jacques Huber ocorreu em circunstâncias emergenciais, iniciativa tomada por governos (leia-se Pará e Amazonas) que tentavam soluções para evitar a estagnação da atividade extrativa da borracha na região, acabando-se por tornar prioridade das elites políticas destes dois estados. Para cumprir tal missão, o botânico viajara em dezembro de 1911, partindo da Europa rumo às áreas de cultivo orientais*” Ver em: (CASTRO, 2013).

¹¹⁸ “*Percival Farquhar nasceu em York, na Pensilvânia, EUA, em 19 de outubro de 1864. Tendo participado da administração de várias empresas nos EUA, desde 1900 obteve concessões para abastecimento de eletricidade e construção de ferrovias em Cuba e na Guatemala. Iniciou suas atividades empresariais no Brasil em 1904, quando, juntamente com o engenheiro norte-americano F. S. Pearson e o advogado canadense Alexander Mackenzie, fundou a Rio de Janeiro Light & Power. Essa companhia unificou várias concessões de serviços públicos do Rio de Janeiro relativas ao transporte por bondes, à iluminação a gás e à energia hidrelétrica. Em 1905 obteve a concessão para construir e explorar o porto de Belém, iniciando suas atividades na Amazônia. Em 1906 fundou a Brazil Railway Company, com o projeto de constituir um grande sistema ferroviário unificado na América do Sul, e comprou a Estrada de Ferro São PauloRio Grande. Mais tarde arrendou a Estrada de Ferro Sorocabana e adquiriu a maior parte das ações das estradas de ferro Mojiana e Paulista. Apoiado geralmente em capitais europeus, continuou a expansão de seu império ferroviário no Sul adquirindo outras linhas nessa região e nos países vizinhos. Desenvolveu, ainda, a exploração de madeira na área contestada entre Paraná e Santa Catarina, instalando uma grande serraria em Três Barras (SC), e executou as*

Farquhar o procurou ainda em Londres, mostrando-se muito interessado na sua viagem ao Oriente e “offerecendo-se mesmo de contribuir nas suas custas caso que o governo hesitasse de fazer esta despesa em vista da actual situação financeira do estado”. Huber respondeu “que sobre isto ele tinha de entender-se diretamente com V. E.”, demonstrando, assim, respeito à hierarquia. O botânico também relata que, assim como Farquhar, havia muitos interessados em manter relações comerciais com o Pará e que tais negócios dependiam “da iniciativa e da seriedade dos comerciantes ahi [no Pará], para que este comercio tome proporções avultadas e resulte em beneficio para o Estado.” (HUBER, 1911b, não paginado).

É importante ressaltar que, nas cartas, a situação econômica do estado não passou incólume. Por várias vezes, Huber deixou transparecer as dificuldades financeiras estaduais, as quais atingiam diretamente aqueles que prestavam serviços ao governo. Em carta do dia 4 de setembro, por exemplo, além de relatos sobre a saúde e sobre os pormenores da exposição italiana, Huber chama a atenção para o atraso no pagamento dos funcionários do Museu Goeldi. De acordo com a carta:

Exmo. Sr. Governador! Desde que escrevi a ultima vez a V. E. melhorei um pouco de saude, tendo passado, na primeira metade de agosto, uns 8 dias na Suissa, para restabelecer-me das consequências do trabalho certamente que tive não só com a Exposição de Londres , como também com a d'aqui, na qual o Sr. Jayme Abreu e eu tivemos de lutar contra innúmeras dificuldades para conseguir o nosso fim, isto é uma representação condigna do Pará. (...). O numero dos que realmente trabalham no pavilhão do Brazil é tão limitado, que precisa-se d'um esforço quase sobrehumano para chegar a um resultado satisfactorio. Trabalhamos todos os dias da manhã até a noite e temos ainda a impressão que nunca acabaremos o serviço. Porque a quantidade e a variedade de productos são tão grandes como talvez em

obras do porto do Rio Grande (RS). Instalou extensas fazendas de gado em Mato Grosso e em Minas Gerais, e fundou também o primeiro grande frigorífico do Brasil, em Osasco (SP). Obtendo a concessão para construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré, iniciou a obra em 1907. Preocupado em melhorar a navegação do rio Amazonas para aumentar as rendas do porto de Belém, administrado pela companhia Port of Pará, de sua propriedade, formou em 1909 a Companhia de Navegação da Amazônia. Ainda nessa região criou a Amazon Development Company e a Amazon Land & Colonization Company, para a qual foram doadas terras que hoje constituem o território do Amapá. Em 1912, quando acabava a construção da Madeira-Mamoré, foi à Rússia estudar um programa de industrialização do carvão. Nessa época teve início uma campanha de cunho nacionalista contra o grupo econômico que liderava. Seu império também começava a decair em virtude da retração de capitais europeus durante a conjuntura que desembocou, em 1914, na Primeira Guerra Mundial. Pouco tempo depois suas empresas entraram em falência. Voltando, mais tarde, a atuar no Brasil, apresentou em 1919 um programa para a ativação da Itabira Iron Ore Company, empresa de um grupo britânico para o qual trabalhava como advogado e que passaria ao seu controle. Apesar de ter obtido um contrato vantajoso do presidente Epitácio Pessoa, seu projeto de exploração de minério de ferro seria obstaculizado pela oposição nacionalista encabeçada pelo então presidente de Minas Gerais, Artur Bernardes. Em 1939 ao lado de empresários brasileiros, Farquhar fundou a Companhia Brasileira de Mineração, na qual detinha 47% das ações. O grupo incorporou parte dos bens da Itabira e arrendou suas jazidas, permanecendo, portanto, todo o patrimônio sob o controle de Farquhar. Em 1942 o governo fundou a Companhia Vale do Rio Doce e comprou todos os direitos e propriedades da Itabira. A última iniciativa de Farquhar no Brasil foi a criação, no período compreendido entre 1946 e 1950, da Companhia Aços Especiais Itabira (Acesita), cujo controle passou ao Banco do Brasil em 1952. Faleceu em Nova Iorque no dia 4 de agosto de 1953”. Fontes: Brasil; Encic. Mirador; Estado de Minas (16/5/1953); Grande encic. Delta; Quem.é quem no Brasil.

nenhum outro pavilhão. Como me escreve a Dr^a. Snethlage, que é meu procurador no Pará, os nossos ordenados não foram pagos desde Maio. Se eu fosse capitalista, esta situação não me preocuparia, mas sendo eu sem fortuna e sendo apenas uma modesta economia, que mesmo não deviam ser atacados, ousou ponderar a V. E. que me mande pagar pelo menos uma parte dos mezes em atraso, para eu poder ficar sem a preocupação constante do dia de amanhã (...). V. E. compreenderá que n'estas circunstancias tenho criado dificuldade de concluir o meu relatório sobre a exposição de borracha que entretanto desejo ser o mais completo possível.(...) (HUBER, 1911b, não paginado).

Em outra carta, datada do dia 14 de novembro, Huber volta a fazer referência à falta de pagamento dos seus proventos. Nela, o diretor do Museu Goeldi reitera o seu pedido, porém de forma ainda mais apelativa, agora destacando a necessidade de ter alguma garantia em relação ao sustento da sua família enquanto viaja a serviço do governo:

Meus respeitosos cumprimentos! Desde que escrevi a minha ultima vez a v. E., o encerramento da exposição ficou adiado até o dia 19 de novembro, e sendo-me, por diversas razões, impossível deixar Turim antes d'esta data, ficou assim a minha partida para o Oriente ainda uma vez recuado d'esse mez. (...). Recebi no dia 11 no Banco de credito [ilegível] a somma que pedi para me serem remetidas por telegrama, comportando em 9433 libras e tenho a esperança que o restante me seja consignado por cheque antes de minha partida. É obvio que não posso metter-me em uma viagem sem ter a certeza de poder mover-me com liberdade e sem preocupações [ilegível] de ordem financeira. V. E. compreenderá também que minha família precisa ter meios de vida durante a minha ausência. Por isso ouso pedir mais uma vez a V. E. que, caso V. E. não tiver já dado ordens n'este sentido, digne mandar pagar pelo menos uma parte dos meus ordenados ao meu procurador, Dr^a E. Snethlage, afim de que eu possa ausentar-me com o animo despreocupado. Peço desculpa a V.E. de incomodar-lhe ainda com este assumpto, que entretanto é indispensavel apresentar antes de tudo (...). (ABREU, 1911c).

É possível notar que, ao mesmo tempo em que reclama do atraso de seu pagamento, o qual não era efetivado desde o mês de maio de 1911, o botânico acusa o recebimento de certa quantia em dinheiro enviada por um banco de crédito para subsidiar a sua viagem ao Oriente, que seria realizada após o término dos trabalhos na Itália. É possível inferir que a referida quantia em dinheiro fez parte do acordo entre os estados do Pará e do Amazonas em defesa da borracha regional, após um momento de entusiasmo de investidores em razão da alta no preço da borracha que ocorrera no início de 1910¹¹⁹. No entanto, este entusiasmo

¹¹⁹ De acordo com Bárbara Weinstein, a alta nos preços se deveu pelo mesmo motivo que iria “desferir o golpe fatal” na economia extrativa da região: as plantações de *hevea* na Ásia que começavam a produzir borracha em quantidades consideráveis, após vinte anos de investimentos de botânicos e empresários britânicos, tendo como consequência a frenética “constituição de corporações desejosas de garantir uma fatia da nova prosperidade da borracha, e estes investimentos empurraram para cima os preços da borracha em todo o mundo industrial”. Segundo a autora: “*Em janeiro de 1910, o mundo industrial foi subitamente acometido de grave crise de febre da borracha. Após dois anos de aumentos de preço firmes, porém gradativos, uma alta sem precedentes no valor da borracha fez com que os capitalistas de todo o mundo se lançassem a investir apressadamente na produção da borracha bruta. Nos meses que se seguiram, centenas de companhias, representando milhões de libras esterlinas de capital, surgiram literalmente da noite para o dia.(...) De fato, tudo indicava que a loucura só*

durou pouco tempo, pois os preços apresentaram queda ainda em 1910, o que fez com que comerciantes e políticos retomassem a campanha por um programa de valorização do produto, inicialmente administrado pelo Banco do Brasil, mas que posteriormente precisou retornar para as mãos dos governos envolvidos¹²⁰. Mais tarde, após o retorno de Jacques Huber da referida viagem ao Oriente, esse programa passou a ser contestado, uma vez que o botânico, em virtude das inúmeras análises *in loco* da produção asiática, passa a defender que a única solução para a recuperação econômica da Amazônia não seria mais a valorização da borracha mediante incentivos fiscais, e sim o cultivo da *Hevea* em larga escala (WEINSTEIN, 1993).

Vale ressaltar que, neste contexto de instabilidade, a participação do Pará e do Amazonas na Exposição da Borracha em Londres foi de suma importância para propagandar o produto regional e apresentar a proposta de cultivo que seria executado pelo governo estadual na região, na medida em que, naquele certame, o diretor do Museu “ouviu de especialistas os mais francos louvores à iniciativa do Governo do Pará começando e estimulando o plantio em grande escala”. Além disso, a superioridade da borracha brasileira “foi reconhecida e proclamada de maneira positiva e insophismável em Londres”, uma vez que a Associação Comercial do Amazonas foi contemplada com medalha de ouro “pela melhor amostra exibida na grande feira”, sendo reconhecida não apenas pelo júri, mas também por especialistas que “em torno della travaram calorosos debates nas conferencias”, e pelos fabricantes e cientistas, os quais “em conversa com os delegados amazônicos, tiveram ensejo de manifestar-se sobre o assumpto”. (COELHO, 1911, p. 104-105). Foi com esta perspectiva positiva da propaganda da borracha regional na exposição londrina, que Jacques Huber desembarcou em Turim.

As boas impressões do público e da imprensa em relação ao mostruário paraense também foram comentadas nas cartas analisadas. Mesmo diante da “grande balburdia”, Jayme

continuará a aumentar no correr dos meses de abril e maio, com os preços aproximando-se da marca de 3 dólares, apenas os investidores britânicos incorporariam 163 firmas para exploração de seringueira, silvestres ou cultivadas, em 28 diversos países. (...) Logo, em maio de 1910, a febre estancou. De início pareceu simplesmente natural que os preços estabilizassem ou até caíssem um pouco, depois de quase dobrarem em menos de quatro meses. Mas ninguém estava preparado para o violento mergulho que deu o mercado da borrachabruta nos meses restantes do ano de 1910 (...). De janeiro a fevereiro do ano seguinte, por algum tempo pareceu que os preços se recuperavam de sua queda repentina, mas em março voltaram a desabar”. (WEINSTEIN, 1993, p. 242-243).

¹²⁰ Ainda segundo Weinstein: “(...) na segunda metade do ano de 1910, o banco começou a mostrar-se sensível às constantes pressões das organizações públicas e privadas, aceitando “pósitos” em borracha como garantias para empréstimos. Além disso, concedeu crédito regular, à taxa extremamente razoável de 9% de juros, a estabelecimentos comerciais financeiramente desfalcados. Em consequência, no correr dos seis meses seguintes, apenas a agência de Belém acumulou 2.435.763 quilos de borracha, cerca da quarta parte da safra anual de borracha do Pará. Infelizmente, todo um ano após a queda inicial, os preços não mostravam sinais de recuperação, e o Banco do Brasil, temeroso de que estoques adicionais só iriam sobrecarregá-lo com mais borracha supervalorizada num mercado em baixa permanente, suspendeu essa fase de suas operações” (WEINSTEIN, 1993, 245-246).

Abreu deixara escapar, em alguns registros ao seu amigo Huber, sua exaltação em relação aos resultados positivos que o penoso trabalho recebera, compensando, de certa forma, o cansaço e os transtornos que precederam a finalização do mostruário do Pará, como evidenciam os trechos das cartas abaixo:

Como creio, já lhe referi, inaugurou-se o nosso pavilhão a 23 do corrente, o nosso presidente veio para este acto. A concorrência foi enorme, e com sofisticação (e para não dizer), mesmo com certo orgulho, ouvia os elogios que faziam a secção de madeiras, dentre as quaes se salientava a do Pará (ABREU, 1911b, não paginado).

A nossa exposição de madeiras continua a merecer calorosos aplausos, quando varias pessoas classificam-a como a mais bem organizada no pavilhão brasileiro. (...) A instalação da fabrica de Cerveja Paraense esta bem original. Os tabacos em molhos produzem boa impressão, assim como a vitrine que organizei para a fábrica de Brandão C.(...) (ABREU, 1911b, não paginado).

Nos dois trechos, Abreu destaca o mostruário de madeiras como o alvo majoritário de elogios por parte daqueles que visitaram o pavilhão brasileiro. Além dele, vários outros produtos paraenses mereceram destaque em meio à exposição: a borracha e as tecnologias para o seu melhoramento; as fábricas, como a Cervejaria Paraense e a Palmeira; outros produtos da indústria extrativa, a exemplo do cacau; tabacos; artefatos indígenas; entre outros, sobre os quais analisaremos com maior atenção a seguir.

3.3 “O Logar do Pará na Secção Brasileira”¹²¹: a exibição paraense vista por dentro

(...) o Estado do Pará foi particularmente bem representado quanto aos productos florestaes como madeiras, fibras, painas, resinas, plantas medicinaes, fructos silvestres, objectos de pequena industria florestal; sendo ainda mais notável a sua representação na borracha, cação, grudes de peixe, tabaco, em algumas subdivisões do grupo de alimentação, como farináceos, conservas e bebidas e nos productos pharmaceuticos, emquanto que nas outras classes a sua contribuição foi assaz modesta. Assim, é que, no segundo pavilhão do Brazil, onde se achavam os mostruários das industrias manufactureiras, o Pará occupou pouco espaço. Tanto maior e mais saliente foi o seu papel no terceiro pavilhão, onde, devido a abundância e a boa qualidade dos seus productos, como também graças à incumbência que os delegados do Pará tiveram na organização de várias secções, este Estado pode sobresahir victoriosamente em certas subdivisões do mostruário brasileiro (...) (O ESTADO..., 1911, p. 26).

O relatório da comissão paraense em Turim forneceu ao governo um panorama do que foi a representação estadual naquele certame, como mostra o excerto acima, destacando a variedade dos produtos, assim como aqueles que mais se destacaram na exposição, partindo do que os membros conseguiram notar ao observar o público visitante, os organizadores

¹²¹ (O ESTADO..., 1911, p. 26).

italianos e os “homens de negócio” que mostraram interesse pela produção do Pará. De acordo com o relatório, os produtos da indústria florestal foram os que mais tiveram destaque, seguidos dos produtos da indústria alimentícia, produtos farmacêuticos e, em menor evidência, a indústria manufatureira.

Para a análise do que foi exposto pelo Pará em Turim, utilizaremos como fonte principal o relatório oficial da delegação paraense enviado ao governo do estado, já mencionado neste capítulo, além de uma pequena brochura intitulada “O Pará na Exposição de Turim” (LO STATO..., 1911) confeccionada em língua italiana e francesa para ser largamente distribuída aos visitantes da exposição. Este último retrata os principais produtos de exportação do estado, além daqueles com potencial exportador e ainda faz um breve panorama sobre o movimento artístico, a situação econômica, as linhas de navegação, os valores de frete e a legislação sobre o uso de terras e sobre a borracha estadual. Já o relatório oficial da delegação, contém narrativa detalhada sobre a participação estadual no certame, os produtos regionais e as categorias a que estavam submetidos, os trabalhos do júri, os prêmios e os trâmites para negociações entre o Pará e países interessados na produção regional, em especial a Itália.

Vale ressaltar que o relatório possui inúmeras fotografias da exposição, que serão analisadas como partes de um “discurso” oficial do governo. É importante considerar que, no momento em que as fotos foram registradas, o local e a disposição dos objetos já haviam sido modificados diversas vezes, no intuito de evidenciar os produtos que a delegação julgara merecedores de destaque, tendo em vista os interesses econômicos do estado e as possíveis relações comerciais com outros países.

Peter Burke (2017) nos lembra do incômodo que o uso de imagens enquanto fonte documental suscita, uma vez que elas podem ter sido criadas para comunicar uma mensagem própria, que podem envolver contexto, função, retórica, recordação, testemunhos de segunda mão, entre outras características. Ainda de acordo com o autor, as imagens desempenham o papel de “testemunhas mudas” ou “testemunhas oculares” e devem ser utilizadas pelos historiadores junto com outros tipos de evidência, sendo submetidas a métodos específicos de crítica das fontes. Mais do que registrar fielmente a realidade, as imagens são indicativos da relação entre práticas e representações específicas. Seu valor documental reside no fato de que fazem referência às representações sociais de determinado período, construídas a partir das experiências históricas vivenciadas por sujeitos concretos. Dessa forma, as imagens são instituídas a partir do contexto em que são produzidas, devendo o historiador atentar para as condições de sua produção, circulação e diversas formas de apropriação. Por outro lado, elas

também são instituintes, por se tornarem capazes de estabelecer novas formas de apreensão de determinada realidade.

As fotografias do interior da exposição de Turim ajudam a compreender aspectos da cultura material e a sua organização de acordo com os interesses daqueles que a estruturaram: negócios, ciência, história, modernidade etc. Também podem ser consideradas como parte integrante da imagem do estado que se pretendia construir para o mundo, em um momento no qual o discurso sobre a crise econômica regional estava em evidência (CASTRO, 2013, p. 67).

Não se pode esquecer que os produtos paraenses estavam submetidos ao julgamento, em caráter competitivo, por um grupo de especialistas, buscando de alguma forma o reconhecimento internacional de seu valor, fato este que outorgaria à produção paraense certo *status* em meio às nações civilizadas, aumentando as chances do estabelecimento de boas relações comerciais com outros países. No entanto, a classificação atribuída aos produtos foi alvo de contestações por parte da delegação ao júri especializado, pois, segundo os delegados do Pará, “reinou desde o princípio, uma tal ou qual incerteza, motivada pelo facto de o programma da exposição ser mais adaptado às condições dos países europeus do que às nossas”. Tal fato, segundo os membros da delegação estadual, foi o que justificou a troca, por várias vezes, dos produtos de uma classe para outra:

A nossa borracha por exemplo, que logicamente podia figurar tanto no grupo XV (silvicultura e industria florestal), como no grupo XVIII (industrias extractivas ou chemicas) foi finalmente, por consideração de ordem pratica, classificada toda no grupo XXII (couros e congêneres), na qual havia uma classe especial (141) para a borracha. O nosso cacão, collocado primitivamente no grupo de agricultura, na classe 90 (producto de grande cultura), foi, por exigências do Jury, transferido para a classe 100 (confeitaria). As plantas medicinaes, por sua vez, que a principio foram classificadas no grupo XVIII (industrias extractivas), foram finalmente para o grupo XVI (agricultura), classe 90 (productos de grande cultura), apesar de só poucas serem objeto de cultura, e isto ainda em pequena escala. Outros productos houve, que, por serem de classificação incerta, não foram aceitos por nenhum Jury (...) (O ESTADO..., 1911, p. 21).

Como é possível notar, o caráter competitivo é um aspecto complexo dentro da exposição. O júri responsável pela avaliação dos produtos e dos expositores era composto por um presidente, um vice-presidente, um secretário relator, três ou cinco jurados efetivos e um suplente. Os presidentes dos júris de classes formavam o júri do grupo que reunia as classes que possuíam alguma afinidade e que tinham como propósito analisar possíveis reclamações. Além destes corpos de jurados, havia um júri superior responsável por regulamentar o processo, desempenhando o papel de supervisor das premiações e também de solucionador de

conflitos e dúvidas (SANJAD; CASTRO, 2016, p. 154). Ocupar um lugar entre os jurados, ou manter uma boa relação com o júri era importante para os países que objetivavam conquistar boas premiações ou estreitar relações comerciais e/ou diplomáticas. Sobre esse aspecto:

Os júris de classe superior eram formados por representantes de todos os países participantes, em número proporcional à área ocupada e à quantidade de expositores. Quanto maior a área e mais expositores, mais vagas de jurados o país tinha direito. O Brasil, por exemplo, com 3.061 expositores e 8.687 metros quadrados ocupados, teve direito a duas presidências de júri de classe, sete vice-presidências e 98 vagas de jurados; uma presidência de júri de grupo, duas vice-presidências e seis vagas de jurados; e, ainda, duas vagas no júri superior, ocupadas pelo cônsul brasileiro e delegado paraense Antônio Martins e por Francisco de Avellar Figueira de Mello, do Museu Comercial do Rio de Janeiro. Essa foi uma das maiores representações no júri internacional, somente inferior à italiana, francesa, alemã, inglesa e argentina (SANJAD; CASTRO, 2016, p. 154-155).

Fazia parte da estratégia para conseguir boas premiações a indicação de pessoas para integrarem o júri, conforme os interesses de cada país. O Brasil, por meio do seu comissário Costa Sena, conseguiu com sucesso colocar em prática tal estratégia: Jacques Huber ocupou a posição de presidente das classes 79 e 80 (economia florestal) e o seu amigo Jayme Abreu desempenhou a função de vice-presidente da classe 141 (borracha). Já nos júris de grupo, Huber foi o vice-presidente do grupo XV (silvicultura e indústria florestal), enquanto Abreu desempenhou papel de presidente do grupo XXII (couros e indústrias diversas), sendo o único brasileiro a ocupar tal posição (SANJAD; CASTRO, 2016). As áreas ocupadas pelos representantes do Pará no júri possuíam grande importância econômica para o estado, uma vez que nelas estavam inseridos produtos como a borracha e outros oriundos da indústria florestal.

Este espaço conquistado pelo Brasil no júri foi bastante significativo, tendo seus reflexos no quadro de premiações, tanto nacional quanto paraense. Por exemplo, no grupo da silvicultura e indústria florestal, os 365 expositores brasileiros conquistaram 313 prêmios, sendo a maior premiação de toda a mostra para esse grupo. Já no grupo de couros e indústrias diversas - no qual a borracha estava incluída -, o país obteve 113 prêmios, sendo todos os expositores desse grupo contemplados, colocando o Brasil em segunda posição, atrás apenas da Itália, a qual conquistou 154 prêmios para 154 expositores (SANJAD; CASTRO, 2016). Neste grupo, o Pará teve destaque em virtude dos produtos advindos da extração do látex, reunindo um total de 20 prêmios, incluindo um *Hors Concours* para Jacques Huber e as amostras botânicas do Museu Goeldi. De acordo com o relatório, o Pará participou do certame com 126 expositores, os quais, segundo a análise dos delegados estaduais, poderiam ser divididos em três grupos: 1) 22 municípios que apresentaram produtos da indústria extrativa,

da pequena indústria florestal e da agricultura (incluindo farinha e tabaco); 2) os particulares do interior do estado, que expuseram produtos da mesma natureza dos primeiros; 3) os expositores da capital, que expuseram produtos da indústria manufatureira, indústria alimentícia e indústria farmacêutica, entre outros artigos (O ESTADO..., 1911, p. 21).

Toda esta estratégia foi realizada com certo sucesso. Além de bons prêmios, ela rendeu ao Pará importantes chances de negócios, a exemplo da proposta de compra de todo o mostruário de borracha por parte de uma empresa italiana, assim como a procura por informações relacionadas às madeiras por representantes de diversos países¹²². Sobre tais aspectos, falaremos posteriormente.

3.3.1 “Tinha um aspecto deveras imponente”: a seção de madeiras

Apezar de alguns outros estados, como Bahia, S. Paulo, Rio de Janeiro, Minas, Amazonas, Pernambuco, Matto Grosso e Santa Catharina, terem também apresentado collecções bellíssimas de madeiras, a do Pará teve, no suffragio de todos, a primazia, sendo considerada unanimemente [sic] como a mais bella e a mais rica colleção de madeiras de toda a exposição (O ESTADO..., 1911, p. 26).

A descrição elogiosa do mostruário de madeiras paraenses contida no relatório oficial já vinha sendo anunciada por outros meios, a exemplo das cartas e dos jornais que faziam referências à exposição turinesa, mostrando unanimidade em relação à qualidade e beleza das amostras e dos artigos produzidos a partir delas. Como foi possível notar a partir das cartas e do relatório oficial, esta seção foi uma das mais trabalhosas para os delegados paraenses no que concerne à organização, em virtude da quantidade e do volume de amostras, sofrendo inúmeras alterações na sua disposição e mesmo no local onde foram expostas, conforme nos mostra as Figuras 4 e 5.

¹²² Segundo Sanjad e Castro: “(...)após a divulgação da premiação e auferida a superior qualidade dos produtos amazônicos por meio de um extenso rol de Grandes Prêmios e Medalhas de Ouro, o comissariado brasileiro recebeu uma proposta de compra de todo o mostruário de borracha por parte de uma empresa italiana, o que era um excelente indício de que os investimentos feitos na exposição iriam ser revertidos em benefício do comércio entre os dois países, isto é, de que a aposta em um mercado alternativo para a borracha amazônica, feita pelo governo paraense, era viável. O mesmo aconteceu com a madeira, objeto de pedidos de informações por parte de empresários e representantes de vários países, dos estados Unidos à Pérsia.” (op.cit.:157)

Figura 4 – Mostuário de Madeiras do Brasil (organizado segundo o plano traçado pelos delegados paraenses). Exposição de Turim, 1911



Fonte: (O ESTADO..., 1911)

A Figura 4 retrata a disposição final do mostuário das madeiras brasileiras, situado no terceiro pavilhão. Nota-se ao lado esquerdo da imagem, em primeiro plano, o mostuário do Rio Grande do Sul, seguido por uma sequência de outros mostuários dos demais estados. Ao fundo, a pirâmide de madeiras paraenses, a qual foi bastante elogiada pelos visitantes e jurados. Na Figura 5, é possível uma observação mais detalhada da referida pirâmide.

Figura 5 – Pirâmide de Madeiras do Pará, vista da entrada principal do 3º pavilhão. Exposição de Turim, 1911.



Fonte: (O Estado, 1911)

A pirâmide de madeiras do Pará teve lugar de destaque no terceiro pavilhão – o mais abundante em termos de quantidade e variedade de produtos paraenses - em relação aos demais mostruários de madeira nacional, ficando localizada na entrada principal, “no centro da galeria de madeiras”, com uma aparência “deveras imponente”, como bem mostra a fotografia. Tal coleção foi composta com a ajuda de diversos municípios paraenses, que enviaram amostras de vários tipos de madeiras, entre as quais acapú, pau- amarelo, cedro e massaranduba. Essas espécies já eram conhecidas dos italianos, por conta da importação feita através de uma empresa de navegação que havia operado entre a Amazônia e a Itália, a “Ligura Brasileira” (O ESTADO..., 1911, p. 60).

Como já mencionado neste capítulo, a seção de madeiras pode ser considerada uma das que mais sofreu alterações em virtude da ausência de um planejamento expositivo, do atraso na chegada de algumas amostras, além da quantidade variada e da dimensão de alguns exemplares. Este último aspecto implicou na exibição de algumas toras de madeira fora do pavilhão, como mostra a Figura 6.

Figura 6 – Tóros de madeira do Pará, expostos pelo município de Belém. Exposição de Turim, 1911



Fonte: (O ESTADO..., 1911)

A imagem retrata as toras de madeira enviadas de Belém exibidas do lado externo do Pavilhão do Brasil. A escolha deste espaço diferenciado para expor o material se deu em virtude do peso das toras, o qual era incompatível com a carga que a estrutura do pavilhão

suportava. O local escolhido para a acomodação das toras foi o vão das arcadas, debaixo do terraço, onde também se instalou o espaço para a degustação gratuita de café brasileiro, como bem anuncia a placa ao lado, em língua italiana. Na fotografia, nota-se a presença de Jayme Abreu (à esquerda) e Jacques Huber (à direita) (O ESTADO..., 1911, p. 26-29).

Entre os objetivos principais desta seção estava a tentativa de “mostrar a riqueza das nossas mattas em madeiras variadíssimas”. O objetivo foi considerado atingido pela delegação, sobretudo em virtude da contribuição de expositores como Manoel Pedro e Cia, que, de acordo com o relatório, “na compreensão perfeita do fim d’uma exposição industrial, se esforçou em mostrar as applicações variadas, a que se prestam as nossas principaes madeiras”. Segundo Maria de Nazaré Sarges (2017), Manoel Pedro fazia parte do grupo de portugueses que era proprietário de casas comerciais, as quais, mesmo diante da “crise” da borracha, continuavam prósperas na capital paraense, o que os colocava em uma condição privilegiada na cidade. Ainda de acordo com Sarges, na primeira década do século XX, havia duas casas construtoras que demonstravam vigor na cidade de Belém:

Uma delas era a firma Manuel Pedro & Cia, localizada na Rua de Bragança e na Travessa São Francisco (entorno do centro histórico), e que oferecia serviços de carpintaria, ferraria, serralharia e marcenaria. Construiu vários prédios na cidade, dentre os quais a ‘Camisaria Paraense’, chegando a receber reconhecimento não somente nacional, mas internacional. Foi premiada nas exposições de Chicaco, Turim (nesta ganhou o Grande Prêmio), São Luis, Pará, Rio de Janeiro, Bruxelas (nestas três últimas ganhou medalha de ouro). (SARGES, 2017, p. 100-107).

De fato, a firma de Manuel Pedro foi vencedora de vários prêmios, incluindo o Grande Prêmio em Turim. O mostruário por ela levado para a Itália era bastante elucidativo no que diz respeito ao caráter utilitário das madeiras paraenses, como é possível observar na Figura 7.

Figura 7 – “Stand” especial de artefatos de madeira da Casa Construtora Manoel Pedro e C^a.
Exposição de Turim, 1911



Fonte: (O ESTADO..., 1911)

O “stand” da Casa de Construção do português Manoel Pedro possuía riqueza de informações na sua composição. Ao centro do espaço destinado à exibição dos produtos da firma, têm-se um “armário guarda-prata de três corpos”, o qual, segundo o relatório, foi construído a partir da aplicação de mais de trinta qualidades de madeira. Abaixo, junto ao piso, alguns mosaicos do mesmo material, os quais já haviam sido exibidos na Exposição Universal de Bruxelas, no ano anterior.

Ao lado direito da imagem, na extremidade, um mostruário contendo “amostras de madeiras trabalhadas para varias applicações na construcção, e para móveis”, semelhante ao que se encontrava do lado oposto, sendo que este último possuía placa de identificação que fazia referência ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. Nas paredes, diversas fotografias de árvores, as quais provavelmente seriam as de onde a madeira era extraída. O relatório também chama atenção para uma característica peculiar para qual a firma se atentou: a indicação do preço de cada um dos produtos expostos, fato este que não foi notado na maioria das casas expositoras do Pará e do Brasil, sendo tal atitude merecedora de menção especial no referido documento (O ESTADO..., 1911, p. 26-31).

Ao lado direito da imagem, na extremidade, um mostruário contendo “amostras de madeiras trabalhadas para varias applicações na construcção, e para móveis”, semelhante ao que se encontrava do lado oposto, sendo que este último possuía placa de identificação que fazia referência ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. Nas paredes, diversas fotografias de

árvores. O relatório também chama a atenção para uma característica peculiar do mostruário enviado pela firma: a indicação do preço de cada um dos produtos expostos, fato este que não foi notado na maioria das casas expositoras do Pará e do Brasil, sendo tal atitude merecedora de menção especial no referido documento (LO STATO..., 1911, p. 60). Em Turim, a seção de madeiras do Pará esteve entre as mais bem premiadas, conquistando diversas medalhas de ouro, prata, bronze e diplomas de honra.

3.4 Ocupando “o lugar proeminente que lhe compete”: a borracha paraense, técnicas e tecnologias para o seu beneficiamento

A borracha do estado do Pará ocupou ainda d’esta vez o lugar proeminente que lhe compete. Entretanto, é de observar que, ainda aqui, o Pará brilhou mais pela grande variedade dos seus productos, expondo não só todas as qualidades de borracha produzidas no estado, como também as de diversos novos processos de coagulação e de preparo de borracha, amostras de herbário, photographias, instrumentos, etc., do que pela quantidade da matéria apresentada, que em certos casos deixava um pouco a desejar. Amostras pequenas são muitas vezes melhores que as grandes, mas o público deixa-se naturalmente impressionar mais por estas, do que por aquellas. (O ESTADO..., 1911, p. 29-30).

Apresentada como objetivo principal do estado do Pará na exposição de Turim, a propaganda da borracha regional mereceu destaque durante o evento, sendo para isso preparado um “stand” exclusivo, cuja intenção era mostrar da melhor forma possível todas as etapas da cadeia produtiva da indústria gomífera, desde a classificação botânica das espécies produtoras de látex, passando pelas sementes de seringueira, o habitat, os tipos de corte e a extração do látex, o processo de defumação, as técnicas e tecnologias para obtenção de uma melhor qualidade do produto, os tipos de borracha e suas origens, até chegar ao produto final e suas utilidades, além das perspectivas para o futuro da referida produção.

Como bem ilustra o excerto acima, a variedade e a qualidade das borrachas e de artigos que delas procediam “abrilhantaram” a participação estadual no evento, sobretudo o sistema de produção da goma elástica e as amostras de maior volume, pelas quais o público “deixa-se naturalmente impressionar”. Na Figura 8, é possível compreender o que levou o “Stand da Borracha” a ser destaque naquele certame, inclusive em meio à imprensa internacional. No entanto, ele não ficou comprometido por pouco, uma vez que a quantidade de borracha enviada do Pará era insuficiente, tribulação esta que foi resolvida por Jacques Huber em Londres, onde conseguiu reunir “todas as amostras de borracha que conseguira obter junto a importadores ingleses” (SANJAD; CASTRO, 2016, p. 148).

Figura 8 – Vista do “Stand” da Borracha do Pará (organizado segundo o plano traçado pelos Delegados Paraenses). Exposição de Turim, 1911



Fonte: (O ESTADO..., 1911)

De acordo com o relatório da delegação paraense, não somente a produção gomífera originária da região amazônica se destacou, mas também a de outros estados, como Mato Grosso, Bahia, Pernambuco, Piauí e Minas Gerais.¹²³ No entanto, nenhum dos estados citados superou a relevância atribuída à produção da borracha paraense, a qual apresentou um espaço exclusivo destinado à exibição desta matéria-prima, seu processo de manufatura e sua transformação em artigos com função utilitária para o mercado.

O “Stand” da Borracha do Pará, como nos mostra a Figura 8, era constituído por diversos exemplares de bolas, pranchas ou blocos, de peles ou lâminas de borracha e caucho, das mais variadas qualidades - desde o “sernamby” até a denominada “tipo Pará”, a qual era

¹²³ “Matto Grosso, que na sua parte septentrional possui ainda immensas reservas de Hevea, mandou blocos imponentes de borracha fina e de sernamby, entre os quaes diversos de 60 kilos ou mais. Estes blocos mostram, entretanto o estado primitivo no qual se acham a extracção e o preparo da borracha n’este Estado, que ainda está longe de produzir tudo o que poderá dar, uma vez que as suas vias de acessos estejam mais desenvolvidas. O Estado da Bahia (...) soube apresentar suas secções de uma forma elegante e muito instructiva, expõe uma bella collecção de borracha de maniçoba dos municípios de Jequié, Maracas, S. Francisco, Monte Alto, Conquista, Poções e amostras de mangabeira de diversas procedências, sementes de maniçoba de Jequié (*Manihot heptaphylla*), de Piauí (*Manihot piuhensis*) e amostras de maniçoba coaguladas com álcool. Amostras de maniçoba são também expostas pelos Estados de Piauí e Pernambuco, o Estado de Minas Geraes é representado por placas de borracha de mangabeira e de maniçoba. Em resumo, pode dizer-se que, com excepção do Estado do Ceará todos os Estados produtores de borracha estão representados de accordo com a sua importância (...)” (O ESTADO..., 1911, p. 79-81).

considerada uma das melhores. Vale ressaltar que esta última não era produzida exclusivamente no estado, sendo também comum no Amazonas. Além disso, outro tipo de borracha, de qualidade ainda mais superior, era produzida no Acre e denominada “Para hard cure” (O ESTADO..., 1911, p. 76). Também é possível notar no mostruário diversas exsicatas de espécies gomíferas, além de amostras de sementes de seringueiras e fotografias sobre os novos procedimentos para a extração do leite, e experimentos relacionados ao cultivo da seringueira¹²⁴.

A seção destinada à borracha e ao caucho, em especial o “stand” paraense, chamou a atenção da imprensa internacional, a exemplo da revista “L’Italie Illustrée”, que publicou em francês um artigo sobre o tema, reproduzido no relatório da delegação do Pará:

É notório que o Brazil, é de todos os países, o maior productor de borracha bruta, pois que elle só fornece mais da metade da producção mundial d’esta importante matéria prima. Depois do café, a borracha é para o Brazil o producto mais importante (...). Não é pois para admirar que o ‘stand’ da borracha tome um logar central e bem em evidencia na magnífica exposição das riquezas naturaes do Brazil. É verdade que as bolas e pelles ennegrecidas de borracha fina, os blocos de sernamby e as pelles de maniçoba e mangabeira não são, precisamente, objectos decorativos, com os quaes seja possível obter bonitos effeitos de exposição, porém as photographias e as amostras de herbários de plantas de borracha, que se acham colocadas na parede central do ‘stand’, alegam o aspecto sombrio do conjunto, e a agglomeração dos visitantes ao redor do ‘stand’ prova o seu interesse.(...) Nas paredes do centro do ‘stand’ vêm-se amostras botânicas d’um grande numero de espécies de Heveas (...) Uma collecção de sementes de Hevea mostra as grandes variações no tamanho, na forma e na cor, que fazem entrever a possibilidade de poder se fazer um dia a selecção dos melhores productos de látex. Taes collecções foram expostas pelo Museu Goeldi do Pará. Este instituto científico expõe também uma serie de photographias illustrando a colheita e a defumação da borracha, e outra serie mostrando experiências de extracção do látex no Horto Botânico. Vêm-se também photographias da nova plantação de Hevea brasiliensis organizada pella Directoria de Agricultura do Estado na visinhança da capital. O Governo Estadual mesmo expõe uma bella collecção de diferentes qualidades de borracha produzidas no Estado, collecção que é completada por outros expositores, entre os quaes os

¹²⁴Uma das fotografias que ornamenta o “stand da Borracha do Pará” em Turim retrata um dos experimentos do botânico Jacques Huber em relação ao corte da seringueira. Na referida imagem, onde o cientista aparece “sangrando” uma árvore produtora de látex, de acordo com o método oriental, em uma área do parque zoobotânico do Museu Goeldi reservada para o cultivo de seringueiras. Segundo Anna Raquel Castro: “De todas as observações feitas pelo botânico Jacques Huber durante a sua passagem pelo Oriente, uma das que mereceu grande atenção foi o modelo de corte das seringueiras adotado naqueles países. O tema, que foi transformado em publicação no ano de 1913, tinha como foco de estudo ‘a maneira de golpear as árvores’ ou o método de sangramento da seringueira adotado na Amazônia, considerado por muitos como rudimentar e sendo alvo de críticas por parte de estudiosos, chegando a ser apontado como o fator responsável pelas baixas na exportação, na medida em que, como se refere Huber, ‘dele eram dependentes a qualidade e a quantidade do produto’ (HUBER, 1913, p. 3)”. Outros aspectos defendidos pelo botânico era a introdução de novos procedimentos técnicos aos moldes orientais nos processos que envolviam a indústria gomífera (corte, extração do látex, defumação e produto final); treinamento dos seringueiros, na tentativa de evitar os desperdícios provenientes da forma errônea de extração que, segundo ele, era predominante; fiscalização severa dos seringueiros; e a adoção de regras ‘ecologicamente corretas’ no trato com a seringueira, prolongando assim a atividade extrativa (CASTRO, 2013, p. 64-66).

municípios de Faro, Alemquer, Almeirim, Baião, Macapá, Marapanim e alguns particulares” (O ESTADO..., 1911, p. 78-79).

Como destaca o boletim italiano, além da borracha em sua forma mais primitiva, o espaço destinado ao produto também exibía diversos artigos utilizados durante o processo de produção, amostras de borracha consideradas superiores em qualidade e fotografias que pretendiam “ilustrar” o corte das seringueiras. Ao analisarmos a estrutura deste espaço expositivo descrita pelo *L’Italie Illustrée*, é possível notar o seu caráter pedagógico ao tentar retratar o universo da indústria gomífera: as amostras de espécies de *Hevea*; a coleção de sementes; os vários tipos de borracha; as fotografias; entre outros objetos que tinham o intuito de fornecer uma ideia geral de como funcionava a cadeia produtiva da goma elástica na Amazônia. Vale ressaltar que, a participação do Museu Goeldi foi fundamentalmente importante neste sentido.

Ainda analisando a Figura 8, é possível notar outros objetos no stand da borracha, a exemplo da máquina de defumar borracha, ao lado direito da imagem, assim como o mostruário com modelos de machadinhos e facas para o corte da seringueira. Entre elas estava a faca inventada por Jacques Huber. Mais à frente do stand, ao lado direito, verifica-se amostras de lâminas de borracha obtidas por meio do processo de Cerqueira Pinto. Estas foram algumas das invenções que obtiveram destaque durante a exposição de Turim, sobre as quais falaremos a seguir.

A Máquina de Defumar Borracha

A machina de defumação ‘Coutinho’ aperfeiçoada, que os Snrs Danin e Mello expõem, consiste essencialmente em um cylindro ôco de ferro estanhado, no qual derrama-se o látex, que, por uma rotação lenta do primeiro, adhire em camada fina à parte interna, sendo exposto à fumaça que é introduzida no aparelho por uma pequena chaminé curva. A defumação faz-se assim desde o começo sobre uma grande superfície e dura por conseguinte muito menos tempo. O Sr. Mello expõe algumas pelles de borracha defumada por esse processo, que, parecem ter, além das preciosas qualidades da ‘Pará fina’, a de um transporte mais econômico (O ESTADO..., 1911, p. 80).

Foi assim que a revista “*L’Italie Illustrée*” descreveu a de Defumar Borracha, inventada por Manoel Vianna Coutinho em fins do século XIX. De acordo com o periódico carioca “*Jornal do Commercio*”¹²⁵, Coutinho era um inventor nato. Paraense, nascido no

¹²⁵ “Industrias Paraenses” .*Jornal do Commercio* (RJ), 21/01/1896, n°21, p.2 col. 5. Esta “nota biográfica” sobre Manoel Vianna Coutinho, publicada no jornal carioca, foi a que mais nos forneceu informações sobre o referido inventor, não sendo, portanto, encontrada durante as pesquisas, outra referência biográfica mais consistente. Entre outras informações sobre Vianna Coutinho, temos: nos jornais de final do século XIX, ele é apresentado como “artista” e proprietário da “folha bi-semanal” de nome “Confederação Artística” juntamente com outro

município do Acará em 1860, apenas com os estudos primários, aos 15 anos de idade iniciou os trabalhos na “arte typographica”, trabalhando em quase todas as oficinas de Belém. Era também “um dos ornamentos da classe artística, e estimado por todos os seus collegas deste Estado, onde gosa de geral sympathia”. Sua primeira invenção foi um “aparelho de flutuação”, objeto de muitas experiências e demonstrações públicas de sua funcionalidade¹²⁶. No ano de 1885, dedicou-se “à solução do problema da navegação aérea”, e inventou um balão de nome “Sul americano”, o qual, segundo o jornal, era “todo differente do inventando pello seu pranteado conterraneo Julio Cesar e dos demais aeronautas até hoje conhecidos”¹²⁷, uma vez que Coutinho afirmara em sua teoria que “pretende ter descoberto a direcção dos balões, não contra os ventos, por ser isso absurdo, mas sim com os ventos contrários.” (A SEMANA, 1899). Tais “estudos” de Manoel Vianna Coutinho foram entregues por Justo Chermont – quando este ainda era governador do Estado, entre 1889 e 1891 - a uma comissão de avaliação nomeada pelo mesmo, e formada pelos Drs. J. Campos, Antônio Chermont, e Índio do Brazil, obtendo mais tarde parecer favorável ao recebimento de auxílio financeiro por parte do governo do estado¹²⁸.

sujeito de nome Augusto Soares Carneiro (JORNAL DIÁRIO DE BELÉM, 4/10/1888, nº223, p. 3 col. 2). No jornal Correio Paraense, de 1893, ele aparece como presidente do “Congresso Typográfico”, no qual ocorreu a “reunião dos artistas Typógraphos” (CORREIO PARAENSE, 25/04/1893, nº 290, p. 1, col. 4). Sabe-se que ele foi irmão de Joaquim Vianna Coutinho, tipógrafo do jornal Folha do Norte, falecido em 1902 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 27/11/1902, nº270, p. 02, col. 3). Em 1893, e em anos posteriores, ele aparece como o “inventor da machina de defumar borracha”, dos “machadinhos para cortar seringueira”, e dos “baldes herméticos” para o transporte de borracha, sendo anunciado como “digno industrial paraense” e tendo espaço em diversos jornais para a propaganda de seus invento. Nos jornais também foi anunciado que o mesmo obteve autorização para auxílio financeiro na tentativa de financiar suas invenções, além do registro de viagens para o exterior para divulgação das mesmas, em especial a máquina de defumar borracha (JORNAL A REPÚBLICA, 11/06/1893, nº593, p. 1, col.5; IDEM, 7/07/1893, nº615, p. 1, col. 1-2; JORNAL A PÁTRIA PARAENSE, 21/07/1894, nº 21, p. 1, col. 02; IDEM, 11/08/1894, nº 39, p. 1, col. 3; IBDEM, 12/09/1894, nº 63, p. 3, col. 04; JORNAL CORREIO PARAENSE, 01/02/1894, nº514, p.03).

¹²⁶ Segundo o referido Jornal, as demonstrações públicas da funcionalidade do “aparelho de flutuação” de sua invenção foram realizadas: “(...) uma no trapiche Grão-Pará na presença de vários engenheiros; outra no Arsenal de Marinha, com assistência de muitos officiaes de marinha; outra no paço da Intendência Municipal de Belém perante um crescido número de pessoas e no tanque do Palácio do Governo, na presença do então Presidente da Província Dr. Tristão de Alencar Araripe, o qual contribuiu para que as officinas do Arsenal de Marinha fizessem em maior escala o aparelho, o que não chegou a concluir porque o Presidente foi demittido e faltarão-lhe recursos pecuniários.” (IDEM)

¹²⁷ O Jornal COMMERCIO DO AMAZONAS (AM), em 1899 publica em sua primeira página um artigo permeado de tons de deboche e ironia, sobre a acusação de plágio que Manoel Vianna Coutinho atribui à Júlio Cesar, em relação ao seu invento, o balão “Sul-americano”. Vale ressaltar que o dirigível inventado por Julio Cesar, denominado “Santa Maria de Belém” foi apresentado publicamente em 1884, sendo esta data anterior ao invento de Vianna Coutinho (A SEMANA, 1899).

¹²⁸ Embora com parecer favorável para receber auxílio financeiro governamental para o seu “aereostato” durante o governo de Justo Chermont, o Jornal do Commercio de 16 de fevereiro de 1896 – ano em que o Estado do Pará estava sob a gestão de Lauro Sodré - noticia a formação de uma nova comissão para “examinar e dar parecer” sobre o “plano do balão dirigível do Sr. Manoel Vianna Coutinho”. A nova comissão era formada pelo tenente-coronel Augusto Menezes de Vasconcellos Drummond (presidente), capitão-tenente Altino Correa, engenheiros Raymundo T. Vianna, Lucio Amaral e Bento Miranda. Já no dia 27 de fevereiro do mesmo ano, o Jornal Folha do Norte anuncia que Manoel Vianna Coutinho havia pedido ao Congresso auxilio financeiro para “seu invento

Já em 1910, Vianna Coutinho anunciara um novo experimento, o qual era apresentado como “inovador” método de coagulação do látex, denominado por ele de “Borracha Dyalisada Systema Vianna Coutinho”, sendo constituído pela mistura de látex da *Hevea brasiliensis* com “água do mar”. Porém, de acordo com o parecer que avaliou tal procedimento, o método “chamado erradamente de ‘Dyalise’, não é inteiramente novo, sendo baseado n’um principio applicado já há muito tempo em certos districtos extractores”; além disso, a borracha resultante deste sistema possuía “elasticidade inferior a da borracha defumada, e a sua apparencia caseosa no corte, e o seu cheiro desagradável, contribuirão provavelmente para a sua depreciação no mercado”. Porém, o parecer deixa claro que, embora a comissão não recomendasse o método em virtude da qualidade inferior da borracha dele resultante, “ainda será preciso examinar as condições economicas da introducção do tal methodo na industria extractiva, antes de poder recommendal-o ao seringueiro”, aspecto este sobre o qual, de acordo com o documento, a comissão não poderia dar o seu parecer, sendo necessário para isso recorrer “ao juizo unicamente decisivo dos fabricantes europeus e americanos, porque tudo depende da acceitação que o producto tiver por parte d’elles”. (PARECER..., 1910). Desta forma, provavelmente Coutinho resolvera submeter-se ao julgamento de empresários europeus e norte-americanos, na medida em que algumas amostras de borracha resultante deste processo foram levadas para serem expostas e avaliadas em Turim.

Além de “homem de grande gênio inventivo”, Manoel Vianna Coutinho também era ativamente político, sendo citado no referido jornal como integrante da “plêiade dos republicanos históricos”. Foi membro do Club Republicano do Pará e do Club de Artistas Republicanos, e foi várias vezes candidato a cargos políticos, conseguindo ser eleito deputado estadual entre 1890 e 1893. Nas primeiras décadas do século XX atuou como correligionário de Lauro Sodré, ocupando o cargo de chefe da guarda de defesa da Liga Feminina laurista¹²⁹.

de navegação aerea”. Um mês depois, este mesmo jornal que o referido pedido de Vianna Coutinho, identificado como projeto de nº 523, havia sido indeferido pela Câmara. Quatro dias depois, a Folha mostra que o projeto volta a ser discutido. Em maio de 1896, a Folha publica algumas leis que foram sancionadas pelo governador Lauro Sodré, entre as quais está a que determina a concessão de “auxílio de até 20:000\$ ao cidadão Manoel Vianna Coutinho, para a construcção do balão Sul-americano, de seu invento”. Quase um ano após a sanção da lei, em 19 de fevereiro de 1897, a Folha publica que foi dada autorização para efetivar o pagamento do auxílio ao Sr. Vianna Coutinho, no entanto, no mês seguinte, o pagamento foi indeferido. (JORNAL DO COMMERCIO, 16/02/1896,nº47, p. 02, col. 06; FOLHA DO NORTE, 27/02/1896,nº 58, p. 02, col. 05; IDEM, 27/03/1896, nº86, p.02, col.06; IDEM,31/03/1896, nº91,p. 2, col.06; IDEM, 1/05/1896, nº122, p. 02, col. 06; IDEM, 02/05/1896, nº123, p. 02, col. 03; IDEM,19/02/1897, nº415, p. 02, col. 03; IDEM, 02/03/1897, nº426,p. 02, col. 03).

¹²⁹ “Liga Feminina Lauro Sodré”. Jornal Estado do Pará, 03/08/1912, nº 480, p. 01; col.03; “Recepção de Lauro Sodré – areunião de hontem”. IDEM, 05/08/1912, nº 482, p.01, col.02 -04; “Liga Feminina Lauro Sodré”.

Neste período, também foi membro da Comissão de Defesa Econômica da Amazônia, responsável pela organização do congresso de mesmo nome, realizado em Belém no ano de 1913.

A “Machina de Defumar Borracha” foi, entre seus inventos, o de maior destaque e com repercussão nacional e internacional, levando Coutinho a viajar para os Estados Unidos com a finalidade de aperfeiçoar, não somente a referida máquina, a qual “tem tido extraordinaria sahida no nosso commercio”, mas também “outros planos de novas industrias para serem executados naquelle grande meio” (MACHINA..., 1894). Em um dos anúncios de seu invento nos jornais, Vianna Coutinho garante que a “machina” para a defumação do leite da “synphonia elástica” não desperdiça “nem o menor e nem o mais insignificante dos predicados de sua bellesa e principal qualidade, como seja: máxima elasticidade, impermeabilidade e foleabilidade [sic]”, tendo enorme vantagem sobre o que ele chama de “antigo systema” - leia-se a defumação realizada com sementes da palmeira urucuri – desde o tempo de preparo até a preservação da saúde do trabalhador. De acordo com o anúncio:

A quantidade de borracha defumada hoje com as minhas machinas em dez minutos, equivale a mesma quantidade defumada pelo antigo systema de duas horas, além d’isto, o combustível gasto em minhas machinas para essa quantidade de leite será apenas de uma dúzia de caroços si tanto, enquanto que pelo antigo systema, será preciso quasi um paneiro dos mesmos. O seringueiro não recebe o calor e nem aspira a espeça e deliteria fumaça e nem carrega peso de qualidade alguma na occasião em que defuma o leite, e a borracha assim preparada é fina de primeira qualidade e sem contestação! (JORNAL CORREIO PARAENSE, 1894, p. 3).

A descrição das vantagens da referida máquina de defumação vem acompanhada da descrição de outros utensílios que podiam ser adquiridos, a exemplo dos “machadinhos para cortar seringueira”, apresentados como “verdadeira maravilha para o corte de seringueiras”, sendo destinados para “quem quizer ter os seringaes preservados”. Os preços para o machadinho e a máquina, de acordo com o anunciante, eram “relativamente insignificantes”; além disso, Vianna faz uma oferta aos interessados: “basta comprar uma machina, para prescindir-se dos demais utensílios como sejam: bacia, cuia, boião e forma e só em caroços o seringueiro faz uma economia de 500 réis diários”. O inventor também oferece preços diferenciados, de acordo com a quantidade do produto: “cada machina em nosso depósito, com todos os utensílios para uma pessoa trabalhar 60\$000, para 8 ou 10 pessoas 150\$000 – a

intitulada MACHINA FAMILIAR. Cada um machadinho 1\$500, dúzia 15\$000.” (JORNAL CORREIO PARAENSE, 1894, p. 3).

A máquina, representada na Figura 9, acabou sendo, por muitos, considerada o exemplo de grande tecnologia em meio ao contexto da indústria da borracha na Amazônia. No primeiro parecer referente ao produto, datado de 1893, a comissão avaliadora designada pelo governador Lauro Sodré e formada pelos engenheiros Lourenço Ferreira Valente, Bento Miranda e José Isidoro Bentes, apontou com parecer favorável o invento de Coutinho, uma vez que daria “à nossa primeira indústria, tão acoimada de rudimentar e primitiva, um cunho mais industrial e progressista”, ressaltando as vantagens já afirmadas nos anúncios de venda do produto: tratava-se de um aparelho simples que conseguiria “obter no espaço de 12 a 15 minutos, quantidade de borracha que pelo outro processo exigiria 1 ou 2 horas”, sem causar danos à saúde do seringueiro; além das “condições de barateza” do produto, a simplicidade para obtê-lo e as vantagens já mencionadas. A comissão também chamou a atenção para a embalagem da borracha, da mesma autoria, a qual levaria em conta “a contracção da borracha depois de fabricada”, atendendo “à forma e a espessura das pelles sahidas do cylindro” sendo que “as caixas que actualmente comportam cento e sessenta a cento e setenta kilos, poderão comportar até duzentos, o que será rasoável economia nos grandes carregamentos” (NOVO..., 1893, p. 1).

Em 1910, 17 anos após o primeiro parecer sobre a invenção de Vianna Coutinho, outra comissão é designada pelo então governador do estado João Coelho para elaborar novo parecer sobre o mesmo invento. A comissão foi constituída pelo botânico e diretor do Museu Goeldi, Jacques Huber, e pelo engenheiro João de Palma Muniz. De acordo com a descrição do parecer, a referida máquina, revelada na imagem, possuía uma estrutura um tanto quanto complexa, de acordo com o que descreve o parecer e conforme revela, de forma parcial, a Figura 9:

Figura 9 – Máquina de Defumar Borracha, patenteada pela firma paraense Danin & Mello e baseada no processo de preparo da borracha “Vianna Coutinho”, aperfeiçoado .



Fonte: Fundo Jacques Huber (1907-1914), Série Produção Científica, Parecer, 1910. Arquivo Guilherme de La Penha (MPEG).

Em 1910, 17 anos após o primeiro parecer sobre a invenção de Vianna Coutinho, outra comissão foi designada pelo então governador João Coelho para elaborar novo parecer sobre o mesmo invento. A comissão foi constituída por Jacques Huber e pelo engenheiro João de Palma Muniz. De acordo com o parecer, a referida máquina, revelada na imagem, possuía uma estrutura um tanto quanto complexa:

(...) consiste em sua essência d'um cylindro ôco de ferro estanhado, parcialmente aberto de ambos os lados e repoisando sobre um supporte de ferro provido de 6 roldanas moveiças, sendo as 2 bases fixadas a um eixo moveiço provido de manivella, cuja acção imprime ao cylindro um movimento rotatório enquanto que as 4 lateraes servem apenas para acompanhar passivamente o movimento do cylindro. A fumaça é produzida da mesma forma como na defumação a mão, sendo porém o cone de ferro que serve de boião provido d'um tubo curvo e afunilado na extremidade, que dirige a fumaça dentro do cylindro, onde se opera a defumação. O leite despeja-se no cylindro, tocando-se depois a manivella que imprime a este o movimento rotatório”. (PARECER..., 1910, não paginado).

É importante destacar que a partir de 1910, a máquina começou a ser divulgada como produto fabricado pela firma Danin & Mello¹³⁰, com algumas alterações, conforme anunciara um jornal amazonense no ano de 1911:

¹³⁰ Não encontramos durante a pesquisa nenhuma divulgação, anterior a 1910, que retrata a máquina de defumar borracha de Vianna Coutinho como fabricada pela firma Danin & Mello. No entanto, o documento encontrado

Ainda no século passado, várias propostas foram apresentadas para melhorar o methodo de fumegação pelo uso de uma simples machina. Um desses aparelhos inventados pelo Sr Vianna Coutinho foi ultimamente fabricado com certas modificações pela firma Danin & Mello, do Pará, e submettida a apreciação do governo, cujos peritos apresentaram relatório favorável a essa invenção. Como o aparelho poupa muito tempo, já tem sido adotado por alguns seringueiros. Ainda tem mais a vantagem de reduzir sernamby a um minimum [sic], o que é de grande importância. (A BORRACHA..., 1911, p. 1).

O parecer favorável emitido pela comissão avaliadora em 1910 destacou cinco aspectos vantajosos do produto: 1) economia de tempo e suas consequências; 2) economia de combustível; 3) economia de força; 4) vantagens higiênicas; 5) qualidade e valor do produto; sendo que a conclusão da avaliação apontara que o mesmo “apresenta vantagens incontestáveis” nos itens já citados. Além disso, “elle dá maior porcentagem de borracha fina que o processo actualmente em uso, sendo o producto em nada inferior á borracha defumada a mão proveniente do mesmo leite”. Neste sentido, a já mencionada substituição do método de defumação tradicional, o qual era “considerado inteiramente dependente do trabalho manual”, pela utilização da máquina seria a melhor medida a ser tomada pelos proprietários dos seringais, uma vez que aquele procedimento caracterizava desacordo com o que se considerava “moderno” em relação aos sistemas de trabalho dos países civilizados (PARECER..., 1910).

Em Turim, a “machina” de Vianna Coutinho foi uma entre as várias tecnologias brasileiras para o beneficiamento da borracha apresentadas ao “mundo civilizado”, embora este já conhecesse inúmeras outras “descobertas” - de origem norte-americana, inglesa ou asiática -, com a mesma finalidade de melhoramento da goma elástica. Ainda assim, Vianna Coutinho foi premiado naquele certame com medalha de prata para o seu sistema de coagulação do látex; e a firma Danin e Mello também foi contemplada com a mesma premiação, referente à máquina de defumar borracha. (O ESTADO..., 1911, p. 54).

Cerqueira Pinto e o Método de Coagulação do Látex

Vêm-se ainda outras cousas interessantes na secção do Pará. Nas columnas do ‘stand’, em frente a escada, estão collocadas numerosas amostras de borracha em lamina, obtidas pela coagulação do látex de *Hevea brasiliensis* por meio do processo do Dr. Cerqueira Pinto. Médico de profissão, este cavalheiro viajou durante muitos

junto com o “Memorial” do referido produto (o qual, provavelmente acompanhou o parecer de 1910), mostra que a firma possui a patente do mesmo concedida, de acordo com o documento, pelos “Estados Unidos d’América do Norte” sob o n° 187,402, em 1º de fevereiro de 1904. Machinas para defumar borracha (Systema Coitinho) pertencentes a Danin & Mello. Pará, Brazil. Em 30 de maio de 1910 (Memorial). Fundo Jacques Huber (1907-1914), Série Produção Científica. Arquivo Guilherme de La Penha (MPEG). A firma Danin & Mello era de propriedade de João Roso Cardoso Danin, integrante de família abastada e conhecida em Belém.

annos nos seringais do Amazonas, sempre preocupado em obter, sem a defumação enfadonha e muitas vezes prejudicial a saúde do seringueiro, um producto que fosse semelhante ou superior ao 'Pará' defumado. Depois de muitas tentativas vãs e esforços penosos, o Dr. Pinto achou finalmente, na sua preparação chamada 'lactina', um ingrediente que fornece, quando misturada em pequena quantidade com o látex, uma borracha de uma elasticidades, força e duração taes, que nos Estados Unidos foram oficialmente declaradas como superiores a borracha defumada e n'uma categoria especial de 'borracha superfina'. (...) Com um entusiasmo todo juvenil, o Dr. Cerqueira Pinto espera que sua invenção seja chamada a substituir completamente a borracha defumada.(...) (O ESTADO..., 1911, p. 79).

Carlos de Cerqueira Pinto, médico de tradicional família baiana que, de acordo com um jornal amazonense, viajou pelo interior do Amazonas entre os anos de 1907 e 1912, atuando como profissional da saúde e sendo “ahi, influenciado pelo meio” começou a interessar-se pelos estudos sobre “os processos usados na extracção, preparo e commercio da borracha”. Tal experiência na região resultou na invenção, de sua autoria, de um processo de coagulação do leite de árvores produtoras de borracha, o qual pretendia substituir a defumação do látex da seringueira e do caucho, “processo cuja excellencia foi demonstrada por seis annos de experiencias successivas, sempre coroadas de successo” (A BORRACHA, 1913, p. 1).

Como bem narra o relatório da comissão paraense em Turim, o referido método de beneficiamento da goma elástica levou Cerqueira Pinto ao reconhecimento nacional e internacional, promovendo inúmeras demonstrações da eficiência de seu produto pelo Brasil e exterior. O relatório chama a atenção apenas para o processo químico denominado de “lactina”, enquanto produto de autoria de Pinto. No entanto, nos anos de 1907 e 1908, encontram-se registros de patentes de outros processos químicos do mesmo autor e com a mesma finalidade – o melhoramento da borracha -, como mostra a Tabela 4:

Tabela 4 – Síntese dos registros de patente concedidos a Carlos de Cerqueira Pinto, referente aos produtos para beneficiamento da borracha de sua autoria

Nº da Patente	Data	Invento
4750*	08/09/1906	Um preparo químico denominado “mangabina”, destinado a coagular o leite da maniçoba e da mangaba, afim de ser convertido em borracha
4751*	08/09/1906	Um preparo químico que denominou “seringueira líquida”, destinado a conservar em estado líquido o leite da seringueira Syphonia elástica, da maniçoba, da mangabeira e de outros leites vegetais de eu se possa extrair borracha
5191**	2/12/1907	Preparado químico denominado “lactina” e destinado a coagular qualquer látex suscetível de ser convertido em borracha, beneficiando-a e dispensando por completo a defumação.
5192**	2/12/1907.	Preparado químico denominado “cauchina”, destinado a coagular rapidamente o látex do caucho e semelhantes.

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa com dados provenientes dos Relatórios do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, dos anos de 1907 e 1908.

*Relação dos privilégios de invenção a que se refere o art. 85 do regulamento que acompanhou o decreto nº8.820, de 30 de dezembro de 1882, concedidos pelo prazo de 15 anos, durante o ano de 1906.

**Relação das certidões de melhoramento na própria invenção já privilegiada, válidas enquanto vigorar a carta-patente, e concedidas de acordo com o regulamento que acompanhou o decreto nº 8.820, de 30 de dezembro de 1882, durante o ano de 1907.

É possível notar na tabela acima que a “carta-patente” foi concedida a Cerqueira Pinto no ano de 1906, sendo seus produtos inicialmente denominados “mangabina” e “seringueira líquida”. No ano seguinte, os produtos receberam certidão de melhoramento da invenção anteriormente patenteada, com base no decreto de nº 8.820, de 30 de dezembro de 1882¹³¹, ainda do período imperial, que regulamenta a lei na qual o imperador estabelece diretrizes para a concessão de patentes aos autores de invenção ou descoberta industrial de propriedade privada e uso exclusivo. De acordo com a referida legislação, “o privilégio exclusivo da invenção principal só vigorará até 15 annos, e o do melhoramento da invenção concedido ao seu autor, terminará ao mesmo tempo que aquelle” (BRASIL, 1882, não paginado).

¹³¹ Approva o Regulamento para execução da Lei n.3129 de 14 de outubro de 1882. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em 19/12/2018.

Sobre a relevância das patentes no período em questão, Paulo Cesar Santos (2016, p. 127) nos mostra que elas foram importantes neste contexto relacionado aos inventos e às exposições universais, uma vez que as descobertas tinham por finalidade “o domínio do homem sobre o trabalho, mas não apenas o trabalho dito ‘braçal’, mas uma ampla modificação nas esferas das atividades ditas humanas”, entre estas a atividade intelectual. Ainda segundo Santos, “para que a tecnologia fosse sentida e reafirmada como necessária, ela precisava ser vivenciada ou ter a sua experiência compartilhada”(IDEM,2016)¹³², sendo que os registros de patentes possibilitariam este compartilhamento de experiências de forma mais segura.

Sobre a “lactina” de Cerqueira Pinto, não foram encontrados registros com maiores detalhes da sua composição química. No entanto, em conferência realizada ao público interessado no ano de 1910, na Inspetoria Agrícola, o médico apresentou para uma platéia composta por “membros do alto commercio, senadores e deputados, alto funcionalismo, representantes da imprensa, tendo também, gentilmente comparecido o dr. Governador do Estado”, a eficácia do seu invento. O jornal Folha do Norte, que noticiou a conferência de Pinto, limitou-se a descrever a “lactina” como um preparado químico sem ácido, “um liquido branco, semelhante a água, com um cheiro acre e forte, lembrando o cheiro da fumaça”, sendo um “segredo do inventor” a sua composição. A Folha ainda revelou que o inventor “já tem tido varias propostas de capitalistas estrangeiros, as quaes se tem recusado patrioticamente e só as aceitará se no seu paiz um tal invento não for acceito, porque então ficará na necessidade immediata de demonstrar sua efficacia” (A CONFERÊNCIA..., 1910, p. 1).

Ainda segundo o jornal, Pinto destacou na sua conferência a produção de borracha no Ceilão, comparando-a com a produção amazônica. De acordo com o médico, enquanto no Ceilão “se afeiçoavam os métodos de preparo da borracha, com a utilização de substâncias quimicas até ao ponto de se obter um produto de primeira ordem”, na Amazônia “encastelados no nosso proverbial comodismo chinês, estacionamos mantidos na nefasta e prejudicial rotina, o que faz o nosso competidor ir a passos largos, nos afastando da proeminência do nosso lugar nos mercados consumidores”. Para a Folha, tal crítica feita por Pinto evidenciava “a terrível competência inglesa, espada de Damocles¹³³ sobre o nosso futuro econômico” (A CONFERÊNCIA..., 1910, p. 1).

Embora a invenção de Cerqueira Pinto tenha tido grande aceitação por parte de estudiosos e empresários brasileiros e estrangeiros do ramo da borracha, ela não foi

¹³² Idem

¹³³ Expressão baseada em conto Greco-romano, que significa “perigo iminente”.

unanimidade. A “química” foi contestada por sujeitos conhecidos em meio àqueles que integravam os negócios da goma elástica, entre eles José Simão da Costa¹³⁴ e Manoel Vianna Coutinho. O primeiro, empresário e também “inventor”, de acordo com a Folha, foi apontado por Pinto como desleal em suas críticas sobre o produto. Segundo o jornal:

[Cerqueira Pinto] Narra, a proposito, a deslealdade do Sr. Simão da Costa que, já em artigos publicados n'A província do Pará, já em notícias de jornaes estrangeiros, como ainda se vê no The India Rubber World de Londres (...), criticou azedamente o seu invento, sem, no entanto, determinar ou especializar os defeitos. [Cerqueira Pinto] Relatou-nos várias visitas a estabelecimentos manufactureiros de New York, onde nossa borracha, preparada pelo seu systema, foi considerada standart, ou typo extra-fina (Idem).

Já Manoel Vianna Coutinho, o inventor da máquina de defumar borracha, anteriormente citado, escreveu um longo artigo com severas críticas à invenção de Pinto e pediu para que o mesmo fosse publicado no referido jornal alguns dias após a conferência. Coutinho inicia o texto justificando que pediu a sua publicação não por “despeito ou inveja”, mas sim por “um dever obrigatório, imperioso mesmo, pelo fato de ser filho deste Estado, um dos maiores produtores de borracha”, além de também se julgar “conhecedor consciencioso deste artigo [a borracha], [e] ter também assistido a conferência do Sr. Dr. Cerqueira Pinto”. Diante destes motivos afirmou “não querer assumir uma parcela de responsabilidade nos aplausos incondicionais que a imprensa de minha terra entendeu distribuir por todos os circunstantes da conferência aludida” (A BORRACHA, 1910, p. 1). As críticas de Coutinho vão tornando-se mais agressivas no decorrer do artigo, no qual o autor tenta desqualificar a importância atribuída pela imprensa e por conhecedores do assunto ao invento do médico:

O que ouvi por ocasião da conferência foram coisas tão triviaes, que não julgo dignas de economisticos applausos [sic]; nada de científico ahi se passou. (...). O systema Cerqueira Pinto consiste em fazer o leite coagular rapidamente, empregando-se o ingrediente de sua invenção em quantidade relativamente grande (textures) [sic] ou então em certa quantidade, porém, só coalhará no dia seguinte.

¹³⁴ José Simão da Costa, apresentado nos jornais de final do século XIX e início do século XX como brasileiro, engenheiro e “industrial”, é mencionado como membro da Sociedade de Hygiene do Brazil, onde apresentou trabalhos de sua autoria, além de possuir seu nome atrelado a diversos inventos entre os quais: um novo sistema sanitário chamado “Antiloimico”, e a o “systema de pavimentação asfáltica fluminense”, ambos criados no Rio de Janeiro. A partir do ano de 1897, ele é anunciado nos jornais paraenses como recém chegado ao estado. No Pará, ele surge como atuarió da grande empresa Garantia da Amazônia, voltada para a comercialização de seguros. No início do século XX, Simão da Costa volta passa a ser conhecido como inventor de processos e aparelho para fabricação da borracha, visando o beneficiamento do produto. Ver em: “Sociedade de Hygiene do Brazil”. Diário de Notícias (RJ), 07/07/1893, n. 2912, p.2, col. 1-2; “Novo Systema Sanitário”. Folha do Norte, 15/04/1897, n. 470, p. 1, col. 5.; “Pavimento Sanitário”. Gazeta de Notícias (RJ), 28/02/1896, n. 59, p. 1, col. 4; Diário de Notícias (PA), 16/02/1898, n. 37, p. 4; Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon du Pin e Almeida, no ano de 1907. Volume I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

Nesse tempo, coalha também o leite naturalmente (...), portanto sendo o systema Cerqueira Pinto o de fazer o leite coalhar e depois comprimir, teremos apenas mais um tipo de sernamby que, sem errar, pode-se classificar de “sernamby typo comprimido”. Ninguém poderá ver nesta minha opinião outra cousa senão critério, a menos que certos videntes não sejam vesgos. Se me perguntarem se esse sernamby comprimido, systema Cerqueira Pinto, pode ser considerado borracha de primeira qualidade, responderei sem pestanejar, sim, como todos os outros typos, desde que estejam isentos de corpos extranhos, limpos, sendo elles de leite puro. (...) esta opinião é igual as opiniões dos fabricantes de artefactos de borracha da Europa e América, porque disseram elles que a borracha Cerqueira Pinto vale mais porque tem menos impureza” (A BORRACHA..., 1910, p. 1).

Manoel Vianna Coutinho, ainda no mesmo artigo, põe em xeque a viabilidade de aplicação do produto de Pinto nos seringais da Amazônia, chegando a conclusão de que tal tentativa de utilização do referido invento é inviável, uma vez que não seria possível adaptar o mesmo às peculiaridades da região, além de considerar o sistema complexo. De acordo com Coutinho:

Resta-nos saber se este systema é praticável em nossos seringaes, attendendo-se a certos e determinados casos peculiares ao nosso meios, como por exemplo: extensão territorial, a qual determina carestia nos transportes; dificuldade de transito nos seringaes com carga, em virtude de accidentes topographicos; quantidade dos utencilios e dos ingredientes chimicos, custos dos mesmos até as mãos dos seringueiros nas barracas, etc. (...) Para laminar um bloco de leite coalhado com o peso de cinco kilos pelo menos precisa-se de uma prensa muito potente igual aquella que estava exposta, para cada seringueiro, mas essa chegara as mãos do seringueiro por um preço muitíssimo elevado. O systema não é simples nem de fácil operação; não é simples porque requer mais de um aparelho e também ingrediente chimico; não é fácil porque a laminação requer tempo e muito esforço, de modo que uma só pessoa não poderá se haver com um bloco (...) e torcer a manivella da prensa ao mesmo tempo (A BORRACHA..., 1910, p. 1).

Ao finalizar o artigo, o autor cita alguns donos de seringais que estiveram presentes na conferência, como o coronel José Porfírio, “proprietário de vários seringaes no Xingu”, e o coronel Francisco Rezende, de Anajás; duvidando da coragem de ambos em fornecer “a cada um dos seus seringueiros os utencilios e ingredientes necessários para fabricar borracha conforme o sistema de Cerqueira Pinto”, referindo-se aos custos do procedimento. Certo de que o tempo comprovaria as suas previsões, Vianna Coutinho encerra:

O Sr. Dr. Cerqueira Pinto é de uma lastimável ingenuidade no que diz respeito a borracha, as condições de nossos seringaes, a vida intima de nossos seringueiros, este Sr. vê tudo pella rama, e por isso julga que nós, filhos do Pará, seringueiros natos, somos uns bastardos (A BORRACHA..., 1910, p. 1).

É importante lembrar que tanto José Simão da Costa quanto Manoel Vianna Coutinho eram empresários do ramo da borracha, sendo ambos inventores de máquinas e outros produtos para o beneficiamento da matéria prima. Neste sentido, Cerqueira Pinto e a

sua “lactina” poderiam representar para estes uma concorrência ameaçadora aos seus negócios, o que justificaria as críticas contundentes à sua invenção e que foram veiculadas em jornais e revistas de grande circulação. No entanto, mesmo submetido ao julgamento de seus concorrentes, Cerqueira Pinto obteve apoio do governo do estado, e a borracha obtida a partir da utilização do “método químico” de sua autoria tornou-se referência internacional de produto de boa qualidade.

Em 1910, o inventor foi encarregado pelo Ministério da Agricultura de preparar nos seringais do Acre cerca de duas toneladas de borracha, que posteriormente seriam vendidas em Nova Iorque. Tais amostras foram avaliadas por especialistas norte-americanos, os quais concluíram que o produto feito a partir do método de Cerqueira Pinto seria de qualidade superior ao resultante da produção nos países asiáticos. Em virtude destes resultados, em 2 de julho de 1912 Pinto fechou contrato com o governo do estado do Pará, para que no prazo de um ano, organizasse um laboratório em Belém para o preparo dos produtos de sua invenção (“lactina”, “cauchina” e “seringueira líquida”), além de “armazéns de expedição, depósitos, trapiches, escritórios e outras dependências que sirvam ao fabrico e venda dos mesmos ingredientes e bem assim à propaganda e ensino da fabricação da borracha pelo seu processo” (A BORRACHA, 1913, p. 1).

As amostras de borracha obtidas a partir do sistema de coagulação de Pinto foram exibidas em várias exposições nacionais e internacionais, entre elas: Exposição Nacional do Rio de Janeiro, em 1908; Exposição de Bruxellas, em 1910; Exposição Internacional da Borracha em Londres, em 1908 e 1911; Exposição Internacional da Borracha de Nova Iorque, em 1912, entre outras. Em Turim, tais amostras foram muito aguardadas para compor o stand da borracha paraense e acabaram por ser contempladas com a medalha de ouro, contrariando o que apontaram as críticas de seus concorrentes.

A faca de cortar seringueira de Jacques Huber

Nas duas vitrinas anexas ao ‘stand’, vêm-se ainda, ao lado de pequenas amostras de borracha de Hevea, algumas machadinhas, o modelo d’um instrumento para sangrar a árvore inventado pelo director do Museu Goeldi (...) (O ESTADO... 1911, p. 80).

Em meio ao conjunto de machadinhas expostas em uma vitrine do “stand” da borracha, estava a faca para a realização de incisões nas árvores produtoras de látex, inventada por Jacques Huber. O objeto, que ficou conhecido como “a faca-de-Huber”, foi criado pelo cientista com base em seus estudos sobre a relação entre os métodos de “sangrar” a seringueira, adotados pelos seringueiros da região amazônica e os trabalhadores dos

seringais planejados dos países asiáticos, e a produtividade da árvore, considerando as especificidades da anatomia do vegetal.

Embora as discussões sobre o assunto já fizessem parte da preocupação de estudiosos, empresários e autoridades em anos anteriores, o tema do corte da seringueira acabou sendo transformado em publicação por Jacques Huber no ano de 1913, tendo como foco de estudo “a maneira de golpear as árvores” ou o método de “sangramento” da seringueira adotado na Amazônia, considerado por muitos como rudimentar¹³⁵ e alvo de críticas por parte de estudiosos, chegando a ser apontado como o fator responsável pelas baixas na exportação da goma elástica, na medida em que, como se referiu Huber, “dele eram dependentes a qualidade e a quantidade do produto” (CASTRO, 2013, p. 62). Ainda sobre o assunto, o botânico ponderava:

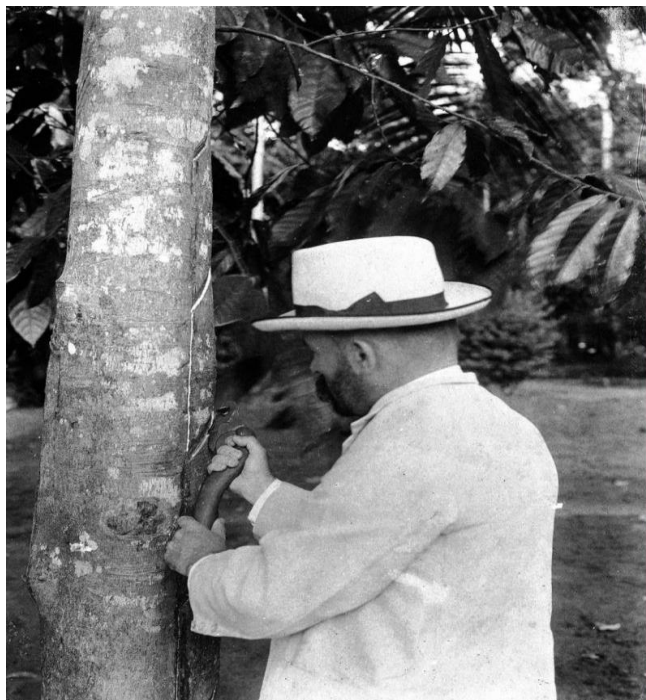
(...) com a má execução das incisões no vegetal, a seringueira necessitaria de esforço maior para recompor-se dos ferimentos causados, o que poderia impedir o melhor aproveitamento da matéria-prima para o futuro ou mesmo acelerar a morte da planta. Assim, a atividade extrativa havia de considerar a estrutura física, química e biológica das árvores produtoras, sobretudo em relação aos seus tubos lactíferos - estrutura por onde é transportado o látex na seringueira, tanto na direção ascendente, quanto descendentes, os quais, uma vez danificados, ocasionariam a mistura do látex com outras composições químicas do vegetal, comprometendo a qualidade do produto, gerando uma cicatrização irregular e, dependendo da espessura da casca, facilitando o ataque de insetos e microrganismos que acelerariam a sua degeneração. (HUBER, 1913).

Ao fazer a análise comparativa dos métodos de corte amazônico e asiático, Huber chama a atenção para a racionalização com que é tratado o processo de produção da borracha nos países orientais. Nestes, as regras de corte eram estabelecidas por especialistas e, frequentemente, sofriam aperfeiçoamentos que iam além da simples ação de “sangrar” a árvore. Entre os critérios para a realização da atividade extrativa naquela região, estavam: o respeito à idade das árvores; a escolha do tipo de corte a ser efetuado, na medida em que, para cada tipo de estrutura e para cada idade, era necessário um tipo de corte específico; a utilização de “facas de corte” como instrumentos menos agressivos à anatomia e fisiologia da planta; a preferência pela mão-de-obra feminina para a atividade de extração, pelo fato de as mulheres serem consideradas mais delicadas no trato com a planta; a duração do trabalho de extração (em média de 6 a 8 horas diárias); o aproveitamento do látex e do sernambi, entre outros aspectos. Por trás de todas estas exigências, havia também uma funcional fiscalização (CASTRO, 2013).

¹³⁵ Entre os estudiosos que abordaram as questões das técnicas de corte, temos José Amando Mendes (1910 / 1911), C. E. Akers (1912), Dr. O. Labroy (1913), Raymundo C. Monteiro de Castro (1913), entre outros.

Huber efetuou experimentos de corte das árvores produtoras de borracha com a utilização da faca de sua invenção, como mostra a Figura 10:

Figura 10 – Jacques Huber no Parque Zoobotânico do Museu Goeldi fazendo sangramento de uma árvore com a faca de corte de sua invenção, ca. 1912-1913



A Figura 10 mostra o botânico executando incisões em uma seringueira, de acordo com os métodos de corte utilizados nos países asiáticos. O experimento foi registrado em área do Museu Goeldi, e Huber o realiza utilizando, como já mencionado, a sua faca de corte, a qual deveria substituir o machadinho, prometendo uma menor agressividade no trato com o vegetal.

Para o diretor do Museu Goeldi as vantagens de uma melhor relação entre os envolvidos no processo produtivo da borracha e o meio natural de onde a matéria-prima era adquirida, com a inserção destes novos métodos de corte, seriam: o maior aproveitamento do látex e a melhor qualidade do mesmo; a maior durabilidade dos seringais e, como consequência, a possibilidade de se manter a indústria extrativa por um maior período de tempo, demonstrando desta forma, que a racionalização do trato com as árvores produtoras de borracha tinha como finalidade principal não o discurso em torno da preservação dos seringais, mas sim uma fundamentação utilitarista, uma forma de estender por mais alguns anos a atividade gomífera e os lucros com ela obtidos.

Tal posicionamento nos lembra a questão abordada por José Augusto Pádua (2002), ao tratar da crítica ambiental no Brasil em fins do século XVIII e início do XIX. Segundo o autor, o avanço das tecnologias não era entendido no país como uma ameaça ambiental, na medida em que, seguindo o pensamento do período – o qual foi fortemente influenciado pelo racionalismo científico europeu -, o que realmente degradava e destruía a paisagem era a permanência de práticas consideradas arcaicas e ignorantes, as quais poderiam ser superadas por meio de novas tecnologias e utopias modernizantes. Em contrapartida, esta forma de exploração, ou, como se refere o autor, esta “dinâmica de ocupação predatória do território brasileiro”, teria mais tarde seus reflexos nos “desastres naturais” e mesmo nos processos de “crises econômicas”, como o caso da borracha amazônica.

As análises de Huber sobre a importância de novos instrumentos para o corte da seringueira, tal como a faca de sua invenção, visando, entre outros aspectos, a durabilidade da atividade extrativa do látex tiveram maior repercussão a partir de 1910. No entanto, suas elucubrações sobre o tema, assim como a ideia de seu invento antecedem um pouco este período. Entre os anos de 1908 e 1910, José Simão da Costa, empresário do ramo da borracha e amigo do botânico, desempenhou papel de intermediário na divulgação e articulação para a comercialização da faca de Huber.

Por meio de cartas¹³⁶, Simão da Costa relata ao botânico as conversas com intuitos comerciais que estabeleceu com a empresa britânica David Bridge & Co. - fabricante de máquinas para o beneficiamento da borracha e embreagens -, com o objetivo de que ela pudesse fabricar a faca de corte de Huber para venda. Nas cartas, Costa relata pormenores dos debates com os empresários sobre o assunto, por vezes anexando cópias ou reproduzindo trechos das negociações com os britânicos; além de sugerir ao inventor da faca, alternativas para melhorar o artigo, como quando Costa revela a Huber ter descoberto “o meio de fazer o seu instrumento para cortes utilizável para ambas as mãos”.¹³⁷

A obra publicada em 1913 e intitulada “Impressões Sobre o Brasil no Século XX: sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos” (LLOYD *et. al.*, 1913) - organizada por um grupo de editores ingleses e patrocinada pelo presidente da república brasileira, Hermes da Fonseca, para circular no país e no exterior -, revelou o contexto do país antes da Primeira Guerra Mundial. Ao tratar da borracha, o livro destaca o histórico do referido produto, desde a

¹³⁶ O Arquivo Guilherme de La Penha| MPEG, possui em seu acervo um dossiê onde constam inúmeras cartas trocadas entre José Simão da Costa e Jacques Huber, tratando de diversos assuntos, sendo um dos principais, o processo de articulação e propaganda para a comercialização da faca inventada por Huber.

¹³⁷ Carta de José Simão da Costa a Jacques Huber, diretor do Museu Goeldi. Data:15/09/1909.. Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG. Fundo Jacques Huber. Série Correspondências: José Simão da Costa.

sua descoberta enquanto importante fonte para a economia regional, até os aspectos científicos que culminaram nos inventos para o melhoramento do artigo. Entre eles, estava a faca de Huber e a sua comercialização. Segundo a obra:

A Exposição de Borrachas Brutas e Guta-Percha, há pouco realizada em Tervueren, encontrou certo número de aparelhos tendentes a suavizar o trabalho manual que até agora entra em tão onerosa contribuição nesse preparo. A casa David Bridge and Co., de Castleton, Manchester, apresentou em Tervueren espécimes variados de instrumentos e aparelhos que ela construiu especialmente para esta indústria. Para a colheita da borracha, M. M. David Bridge and Co. oferecem os "Huber" ou os "*bi-Huber perfected knives*", cuja guia móvel se ajusta instantaneamente a todas as espessuras de casca, que se possam encontrar. A profundidade das feridas, regulada antecipadamente, permite ao ceifador operar rápida e seguramente. A faca, uma vez regulada, não podendo penetrar senão até o que é preciso no *liber*, secciona a maior quantidade possível e vasos lactíferos sem estragar a arvores, ao que garante o inventor; é o resultado econômico que se procura sempre obter e ao qual não se chega senão dificilmente. A par destas facas aperfeiçoadas, inventadas pelo dr. Huber, do Museu Goeldi, do Pará, expuseram aqueles engenheiros toda uma série de acessórios indispensáveis à colheita da borracha. São copinhos de formas e capacidades diferentes: em ferro branco, vidro, sólidos e próprios; em alumínio, muito leves; em cartão extra-leve, com fixação instantânea (LLOYD *et. al.*, 1913, p. 369-382).

O excerto acima nos permite afirmar que as articulações em torno da produção e comercialização da faca de Jacques Huber, realizadas por Simão da Costa junto à empresa mencionada, acabou sendo concretizada. Além disso, tal trecho descreve detalhadamente a funcionalidade da faca e os benefícios que supostamente traria para a cadeia produtiva da goma elástica, partindo de explicações técnicas e científicas. A precisão e agilidade prometidas pela "*bi-Huber perfected knives*" acabaram por atribuir ao cientista e inventor do produto o prêmio *Hors Concours* na Exposição das Indústrias e do Trabalho em Turim.

A participação do Brasil, sobretudo do Pará, em Turim, constituiu-se, indubitavelmente, como um processo de construção da imagem de um país e de um estado que buscavam aceitação internacional. Para tanto, se autorepresentavam como imbuídos de características modernas e civilizadas. Tal empenho para a construção de uma imagem positiva, no entanto, não ocorreu apenas na exposição italiana, sendo este esforço historicamente recorrente nos certames em que houve participação nacional e regional.

Considerando as dificuldades econômicas que o estado encontrara em relação ao futuro da borracha amazônica, é possível deduzir que a mostra paraense não constituiu tarefa fácil em um contexto de crise com chances mínimas de reversão em virtude da sua complexidade em termos estruturais e geopolíticos. Nas próximas páginas, analisaremos esse processo de construção positiva da imagem estadual que se contrapunha à realidade local e regional de "crise" na produção e comercialização do seu principal produto econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CIÊNCIA POLÍTICA E PROPAGANDA: AS BASES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM “PARÁ IMAGINÁRIO” NA EXPOSIÇÃO DAS INDÚSTRIAS E DO TRABALHO EM TURIM

Todas as vezes que a adversidade nos tem visitado, d’entre outras razões que a explicam, avultam a demasia e a imprevidência com que se conduzem os menos ponderados, cujo numero infelizmente é maior que o dos cautos e prevenidos. Bem sabemos que não há exemplo de maior elasticidade do credito, no fomento e desenvolvimento de região nenhuma, do que na Amazônia, sendo que até certo ponto, por conta desta mesma elasticidade, corra a grande expansão de negócios e desenvolvimento a que já atingimos. Hoje, que maiores facilidades vão derivando dos lucros, que se vão accumulando, faz-se precisa a previsão do dia de amanhã, e esta residirá no modo mais ou menos criterioso por que serão applicadas as sobras, que possamos ter, nos dias de provações.(...). Pelo exposto, se vê claramente que o futuro da borracha é por demais lisonjeiro ¹³⁸(COELHO, 1910, p. 104-108).

São, infelizmente, bem diversas das do anno anterior as palavras com que me cumpre agora expôr-vos a situação econômica do Estado. Se em 1910 nos sorria a prosperidade, estimulando, activando os negócios, a despeito das accentuadas reservas com que o governo via altear-se successivamente a cotação do nosso primeiro gênero, no presente momento o que nos absorve e preocupa é exactamente o inverso. Achamo-nos, há longos mezes, face a face com a crise, a crise do preço da borracha, que de tão repetida, insistente e perniciosa, tende talvez a tornar-se endêmica em nosso aparelho econômico-financeiro. [...] Cabe agora aguardar o resultado das negociações do Rio, esperando que em breve triumpharemos dos obstáculos sobrevindos à nossa iniciativa, na defesa dos interesses nacionaes; e conto ter ensejo de poder dizer-vos, na próxima reunião, que andastes bem inspirados auctorizando medidas de protecção e amparo ao commercio e producção amazônica (COELHO, 1911, p. 77-88).

¹³⁸ Esta última afirmação foi feita após a reprodução, no próprio relatório governamental, de um artigo escrito por Arthur Lampard, presidente da Assembleia Geral da Rubber Plantation Investment Trust Limited publicado no The India Rubber Journal, vol. XXXIV, n. 12 de 13 de junho de 1910. O Governador do Pará reproduz o artigo na íntegra, do qual destacamos os seguintes trechos: *“As causas que motivaram isto [a elevação dos preços do produto e o surgimento de empresas especializadas no seu cultivo] eram claras e evidentes a todos que estudavam este assumpto, com acurado cuidado, nos ultimos annos. Não fomos nós quem creou a procura descompassada para a borracha; apenas prevíramos que ella seria inevitável e prepara-mo-nos para lhe ir ao encontro, logo que Ella se fizesse sentir. Até bem poucos annos, a borracha offerecida à manufactura universal era colhida nas florestas virgens da América do Sul e Africa, provinda de arvores ou lianas, nascidas espontaneamente. Os methodos de colheita eram rudes e trabalhosos, e as despesas incorridas, avultadas. Com a destruição de um sem numero de arvores, estas difficuldades e despesas augmentaram. Accresce que a quantidade de goma elástica, assim produzida, não era, nem mesmo já n’aquelle tempo, realmente sufficiente às necessidades mundiais, nas grandes industrias de calçados, applicações electricas e todos os outros mesteres em que ella entra como matéria prima. É quando inesperadamente surge uma outra industria, inteiramente nova e na qual a borracha se torna absolutamente necessária, não só nas rodas, mas no machinismo e até no seu acabamento. (...) Devido à crescente procura, como se sabe, os preços, em vez de baixar, elevaram-se consideravelmente (...) É natural que os preços, mesmo pela situação que vieram crear, tenham obrigado o consumidor a se limitar a aquisição do estrictamente necessário à sua fabricação; mas não é menos exacto que, se o consumo continuar a augmentar, na proporção em que acreditamos, os fabricantes serão compellidos a comprar com mais liberdade. D’ahi a sua attitude – alias, uma cousa bem legítima – em se esforçarem por deprimir o mercado, nestes últimos tempos”*(COELHO, 1910, p. 105-107).

Os trechos acima foram retirados de mensagens oficiais do governo do estado do Pará ao Congresso Legislativo estadual em dois momentos distintos: setembro de 1910 e setembro de 1911. Ambos registraram a situação econômica da região diante de mais um período de instabilidade comercial e incertezas sobre o futuro da borracha amazônica. Na primeira mensagem, o governador João Coelho revela, ainda que com prudência, a esperança de que, num futuro próximo, haveria possibilidade de uma reação positiva do mercado em torno da borracha regional. No entanto, o governador demonstra de forma recorrente, neste mesmo discurso, certa preocupação com os excessos daqueles que se empolgam em demasia com os lucros proporcionados pelo comércio deste produto, principalmente os saudosos dos tempos de prosperidade econômica – e que são classificados pelo chefe do governo como “os menos ponderados” -, uma vez que, para Coelho, “o bem estar e a fartura da colectividade dependem da moderação de cada um de nós, em particular” (COELHO, 1910, p. 105).

A perspectiva de prosperidade por parte do governador em relação a borracha no ano de 1910 encontrou parte de suas bases de sustentação em trabalhos de estudiosos da produção gomífera, como foi o caso do artigo publicado no periódico inglês *The India Rubber Journal*, especializado no tema. O referido artigo apresentou explicações que justificariam a instabilidade do produto no mercado naquele momento, as quais, segundo o jornal, convergiam para a explosão da indústria automobilística na Europa e nos Estados Unidos, culminando em grande procura do produto e, conseqüentemente, na alta dos preços e nas dificuldades da produção para atender a crescente demanda mundial. Tal demanda conseguiu, em parte, ser atendida pela produção oriunda da borracha plantada nas colônias inglesas da Ásia, a qual obteve significativa vantagem em relação à borracha silvestre amazônica, uma vez que esta última ainda possuía uma produção baseada em métodos rudimentares que não conseguiam acompanhar a nova dinâmica que se impusera ao mercado. O artigo de Arthur Lampard, presidente da Assembleia Geral da Rubber Plantation Investment Trust Limited, publicado no *The India Rubber Journal* finaliza apontando boas perspectivas diante do crescimento da indústria automobilística, mas com certa preocupação em relação ao atendimento desta demanda e também à demanda de outras indústrias que também utilizavam a goma elástica como matéria prima (COELHO, 1910, p. 105-107).

Embora a concorrência com a produção das colônias britânicas na Ásia fosse apontada como possível ameaça à borracha silvestre da Amazônia, no decorrer do discurso Coelho reiterou diversas vezes “o caracter de privilégio, que até hoje esta tem”, fato este que fez com que o governador não descartasse a possibilidade do plantio sistemático da seringueira na região – tal como fora feito pelos concorrentes asiáticos -, pois acreditava que a implantação

do referido sistema na Amazônia obteria êxito, na medida em que, “pela diferença de clima, solo e condições de vida, - uma vez assegurada uma produção fartamente duplicada nessa região -, vir a caber-nos a vitória, na concorrência oferecida pelas plantações asiáticas” (COELHO, 1910, p. 103). Neste sentido, mesmo diante dos pedidos de cautela em relação ao tema, o governo ainda sustentava o discurso da possibilidade de uma retomada plena da prosperidade, apontando os aspectos naturais da região, os quais, somados à aplicação de novos métodos, seriam os fatores que iriam solucionar as dificuldades enfrentadas pela produção gomífera amazônica.

Já no ano de 1911, o discurso governamental configurou-se como o oposto do que fora registrado no ano anterior. Diante da “crise do preço da borracha”, a qual Coelho agora qualifica como “insistente e perniciosa”, a necessidade de medidas efetivas para a contenção de prejuízos econômicos maiores para o estado passou a ser prioridade naquele momento. Embora o próprio governador tenha afirmado que tal “fenômeno depreciativo” não o apanhou de surpresa, - uma vez que ele garantiu sempre ter sido prevenido em relação à situação econômica do referido produto -, algumas atitudes em caráter emergencial foram tomadas, entre as quais a convocação, em maio do mesmo ano, de uma sessão extraordinária junto ao Congresso Legislativo estadual e o apelo por auxílio junto ao governo federal. (COELHO, 1911, p. 77-78).

Durante a sessão extraordinária, João Coelho expôs a situação econômica, considerada por ele como crítica, resultante da desvalorização da borracha amazônica, mesmo diante da grande demanda do mercado mundial em relação ao produto:

A necessidade iniludível e imperiosa de pôr em prática um plano de amparo e de defesa da produção amazônica, mais uma vez irrimediavelmente depreciada pela especulação que se organizou aqui e lá fora, para lhe ditar as cotações, tornou indispensável e urgente o apelo a vossa sabedoria e patriotismo (...). Depois d’uma grande alta de preços (...) voltou o nosso mercado da borracha a uma situação de pânico, inopinada e inexplicável do domínio das leis econômicas. Até agora, a borracha de todas as procedências, levada aos mercados europeus e norte americanos, não excede, absolutamente, às necessidades do consumo mundial. (...) E em vez de se restringir, dia a dia se dilata o campo de aplicações do produto. Por outro lado, a borracha amazônica é ainda, sem contestação possível, a melhor do mundo, e a única que se emprega no artefacto fino. Mas, não obstante a superioridade indiscutível do nosso produto, que não suporta confronto nem com a melhor borracha das Índias Orientais, e a despeito da eloquência das cifras, que afastam para além d’um quinquênio os perigos da superprodução, os nossos industriais e o nosso comércio, de quando em quando são surpreendidos com a baixa desmarcada dos preços, quase nunca coincidindo com o retratamento da produção manufatureira. (...) É pura e simplesmente obra dos especuladores, que, apoderando-se dos mercados, ditam a Lei (COELHO, 1910, p. 78).

Vê-se que Coelho atribui a responsabilidade pelo contexto de crise econômica aos especuladores, os quais “apoderando-se dos mercados, dictam a Lei”, deixando evidente que se isentara de qualquer culpa em relação ao contexto financeiro estadual. Além disso, continuou a sustentar o discurso de superioridade do látex amazônico em relação aos seus concorrentes, como uma característica que pudesse justificar alguma esperança em relação à retomada das melhores posições do produto no mercado internacional, tal como outrora.

O referido “plano de amparo e defesa da produção amazônica”, citado na mensagem, foi elaborado pelo governo do Pará em convênio com o estado do Amazonas, e previa algumas medidas a serem adotadas por ambos, tais como: criação de bancos de crédito agrícola e hipotecário com sede em Belém e Manaus; promulgação de leis que visassem o melhoramento da borracha na região, evitando perda da qualidade durante o processo de preparo e objetivando a criação de um tipo único de qualidade superior, eliminando as de qualidade inferior; autorização de ambos os governos para a solicitação de empréstimo junto à União, para o amparo de produtores e comerciantes amazônicos de borracha; e isenção de impostos pelo período de quinze anos para empresas que se dedicassem ao refinamento da borracha nos dois estados. Embora as medidas tenham sido aprovadas pelos respectivos congressos estaduais, Coelho informou que, “a despeito das condições prementes das duas praças, Manáos e Belém, não pudemos os dois governos, pôr em execução, até agora, as providências auctorizadas”. O motivo foi o não apoio da União, contrariando as expectativas dos governos envolvidos. (COELHO, 1911, p. 78-84).

Analisando os dois contextos, de 1910 e 1911, é notória a mudança de discurso do governo, o qual, em um primeiro momento, mesmo diante de incertezas após um período de instabilidade econômica como o que ocorrera em 1907 e 1908, mantém a esperança na recuperação econômica da região. No entanto, a narrativa política oficial era frágil, pois tentava convencer seus interlocutores com argumentos pouco consistentes, como a ideia de que a superioridade da borracha amazônica iria garantir a participação local no mercado global e manteria o produto como o segundo colocado na pauta de exportações nacionais.

É notório também o grande investimento realizado pelo estado para participar da exposição italiana em um momento no qual já se admitia o agravamento da crise, embora João Coelho tenha admitido, em mensagem de 1912, não ter utilizado toda a verba aprovada pelo Congresso Estadual para a exposição em Turim. Segundo ele, não houve “a necessidade de exgottar a verba que votastes para a representação do Estado no certamem de Turim. Os dispêndios com a exposição preparatória, aqui feita, e outros, ficaram muito aquém da referida verba (...)” (COELHO, 1912, p. 24). No entanto, a somatória dos custos da

participação paraense no evento italiano, juntamente com outras despesas estaduais, resultou em um déficit significativo nas contas públicas, como registrou o governador na mesma mensagem, ao relatar a situação financeira estadual:

Examinando melhor o balanço da despesa, deduzindo-se o pagamento das diferenças cambiais nos contractos e em virtude do artigo 2º da Lei n. 1.143, de 5 de novembro de 1910, na importância de 63:318\$164 e 520:174\$503, respectivamente, e mais os créditos especiais applicados ao serviço da prophylaxia da febre amarella, ao prolongamento da estrada de ferro de Bragança, à exposição de Turim e à quarta secção de Agricultura, na importância de 794:546\$043, ouro, temos um total de 1.378:338\$710, ouro, de dispêndios extraordinários, feitos além das forças orçamentárias, reduzindo assim, a 7.500:447\$070, o total da despesa ordinária, do qual devemos subtrahir o que foi despendido dos créditos supplementares, na importância de 868:438\$652, ouro. Verifica-se, portanto, que a despesa fixada no orçamento foi paga a de 6.632:008\$418, ouro, sendo que da despesa fixada sobre a despesa paga resulta a diferença de 1.477:998\$668, ouro, que provém de não ter sido possível satisfazer, no exercício de 1911, attenta à crise, a todos os dispêndios constantes da lei orçamentária (...) Dada a crise cada vez mais intensa, adoptei o expediente da emissão de promissórias para liquidação da divida fluctuante, facilitando por esta forma aos contractantes e fornecedores, recursos para poderem continuar a manter as suas transações com o Thesouro (COELHO, 1912, p. 101-102).

O acúmulo das despesas extraordinárias contraídas pelo governo, entre as quais as relacionadas às obras da Estrada de Ferro Belém-Bragança, o combate à febre amarela e a exposição de Turim, foi justificado em virtude da crise da borracha, obrigando o poder público a utilizar-se de créditos supplementares. Contudo, a tentativa de sanar as contas públicas não obteve sucesso, acabando por comprometer o orçamento do ano de 1911 - a exemplo dos atrasos no pagamento do funcionalismo público, como mencionado no capítulo anterior -, fato este que impôs ao governador a utilização de notas promissórias como recurso para a garantia de pagamentos. Ainda na mesma mensagem de 1912, João Coelho resumiu os efeitos sofridos pela economia regional com o abalo no mercado da borracha

A crise que vamos atravessando affectou profundamente o nosso movimento commercial em 1911. É assim que, comparando os annos de 1910 a 1911, no movimento de importação e exportação estrangeira, (...),houve um decréscimo de 45.954.107.633, sendo 22.704.263.498 na importação e 23. 249.844.135 na exportação fiscalizadas, não podia ser maior o abalo em uma praça, como a nossa, onde o único produto que possuímos se achava depreciado (COELHO, 1912, p. 92).

O trecho expõe o colapso do mercado da borracha, tanto no setor de importação quanto de exportação, sendo este último o mais afetado. Chama a atenção, mais uma vez, a permanência do discurso que retrata a centralidade do produto na região, comumente apresentado como o “único” ou o “principal” artigo de relevância econômica, discurso este que vinha se arrastando desde o século XIX e que já havia sido contestado por estudiosos e/ou

especialistas da própria época¹³⁹. A permanência do discurso sobre a “exclusividade” da borracha revela que, ainda em 1912, outras atividades econômicas – não tão importantes quanto a borracha em termos de exportação, mas fundamentais para a economia e para a própria vida na região – permaneciam invisíveis às autoridades estaduais. Muitos produtos da região tinham grande potencial para o comércio ou mesmo para a indústria, e poderiam ser divulgados com o mesmo destaque dado à goma elástica, com a finalidade de incentivar alternativas para alavancar a economia amazônica.

Neste sentido, Anna Raquel Castro (2013) lembra que o tema da centralidade da produção gomífera foi um discurso recorrente na história da região amazônica, assim como foram as críticas ao trabalho do seringueiro, acusado de abandonar as roças em busca de uma riqueza efêmera, e a defesa da necessidade da modernização desta atividade, com o abandono

¹³⁹ “Entre os vários estudiosos, citamos aqui apenas dois como exemplo: Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888), secretário da Província do Pará e Manuel Antonio Pimenta Bueno, este último que foi o primeiro presidente da Associação Comercial do Pará, importante instituição articuladora no que diz respeito ao trato com negócios da borracha (CRUZ, 1964, p. 9). No ano de 1864, em relatório sobre os rios Tocantins e Anapu, ao tratar sobre a goma elástica, em especial os efeitos de sua preparação, Ferreira Penna não poupa críticas àquele sistema de produção, embora reconheça a importância da indústria gomífera como “elemento principal da riqueza pública da província”. Penna (1864, Apêndice 34) destaca a contradição de realidades existentes entre o progresso da capital paraense e o empobrecimento do interior, ambos resultantes do sucesso na comercialização da borracha (...)Ferreira Penna mostra os possíveis efeitos que a exclusividade desta “indústria maldita” ocasionara ao interior do Pará, justamente o local de onde a matéria-prima que proporcionara o progresso da capital era retirada. Neste sentido, para Penna, a indústria da borracha era responsável pela decadência do interior, sobretudo em relação a atividade agrícola, ao empobrecimento daquela população e à dispersão do comércio nas localidades mais distantes da capital (PENNA, 1864, Apêndice 34-36). Para ele, esta atividade extrativa “é uma indústria viciosa, e eis aí toda a origem dos males que ela produz” (PENNA, 1864, Apêndice: 37). Penna termina a sua reflexão sobre a centralidade da economia gomífera ressaltando o caráter escravizador da mesma, na medida em que “há senhores que de longe mandam e gozam (são os exportadores), e escravos que obedecem e trabalham sem gozar (são os seringueiros)” (PENNA, 1864, Apêndice 38); além de sugerir medidas que pudessem contornar tal situação, entre as quais: a substituição do método tradicional de preparo da borracha por outro que seja considerado superior¹³⁹, a partir da aprovação dos “homens competentes” encarregados de estudá-lo; residência fixa para os seringueiros e próxima das estradas de seringa; plantações de seringueiras, cacau e café das quais os trabalhadores pudessem usufruir; concessão gratuita de terras para o cultivo, por parte do governo ao seringueiro; etc. Já Manuel Antonio Pimenta Bueno, dezoito anos depois, em 1882, também alertou em relatório enviado ao governo do Estado, sobre a falta de perspectivas para o futuro desta indústria extrativa, na medida em que considerava a não durabilidade da mesma (...) Bueno (1882, p. 53) alertava àquela altura, para os perigos que uma região grandiosa como a Amazônia correria ao “confiar num só ramo de trabalho, por mais lucrativo que ele seja”. Assim como Ferreira Penna, Pimenta Bueno criticou a situação do seringueiro, os lucros excessivos dos exportadores e o enriquecimento dos cofres públicos em detrimento das populações do interior e o não aproveitamento das atividades agrícolas. Para Bueno (1882, p. 60), a forma como a indústria extrativa da borracha estava sendo conduzida pelos poderes públicos demonstrava que “o rico patrimônio dos seringais não está sendo aproveitado, e sim dissipado”. Entre as sugestões dadas por Bueno para o melhoramento econômico da região estava a reformulação da Lei de terras (de 18 de setembro de 1850) e o incentivo a agricultura. Anos mais tarde, já em fins do século XIX e início do século XX, outros intelectuais, estudiosos e mesmo personalidades políticas da região - e de fora dela - se propuseram a estudar o assunto, com análises não muito diferentes das quais Penna e Pimenta Bueno já haviam registrado: a falta de perspectiva para o bom desenvolvimento e durabilidade daquela atividade econômica no futuro; a necessidade de novas medidas para o melhoramento da produção; mudanças na legislação referente a comercialização da produção; a necessidade de investimentos em atividades agrícolas. Entre estes pesquisadores, podemos citar João Barbosa Rodrigues (1909); J. A. Mendes (1910, 1911); Raymundo C. Monteiro de Castro (1913); entre outros.” (CASTRO, 2013. p. 17-19).

do sistema de aviação e a implementação de melhorias tecnológicas. Estas teriam sido as causas do “previsível fracasso” econômico da borracha (CASTRO, 2013, p. 20). Ainda segundo a autora, considerando estes fatores, também é possível constatar que parte da historiografia que se propôs a analisar temas relacionados à história econômica defendeu a ideia de que as atividades extrativas foram determinantes para impulsionar a economia nacional. Castro cita como exemplo deste tipo de análise o pensamento defendido por Warren Dean (1989), o qual apresenta a ideia de que o país seria dotado de “uma espécie de vocação para as atividades extratoras”, começando pelo seu próprio nome, Brasil, cuja origem deriva de uma árvore da qual se extraía um corante de considerável valor comercial. Na mesma linha de interpretação, Linhares e Silva (1981) consideram, para o período colonial, a ideia de ciclos econômicos estruturados a partir da centralização em um só produto (CASTRO, 2013, p. 20).

Ainda que na virada do século XIX para o XX, na Amazônia, a questão da borracha estivesse no cerne dos debates políticos, econômicos e científicos em virtude da sua significativa contribuição nas estatísticas da exportação nacional, decerto ela não era produção regional singular – tal como ficara evidenciado nas exposições internacionais –, na medida em que a agricultura também possuía o seu destaque enquanto atividade econômica, assim como outros produtos igualmente oriundos da indústria extrativa, a exemplo das madeiras, do cacau, dos óleos e das fibras vegetais. Mesmo a indústria manufatureira e fabril, conforme se tentou mostrar ao longo deste trabalho, ocupava significativo lugar na economia da capital do Pará. Desta forma, podemos considerar as análises que reafirmam a centralidade da produção gomífera amazônica como abordagens historiográficas que merecem ser revisitadas, embora já exista historiografia mais recente que contrapõe tal perspectiva, como os trabalhos de Francivaldo Nunes (2008, 2011) e Francisnaldo dos Santos (2016).

Voltando à análise das duas mensagens do governador João Coelho, há uma série de contradições que permeiam seu discurso político, sobretudo em relação à imagem de progresso e civilização que se desejava imprimir ao estado do Pará, a qual estava grandemente associada, em uma relação causal, à exportação da borracha e à consequente prosperidade dela advinda, criando as bases para a construção do imaginário da belle époque amazônica. Neste sentido, a bela época foi o período em que autoridades políticas e intelectuais elaboraram discursos sobre modernidade, urbanização, progresso e civilização enquanto características inerentes à sociedade paraense, em conflito com a realidade excludente, com a desigualdade social e com a instabilidade econômica regional.

Analisar os discursos das elites relacionados a esse contexto é fundamental para compreender o empreendimento político no intuito de forjar uma imagem positiva para o estado, de construir a alegoria de uma urbe imaginária, mas em conformidade com os padrões europeus, cujo objetivo era obter vantagens, sobretudo, econômicas. Tal fato não era uma exclusividade do Pará ou mesmo da Amazônia, uma vez que o governo paraense seguia a tendência nacional de divulgação de um país que se auto declarava dotado de semelhanças em relação às grandes nações europeias, cuja intenção, além de buscar barganhar as vantagens mencionadas, parecia tentar convencer a si mesmo de suas potencialidades.

Os discursos, em suas mais variadas vertentes – jornalísticos, científicos, políticos, entre outros -, são peças fundamentais não apenas para conhecer a imagem do estado que se queria divulgar para o mundo, mas também as tensões e fraturas inerentes à essa mesma imagem – e que permitem acessar uma realidade que parecia divergir do que propagavam as instituições políticas. Neste sentido, observamos que o papel do discurso é exercer o controle social, político, econômico, sendo moldado de acordo com os interesses de quem o propaga¹⁴⁰, confirmando o que bem nos lembra Michel Foucault (1996) em sua análise sobre os papéis do discurso em meio a sociedade:

(...) suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p. 9).

Neste sentido, podemos afirmar que todo discurso tem uma intencionalidade, moldada no intuito de revelar ou esconder aquilo que pode ser benéfico ou prejudicial à imagem de quem discursa, sobretudo diante do meio social em que vive. Em suma, Foucault nos revela que nas entrelinhas discursivas existem estreitas relações entre tais narrativas e o desejo do poder, na medida em que, de acordo com o autor:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isso a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

¹⁴⁰ Michel Foucault defende a idéia de que existem diversos mecanismos de controle do discurso, os quais tem como objetivo principal a adaptação do mesmo aos interesses de quem o elabora. De acordo com o autor Tais mecanismos de controle são divididos em três grupos: 1. Procedimentos de exclusão, 2. Procedimentos de classificação, ordenação e distribuição do discurso, delimitando-o; e 3. procedimentos que determinam as condições de funcionamento e as regras de algumas regiões do discurso (FOUCAULT, 1996, p. 21-38).

Este trabalho foi desenvolvido a partir destas reflexões sobre as relações entre as intenções discursivas e a construção de imagens. A tese principal tem por finalidade mostrar como as exposições internacionais foram utilizadas para construir a imagem do estado do Pará enquanto um lugar moderno, civilizado e próspero. Nosso estudo de caso, a exposição internacional de Turim, ocorreu em um dos períodos mais críticos em relação à economia da borracha na região amazônica. Talvez por esse motivo essa tenha sido a mostra que recebeu mais atenção do governo do estado, inclusive com envolvimento direto de cientistas e outros estudiosos, que participaram ativamente da elaboração de discursos com a finalidade de legitimar a propaganda, sobretudo no exterior, da referida imagem que se pretendia construir. Buscaremos evidenciar este processo de estruturação da imagem do Pará que tentara se mostrar para o mundo de forma divergente da realidade amazônica no ano de 1911, analisando as contradições entre o que propagandeava o governo, em especial durante os preparativos para a participação do evento italiano, e o contexto de dificuldades econômicas da região.

Política e Ciência: ferramentas na tentativa de validar o discurso civilizatório amazônico

Foi, então, que deliberei commissionar com aquelle intuito um competente na materia. E tive a fortuna de achar no sr. dr. Jacques Huber o delegado que reunia a incontestavel capacidade scientifica – notáveis estudos da especialidade. Muito proveitosos já haviam sido os serviços por elle prestados ao governo por occasião da organização das exposições preparatorias dos productos que enviamos aos certamens de Bruxellas, Londres e Turim; e bem assim na representação do Estado no Congresso Agricola e Commercial de Manaus (COELHO, 1912, p. 75).

Em trecho de sua mensagem ao Congresso Estadual, em 1912, o governador João Coelho, mais uma vez, fez referência ao sujeito que se tornou presença constante durante o seu governo, sobretudo durante os períodos de dificuldade em relação ao desempenho da borracha regional no mercado internacional: o botânico suíço Jacques Huber, contratado em 1895 para compor o quadro científico do Museu Paraense de História e Etnografia, depois nomeado diretor em razão de seu bom desempenho no cargo. A mensagem de João Coelho anunciava o resultado de mais um dos serviços governamentais solicitados ao cientista: a viagem técnica às colônias inglesas e holandesas na Ásia, onde havia produção de borracha, no intuito de conhecer o empreendimento gomífero dos maiores concorrentes do látex amazônico, comparar a produtividade e apontar possíveis soluções para a recuperação da

Amazônia no mercado internacional¹⁴¹. Era mais uma demonstração do governador de como ele buscava se cercar de especialistas e de como suas decisões tinham como base o conhecimento científico.

Embora Huber já tenha sido apresentado no decorrer deste trabalho, o cientista merece uma apresentação mais acurada para melhor compreensão do seu papel e de sua influência enquanto cientista, nas políticas estaduais, especialmente na política econômica regional e de relações internacionais, conforme veremos a seguir.

De botânico a político por conveniência: Jacques Huber e o papel da ciência na validação da propaganda política

De acordo com os poucos registros biográficos de Jacques Huber¹⁴², o cientista era natural do cantão de Schaffhausen, pois nascera em 1867 na cidade de Schleithem, na fronteira entre a Suíça e a Alemanha, mas era cidadão do cantão da cidade de Basel (Basileia), de onde sua família provinha. Na juventude, decidiu seguir a carreira acadêmica no curso de Ciências Naturais na Universidade da Basileia. Contudo, Huber desenvolveu sua tese no Instituto de Botânica da Universidade de Montpellier, na França, onde morou entre 1890 e 1893, voltando à Basileia apenas para a defesa. Em Montpellier, foi orientado e trabalhou com Charles Flahault (1852-1935), conhecido por seus estudos sobre fitogeografia e fitossociologia.

¹⁴¹ “(...) a intenção do governo paraense era a realização de estudos técnicos sobre a produção gomífera que estava sendo desenvolvida naquela região, iniciativa esta que fazia parte de um acordo com o governo do Amazonas, na tentativa de promover ações que visassem à reparação dos problemas de instabilidade econômica regional. Durante seu governo, entre os anos de 1909 e 1912, João Coelho foi autor de algumas iniciativas que buscavam promover consideráveis mudanças em relação ao trato com a indústria extrativa na região. Entre as iniciativas adotadas por Coelho, destaca-se a promulgação das leis de nºs 1. 179, 1. 180 e 1. 181 de 17 de maio de 1911, as quais previam um “entendimento” entre o governo do estado do Pará e “[...] o honrado governador do Amazonas, acordando nas bases de uma ação conjunta de amparo e proteção da borracha”, sendo que a viagem ao oriente seria uma destas “ações conjuntas” prevista (CASTRO, 2013, p. 47).

¹⁴² De acordo com Anna Raquel Castro: “*Alguns dados sobre a origem, formação e trajetória acadêmica do botânico podem ser adquiridos a partir de número reduzido de pequenas biografias e necrológicos que foram escritos por sujeitos contemporâneos a ele ou por pesquisadores da atualidade que, de alguma forma, tiveram suas pesquisas direta ou indiretamente relacionadas à história deste cientista. Entre os primeiros sujeitos que escreveram sobre Jacques Huber, temos duas publicações de necrológicos de autoria de Gustave Beauverd (1867-1942) e Robert Chodat (1865-1934), ambos os registros datados de 1914. O primeiro autor foi secretário da Sociedade Botânica de Genebra e conservador do Herbário Boissier, com o qual Huber mantinha contato de forma frequente enquanto diretor do Museu Goeldi, sobretudo no que se refere à troca de informações e envios de duplicatas de espécimes botânicas. Já o segundo havia sido professor de Huber no Laboratório de Botânica da Universidade de Genebra (SANJAD, 2003). Outras publicações sobre a vida e obra de Huber tiveram como autores o Barão de Studart (1856-1938), em 1915; E. C. Hoenne (1882-1959) e Virgílio Correia Filho (1887-1973), ambos em 1946 (SANJAD, 2003). Na atualidade, pesquisadores como Osvaldo Rodrigues da Cunha em 1988, Agaton Aerni em 1991 e 1992, e Nelson Sanjad em 2003; também retrataram biograficamente o botânico, sendo que em Aerni encontra-se maior quantidade de informações sobre a vida de Huber antes de sua chegada ao Pará*”. (CASTRO, 2013, p. 24-25).

O botânico concluiu o doutorado em 1893 com um estudo sobre algas. Seu trabalho foi intitulado “Contributions à la connaissance des Chaetophorées épiphytes et endophytes et leurs affinités” e foi aprovado *summa cum laude*. Um ano depois, em 1894, Huber tornou-se assistente do professor Robert Hippolyte Chodat (1865-1934), médico e também botânico suíço, diretor do Instituto de Botânica da Universidade de Genebra e, posteriormente, reitor da referida Universidade. Este foi o último trabalho de Jacques Huber em terras europeias, antes de mudar-se definitivamente para a região amazônica (CASTRO, 2013, p. 27-28).

A partir de sua chegada ao Pará, em 1895, os trabalhos de pesquisa de Jacques Huber passam a seguir outros rumos, os quais o acabaram levando ao reconhecimento internacional em pouco tempo. O cientista chegou a Belém através do convite do zoólogo e diretor do Museu Paraense, o também suíço Emílio Augusto Goeldi (1859-1917). Foi contratado durante a reestruturação institucional proposta por este último e que tinha como objetivo fazer daquela instituição uma “verdadeira colônia científica” (GOELDI, 1897, p. 7).

De acordo com Nelson Sanjad (2010), entre as premissas para a reestruturação do Museu enquanto instituição científica estava a contratação de pesquisadores de origem centro-europeia, selecionados a partir do círculo de relações pessoais, acadêmicas e científicas de Emilio Goeldi (SANJAD, 2010, p. 204). Mais uma vez fica evidente a influência europeia enquanto modelo a ser seguido pelos diversos setores políticos e sociais na virada do século XIX para o XX no Brasil. No Pará, um europeu foi nomeado para dirigir a primeira instituição científica do norte do país e, inevitavelmente, a tentativa de aplicação do molde científico da Europa seria posta em prática.

Tal contexto está relacionado com o período de valorização da ciência e da figura do cientista, especialmente em fins do século XIX, quando as especializações científicas ganham destaque, e as ciências naturais passam por um momento de divisão em áreas de estudos ou disciplinas (zoologia, botânica, geologia). Huber fez parte deste contexto de enaltecimento científico, pelo qual também passaram o Brasil e o estado do Pará. Tal afirmação pode ser confirmada quando analisamos o contrato firmado entre o botânico e o governo do estado, o qual se mostrara bastante atrativo para um cientista europeu¹⁴³. Além disso, com a valorização da borracha no mercado internacional, a cidade de Belém tornou-se outro atrativo para

¹⁴³ De acordo com Anna Raquel Castro: “Esta valorização em torno da ciência e dos homens que dela faziam parte é percebida ao identificarmos os grandes investimentos realizados pelos governos neste setor. Nota-se na análise do próprio vencimento de Huber que consta no contrato assinado (cerca de 600 mil réis mensais), e mais ainda na indenização proposta pelo governo paraense em caso de rescisão do mesmo contrato (1.200 francos pagos em ouro!). Além disso, têm-se os gastos com as passagens para transportar o funcionário da Europa ao Brasil e as instalações do mesmo ao aportar em território regional, todos estes financiados pelos cofres públicos.” (Op. Cit.:33).

estrangeiros na região. Foi em meio a esse contexto do *boom* gomífero que Huber mudou a sua perspectiva em torno dos estudos botânicos, passando a se interessar pelas árvores produtoras de látex e por outros aspectos da flora amazônica.

Conforme já mencionado, foram as suas pesquisas sobre as árvores produtoras de borracha que projetaram Huber em meio aos seus pares estrangeiros. Como resultado de seu trabalho e de seu reconhecimento dentro e fora do país, o botânico passou a representar o Museu Paraense e o estado do Pará em diversas exposições no exterior, sendo os seus conhecimentos sobre a borracha e o processo de produção da mesma os assuntos que o levavam a esses eventos. (SANJAD, 2003; CUNHA, 2009; CASTRO; SANJAD; ROMEIRO, 2009; CASTRO, 2013).

A carreira de Huber em terras foi desenvolvida no Museu Paraense, onde assumiu a seção botânica e o horto da instituição, além de diversas pesquisas relacionadas à flora regional e que resultaram em inúmeros artigos publicados, tornando-se uma referência nos estudos botânicos. Com desempenho bastante elogiado pelo então diretor Emílio Goeldi, Jacques Huber foi indicado pelo mesmo para sucedê-lo na direção da instituição, uma vez que, no ano de 1907, o zoólogo decidiu retornar com sua família para a Europa. Com a indicação aceita por Augusto Montenegro, à época governador estado, Huber assumiu a direção do Museu em 21 de março de 1907 (AVISO-CIRCULAR..., 1907). A partir desta data o botânico ganhou ainda maior projeção científica e conquistou significativo status social, sobretudo entre a elite política e intelectual da região amazônica, passando a ser mencionado constantemente nos relatórios governamentais¹⁴⁴ e incumbido pelos chefes do governo para representar o Pará nos grandes eventos expositivos, por anos consecutivos.

A presença de intelectuais nas exposições – como o caso de Jacques Huber - atestava claramente a relação entre o trabalho científico/técnico e os interesses políticos. Os produtos exibidos nas vitrines exigiam um conhecimento acurado, sobretudo para serem divulgados de forma convincente ao público e, posteriormente, comercializados com êxito. Neste sentido, a boa representação do estado era também subsidiada pela instituição científica. Como parte de um jogo de trocas, o governo estadual não poupou investimentos para que o Museu Paraense, representado pelo seu diretor, figurasse com destaque nas exposições. Na mesma medida, a participação de Huber como delegado estadual rendeu-lhe significativo status enquanto

¹⁴⁴ Conforme levantamento documental realizado com as mensagens e relatórios do governo do estado do Pará, entre os anos de 1895 e 1906, notou-se que não há menção direta ao nome de Jacques Huber, sendo o mesmo apenas citado de forma breve como “o diretor do horto botânico do Museu Paraense”. Seu nome surge nos documentos oficiais do governo a partir de 1907, quando assume a direção do Museu.

cientista, além de lhe impor, inevitavelmente, responsabilidades políticas, resultando na sua constante convocação para prestar serviços sobre questões voltadas para a indústria gomífera.

Essa relação entre exposições, ciência e política nos lembra o trabalho da historiadora Heloísa Domingues (1999)¹⁴⁵, sobre as demandas científicas e a participação do Brasil nestes certames. Nele, Domingues afirma que, embora estes eventos também tivessem servido como vitrines para os conhecimentos científicos, a sua relação com a política possuía, principalmente, caráter comercial. Todavia, não se pode negar que estes eventos contribuíram para o desenvolvimento das ciências no país e para a mundialização dos conhecimentos científicos (DOMINGUES, 1999, p. 213-215). Além disso, a associação entre conhecimento científico e propaganda política, também nos mostra o quanto os aspectos educativos e mercadológicos estavam imbricados no contexto das exposições. (DOMINGUES, 1999, p. 204). Nesse sentido, o Museu Paraense, instituição científica que representava o progresso do estado do Pará, e seu diretor, o botânico Jacques Huber, internacionalmente reconhecido por seus inúmeros trabalhos relacionados à borracha amazônica; constituíram-se como instrumentos fundamentais de propaganda política estadual neste contexto.

Esta colaboração contínua do botânico com o governo do estado em suas várias gestões no início do século XX, foi importante para legitimar decisões políticas para o setor econômico do período, sempre respaldadas no discurso científico, em especial, toda e qualquer ação governamental relacionada à borracha em tempos de colapso econômico.

Tal aspecto nos remete às análises de Dominichi Sá (2006) e Moema Vergara (2007) ao tratarem da figura do cientista e do seu simbolismo em fins do século XIX e início do XX. Para Sá, esta virada de século trouxe a necessidade da presença do cientista - ou a “emergência do cientista”, como se refere a autora -, na medida em que sua atuação era considerada singular, representando uma “variação no modo de se produzir ideias no país”. Tal variação, segundo a autora, pode ser entendida como o processo de especialização dos intelectuais, incluindo os cientistas, fazendo-os surgir como profissionais da pesquisa aplicada, na defesa de um padrão mais específico de formação e produção de ideias, tornando-os “uma das vozes mais ativas na crítica à ‘pompa enciclopédica’” (SÁ, 2006, p. 14-15; VERGARA, 2007, p. 108; CASTRO, 2013, p. 50-51).

¹⁴⁵ Segundo Domingues; “*As experiências e análises de produtos que requeriam estas exposições, os eventos paralelos e encontros de cientistas, bem como os inúmeros intercâmbios que foram estabelecidos, as trocas institucionais de produtos que ocorriam ao término dos espetáculos, tudo isso mostra que as exposições, além de uma grande feira foram também lugares de ciência*”. Ver em: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. As demandas científicas e a participação do Brasil nas exposições Internacionais. In: Revista Quipu Latinoamerica de Historia de Las Ciencias y La Tecnologia. México, DF, v. 12, n. 2, pp.203-2015, 1999.

Por sua vez, Vergara evidencia que o “homem de ciência” tinha como missão conduzir o restante da sociedade no caminho da verdade, transmitindo a ideia de intelectual engajado politicamente, ideia esta que pode ser notada nas entrelinhas dos discursos de autoridades políticas; como no caso do destaque dado pelo governador do Pará ao “delegado que reunia à incontestável capacidade científica – notáveis estudos sobre a especialidade”, demonstrando, desta forma, que Jacques Huber também poderia exercer o papel de representante político paraense “em potencial”, quando fosse necessária a promoção de uma boa imagem do estado (VERGARA, 2007, p. 108; CASTRO, 2013, p. 50-51).

As abordagens de Sá e Vergara nos levam a retomar os estudos de Foucault sobre o papel dos discursos em meio à sociedade, em especial os que têm alguma autoria, como são os casos dos discursos literários, filosóficos e científicos. Conforme já citamos, Foucault defende a ideia de que existem muitos procedimentos de controle e de delimitação destas declarações, com o intuito de moldá-las ou adaptá-las aos interesses de quem os cria, sendo o discurso científico incluído neste contexto. Este tipo de preleção possui entre as suas estratégias de controle, o que Foucault chama de “organização da disciplina”, sendo a disciplina entendida aqui como qualquer especialidade dentro das ciências. Sobre a organização da disciplina e sua utilização como mecanismo de controle do discurso científico, Foucault discorre:

Para que haja disciplina é preciso, pois, que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas. [...] uma disciplina não é a soma de tudo o que pode ser dito de verdadeiro sobre alguma coisa, não é nem mesmo o conjunto de tudo o que pode ser aceito, a propósito de um mesmo dado, em virtude de um princípio de coerência ou de sistematicidade. A medicina não é constituída de tudo o que se pode dizer de verdadeiro sobre a doença; a botânica não pode ser definida pela soma de todas as verdades que concernem às plantas. Há para isso duas razões: primeiro, a botânica ou a medicina, como qualquer outra disciplina, são feitas tanto de erros como de verdades, erros que não são resíduos de corpos estranhos, mas que têm funções positivas, uma eficácia histórica, um papel muitas vezes indissociável daquele das verdades. [...] Em resumo, uma proposição deve preencher exigências complexas e pesadas para poder pertencer ao conjunto de uma disciplina; antes de poder ser declarada verdadeira ou falsa, deve encontrar-se, como diria M. Caugilhem, ‘no verdadeiro’ (FOUCAULT, 1996, p. 30-34).

Neste sentido, a análise de Foucault nos possibilita reafirmar que Jacques Huber, enquanto cientista especializado na disciplina botânica, desempenhou papel fundamental a serviço dos governos regionais, na medida em que estudou a economia regional e formulou estratégias de ação em meio às dificuldades econômicas enfrentadas no período. Sua formação acadêmica, a posição que ocupava como diretor do Museu e o prestígio que possuía no meio científico e político lhe conferiam certa autoridade para influenciar ações políticas e

decisões econômicas na região por meio de seus discursos e de sua performance como delegado do estado do Pará. Embora os discursos de Huber sobre o tema da borracha não representassem a verdade absoluta, uma vez que o tema era estudado mundialmente, sob várias perspectivas, eles possuíam respaldo nas ciências, o qual, podemos dizer, acabava por situá-los no campo da “verdade” ou da “certeza”.

Diante do exposto, é possível inferir que o discurso político apropriou-se do discurso científico para se moldar como “verdade”, uma vez que encontrou neste último, argumentos e sujeitos capazes de assegurar os pontos de vista que interessavam ao governo do estado. Essa troca simbiótica, de certa maneira, converteu o cientista em um colaborador direto do governo e em um importante instrumento de propaganda política, tendo em vista que, como já analisamos ao longo deste trabalho, a estreita relação entre ciência e política seria sinônimo do progresso característico das nações civilizadas.

Tal afirmativa pode ser confirmada mediante a leitura das mensagens governamentais, dos relatórios e das notícias de jornais analisadas nesta pesquisa, os quais, ao retratarem a realidade econômica regional no contexto da produção da borracha entre os séculos XIX e XX, - seja em tempos de prosperidade ou em tempos de crise -, nos mostram que os estudos e as experiências relacionados a esta atividade extrativa eram utilizados para fundamentar opiniões, pareceres técnicos e mesmo instrumentos que objetivavam beneficiar a matéria prima da indústria gomífera.

Os inventos relacionados ao processo produtivo da goma elástica amazônica, as opiniões e matérias publicadas nos jornais, a utilização de publicações científicas especializadas no tema pelo governo para a elaboração dos discursos oficiais; assim como a convocação, por meio de autoridades políticas ou instituições, de cientistas como Jacques Huber ou de outros especialistas, como o engenheiro Palma Muniz, para serviços diversos – seja quando convocados para integrar comissões técnicas para a análise de inventos relacionados à indústria da borracha, seja para fazer parte do júri técnico nas exposições -, servem para ilustrar a importância da ciência e do cientista para validar ou não discursos políticos. Essa prática contribuiu para forjar a imagem positiva de um governo que se colocava entre as nações civilizadas européias e que trabalhou, por meio da ciência, para criar um ambiente vantajoso para barganhar benefícios comerciais, especialmente no exterior.

Apesar do “estado rudimentar” das nossas indústrias: paradoxos entre a propaganda política e a realidade estadual

Meu primeiro pensamento, ao cuidar da representação do Estado em Turim, foi imprimir-lhe uma feição quanto possível prática, de maneira a dar um caracter de propaganda activa e fácil aos nossos mostruários. E em grande parte o conseguimos, com vantagens dignas de nota, dado o estado rudimentar em que ainda se acham muitas das nossas indústrias (COELHO, 1912, p. 21-22).

No trecho acima, o governador João Coelho aponta certo sucesso no que diz respeito à construção de uma imagem positiva do estado na exposição de Turim, uma vez que afirma ter conseguido “vantagens dignas de nota” no decorrer do certame italiano, mesmo admitindo que as indústrias paraenses ainda eram “rudimentares”. Tal narrativa corrobora nossa análise sobre a criação da imagem de um Pará em franco progresso como estratégia para a reversão da situação econômica estadual; além de evidenciar uma das contradições que fizeram parte dos discursos políticos durante o contexto da exposição italiana.

Desde os preparativos da participação paraense no certamen italiano, foi possível perceber que um esforço conjunto, leia-se aqui político e intelectual, seria necessário para a efetivação de uma boa propaganda estadual, considerando os inúmeros desafios e percalços na organização da mostra: desde a autorização dos recursos oriundos dos cofres públicos, passando pelo caos instaurado em terras italianas, em virtude da pouca mão-de-obra nacional designada para a montagem da exposição brasileira, até as negociações comerciais com outros países, no intuito de estabelecer relações vantajosas para a região amazônica.

Entre as “vantagens dignas de nota” a que se refere Coelho, podemos citar as negociações em torno da linha de navegação entre Belém e Gênova, na Itália, no intuito de facilitar o escoamento dos produtos que o estado comercializava com aquele país. Tal acordo foi todo estruturado durante a exposição turinesa e teve como articuladores Jacques Huber, Jayme Abreu e João Antonio Rodrigues Martins. Eles escreveram uma espécie de memorando às autoridades italianas, explanando as razões pelas quais a concretização da referida rota comercial seria de fundamental importância para os dois países.

O documento, reproduzido no relatório da comissão paraense em Turim em língua francesa, inicia relatando que o norte do Brasil, mesmo sendo uma região dotada de inúmeras riquezas naturais, encontrava-se em situação desfavorável no que concerne à comunicação com a Itália, sobretudo quando comparado ao sul brasileiro, ligado àquele país europeu “por linhas a vapor diretas e rápidas”. Neste sentido, de acordo com o memorando, para que a comunicação comercial entre o Pará e a Itália fosse viabilizada naquele contexto, era

necessário a realização do transbordo¹⁴⁶ em Pernambuco, Lisboa ou França, fato este que “não só leva a atrasos consideráveis, mas também ao aumento de despesas, seja por embarque ou desembarque em Havre, o que leva a um aumento considerável dos custos, devido às altas taxas de transporte ferroviário entre este porto e a Itália ” (O ESTADO..., 1911, p. 82).

Na tentativa de convercer as autoridades italianas sobre a importância da criação da linha direta entre Pará e Itália, o documento aponta as melhorias realizadas na capital paraense, tanto em relação à estrutura portuária quanto à questão sanitária, uma vez que:

(...) foram concluídas as obras do porto, executadas sob a égide do Governo Federal pela empresa ‘Port of Pará’, já no primeiro trecho, destinado exclusivamente à navegação transatlântica, permitindo agora a atracação de vapores de grande tonelagem. diretamente no cais, e descarregam suas mercadorias em grandes armazéns equipados para esse fim. (...) Além disso, as obras de saneamento realizadas na capital, por iniciativa do atual governador, Exc. Dr. João A. Coelho, já resultou não só numa diminuição perceptível dos casos de malária, mas, o que é especialmente importante no nosso caso, a extinção total da febre amarela, que até agora era endêmica no Pará. Tanto para os tripulantes dos navios, como para os viajantes comerciais e outros, que pretendam ficar algum tempo em Belém, este ponto é da maior importância (O ESTADO ...,1911, p. 82-85).

Neste sentido, mais uma vez é possível perceber a tentativa do governo em demonstrar que estava atento aos critérios que o classificariam entre as nações civilizadas, neste caso, as questões do combate à febre amarela e da modernização portuária, financiada pelo governo federal.

Como recurso final, os signatários do memorando utilizaram como argumento os possíveis benefícios que a referida linha de navegação traria para a economia italiana, assim como as vantagens para a economia paraense. Conforme consta no documento:

Permitam-nos insistir, aqui, em particular, nas vantagens que teriam os consumidores italianos se pudessem receber diretamente do Estado do Pará alguns produtos que atualmente são obrigados a comprar de segunda ou terceira mãos. A borracha amazônica, conhecida como "Pará fina", que ainda é considerada a melhor borracha do mundo e é o primeiro e mais importante tipo de exportação da Amazônia, é hoje importado em grande escala (cerca de 700 toneladas por ano) na Itália, onde é utilizada principalmente para a fabricação de pneus e instrumentos cirúrgicos. Toda essa borracha passa por intermediários de casas de exportação no Pará, receptores em Liverpool ou Londres e, às vezes, ainda comerciantes de borracha na Bélgica e na França. Com uma linha direta com as casas exportadoras do Pará, ou melhor, ainda com os próprios produtores, evitando assim não só diversos intermediários, mas ao mesmo tempo os sucessivos transbordos e transportes ferroviários, que, claro, contribuem muito para tornar o produto mais caro. (...) O cacau do Pará, (...) hoje é exportado principalmente para a França, sendo o maior consumidor a fábrica de chocolates Menier, que recebe suas mercadorias por meio de uma forte comissária francesa localizada no Pará. Por acordo semelhante entre alguns dos principais fabricantes de chocolate da Itália e um

¹⁴⁶ Passagem de mercadorias de um meio de transporte para outra linha do mesmo.

comissário do Pará, conseguiriam assegurar, a um preço vantajoso, parte da colheita do famoso cacau do Pará, cuja produção certamente aumentará nos próximos anos, graças a um cultivo mais intensivo. Um terceiro artigo de comércio, que a Itália poderia receber em grandes quantidades do Estado do Pará e da Amazônia em geral, é a madeira para construção e carpintaria. Principalmente para dormentes¹⁴⁷ de ferrovias, de um lado, e para marcenaria, do outro, as extensas florestas do Estado do Pará fornecem madeiras excelentes e muito variadas em grandes quantidades. (O ESTADO..., 1911, p. 85-86).

É importante destacar que, em meio aos argumentos dos comissários paraenses, a borracha não aparece como único produto que merecia a atenção dos consumidores estrangeiros, tal como era recorrente nos discursos governamentais. A argumentação aponta outros dois produtos a serem comercializados com os italianos: o cacau e as madeiras, os quais, de acordo com os representantes paraenses, “são apenas os mais importantes, podendo constituir a maior parte das exportações do Estado do Pará para a Itália”. Os demais produtos, “como peles de bois e veados, castanha-do-pará, cola de peixes, algodão, plantas medicinais, resinas, óleos, etc”, são colocados em uma posição inferior, considerando a relevância comercial. No entanto, segundo os comissários estaduais, “um dia poderão constituir também objeto de comércio significativo” (O ESTADO..., 1911, p. 86).

A argumentação dos representantes paraenses reafirma a ideia da atividade extrativa como aspecto central da economia no período, uma vez que os “principais produtos” econômicos do Pará à época (borracha, cacau, madeiras), conforme o documento elaborado por eles, eram oriundos da referida indústria. Chama a atenção o fato de o comércio das madeiras, as quais tiveram grande destaque durante a exposição, ser apontado no memorando como estando em processo inicial, mas com perspectiva promissora, uma vez que, mesmo com a oscilação dos preços, possuía significativa chance de expansão. Segundo o documento, não havia “dúvida de que as florestas do Pará, uma vez colocadas em exploração regularmente, seriam capazes de fornecer madeira para toda a Itália” (O ESTADO..., 1911, p. 86). Tal aspecto estaria relacionado com a crítica feita por Huber aos comerciantes paraenses, acusados pelo botânico de demonstrarem falta de iniciativa e seriedade mediante o interesse dos importadores, fato este apontado como o principal entrave para a expansão do comércio amazônico (SANJAD; CASTRO, 2016).

Mesmo recebendo parecer positivo das autoridades italianas, a rota de navegação entre o Pará e a Itália não foi instalada em virtude da guerra Ítalo-Turca, cujo início deu-se em outubro de 1911, prenúncio da Primeira Guerra Mundial. No entanto, esse episódio reforça a imagem do cientista desempenhando papel político, utilizando-se da diplomacia para atender

¹⁴⁷ Também conhecidos como travessas, são peças colocadas de forma transversal nas vias férreas sobre as quais os trilhos são assentados e fixados.

aos interesses comerciais do estado, função esta exercida, na maioria das vezes, de forma bem sucedida.

Outro ponto que merece destaque é a tecnologia em torno da produção da borracha como um dos aspectos que contribuíram para uma “propaganda activa” do estado. Conforme analisado em capítulos anteriores, o parque industrial paraense ainda estava muito aquém do que se esperava das nações ditas civilizadas. É possível comprovar esse “estado rudimentar” da indústria local, como escreveu João Coelho, na mostra paraense em Turim, formada principalmente por produtos da atividade extrativa. No entanto, o Pará não deixara de apresentar artigos considerados modernos, tendo em vista o padrão regional, e mesmo nacional, ainda limitado no que se refere ao uso de tecnologias fabris.

As novidades paraenses eram relativas ao beneficiamento da borracha, conforme analisado no capítulo 4 deste trabalho, com destaque para a máquina de defumar borracha; para o método de coagulação do látex de Cerqueira Pinto; para a faca de “sangrar” seringueiras, de Jacques Huber; e para o processo Vianna Coutinho de defumação do látex. Tais inventos foram apresentados como alternativas que visavam o melhoramento da produção em meio ao colapso econômico vivenciado na região. De acordo com Sanjad e Castro:

Esse conjunto de inovações tocava em todas as críticas feitas ao modo de produção amazônico, oferecendo soluções e garantindo a satisfação dos importadores. (...) Os novos processos de produção da borracha, seja por meio da rápida defumação, seja apenas pela coagulação, garantiam a saúde da mão-de-obra e tentavam evitar as fraudes na elaboração das ‘bolas’ – razão de insistentes reclamações dos importadores, mas também por dificultar a etapa de limpeza e filtragem no processo de vulcanização. Huber reuniu, portanto, os objetos que pareciam demonstrar a modernização da economia amazônica, anunciando que a superação dos problemas estava em curso e merecia total apoio dos governos locais” (SANJAD; CASTRO, 2016, p. 153).

Neste sentido, as referidas inovações, ainda que questionáveis – vale lembrar, por exemplo, que a máquina de defumar borracha ainda utilizava caroços de palmeiras para o aquecimento e funcionava através do acionamento constante de uma manivela -, também foram utilizadas nos discursos políticos para mostrar que o Pará, enquanto estado moderno, também produzia suas tecnologias para combater a crise, melhorando a produção, e, conseqüentemente, comercializando um produto da melhor qualidade, isento de qualquer questionamento por parte de seus pares, no que concerne à sua superioridade.

É importante ressaltar que, a princípio, tais tecnologias também surgiram como alternativas ao trabalho do seringueiro, o qual era duramente criticado pela elite política e intelectual da região, sendo constantemente acusado de “descuidado” por efetuar uma

exploração inapropriada das seringueiras, sobretudo em relação à forma de utilização do machadinho, desrespeitando a idade da árvore, entre outros aspectos que acabaram contribuindo para o que Huber chamou de “desmoralização do seringueiro”(CASTRO, 2013; HUBER, 1913). No entanto, toda esta visão elitista em relação a este trabalhador foi ocultada no evento italiano, talvez como forma de evitar maiores polêmicas em meio à finalidade estadual de restabelecimento financeiro.

A busca por alternativas que amenizassem os impactos negativos do colapso econômico intensificaram-se a partir de 1912, com o retorno de Jacques Huber de sua viagem ao Oriente, logo após a exposição italiana. Os estudos técnicos do botânico nas colônias inglesas e holandesas na Ásia foram de extrema importância política e econômica, sobretudo no que tange à tentativa de conscientização da elite amazônica em relação à real situação da economia regional. Embora os discursos do governo ainda apresentassem possíveis alternativas para a reversão do quadro econômico, - a exemplo dos incentivos à plantação de seringueiras, tal como acontecera nas regiões asiáticas -, o governador João Coelho parecia estar consciente da gravidade do quadro, sobretudo ao retratar o déficit nas contas do estado. Os anos subsequentes apenas confirmaram o que os discursos oficiais tentavam não transparecer: o fim da prosperidade oriunda da borracha amazônica.

“A primeira exposição internacional em que o Pará se fez representar condignamente”

Recentemente, no ano de 2020, parte da grande mídia nacional repercutiu um dos discursos do presidente da república brasileira em evento no estado do Amapá, região Norte do Brasil. Tratava-se do lançamento de um programa do governo federal que tinha como objetivo levar energia elétrica para áreas remotas da Amazônia Legal¹⁴⁸. No referido discurso, ao mencionar a população que seria atendida pelo programa (cerca de 300 mil pessoas), o presidente afirmou que “outras coisas do mundo civilizado chegarão a estes nossos irmãos da região Norte” (FOLHA DE S. PAULO, 05/08/2020). Diante do episódio, rapidamente a imprensa repercutiu a fala do presidente, estampando-a nas manchetes dos principais jornais do país, especialmente aqueles que tinham seu espaço consolidado nas mídias digitais. No entanto, embora a declaração tenha chamado a atenção da sociedade em virtude do tom xenofóbico, os textos jornalísticos não problematizaram a fala do chefe de estado, limitando-se a apontar mais uma gafe do presidente: ao se referir à região amazônica, o líder da nação usou a expressão “região do Amazonas”, fazendo alusão a outro estado.

¹⁴⁸ Tratava-se do Programa Mais Luz para a Amazônia no Amapá.

Tal episódio, inevitavelmente, transportou-me à virada do século XIX para o XX, - salvaguardando-se aqui os contextos específicos de cada época -, mais especificamente à época conhecida na historiografia como *belle époque*. Nesse período, algumas cidades brasileiras inspiraram-se nas transformações urbanas e culturais da Europa, emulando reformas e instituições. A tônica dos discursos era a valorização do progresso, da modernidade e da civilização. Urgia, pois, adequar-se a tais preceitos em um momento de intercorrências econômicas, tal como ocorrera com o café e a borracha. Em 2020, a fala do presidente da república aproximou-se da visão que também era cultivada pelo restante do país, no início do século passado, em relação à região amazônica. Ela consistia em imagens que se assemelhavam a um território inóspito, habitado por selvagens e bem longe da civilização, visão esta que foi combatida por alguns intelectuais amazônidas. Conforme já abordamos neste trabalho, tal desmitificação em relação à imagem da Amazônia ocorreu de forma contundente desde fins do século XIX, com destaque para Sant’Anna Nery, conhecido por seu desempenho como propagandista da região no exterior. A fala do presidente brasileiro, portanto, demonstra que tal pensamento, que associa a Amazônia ou o Norte do país ao atraso em relação ao restante do país, sobretudo ao Sul e Sudeste, ainda encontra-se de certa forma cristalizado em pleno século XXI, mesmo que deveras combatido ao longo dos últimos séculos.

Como analisado no primeiro capítulo, Nery possuía uma visão ambígua em relação à região: ao mesmo tempo em que combatia a visão deturpada e preconceituosa sobre o Norte do país, fomentada por estrangeiros, negava suas próprias raízes indígenas, demonstrando que os resquícios da mentalidade colonial ainda permeavam o seu pensamento. Esta foi uma característica comum aos membros da elite intelectual e política do país, e que teve seus reflexos nos debates sobre a construção da identidade nacional naquele período, fomentados por esta mesma elite.

Com o advento da República brasileira, toda e qualquer imagem que remetesse à ideia de atraso do país deveria ser extirpada, dando lugar aos novos ares políticos que inaugurariam a “bela época” de modernização e progressos oriundos da prosperidade econômica, tal como ocorrera na Europa. No entanto, as bases culturais, políticas e econômicas nas quais o país estava assentado impuseram limitações ao progresso nacional quando este era comparado ao mesmo processo de transformação ocorrido nas grandes nações européias. Neste sentido, a tentativa de tornar concreto o ideário civilizatório que fazia parte da mentalidade das elites nacionais encontrou inúmeras dissonâncias, acabando por acentuar

desigualdades em meio ao empenho para construir a imagem de uma nação moderna e próspera.

O contexto da *belle époque* apresentou inúmeros artifícios que buscavam representar de forma tangível o ambiente de progresso material, econômico e cultural que o mundo vivenciava, sobretudo a Europa. Entre os principais artifícios, estavam as exposições internacionais ou universais, não à toa reconhecidas, entre outros adjetivos, como as “grandes festas da modernidade”. Tais eventos foram importantes para a então realidade brasileira, na medida em que serviram, estrategicamente, como palco para que o país exibisse as suas potencialidades culturais, políticas e econômicas para o mundo.

As exposições, sem sombra de dúvida, contribuíram de forma significativa para que o Brasil pudesse mostrar-se da forma como gostaria de ser visto no exterior. Isso não significou, contudo, que a imagem divulgada correspondia à realidade de um país que tentava deixar para trás, por exemplo, uma história de 300 anos de escravidão. Em contraposição, tais eventos também se configuraram como a oportunidade ideal para a exibição de uma nação que prosperava economicamente com o café, na sua parte sudeste, e com a borracha, no Norte.

Seguindo a tendência nacional, os governos da região amazônica também aproveitaram a oportunidade que estes grandes certames internacionais criaram para forjar uma imagem moderna e progressista, tendo a atividade extrativa como a sua principal vitrine econômica. No início do período republicano, a participação da região nestes certames foi mais frequente e ativa, período em que a economia regional experimentou significativas oscilações no mercado internacional em torno da produção de borracha, registrando alguns intervalos de tempo considerados economicamente críticos, sendo o ano de 1911 um marco no que concerne ao colapso econômico.

Foi neste contexto regional, financeiramente instável, que este trabalho se estabeleceu cronologicamente. O ano de 1911, historicamente marcado como o momento de alerta econômico para região em virtude da forte desvalorização da borracha amazônica no mercado internacional, também foi significativo em termos políticos, como demonstramos ao analisar a participação do Brasil e do estado do Pará na Exposição Internacional das Indústrias e do Trabalho em Turim. Neste evento, mesmo diante de todo o contexto de colapso financeiro regional, o estado do Pará obteve o seu melhor desempenho em exposições internacionais, angariando número significativo de premiações em relação aos seus produtos.

A escolha da exposição de Turim como estudo de caso justifica-se pelo fato de este evento ter dado visibilidade a uma questão importante para a historiografia nacional e

regional: como um estado que enfrentava séria crise econômica, como o Pará, conseguiu sustentar a sua melhor representação em um evento internacional, considerando os vultosos investimentos públicos para a participação neste certame em um momento onde os discursos oficiais apontavam para um colapso financeiro em virtude do péssimo desempenho do seu principal produto de exportação? A resposta, desenvolvida ao longo deste trabalho, é a de que o estado, assim como o restante do país, forjou uma imagem de território em franco progresso material, moderno e de acordo com o padrão de civilização que a “bela época” européia exigia. Os investimentos feitos pelo governo do Pará tiveram como objetivo tornar crível a ideia de que o estado era partícipe do rol das nações civilizadas, condição para que conquistasse vantagens econômicas significativas.

No entanto, para criar a pretensa imagem e exibi-la internacionalmente, foi necessário um longo processo de construção. Nesse processo, foram articulados diversos “recursos” para servir como meio de convencimento, externo e interno, no intuito de legitimar o tão almejado progresso material, ainda que a realidade regional e local impusessem limitações para a concretização de tal objetivo. Neste sentido, a tese defendida neste trabalho é a de que o Pará tentou, politicamente, forjar e difundir uma imagem de modernidade e civilização, utilizando, como principal recurso, a ciência, através da figura de um cientista (Jaques Huber) e de uma instituição científica (Museu Goeldi). Essa foi a estratégia de convencimento e legitimação da referida imagem, que pretendia propagandear, sobretudo no exterior, o potencial econômico da região amazônica.

A presença de Huber nas comissões representativas do estado - compostas, em grande maioria, pela elite política e econômica paraense; a sua convocação para compor júris internacionais, ou mesmo para compor, por ordem do governo estadual, equipes técnicas para a análise e validação de inventos; os constantes convites para conferências sobre o tema da economia gomífera amazônica; o desempenho de seu papel diplomático em negociações internacionais que tinham como objetivo fomentar a economia por meio das atividades extrativas; a utilização de seus estudos científicos para fundamentar pontos de vista políticos e econômicos, comprovar teses relacionadas à atividade extrativa do látex e/ou trazer novas perspectivas em relação ao desempenho e futuro da produção gomífera amazônica; entre outros aspectos analisados neste trabalho, evidenciam a tese aqui defendida.

A construção alegórica do Pará civilizado em meio à conturbada realidade econômica da região teve um custo alto ao erário, aprofundando ainda mais a já crítica situação econômica. Patrocinar e manter a *belle époque* amazônica, por meio das reformas urbanas, dos investimentos no setor educacional, da infraestrutura de transporte e

comunicação, da saúde pública, entre outros aspectos que normatizariam o estado enquanto território civilizado, tiveram um alto custo. Somando-se a isso, a decisão em investir em uma exposição de caráter internacional colocou em xeque a capacidade financeira dos cofres públicos paraenses.

Contudo, a representação paraense na exposição de Turim, apontada por seus idealizadores como uma “representação condigna”, obteve repercussão positiva, na medida em que o Pará angariou 255 prêmios, 189 a mais em relação à exposição de Bruxellas, ocorrida no ano anterior. Paradoxalmente, todos os esforços políticos, econômicos e científicos destinados à representação do Pará no certame italiano foram insuficientes para atender ao principal objetivo do governo: o restabelecimento econômico do estado e a ampliação do comércio com a Itália, inviabilizada pela forte tensão na Europa nos anos que antecederam a Primeira Guerra. Pode-se considerar este resultado como previsível, considerando a não execução de medidas mais enérgicas por parte do governo paraense em relação ao colapso econômico; assim como a inércia do governo federal em auxiliar a região amazônica, priorizando atender às demandas das elites cafeeiras de São Paulo.

Por fim, o processo de pesquisa sobre a representação paraense na exposição turinesa, que culminou na elaboração deste trabalho, demonstrou o quão complexo foi, para as elites nacionais e regionais, pensarem, construir e apresentarem diante dos olhares estrangeiros a imagem que almejavam, de acordo com os seus interesses específicos. Além disso, demonstrou o quanto a criação de estratégias para o convencimento e a legitimação de tal imagem constituiu-se como processo complexo, sendo a diplomacia e a ciência dois campos de extrema importância para fundamentar discursos e ações políticas e econômicas no contexto em questão.

REFERÊNCIAS

- A BORRACHA Cerqueira Pinto e a sua última conferência. **Jornal Folha do Norte**, n. 4632, col. 5, p. 1, 20 set. 1910.
- A BORRACHA. Novos métodos de coagulação. **Jornal do Commercio**, Manaus, col. 6, p. 1, 24 ago. 1911. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 25 de janeiro de 2019.
- A CONFERÊNCIA Cerqueira Pinto. **Jornal Folha do Norte**, Belém, n. 4629, col. 2-3, p. 1, 17 set. 1910.
- A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém, n. 10870, p. 1, 29 jul. 1910.
- A SEMANA. **Jornal Commercio do Amazonas**. Manaus, n. 16, col.1-2, p. 1, 8 set. 1899. Disponível em: www.memoria.bn.br. Acesso em: 22 de maio de 2019.
- ABERTURA da Exposição Prévia dos Productos Paraenses. Exposição de Turim. **Jornal Folha do Norte**. Belém, n. 4781, col. 2-3, p. 1, 20 fev. 1911.
- ABREU, J. [Correspondência]. Destinatário: Jacques Huber. **Relatando sobre a abertura do pavilhão brasileiro e as dificuldades na organização dos produtos paraenses na Exposição de Turim**. Turim, 29 de junho de 1911b. Dossiê Exposições – Exposição de Turim.
- ABREU, J. [Correspondência]. Destinatário: Jacques Huber. **Relatando sobre as dificuldades da organização dos produtos paraenses na Exposição de Turim**. Turim, 11 de julho de 1911b.
- ABREU, J. [Correspondência]. Destinatário: Jacques Huber. **Relatando como está o andamento da organização dos produtos paraenses antes da inauguração do pavilhão brasileiro na Exposição de Turim**. Turim, 14 de junho de 1911c. Dossiê Exposições – Exposição de Turim.
- ÁLBUM DO Estado do Pará, mandado organizar por S. Exc. O Snr. Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado. Oito annos de do Governo (1901 a 1909). Paris: Imprimiere CHAPONET, 1908.
- AVISO-CIRCULAR comunicando ao Governo do Estado do Pará a resignação do cargo de diretor do Museu Estadual de Historia Natural e Ethnographia, pelo Dr. Emilio Goeldi, e a admissão do Dr. Jacques Huber para o mesmo cargo**. Belém, 21 de março de 1907.
- BARBUY, H. **A Exposição Universal de 1889 em Paris: visão e representação na sociedade industrial**. São Paulo: edições Loyola, 1995.
- BASSANEZI, M. S. C. B. São Paulo do passado: dados demográficos. Campinas: UNICAMP, 1998.
- BATISTA, L. M. **Muito Além dos Seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará (1850-1870)**. 2004. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação

em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BENCHIMOL, S. **Navegação e transporte na Amazônia**. Manaus: Edição reprográfica, 1995.

BETONI, S. **Afinal, o que é a Expo Milão 2015?**. 2015. Disponível: <https://www.oguiademilao.com/afinal-o-que-e-expo-milao-2015/>. Acesso em: 10 set. 2020.

BOLETIM dos Produtos Destinados à Exposição Universal de Turim. [19?]. Série Congressos e Exposições – Exposição de Turim.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.

BRASIL. Decreto nº 6668, de 3 de outubro de 1907. Aprova as instruções para o Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro. **Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 17 out. 1907. Seção 1, p. 7493-7494. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6668-3-outubro-1907-523242-anexo-pe.pdf>. Acesso: 20 de dezembro de 2019.

BRASIL. Lei nº 3129, de 14 de outubro de 1882. Regula a concessão de patentes aos autores de invenção ou descoberta industrial. Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Trabalho Organizado na Primeira Secção da Directoria do Serviço de Estatística**. Rio de Janeiro: Typographia anexa à Directoria do Serviço de Estatística, 1913.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado de Agricultura, Industria e Commercio, Rodolpho Nogueira da Costa Miranda, no anno de 1910**. Rio de Janeiro: Officinas da Directoria Geral de Estatística, 1910.

BRASIL. Ministério da Industria, Viação e Obras Públicas. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Industria, Viação e Obras Públicas, Lauro Severianno Müller, no anno de 1904**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon Du Pin e Almeida no ano de 1908**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Relatório Apresentado ao Presidente da República dos estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da indústria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, no ano de 1907**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Agricultura, Industria e Commercio. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro, Dr. Pedro de Toledo.** Rio de Janeiro: Officinas da Directoria Geral de Estatística, 1911a.

BRASIL. **Relatório sobre os trabalhos da comissão do Brazil na exposição Turim-Roma de 1911 e propaganda do café no estrangeiro apresentado ao Snr. Ministro da agricultura pelo Commissario geral Dr. Antônio de Pádua Assis Resende em 31 de dezembro de 1910.** Torino: [s.n.], 1911b.

BUENO, C. A política externa brasileira no auge da Primeira República: uma referência para a opção Mercosul-Nafta. **Boletim Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 11, n. 54, 1999.

BUENO, M. A. P. A Indústria Extractiva. A borracha. In: PEDROSA, J. J. **Fala com que o Exm^o. Snr. Dr. João José Pedrosa abriu a 1^a sessão da 23^a Legislatura da assembleia Legislativa da Província do Pará em 23 de abril de 1882.** Pará: Typ. De Francisco da Costa Junior, 1882. p. 46-62.

BURKE, P. **Testemunha Ocular: história e imagem.** São Paulo: EDUSC, 2004.

CASTRO, A. R. M. **Do Ponto de Vista do Cientista: Jacques Huber e a borracha na Amazônia (1907-1914)**”. 2013. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

CASTRO, A. R. M.; SANJAD, Nelson Rodrigues; ROMEIRO, Doralice dos Santos. Da pátria da seringueira à borracha de plantação: Jacques Huber e seus estudos sobre a Cultura das heveas no Oriente (1911-1912). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Ciências Humanas, Belém, v. 4, n. 3, p. 503-545, set./dez. 2009.

CATÁLOGO dos Productos enviados pelo Estado do Amazonas à Exposição Universal de Saint Louis (Estados Unidos da America do Norte). Organizado por Bernardo d’Azevedo da Silva Ramos e Manoel Francisco Cunha Junior. Manaus, 1904. Disponível em https://issuu.com/bibliovirtualsec/docs/catalogo_do_amazonas. Acesso em: 22 abr. 2019.

CIPRIANO, R. **Expo 2015: Portugal não quis ir, o Brasil levou-nos na mesma.** 2015. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/expo-2015-portugal-nao-quis-ir-o-brasil-levou-nos-na-mesma/> . Acesso em : 10 set. 2020.

COELHO, A, C. A. **Santa-Anna Nery: um propagandista “Voluntário” da Amazônia (1883-1901).** 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade federal do Pará, Programa de Pós-graduação em História, Belém, 2007.

COELHO, A. C. A. **Barão de Marajó: um intelectual e político entre a Amazônia e a Europa (1855-1906).** 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

COELHO, G. M. Na Belém da Belle Époque da Borracha: dirigindo novos olhares (1890-1910). **Revista Escritos: Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, p. 141-168, 2011.

COELHO, J. A. L. **Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1910 ao Congresso Legislativo do Pará.** Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1910.

COELHO, J. A. L. **Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1911 ao Congresso Legislativo do Pará.** Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1911.

COELHO, J. A. L. **Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1912 ao Congresso Legislativo do Pará.** Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1912.

COHEN, J. **A Seringueira.** Considerações oportunas. História de minha cooperação profissional durante 33 anos, 1910 a 1943. Belém: [s.n.], 1944.

COLETTA, C. D. **World's fairs, Italian style: the great exhibitions in Turin and their narratives, 1860-1915.** Toronto: University of Toronto Press, 2006.

CONHEÇA o pavilhão do Brasil na Expo Milão 2015. 2015. Disponível em: <https://www.hometeka.com.br/pro/conheca-o-pavilhao-do-brasil-na-expo-milao-2015/#jp-carousel-31636>. Acesso em: 10 set. 2020.

COSTA, J. S. [Correspondência]. Destinatário: Jacques Huber. 15 set. 1909. Fundo Jacques Huber. Série Correspondências: José Simão da Costa.

CRIBELLI, T. “Civilizar”, “Moralizar” e “Aperfeiçoar”: debates e projetos para a modernização da Nação. *In*: Simpósio Nacional de História, 24., 2007, São Leopoldo.

CRUZ, E. **História da Associação Comercial do Pará – Centenário de sua fundação – 1864/1964:** origem e desenvolvimento do comércio paraense a partir do século XVII. Belém: Imprensa Universitária do Pará, 1964.

CUNHA, C. S. **As exposições provinciais do império:** a Bahia e as Exposições Universais (1866 a 1888). 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

CUNHA, E. **À Margem da História.** São Paulo: Martin Claret, 2006.

CUNHA, E. **Um Paraíso Perdido: reunião de ensaios amazônicos.** Brasília: Senado Federal, 2009.

CUNHA, M. S. C. **“Matutos” ou astutos?:** oligarquia e coronelismo no Pará Republicano (1897-1909). 2008. Dissertação. (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2008.

CUNHA, O. R. Jacques Huber (1867-1914). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Ciências Humanas, Belém, v. 4, n. 3, p. 489-502, set./dez. 2009.

DAOU, A. M. Instrumentos e sinais da civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense. **História, Ciência e Saúde:** Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 6, p. 867-888, set. 2000.

DEAN, W. **A Luta pela Borracha no Brasil: um estudo de história ecológica.** São Paulo: Nobel, 1989.

DELSAHUT, F. Los Juegos Antropologicos de Saint Louis. **Revista Brasileira de Ciência do esporte**, [s.l.], v. 33, n. 4, p. 809-823, out./dez. 2011.

DIRECTORIA Geral de Estatística. **Boletim Commemorativo da Exposição Nacional de 1908.** Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1908. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25380.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2019.

DOMINGUES, H. M. B. As demandas científicas e a participação do Brasil nas exposições Internacionais. **Revista Quipu Latinoamerica de Historia de Las Ciencias y La Tecnologia.** México, DF, v. 12, n. 2, p. 203-205, 1999.

EMMI, M. F. **Raízes Italianas no Desenvolvimento da Amazônia, 1870-1950:** pioneirismo econômico e identidade. 2007. 228 f. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2007.

ESTEVES, C. L. A “Reconstrução radical da agricultura”: ocupação, propriedade e produtividade nas políticas públicas dos governos do Pará (1901-1912). SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. LUGARES DO HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS. 28. **Anais...** Florianópolis, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares#php2go_top. Acesso: 12 maio 2017.

FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FONSECA, D. R. O surto gumífero e a navegação na Amazônia. **Revista Veredas Amazônicas**, Porto Velho, V. 1, n. 1, set. 2011.

FREITAS FILHO, A. P. Tecnologia e Escravidão no Brasil: aspectos da modernização agrícola nas exposições nacionais da segunda metade do século XIX (1861-1881). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 71-92, 1991.

GOELDI, E. Relatório apresentado pelo Director do Museu Paraense ao Sr. Dr. Lauro Sodré, Governador do Estado do Pará. **Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Etnografia**, v. 2, n. 1, p. 1-27, 1897.

GOMES, A. C. (org.). **Escrita de si, escrita da história.** 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GRAMSCI, A. C. **Dalética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere:** o Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere:** Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011a.

GRANDIN, G. **Fordlândia**: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na Selva. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

HARDMAN, F. F. **Trem fantasma**: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

HARDMAN, F. F. **Trem fantasma**: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

HEIZER, A. A Exposição Nacional de 1908: entre comemorações. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. n. 2, p. 14-24, 2008.

_____. **Observar o céu e medir a Terra**: instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas, Campinas, 2005.

HELM, J. **Expo Milão 2015**: Reino Unido medalha de ouro como "Melhor Pavilhão". 2015. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/776341/expo-milao-2015-reino-unido-medalha-de-ouro-como-melhor-pavilhao>. Acesso em: 10 set. 2020.

HOBBSAWN, E. J. A Era do Capital (1848-1875), 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOBBSAWN, E. J. A Era dos Impérios (1875-1914), 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HUBER, J. **Relatório sobre o estado actual da cultura da Hevea brasiliensis nos principais paizes de producção do Oriente**. Belém: Imprensa Official do Estado, 1912.

HUBER, J. [Correspondência]. Destinatário: Jayme Abreu. **Falando sobre a organização dos produtos paraenses para a Exposição**. Turim, 24 de agosto de 1911a.

HUBER, J. [Correspondência]. Destinatário: João Coelho. **Relatando sobre os trabalhos na exposição de Turim e outros assuntos**. Turim, 04 de setembro de 1911b.

HUBER, J. **O corte da seringueira**: confrontação dos processos amazônicos e orientais. Conferência sob os auspícios da Comissão de Defesa Econômica da Amazônia (16 de maio de 1913). Belém: Livraria Universal Tavares Cardoso, 1913.

INSTRUÇÕES Preliminares para a Escolha dos Produtos Paraenses Destinados à Exposição de Turim (1911). [1911?]. Museu Paraense Emílio Goeldi. Fundo Jacques Huber (1907-1914) – Congressos e Exposições – Exposição de Turim.

JO PAIZ: jornal. [s.l.], [s.n.], n. 8715, col. 3-5, p. 3, 1908.

JORNAL A PROVÍNCIA DO PARÁ. **“O Pará em Turim”**. n. 10.865, col. 3, p.1. 03 ago. 1910.

JORNAL A REPÚBLICA. n. 593, col. 5, p. 1, 11 jun. 1893. Disponível em: www.memoria.bn.br. Acesso em: 22 de maio de 2018.

JORNAL CORREIO PARAENSE. Belém, n. 514, p. 3, 1 fev. 1894. Disponível em: www.memoria.bn.br Acesso em: 22 maio 2018.

JORNAL DO BRASIL. **Exposição de S. Luiz**, n. 317, col. 2, p. 1, 1903. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 22 jan. 2019.

JORNAL FOLHA DO NORTE, “**Exposição de Turim**”. Belém, n. 4780, col. 2-3, 21 fev. 1911.

JORNAL FOLHA DO NORTE, Belém, n. 4837, col. 4, p. 4837, 18 abr. 1911c.

JORNAL FOLHA DO NORTE, Belém, n. 4839, col. 3, p. 2, 20 abr. 1911b.

JORNAL FOLHA DO NORTE. “**Echos e Notícias**”. Belém, n. 4745, col. 07, p. 2, 15 jan. 1911.

JORNAL FOLHA DO NORTE. **A Exposição do Rio Grande**. Belém, n. 3591, col. 2-3, p. 01, 05 nov. 1907.

JORNAL FOLHA DO NORTE. **O Pará em Turim**. Belém, n. 4643, col. 3, p. 1, 01 abr. 1910. Pertencente a Hemeroteca da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, n. 11825, p. 1, 1 maio 1911. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acesso em: 30 de janeiro de 2018.

KLEIN, H. S. Migração Internacional na História da América. *In*: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. São Paulo: EDUSP, 2000.

LACERDA, F. G. **Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. 2006. Tese. (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2012.

LEVRA, U; ROCCIA, R. (ed.). **Le esposizione torinesi 1805-1911. Specchio Del progresso e macchina Del consenso**. Turim: Archivio Storico della Città di Torino, 2003.

LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 8, p. 49-90, 1974.

LEVY, R. **Entre Palácios e Pavilhões: a arquitetura efêmera da Exposição Nacional de 1908**. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2008.

LIGA feminina Lauro Sodré. **Jornal Estado do Pará**. Belém, n. 480, col. 3, p. 1, 03 ago. 1912. Disponível em: www.memoria.bn.br. Acesso em: 22 maio 2018.

LIGA feminina Lauro Sodré. **Jornal Estado do Pará**. Belém, n. 486, col. 3-4, p. 1, 09 ago. 1912. Disponível em: www.memoria.bn.br. Acesso em: 22 de maio de 2018

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LLOYD, R. *et al.* **Impressões Sobre o Brazil no século XX: sua historia, seo povo, commercio, industrias e recursos**. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, 1913

LO STATO del Pará (Brasile) a Torino. **Publicazione Ufficiale per L'Esposizione Internazionale di Torino**. Torino: [s.n.], 1911.

LOUREIRO, A. **A Grande Crise**. 2. ed. Manaus: Valer, 2008.

MACEDO, O. L. C. **Construção Diplomática, Missão Arquitetônica: os pavilhões do Brasil nas Feiras Internacionais de Saint Louis (1904) e Nova York (1939)**. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e urbanismo, São Paulo, 2012.

MACÊDO, S. C. F. **A Cozinha Mestiça: uma história da alimentação em Belém (fins do século XIX a meados do século XX)**. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará. Belém, 2016.

MACÊDO, S. C. F. **Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)**. 2009. Dissertação - Universidade Federal do Pará. Belém, 2009.

MACHADO, M. M.; MARTINS, M. S. A Modernidade nas Teias da Floresta: o Brasil na Exposição Universal da Filadélfia de 1876. **GEOSUL**, Florianópolis, v. 32, n. 65, p. 68-86, set./dez., 2017.

MACHINA de Defumar borracha. **Jornal a Pátria Paraense**, Belém, n. 39, col. 3, p. 1, 11 ago. 1894. Disponível em: www.memoria.bn.br. Acesso em: 22 de maio de 2018.

MACHINA para defumar borracha. Marca Registrada. Importante descoberta, verdadeiro sucesso. **Jornal Correio Paraense**. Belém, n. 514, p. 3, 1 fev. 1894. Disponível em: www.memoria.bn.br. Acesso em: 22 de maio de 2018.

MARTINS, J. **Milão, Itália. A exposição universal 2015 entre comida e cultura**. 2015. Disponível em: <https://br.blastingnews.com/cultura/2015/01/milao-italia-a-exposicao-universal-2015-entre-comida-e-cultura-00223391.html>. Acesso em: 10 set. 2020.

MARTINS, M. O impacto das Exposições Universais do século XIX para as relações econômicas brasileiras e o avanço tecnológico: uma análise sobre a participação das províncias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 13ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 12., 2017, Niterói. **Anais [...]**. Niterói, 2017. Disponível em: <http://www.abphe.org.br>. Acesso em: 12 jan. 2018.

MELO, V. P. S. A Sociedade Nacional de Agricultura em Revista: divulgação científica e uso racional da natureza em *A Lavoura* (1897-1926). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 118-130, jan./jun. 2012.

MENSAGEM lida perante o Congresso dos Srs. Representantes por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 5ª legislatura, pelo Governador do Estado, Exm. Sr. Dr. Silverio José Nery, em 10 de junho de 1904, acompanhada dos relatórios dos chefes das repartições do Estado. Manaus: Typographia do Amazonas, 1905.

MONTENEGRO, A. **Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1907 ao Congresso Legislativo do Pará**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1907.

MORAES, R. R. **A Navegação Regional como Mecanismo de Transformação da Economia da Borracha**. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2007.

MORETTIN, E. V. As exposições universais e o cinema: história e cultura. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.31, n. 61, p. 231-249, 2011.

MOTT, M. L. B. Madame Durocher, modista e parteira. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], p. 101-106, 1994.

MOURA, D. A. A República Paraense em Festa (1890-1911). 2008. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, 2008.

MOURÃO, L. **Memória da Indústria Paraense**. Belém: FIEPA, 1989.

MURASSE, C. M. O jornal O Auxiliador da Indústria Nacional e a campanha pela fundação de instituições educativas (1833 a 1850). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5, 2008, Aracaju.

NEVES, M. S. “As Arenas Pacíficas”. **Revista Gávea**: Revista de História da Arte e Arquitetura. Rio de Janeiro, v. 5, p. 29-41, 1988.

NOVO defumador de borracha. **Jornal a República**, n. 615, col. 1-2, p. 1, 7 jul. 1893. Disponível em: www.memoria.bn.br. Acesso em: 22 de maio de 2018.

NOVO defumador para borracha. Invenção “Coutinho” aperfeiçoada. Titular: Danin & Mello. USA n. 187.402. Concessão: 1 fev. 1904. Série Produção Científica. Arquivo Guilherme de La Penha (MPEG).

NUNES, F. A. Sob o Signo do Moderno Cultivo: estado imperial e agricultura na Amazônia: século XIX. 2011. 422 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2011.

O ESTADO do Pará na Exposição Internacional das Indústrias e do Trabalho em Turim. 1911. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. João Antônio Luiz Coelho, governador do estado, pela delegação paraense. Imp. Kauffman & C^a. Paris.

OFICIALMENTE aberta a "Expo Milão 2015 ". 2015. Disponível em:
<https://www.tempodadelicadeza.com.br/oficialmente-aberta-a-expo-milao-2015/>. Acesso em:
10 set. 2020.

O PAIZ. n. 9426, col. 4-7, p. 7, 1910b. Na Exposição de Bruxellas. Disponível em:
<http://memoria.bn.br>, Acesso em: 25 fev. 2019.

O PAIZ. n. 9330, col. 7, p. 2, 1910a. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 25 fev. 2019.

OLIVEIRA, L. L. As festas que a República manda guardar. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.

OS TRÊS Melhores Pavilhões Da Expo Milão 2015. 2015. Disponível em:
<https://arquitetesuasideias.com.br/2015/11/20/os-tres-melhores-pavilhoes-da-expo-milao-2015/> . Acesso em: 10 set. 2020.

OURIQUE, J. **O Estado do Pará na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908**. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1908.

OUTRAS coisas do mundo civilizado chegarão à região Norte, diz Bolsonaro. **Jornal Folha de S. Paulo**. 05 ago. 2020. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/outras-coisas-do-mundo-civilizado-chegarao-a-regiao-norte-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 06 de agosto de 2020.

PÁDUA, J. A. **Um Sopro de Destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

PANTOJA, V. Amazônia: terra de missão. Bispos Ultramontanos e Missionários Protestantes na Belém do Século XIX. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 13, n. 21, p. 92-122. Jan./Jun. 2012.

PARÁ. **O Pará na Exposição Internacional de Paris em 1889**. Relatório do Presidente da Comissão, 1890.

PARECER da Comissão Nomeada pelo Excm^o Snr. Dr. João Coelho, Governador do Estado, para estudar o Processo de Preparo de Borracha inventado pelo Snr. Manoel Vianna Coutinho e intitulado por elle Borracha Dialysada Systema Vianna Coutinho. Belém. 5 jul. 1910. Série Produção Científica. Arquivo Guilherme de La Penha (MPEG).

PENNA, D. S. F. **O Tocantins e o Anapu**: relatório do Secretario da Província. Belém: Typ. De Frederico Carlos Rhossard, 1864.

PEREIRA, M. S. A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. **ARQtexto**, Porto Alegre, v.16, p. 627, 2010. Disponível em:
http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs_revista_16/01_MSP.pdf. Acesso em: 25 out. 2019.

PEREIRA, R. C. C. **Percepção Visual da Cidade**: iconografias da natureza urbana de Belém (1808 - 1908). 2015. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

PESAVENTO, S. J. **Exposições Universais: espetáculos da Modernidade no Século XIX**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

PESAVENTO, S. J. Muito além do espaço: por uma nova história cultural do urbano. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.

PESAVENTO, S.J. Imagens da nação, do progresso e da tecnologia: a Exposição Universal da Filadélfia de 1876. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo. v. 2, p. 151-167 jan./ dez. 1994.

PROTESTO contra Expo de Milão tem confronto na Itália. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/05/protesto-contr-expo-de-milao-tem-confronto-na-italia.html>. Acesso em: 10 set. 2020.

PROTESTOS marcam o 1º dia da Expo 2015. 2015. Disponível em: http://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/italia/noticias/2015/05/01/Protestos-violentos-contr-Expo-2015-marcam-1%C2%BA-dia_8481008.html. Acesso em: 10 set. 2015.

RAMOS, V. J. O. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado de Santa Catarina em 23 de julho de 1911**. Florianópolis: Gab. Typ. [ilegível], 1911.

RANGEL, M. F. Costa Lima e a campanha de combate à febre amarela no Rio de Janeiro e no Pará, Brasil. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**, Ananindeua, v.1, n.1, p. 19-26, mar. 2010,

RECEPÇÃO de Lauro Sodré – areunião de ontem. **Jornal Estado do Pará**. Belém, n. 482, col. 2-4, 5 ago. 1912. Disponível em: www.memoria.bn.br. Acesso em: 22 de maio de 2018.

REVISTA DA SEMANA. **Jornal do Brasil**. [s.l.], v. 13, n. 436, 1908.

SÁ, D. M. **A Ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SANJAD, N. R. **A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

SANJAD, N. R. Exposições Internacionais: uma abordagem historiográfica a partir da América Latina. **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 24, n.3, p. 785-826, jul./set. 2017.

SANJAD, N. R. Jacques Huber (1867-1914) e a botânica amazônica: notas preliminares para uma biografia intelectual. In: JARDIM, M. A. G.; BASTOS, M. N. C.; SANTOS, J. U. M. (ed.). **Desafios da Botânica Brasileira no Novo Milênio: inventário, sistematização e conservação da diversidade vegetal**. Belém: MPEG/UFRA/EMBRAPA, 2003. p. 11-16.

SANJAD, N. R.; CASTRO, A. R. M. Comércio, política e ciência nas exposições internacionais: O Brasil em Turim, 1911, Parte II. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 32, n. 58, p. 141-173, jan./abr. 2016.

SANJAD, N. R.; CASTRO, A. R. M. Comércio, política e ciência nas exposições internacionais: o Brasil em Turim, 1911, Parte I. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 31 n. 57, p. 819-861, set./dez. 2015.

SANTOS, F. S. **Ações Colonizadoras em Descompasso**: legislação, propaganda e atuação dos colonos estrangeiros e nacionais nos últimos anos do Império e início da República no Pará. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SANTOS, P. C. M. **O Brasil nas Exposições Universais (1862 a 1911)**: mineração, negócio e publicações. 2009. Dissertação (Mestrado) - Pós-graduação em Ensino de História e Ciências da Terra, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SANTOS, P. C. **Produtos da terra: tempo, espaço e técnica nas exposições Industriais (1861-1922)**. 2016. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2016.

SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SARGES, M. N. A árvore das patacas secou: o comércio português em Belém no primeiro quartel do século XX. *In*: Menezes, L. M.; SOUSA, F. (Org.). **Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico: múltiplos olhares sobre a e/imigração**. 1. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017, p. 73-80.

SARGES, M. N. **Memórias do Velho Intendente Antônio Lemos (1869-1973)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SCHWARCZ, L M. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, M. F. F. **Do Regional ao Nacional: Pará (1850-1914)**. 1996. 391 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SMITH JÚNIOR, F. P.; GARVÃO, R. F. Economia e Política na Amazônia Brasileira (séculos XIX e XX). **Revista Estudos Amazônicos**. Belém, v. 9, n. 1, p. 157-179, 2013.

SOUSA, C. M. P. **Traços de Compaixão e Misericórdia na História do Pará**: instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX até o início do século XX. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOUSA, R. F. P. **Reduto de São José: história e memória de um bairro operário (1920-1940)**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2009.

TAVARES, M. G. C. A Formação Territorial do espaço Paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**. [s.l.], v. 2, n. 3, p. 59-83, jan./jun. de 2008.

TORELLI, L. S. **A Defesa do Café e a Política Cambial**: os interesses da elite paulista na Primeira República (1898-1920). 2004. 144 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2004.

TURIN 1911: The World's Fair in Italy. Disponível em: <http://www.italyworldsfairs.org/>. Acesso em: 21 jan. 2018.

UM BANCHETTO della delegazione del Parà al comitato dell'esposizione. S.d (recorte de jornal). Pertencente ao Arquivo Guilherme de La Penha (MPEG) Fundo Jacques Huber. Dossiê Exposições – Exposição de Turim. (Livre tradução).

VENÂNCIO, G M. Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história. *In*: GOMES, A. C. (org.). **Escrita de si, escrita da história**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

VERGARA, M. R. A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1893-1935). **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 108-110, jan./jul, 2007.

WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: HUCITEC, EdUSP, 1993.